FAMALICÃO VISÃO'25

PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE VILA NOVA DE FAMALIÇÃO 2014-2025



FAMALICÃO VISÃO 25

PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DE VILA NOVA DE FAMALIÇÃO 2014-2025

SEREMOS UMA COMUNIDADE TECNO-INDUSTRIAL GLOBAL, NUM TERRITÓRIO VERDE MULTIFUNCIONAL

FAMALIÇÃO VISÃO'25



OS VALORES DE FAMALIÇÃO

Saber a direção é meio caminho andado para chegarmos depressa e bem ao destino que desejamos. É esta a premissa que está na base da elaboração do Plano Estratégico para Vila Nova de Famalicão 2014-2025.

Portugal está em vias de receber um novo quadro comunitário de apoio através do programa Portugal 2020. Com este novo mecanismo, que define os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para promover o crescimento, Portugal receberá 25 mil milhões de euros de fundos europeus, destinando-se uma parte considerável desta verba ao fomento do desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo das regiões.

Vila Nova de Famalicão não pode passar ao lado desta enorme janela de oportunidades, que implica um acréscimo de fundos superior a 26% relativamente ao anterior Quadro de Referência Estratégia Nacional (QREN), que vigorou entre 2007 e 2013.



Temos que aproveitar todas as oportunidades que contribuam para o nosso desenvolvimento coletivo e comunitário. Não basta contudo desejá-lo, impõe-se que estejamos preparados para o fazer e para fazê-lo bem. Para isso, temos que saber com precisão o futuro que queremos para Famalicão e os caminhos que são importantes trilhar. É essa a razão da existência deste Plano Estratégico, a que chamamos de "Visão' 25".

Durante os últimos meses, abrimos um amplo processo participativo de debate e de recolha de contributos, que resultou numa grande manifestação de cidadania dos famalicenses e que nos permitiu perceber a leitura que fazem do presente de Famalicão e a Visão que têm para o futuro da nossa comunidade.

O sofá amarelo, que percorreu os quatro cantos do concelho e as suas várias dimensões sociais, transformou-se num ícone desta vivência participativa dos famalicenses, que, acredito, vai perdurar na nossa memória coletiva, mantendo ativa a sua função interpeladora para o exercício de uma cidadania responsável e comprometida.

Este Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão é assim o resultado da Visão dos famalicenses sobre a sua terra. É um documento que é de todos e que interpela de forma muito particular as instituições do concelho, motivando-as a sintonizarem o seu trabalho com aquilo que as pessoas querem e defendem para a sua terra e com as oportunidades que Portugal e a Europa abrem para as suas regiões. Porque

são as pessoas e só as pessoas que realmente interessam.

Mas este documento é sobretudo um trabalho do território e para o território. É uma ferramenta de trabalho que dá a conhecer o Se conseguirmos manter e reforçar esta dinâmica, com respeito pela vontade dos famalicenses, vamos marcar o futuro...

posicionamento de Famalicão na contemporaneidade, mas é também um repositório dos valores que os famalicenses querem ver valorizados e potenciados no seu futuro coletivo.

Um território de saber fazer, industrial e empreendedor, conectado, urbano-rural, de fortes relações de interconhecimento geradoras de dinâmicas comunitárias, redes e parcerias, são alguns desses valores, que devem constituir-se como mais-valias das nossas ações, sejam elas enquanto responsáveis institucionais, sejam enquanto simples cidadãos.

Vila Nova de Famalicão é hoje unanimemente reconhecido como um dos mais dinâmicos e empreendedores concelhos portugueses. Isso é consequência da força do nosso território, que é diariamente refletida e conservada por ação dos seus recursos naturais, sociais e culturais e pelo trabalho das suas empresas, instituições e movimentos associativos.

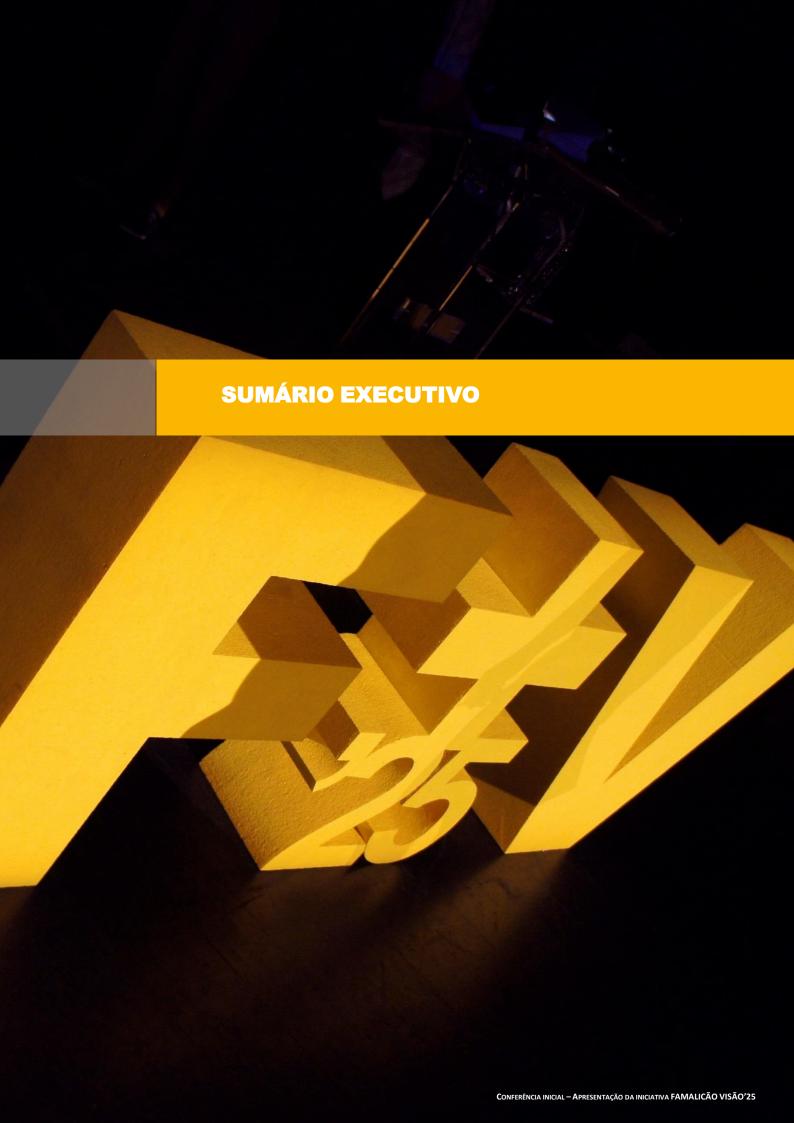
Se conseguirmos manter e reforçar esta dinâmica, com respeito pela vontade dos famalicenses, vamos marcar o futuro e seremos cada vez mais uma comunidade tecno-industrial a viver num território verde multifuncional, onde queremos e podemos ser felizes.

Aos que participaram na elaboração deste Plano Estratégico, o meu muito obrigado. A todos os famalicenses fica o desafio para abraçarem este grande desígnio coletivo de desenvolvimento do concelho.

Porque tem Visão, Famalicão vai marcar!

Paulo Cunha

Presidente da Câmara Municipal





SUMÁRIO EXECUTIVO

Planeamento para a Gestão e Animação Estratégica. As novas formas de comunicação na era da globalização alteraram e ampliaram o papel das relações sociais no desenvolvimento dos territórios. E uma dinâmica de modernização e crescimento implica a partilha de um projeto no qual toda uma sociedade se implica e envolve. Deste modo, com a intenção de tentar lançar as bases de reconstrução dinâmica e constante de uma marca territorial coletiva, partilhada e mobilizadora, concebe-se e apresenta-se um "road map" orientativo tomando por horizonte o ano 2025. Como ferramenta para todos os agentes locais, pretende-se que o movimento de planeamento estratégico iniciado, proporcione o alinhamento das diversas intervenções no território com uma Visão integrada de desenvolvimento, potenciando uma maior articulação, inovação e capacitação, e apoie na qualificação de projetos de cofinanciamento.

Valores identitários de partida. A combinação variável de atributos tangíveis e intangíveis reconfiguram as identidades próprias de cada território. Para ativar a ação coletiva, mobilizando-a em torno de um projeto agregador do coletivo, importa reconhecer e expressar os valores da comunidade, estimulando a partilha de um orgulho comum. O saber-fazer prático, o empreendedorismo, a tradição industrial, as relações económicas com o exterior, a densa malha de interconhecimento reprodutora de ações de competição e cooperação são algumas das características atuais por que é reconhecido este território. Parte substancial destes atributos encontram-se presentes nas práticas da sociedade e áreas sociais, como sejam a capacidade de experimentação, a adaptação ao local de medidas públicas ou a capacidade de recetividade e acolhimento de novidades e oportunidades. Reconhecem-se também a base destas características no ambiente institucional de governança, com a cultura de iniciativa e participação na comunidade, com as reconhecidas boas-práticas em redes locais, com as transferências de competências, acessibilidade dos cidadãos aos serviços ou prerrogativa municipal por boas contas públicas. E todos estes elementos decorrem na interação sobre um meio disperso e diverso, de "mix" urbano-industrial e natural rural, de sobreposição de funções, regionalmente central e acessível, e com características únicas para a moderna agricultura doméstica e para uma economia integrada no espaço natural.

Desafios dos valores visionados. A afirmação de um "valor" próprio e do seu contributo específico num contexto mais alargado constitui a ideia força na elaboração da Visão. Pretende-se, assim, acentuar algumas características que, ordenadas sobre uma nova disposição, reconstituem um ADN concelhio de futuro. E para esse horizonte escolhe-se onde queremos chegar e por que percurso queremos tomar. Para um patamar de excelência na produção, distinção no agroalimentar e no têxtil, recombinando tecnologia e design, com elevada incorporação tecnológica, distinção em novos materiais e maiores níveis de exportação e internacionalização, o desafio está na especialização como território tecnoindustrial e na promoção do "cross-inovation". Para futuramente a identidade local incorporar como valores próprios o consumo local responsável, a economia doméstica sustentável, a valorização económica dos recursos e qualificação espacial da multifuncionalidade, os desafios estão na realização do território biodiverso de referência e baseado numa bioeconomia. Para uma dinâmica perspetivada de inclusão aberta a todas as dimensões humanas, de participação cidadã e de intensificado "networking", dispõem-se como campos de concretização o território laboratório social e a maior convivência na comunidade colaborativa. Para um novo nível de desenvolvimento de maior eficácia e eficiência institucional, novo patamar de relação administração pública-cidadão, participação do cidadão na gestão pública, e de cooperação interinstitucional para um excelente quadro de serviços de base comunitária, os desafios encontram-se no território de governação amigável com um modelo de governança que atenda à iniciativa e corresponsabilização do cidadão.



Visão para 2025. Os valores que marcam Famalicão são potenciados, no horizonte 2025, para a ascensão a um novo degrau na cadeia de valor. Esta aposta gera desafios centrais: o território mais empreendedor, mais biodiverso e bioeconómico, mais laboratorial no teste e experimentação de novas medidas de política social, mais participativo. Desafios que traduzem ambições ("Onde quero ser feliz!") e convicções ("Onde podemos produzir!) das pessoas. E daqui emerge uma visão formulada como cenário coletivo ambicionado, como slogan mobilizador e agregador e como assinatura de uma atitude.

Programas-Estrela. São a ferramenta de operacionalização da estratégia da Visão, são os "drivers" condutores no caminho crítico rumo à Visão, potenciando os valores que marcam a identidade do território para novos patamares de liderança e excelência. Com forte carga simbólica, são "marcaschapéu" impulsionadoras da dinâmica integrada coletiva e inspiradora de inovações e experiências. Como programa-estrela, o "Famalicão Made IN" promove o território empreendedor, industrial e exportador, alavancando para um novo limiar de excelência e inovação tecno-industrial. Ao programa-estrela "B-Smart Famalicão" caberá conduzir a paisagem diversa para uma paisagem de qualidade de vida, de optimização rural-urbano, mais auto-suficiente, sustentada numa ecoeconomia doméstica. O elevado capital social presente nas práticas de intervenção e animação comunitária serve de ponto de suporte para o programa-estrela "FV – Famalicão Voluntário / Força V" impulsionar novos ambientes de participação e envolvimento. E o programa-estrela "Famalicão Comunitário" apoiará projetos coletivos que associe autarquia, empresas e a sociedade civil, promovendo um renovado quadro de corresponsabilização dos cidadãos na gestão do espaço público.

Indicadores de bordo da Visão. Indicadores dos dados de partida monitorizarão os reflexos da Visão nas diversas áreas de ação local. Durante todo o período até 2025, será possível observar as tendências de evolução, municiando com informação auxiliar a tomada de decisões e iniciativas.

Agendas prioritárias. Com o objetivo de proporcionar o posicionamento constante dos atores e das entidades locais, no alinhamento estratégico com a Visão, em convergência com as oportunidades da Estratégia Europa 2020, são estabelecidas as quatro agendas temáticas enquadradoras dos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento Europeias. Em cada agenda temática - Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável, Crescimento Inclusivo e Governança Territorial – são estabelecidas as Redes e Parcerias, os Projetos Estruturantes, e elencadas as Áreas com Potencial de projeto. Numa prática de cooperação e conexão, interna e externa, mobilizam-se e integram-se as nove redes interorganizacionais: Plataforma para o Crescimento Inteligente – Grupo Empresas e I&DT; Smart Cities Portugal - Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes; Rede Famalicão Empreende; Pacto de Autarcas; Mayors Adapt - Adaptação às Alterações Climáticas; Eixo Atlântico - Cidades com a Agenda 21 Local; Quadrilátero Urbano - Mobilidade (Centro Inteligente de Mobilidade); Rede Social de Vila Nova de Famalicão; Rede Local de Educação e Formação; Rede Portuguesa das Cidades Educadoras; e o Grupo de Ação para a Agenda Digital Local. Demarcam-se ainda os dez projetos, existentes ou a criar - e que poderão configurar candidaturas -, com um relevante papel na estruturação do campo em que se inserem: Centro de Competências do Agroalimentar - Carnes; Agenda Digital Local para Famalicão; Quadrilátero Criativo - Agenda Municipal para a Economia Criativa; Plano de Ação para a Eficiência Energética; Ação Integrada para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Área de Reabilitação Urbana (ARU) Centro Urbano; Plano de Ação Local para a Adaptação às Alterações Climatéricas; Manual para uma Comunidade Resiliente; Agenda 21 Local; Famalicão Ciclável - Rede de Ciclovias e Percursos Pedonais; Pacto para a Empregabilidade do Ave; Plano de Desenvolvimento Social; Projeto Educativo Local; Balcão Único de Atendimento e Ponto Digital Famalicão Visão'25.



Estratégia para a aceleração da inovação e competitividade. No seu papel não prescritivo ao planeamento estratégico é atribuído um conjunto de funções: (I) acelerador da ação; (II) catalisador de projetos emergentes; (III) impregnador de ações mais intencionais; (IV) mobilizador da participação; (V) gerador da inovação; (VI) conector de redes externas. Um conjunto de eventos de ignição deverá assegurar a atualização da Visão, veicular os seus atributos, valores e atitudes, promover a mobilização e adesão coletiva dos atores, e produzir um efeito demonstrativo das capacidades dos atores.

Apoio à operacionalização. Com a Visão estratégica pretende-se fertilizar/vitaminar a ação que o território já gera com aspetos visionários, tornando-a mais focada, coerente e intencionada para um horizonte próximo. A operacionalização do plano estratégico é prospetiva devendo: (I) facultar o acesso a recursos e instrumentos de qualificação da ação (infomail de divulgação de oportunidades, apoio técnico na qualificação das candidaturas, formação e mentoria em metodologias de projeto); (II) organizar dispositivos de incentivo à ação (disseminação de boas-práticas, eventos de networking, incubadora virtual de projetos); (III) facultar oportunidades para a geração de criatividade e inovação na ação (nuvens de ideias, fábricas de projetos ou "TED ex" de projetos). A ação do território deverá empunhar como marca o valor da excelência técnica. Os projetos terão disponível uma matriz de princípios e critérios para se posicionarem e alinharem face à Visão.

Avaliação e acompanhamento. A avaliação será a ferramenta de reflexão prospetiva associada ao processo, gerando continuamente novas perspetivas e orientações para a Visão. Enquanto suporte de pilotagem da estratégia do território (com base numa bateria de indicadores), deverá funcionar como acelerador e motivador da própria estratégia. Deverá produzir um "benchmarking" para o território, gerando reflexão (grupo "Think Tank") e debate sobre experiências externas, casos de sucesso. Será ainda uma oportunidade de participação dos cidadãos, recolhendo propostas (ex: concurso de ideias sobre o futuro), ou auscultando a perceção da população sobre temáticas e medidas locais (inquérito – sondagem online). Todos os anos até 2025, deverá ocorrer alternadamente o programa "Famalicão Visão'25 – 25 Ideias de Futuro" e a conferência de apresentação dos resultados do inquérito à população e resultados do relatório do grupo "Think Tank".

Comunicação com os Cidadãos. Todo o processo só será efetivo se desde o início for capaz de comunicar intencionalmente a sua Visão e os seus Desafios. O Plano constitui-se como uma ferramenta de comunicação e animação partilhada para um horizonte de futuro conjunto. A Visão é uma criação coletiva, um processo contínuo, tomando-se como perspetiva comunicacional de que o Território é autor e ator da conceção e implementação deste guião coletivo, transmitindo os valores de colaboração e participação na experiência criativa do futuro. Um conjunto de interfaces de informação e comunicação interativa devem conjugar-se com os programas de eventos a realizar e com procedimentos contínuos que ativem a comunicação.

25 Ideias de Futuro. De 11 de setembro a 10 de outubro de 2014 decorreu um vasto programa de envolvimento e participação para a recolha de contributos para o presente plano estratégico. Cerca de 30 iniciativas, entre eventos públicos e técnicos, entre dispositivos de animação e interação comunitária, conferências, seminários, workshops, conselhos locais e reuniões, envolveram cerca de 2000 pessoas. As ideias e os contributos recolhidos foram centrais para a identificação dos atributos do território, para a formulação da visão, para o aprofundamento e validação dos diagnósticos e para a identificação das áreas com potencial de projeto.



ÍNDICE GERAL

OS VALORES DE FAMALICÃO	2
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
ÍNDICE GERAL	8
ÍNDICE DE CAIXAS	10
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	10
ÍNDICE DE TABELAS	10
SIGLAS E ACRÓNIMOS	
INTRODUÇÃO	
PARTE 01: VISÃO	
01 1. IDENTIDADE E VALORES DO TERRITÓRIO	
1.1. Inovação, Economia, Indústria, Educação, Sociedade Digital	
1.3. Sociedade, Emprego, Aprendizagem e Inclusão	
1.4. Governança Territorial	
•	
01 2. DESAFIOS PARA O TERRITÓRIO	
2.2. Território de "cross-innovation"	
2.3. Território espácio e funcionalmente biodiverso de referência	
2.4. Economia doméstica sustentável e responsável apoiada na nova agricultura	
2.5. Laboratório de inovação social decorrente de interações e do capital sócio-cultural	75
2.6. Vivência na comunidade aberta e colaborativa	
2.7. Modelo de governança para a iniciativa e corresponsabilização do cidadão	
2.8. Governação amigável para os cidadãos	82
01 3. VISÃO PARA O TERRITÓRIO	86
01 4. PROGRAMAS-ESTRELA	92
4.1. "Famalicão Made IN"	
4.2. "B-Smart Famalicão"	
4.3. "Força V - Famalicão Voluntário"	
4.4. "Famalicão Comunitário"	
01 5. QUADRO DE INDICADORES PARA A VISÃO	100
PARTE 02: AGENDAS E PRIORIDADES NO QUADRO DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020	108
02 0. PONTO DE PARTIDA	110
02 1. AGENDA PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE	116
1.1. OT 1 – Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (FEDER)	118
1.2. OT 2 – Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	122
1.3. OT 3 – Reforço da competitividade das PME	124
02 2. AGENDA PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	
2.1. OT 4 – Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores	
2.2. OT 5 – Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão dos riscos	
2.3. OT 6 – Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos	137
2.4. OT 7 – Promoção dos transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes	144



02 3. AGENDA PARA UM CRESCIMENTO INCLUSIVO	148
trabalhadores	
3.2. OT 9 – Promoção da inclusão social e combate da pobreza e discriminação	155
3.3. OT 10 – Investir na educação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	159
02 4. AGENDA PARA A GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO	164
eficiência da administração pública	166
PARTE 03: ESTRATÉGIA PARA A ACELERAÇÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE DO TERRITÓRIO	
MOBILIZAÇÃO PARA A AÇÃO	172
PARTE 04: APOIO À OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	174
DA VISÃO À AÇÃO	176
04 1. QUALIFICAÇÃO DA AÇÃO – VALOR EXCELÊNCIA TÉCNICA	178
04 2. INCENTIVO PARA A AÇÃO – VALOR IDENTIDADE EMPREENDEDORA	180
04 3. CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NA AÇÃO – VALOR CONECTIVIDADE E CRIATIVIDADE / VALOR DA ABERTURA	
ADAPTAÇÃO CRIATIVA	182
PARTE 05: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	101
•	
AVALIAÇÃO DA VISÃO	186
PARTE 06: COMUNICAÇÃO COM OS CIDADÃOS	188
COMUNICAÇÃO DA VISÃO	
CONCEITO ORGANIZADOR PARA A ESTRATÉGICA DE COMUNICAÇÃO – O TERRITÓRIO É O AUTOR E O ATOR DA	
VISÃO ESTRATÉGICA	
ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	190
PLANO OPERACIONAL DE COMUNICAÇÃO	191
ANEXO: FAMALICÃO VISÃO'25 – 25 IDEIAS DE FUTURO	192



ÍNDICE DE CAIXAS

Caixa 1 – Programas e financiamento – Reforço da Investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	12
Caixa 2 – Programas e financiamento – Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	123
Caixa 3 – Programas e financiamento – Reforço da competitividade das PME	12
Caixa 4 – Programas e financiamento – Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão os riscos	136
Caixa 5 – Programas e financiamento – Preservação e proteção do ambinete e promoção da utilização eficiente dos recursos	143
Caixa 6 – Programas e financiamento – Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	154
Caixa 7 – Programas e financiamento – promoção da inclusão social e combate da pobreza e discriminação	158
Caixa 8 – Programas e financiamento – Investir na educação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem	
ao longo da vida	162
Caixa 9 – Programas e financiamento – reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da	
administração Pública	169

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ilustração 1 – Peso do valor acrescentado bruto (VAB) das empresas não financeiras: total e por sector de atividade economica 2012 (INE	
Sistema de Contas)	
Ilustração 2 – Evolução do valor acrescentado bruto (VAB) das empresas não financeiras	
Ilustração 3 – Indústrias transformadoras 2011 (INE)	
Ilustração 4 – Balanço entre constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (INE)	
Ilustração 5 – Evolução da constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (INE)	
llustração 6 – População economicamente ativa em 2011 (INE)	
llustração 7 – Projetos no sector industrial (2008-2013)	
llustração 8 – Programa Compete (2008-2013)	
llustração 9 – População residente, empregada, por nível de escolaridade (INE)	
Ilustração 10 – Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues online (%) (INE)	
llustração 11 – População residente por grupo etário (INE)	
llustração 12 – Evolução das exportações (INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens)	
llustração 13 — Valor de importações e exportações (INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens)	34
llustração 14 – Evolução da população residente (INE)	
llustração 15 — População residente em 2011 (INE)	
llustração 16 — Caracterização da população residente em 2011 (INE)	
llustração 17 – Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por local de residência (IN	
Ilustração 18 — Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) 2011	41
Ilustração 19 — Modelo de ocupação territorial	42
Ilustração 20 – População residente por dimensão dos lugares (INE)	42
Ilustração 21 – Escalões de dimensão populacional (INE)	43
Ilustração 22 – Localização de principais equipamentos	44
Ilustração 23 — Mapa da situação urbanística existente (CCDR-N)	45
Ilustração 24 – Corine Land Cover 2000	45
Ilustração 25 – Peso da população residente (INE)	49
Ilustração 26 — Índice de dependência total (INE)	52
Ilustração 27 – Taxa de ocupação (www.cartasocial.pt, 2014)	54
Ilustração 28 — Escolaridade da população (INE)	
Ilustração 29 — Evolução da educação (INE)	55
Ilustração 30 – Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos (INE)	55
Ilustração 31 – Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (INE)	
Ilustração 32 – População empregada por sector (INE)	118
Ilustração 33 – Pedidos nacionais de direitos de propriedade intelectual (INPI, 2013)	
Ilustração 34 – Consumo de energia elétrica por tipo de consumo (INE, 2012)	130
Ilustração 35 — Áreas sujeitas aos principais riscos (CMVNF)	135
Ilustração 36 – Recolha e tratamento de resíduos urbanos (INE, 2012)	
Ilustração 37 – Estado de conservação das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento (CMVNF, 2010)	138
Ilustração 38 – Principal património natural (CMVNF, 2014)	139
Ilustração 39 — Áreas de reabilitação urbana propostas (CMVNF, 2014)	140
llustração 40 – Grandes corredores de acessibilidade e conetividade em Portugal (PETI, 2014) e principal rede viária do concelho (CMVNF, 20	11)144
Ilustração 41 – Modos de transporte (INE, 2011)	145
Ilustração 42 – Movimentos pendulares (INE, 2011)	
Ilustração 43 – Rede ferroviária nacional (CP, 2014)	
Ilustração 44 – População empregada (Censos 2011)	
Ilustração 45 — Balanço entre constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (INE)	
llustração 46 — Modalidades de formação da Rede Local de Educação e Formação	
Illustração 47 — Oferta de formação da Rede Local de Educação e Formação	160



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos aprovados QREN (2008-2013)	
Tabela 2 – Projetos aprovados no programa Compete (2008 a 2013)	29
Tabela 3 – Empresas e instituições com mais despesa em atividades de I&D em 2011 (DGEEC) - ordenação decrescente	30
Tabela 4 – Projetos europeus com participação do CITEVE	30
Tabela 5 – Situação urbanística existente da Região Norte (CCDR-N)	
Tabela 6 – Caracterização dos serviços e equipamentos disponíveis (www.cartasocial.pt, 2014)	53
Tabela 7 – Situação financeira do município (Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013)	60
Tabela 8 – Metas da União Europeia para 2020	111
Tabela 9 – Estratégia Europa 2020	112
Tabela 10 – Estratégia Portugal 2020	113
Tabela 11 – Vila Nova de Famalicão face às metas 2020 para Portugal	115
Tabela 12 – Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Inteligente	117
Tabela 13 – Matriz da estratégia de investigação e inovação para a estratégia de especialização inteligente (adaptado do Portugal 2020)	
Tabela 14 – Qualificação da população e dos empregados (INE, 2011)	
Tabela 15 – Investimento em I&D (DGEEC, 2011)	
Tabela 16 – Dinâmicas empresariais (INE)	
Tabela 17 – Distribuição das empresas do sector cultural e criativo (INE)	
Tabela 18 – Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Sustentável	
Tabela 19 – Consumos energéticos (Matriz Energética, 2010)	131
Tabela 20 – Consumo de energia elétrica por tipo de consumo (INE, 2012)	
Tabela 21 – Consumo de energia (Matriz Energética, 2010)	131
Tabela 22 – Intensidade energética (Matriz Energética, 2010)	
Tabela 23 – Utilização do automóvel (INE, 2011)	
Tabela 24 – Emissões de CO ² (Matriz Energética, 2010)	
Tabela 25 – Áreas de risco (CMVNF)	134
Tabela 26 – Evolução da temperatura (IPMA, 2014)	134
Tabela 27 – Extremos climáticos de temperatura (IPMA, 2014)	
Tabela 28 – Incêndios florestais (INE, 2013)	
Tabela 29 – Principais ocorrências	
Tabela 30 – Águas residuais (INE, 2012)	138
Tabela 31 – Património e recursos naturais (CMVNF, 2014)	
Tabela 32 – Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Inclusivo	
Tabela 33 – Dados de desemprego em Vila Nova de Famalicão (PORDATA)	
Tabela 34 – Dados de emprego em Vila Nova de Famalicão (PORDATA)	
Tabela 35 – Metas da Estratégia Europa 2020	
Tabela 36 – Tecnologias de informação na administração pública	
Tabela 37 – Redes institucionais, estruturas e entidades	167
Tabela 28 — Matriz para a elaboração de projetos aliphados com a Visão	177



SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde

ACIF – Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão

ADENE – Agência para a Energia

ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.

AEdoAVE – Agência de Energia do Ave

AFPAD – Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AlMinho - Associação Empresarial do Minho

ALGORITMI – Centro de Investigação da Escola de Engenharia da Universidade do Minho

AML – Associação de Moradores das Lameiras

ANEIS – Associação Nacional para o Estudo e Investigação na Sobredotação

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.

APIC - Associação Portuguesa de Industriais de Carnes

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave

ArtEduca – Academia de Música e Artes, Conservatório de Música de VN Famalicão

ARU - Área de Reabilitação Urbana

ATC – Associação Teatro Construção

BICMINHO – Oficina da Inovação, Empreendedorismo e Inovação Empresarial, S.A.

C&T - Ciência e Tecnologia

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CCG - Centro de Computação Gráfica da Universidade do Minho

CCT - Centro Coordenador de Transportes

CEAB – Centro de Estudos e Atividades Ambientais

CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CENTI – Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes

CESPU – Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, Escola Superior de Saúde do Vale do Ave

CIM Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave

CIOR – Escola Profissional, Cooperativa de Ensino de Vila Nova de Famalicão, C.R.L.

CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal

CLDS+ - Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais

CMVNF – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional

CSIF's – Comissões Sociais Inter-freguesias

DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Didáxis – Cooperativa de Ensino, C.R.L.

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DLD – Desempregados de Longa Duração

DMLD – Desempregados de Muito Longa Duração

DOGU - Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística (da Câmara Municipal de VNF)

EN – Estrada Nacional

EPIS – Associação Empresários pela Inclusão Social

ESCO – Energy Service Company

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

Fagricoop – Cooperativa Agrícola e dos Produtores de Leite de Vila Nova de Famalicão, C.R.L.

FamaGrow – Associação de Business Angels de Famalicão.

FC – Fundo de Coesão

FEADER – Fundo Europeu Agrícola e Desenvolvimento Rural

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FORAVE – Associação para a Educação do Vale do Ave, Escola Profissional Particular

Frutivinhos – Cooperativa Agrícola de Vila Nova de Famalicão, C.R.L.

FSE – Fundo Social Europeu

GEE – Gases de Efeito de Estufa

GIP – Gabinetes de Inserção Profissional

GTT – Grupo de Trabalho Temático

I&D – Investigação e Desenvolvimento I&D&I – Investigação, Desenvolvimento e Inovação

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

I&I – Investigação e Inovação

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

INE – Instituto Nacional de Estatística

INTELI – Inteligência em Inovação, Centro de Inovação

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IRHU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

LIPAC – Liga de Profilaxia e Ajuda Comunitária

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PETI – Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas

PIB – Produto Interno Bruto



PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PME – Pequenas e Médias Empresas

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

PRVC - Profissionais de Reconhecimento e Validação de Competências

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

Quadrilátero – Associação de Municípios de Fins Específicos (Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães)

RSI - Rendimento Social de Inserção

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SCC – Sector Cultural e Criativo

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional

Smart Cities Portugal - Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TIC – Tecnologias de Informação e da Comunicação

TICE – Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

TORVC – Técnicos de Orientação e Reconhecimento de Competências

TUF – Transportes Urbanos de Famalicão

UA – Universidade de Aveiro

UE – União Europeia

ULF – Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão

UM - Universidade do Minho

UM CTAC – Centro de Território, Ambiente e Construção, da Universidade do Minho

UP – Universidade do Porto

USP – Unidades de Saúde Pública

VNF – Vila Nova de Famalicão

YUPI – Youth Union of People With Initiative, Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário

Jovens NEET ou Jovens nem-nem – Jovens que não têm emprego, não estão a estudar e não participam em ações de formação





INTRODUÇÃO





INTRODUÇÃO

A crise financeira mundial alterou na Europa as trajetórias de desenvolvimento territoriais, bem como os objetivos políticos e medidas em todos os níveis de governança. Conjuntamente, as evidentes debilidades de um modelo de desenvolvimento económico, os seus impactos no equilíbrio ambiental e as profundas alterações no equilíbrio demográfico tendem a impor uma nova agenda.

Neste quadro de incerteza, de aceleração de mudanças e acontecimentos, o exercício de planeamento deve proporcionar:

- O "alinhamento estratégico" das diversas intervenções territoriais das organizações e serviços;
- Uma Visão integrada para o desenvolvimento do território;
- Um meio de articular e acompanhar as diversas intervenções, induzindo a disseminação de inovações, capacitação e qualificação;
- Um alinhamento qualificado para uma melhor atração e mobilização dos recursos financeiros alocados aos novo ciclo de programação europeia, apresentados na Estratégia Europa 2020 e contratualizados no Acordo de Parceria Portugal 2020.

Considerando necessário – face às profundas mudanças societais – o estabelecimento de um novo marco metodológico, um novo modelo na animação estratégica do território, percorre-se todo um trilho lógico procurando responder a sete questões focais:

- Qual a identidade e os valores fundamentais do território para a inserção global pretendida?
- Que Visão queremos para o território?
- Quais as agendas e prioridades estratégicas a promover?
- Que estratégia para a aceleração da inovação e competitividade?
- Como apoiar a operacionalização do plano estratégico?
- Como acompanhar e avaliar?
- E como comunicar o plano estratégico para os cidadãos?

Com a finalidade de estabelecer uma proposta de Visão Estratégica para o território, a primeira parte expõe os patamares e níveis de construção: da sinalização dos valores de diferenciação e complementaridade apresentados pelo espaço social e físico, à identificação do novo nível prospetivo de valores com os quais se deseja reconstruir a identidade futura. Desse horizonte de chegada estabelecem-se os desafios a enfrentar, como campos de realização pessoal e coletiva, assentes em convicções e ambições, sobre o que podemos e o que queremos. E desta tensão emerge uma Visão simultaneamente descritiva do cenário ambicionado e impulsionadora de uma dinâmica conjunta. Para melhor assegurar o longo trajeto entre os valores identitários do presente e os valores futuros é proposto um conjunto de quatro Programas-Estrela e um quadro de indicadores de acompanhamento da Visão.



A segunda parte tenta responder à terceira questão focal, elencando um conjunto de agendas associadas aos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento da Estratégia Europa 2020: a Agenda do Crescimento Inteligente, a Agenda do Crescimento Sustentável, a Agenda do Crescimento Inclusivo e a Agenda da Governança do Território. Para cada uma das agendas, e suportando-se dos resultados dos eventos de envolvimento e participação ocorridos no âmbito do programa "Famalicão Visão'25 – 25 Ideias de Futuro" – nomeadamente, os workshops das plataformas interinstitucionais –, apresentam-se propostas de Áreas com Potencial de Intervenção, bem como se integram as Redes e Parcerias de suporte e se propõem um conjunto de Projetos Estruturantes.

Atendendo a um papel contínuo do planeamento estratégico, é dedicada uma atenção à exploração das diversas estratégias a prosseguir durante o período de vigência do plano estratégico no sentido de continuar a catalisar processos, enriquecer e qualificar a ação existente, ativar as energias da participação cívica, gerar inovações e criatividade e interligar com dinâmicas externas.

Na IV e V Partes, são elencadas diversas propostas práticas que apoiem a concretização operacional de projetos e garantam uma função avaliativa prospetiva, enriquecedora com referenciais reconhecidos.

No seu objetivo de sustentar uma dinâmica coletiva em torno de um projeto mobilizador, dedica-se toda uma parte à comunicação. À questão "Como comunicar o plano estratégico com os cidadãos?" sinalizam-se os diversos domínios e recursos a atender, orientados sempre num sentido de atribuição de voz e capacidades à comunidade. O primeiro exercício, do "Sofá Visão'25" aos 30 eventos do programa "25 Ideias de Futuro" que ocorreram entre setembro e outubro de 2014, incluía algumas das primeiras premissas comunicacionais a valorizar.









IDENTIDADE E VALORES DO TERRITÓRIO

Um território não é apenas o suporte físico às atividades humanas, não se circunscreve aos seus limites administrativos. Um território é um espaço coletivo definido por um contexto social (único e distintivo), de características e dinâmicas próprias.

Na recente era da globalização, as novas formas de comunicação alteraram a forma como se interage e ampliaram os limites das relações sociais, distinguindo e alargando o papel destas últimas enquanto fator determinante no desenvolvimento do território.

Atualmente, o crescimento territorial implica a partilha de um projeto estratégico comum, no qual a sociedade como um todo se identifica e envolve, e a construção de uma marca social coletiva. Marca essa a partir da qual a comunidade se reconhece pela valorização da cultura local.

O processo de planeamento estratégico reconhece o território como um produto da ação coletiva de

Território como espaço coletivo global, como projeto estratégico de identificação e diferenciação; onde a Estratégia é um produto da ação coletiva

evidente e clara.

todos e surge enquanto projeto agregador do coletivo social, apoiado nos valores identificados no território, estimulando o orgulho coletivo e suportando a identidade local

Os territórios possuem identidades com atributos tangíveis e intangíveis. Nos primeiros incluem-se as componentes físicas, patrimoniais e infraestruturais, e nos segundos incluem-se as relações e os símbolos relacionados com os valores e a cultura, contribuindo ambos para a competitividade e afirmação local.

A identidade apresenta-se como algo variável e em contínua construção. Para Castells "quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social, constroem novos significados em torno da identidade de projeto" (2000, p.24). Por outro lado "a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais nos poderíamos identificar — ao menos temporariamente" (HALL, 2006, p.13).

Assim, não importa construir apenas uma identidade original assente numa imagem falsa e não reconhecida pela comunidade, pois não será possível inventar valores inexistentes. Importa sim que os valores da comunidade sejam de fato reconhecidos e expressos de maneira

Famalicão com valores próprios e distintivos como marca da sua identidade territorial

A identidade de Vila Nova de Famalicão assenta nas suas particularidades enquanto elementos próprios e distintivos e nas funções de complementaridade que estas desempenham na região, e a sua marca distintiva será um atributo de identidade que se comunica através dos valores.



OS VALORES...

- ... São as marcas (associadas a recursos), traços distintivos, identitários.
- ...São ideais que inspiram e norteiam a maneira de agir de um indivíduo ou comunidade. As normas que regulam a vida das pessoas numa sociedade, determinando os seus comportamentos e atitudes, constituídas tendo em conta o sistema de valores que norteia essa mesma sociedade, e assegurando o necessário equilíbrio e a coesão social
- ... SÃO ELEMENTOS DE DESENVOLVIMENTO DE UMA COMUNIDADE (FINANCEIRO, MORAL E ÉTICO).
- ... MANIFESTAM-SE DE FORMA REAL NAS COISAS E COMPORTAMENTOS, INSPIRANDO OS MODELOS DE CONDUTA.
- ... Possuem uma escala hierárquica, a partir da qual os sujeitos e as coletividades optam por aqueles que são mais conformes e representativos do seu ideal de vida e da sua visão do mundo.

VALORES A ATENDER...

- ... VALORES PROSPETIVOS, MOTORES DE AÇÃO, "DRIVERS" PARA POSICIONAMENTO;
- ... VALORES QUE SEJAM COMUNICÁVEIS ENQUANTO MARCA;
- ... VALORES DE COMPLEMENTARIDADES TERRITORIAIS FACE AOS TERRITÓRIOS VIZINHOS;
- ... VALORES DE DIFERENCIAÇÃO COM OS TERRITÓRIOS PRÓXIMOS;
- ... VALORES QUE RECRIEM A IDENTIDADE LOCAL E MOBILIZEM O PAPEL A DESEMPENHAR NO QUADRO REGIONAL;
- ... VALORES QUE DEEM ESCALA (RUTURA COM A MATRIZ DE COMPETIÇÃO TERRITORIAL PARA ENTRAR NA MATRIZ COLABORATIVA).

Perante a questão "Qual a identidade e valores fundamentais do território para a inserção global pretendida?" importa identificar qual o potencial existente neste território, quais as dinâmicas existentes, as singularidades e os aspetos diferenciadores.



1.1. INOVAÇÃO, ECONOMIA, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIEDADE DIGITAL

Integrado no Vale do Ave, o concelho de Vila Nova de Famalicão foi alvo de forte processo de industrialização ao longo do último século e meio, caracterizado pela estreita inter-relação entre as esferas social, política e económica.

Vila Nova de Famalicão possui uma forte tradição industrial, refletida na sua identidade, apresentandose como um concelho de referência nos sectores têxtil e do vestuário, agroalimentar, metalomecânica, obras públicas e pneus, borrachas e plásticos.

Esta tradição industrial refletiu-se aquando da elaboração do inquérito industrial de 1964, no qual o sector das indústrias têxteis era responsável em cerca de 74,6% pelo valor bruto da produção industrial

TRADIÇÃO INDUSTRIAL

1896 — Arranque de muitas das empresas que mais tarde se apresentaram como grandes empresas da região, com um papel estruturante sobre o tecido local

CRESCIMENTO, EVOLUÇÃO E ADAPTAÇÃO A NOVOS MERCADOS

1971 e 1984 – Valor bruto da produção por sectores

	Ano 1971	Ano 1984
Indústrias da alimentação	2,9%	6,3%
Têxteis, calçado e vestuário	73,4%	68,7%
Químicas, borracha e plásticos	15,2%	9,1%
Máquinas e equipamentos	4,1%	8,2%

ocorrida no concelho, sendo que a importância de "outras indústrias" (18,2%) ganhava dimensão por incluir empresas como a Mabor e a Reguladora, relacionadas respetivamente com a produção de pneus e de instrumentos de medida.

Em 1964, Vila Nova de Famalicão contribuía com a maior percentagem para o valor bruto da produção industrial do distrito de Braga, na altura com 39,5%.

Atualmente, e considerado o mesmo limite territorial, o município é responsável por 22% do volume de negócio das empresas do distrito de Braga, apenas ultrapassado pela sede de distrito.

Por outro lado, o sector económico local é responsável por cerca de 4,69% do volume de negócios da Região Norte e aproximadamente 1,28% quando considerada a sua influência a nível nacional.

Apesar da forte tendência verificada entre 2009 e 2012 a nível regional e nacional, de diminuição do volume de negócio das empresas não financeiras, Vila Nova de Famalicão destacou-se por ser o município da Região Norte com o maior crescimento efetivo, 432 M€.

De forte tradição industrial;
De referência no têxtil e no vestuário;
Com crescimento do volume de negócios num
contexto generalizado de forte recessão

[INDICADORES]

- Volume de negócios das empresas não financeiras total em 2012= 4.179.988 milhares de euros, que corresponde a 1,28% do valor nacional
- Volume de negócios por empresa em 2011:
 - -Famalicão= 355,6 €
 - -Região Norte= 264,4€
 - -Portugal= 312,3€.

(INE)



Indicadores

- Volume de negócios das empresas não financeiras para 2012
 - Indústria transformadora: 2.341.544 milhares de euros 56,02% Concelho 2,63% Região Norte 0,72% Portugal
 - Comércio por grosso e a retalho:
 1.107.250 milhares de euros
 26,49% Concelho
 1,24% Região Norte
 0,34% Portugal
 - Construção civil: 385.498 milhares de euros 9,22% Concelho 0,43% Região Norte 0,12% Portugal
- Volume de negócios por sector de atividade em 2010:
 - Borracha e plásticos= 629.702.054€ (16% do volume de negócios total)
 - Têxtil e vestuário= 628.016.747€ (16% do volume de negócios total)
 - Construção civil= 570.701.717€ (14% do volume de negócios total)
 - Metalúrgica e metalo-mecânica= 301.770.157€ (8% do volume de negócios total)
 - Alimentar= 286.078.832€ (7% do volume de negócios total)
 - Eletrónica= 71.834.880€ (2% do volume de negócios total)
- Densidade de empresas em 2011:
 - Famalicão= 60,5 empresas/km²
 - Região Norte= 16,9 empresas/km²
 - Portugal= 12,1 empresas/km²
- Valor acrescentado bruto (VAB):
 - 2012= 1.081 milhões de euros
 - Importância na Região Norte= 5%
 - 5º lugar na Região

(INE - IRN)

A indústria da borracha e do plástico apresenta-se no topo da faturação, apesar de corresponder essencialmente a uma única grande empresa (Continental Mabor) apresentando em 2010 um total de 270 M€ de volume de negócios, enquanto o sector do têxtil e vestuário, a indústria alimentar, a metalúrgica e metalomecânica, a eletrónica e o sector automóvel têm desempenhado um importante papel na economia concelhia, tanto pelo número de empresas existentes em cada um desses sectores como pela produção e mão de obra empregada.



Ilustração 1 – Peso do valor acrescentado bruto (VAB) das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica 2012 (INE - Sistema de Contas)

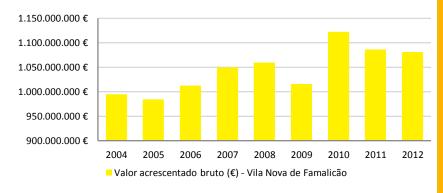
A atividade económica existente participa em áreas de grande competitividade global, demonstrada pelos seus níveis de internacionalização, e destaca-se na competitividade regional. Esta competitividade e importância regional manifesta-se quando analisada a densidade de empresas existentes por km² (bastante superior à média regional e nacional), o volume de negócios das empresas e o ranking das empresas sediadas no concelho.

A importância regional é reforçada pela energia e dinamismo ocorrido, pois perante a tendencial diminuição, ocorrida entre 2009 e 2012, do Valor Acrescentado Bruto (VAB) registado nas empresas não financeiras, verifica-se que esta quebra não foi tão abrupta para Vila Nova de Famalicão quando comparada com os valores relativos à média nacional ou regional.

Famalicão destaca-se pelo primeiro lugar a nível nacional e regional na densidade de empresas por km²

O concelho colocava-se no 5º lugar a nível regional, em 2012, quando analisado o valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.





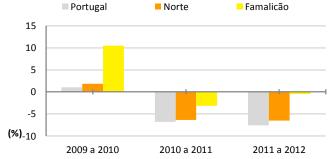


Ilustração 2 — Evolução do valor acrescentado bruto (VAB) das empresas não financeiras

Apesar do aparecimento da crise económica e financeira, destaca-se o aumento, verificado entre 2009 e 2012, do volume de negócios das empresas não financeiras no sector das indústrias transformadoras, compensando as perdas verificadas noutros sectores e traduzindo-se no crescimento do valor global.

Considerando o número de empresas existentes em 2011, verifica-se que o predomínio das empresas de comércio por grosso e a retalho, as indústrias transformadoras e a construção civil, predominando ao nível das indústrias transformadoras, a indústria do vestuário (31,8%), a fabricação de têxteis (19,9%), a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (9,9%), e as indústrias alimentares (6,3%).

[INDICADORES]

- Ranking Nacional nas 1.000 maiores empresas:
 - Empresas de Famalicão= 17
 - Volume de negócios= 1.621 milhões de euros
 - Volume de exportações= 1.072 milhões de euros
- Empresas existentes em 2011=12.377 das quais:
 - Comércio por grosso e a retalho= 27,46%
 - Indústrias transformadoras= 13,63%
 - Construção civil= 8,41%

(INE E DIÁRIO ECONÓMICO, 2011)

Predomínio das indústrias transformadoras no conjunto do tecido empresarial.

Um concelho produtor!





Indicadores

- Número de empresas não financeiras:
 - 2009= 12.642 (3,34% das empresas existentes na Região Norte e a 1,05% das empresas nacionais)
 - 2012= 11.955 (3,44% das empresas existentes na Região Norte e a 1,12% das empresas nacionais)
- Balanço entre a constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas em 2013= 325 empresas
- Variação na constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas entre 2012 e 2013= 31 %

(INE-SISTEMA INTEGRADO DE CONTAS)

Concelho empreendedor e dinâmico na constituição de novas empresas e projetos Entre 2009 e 2012 observa-se a diminuição do número de empresas não financeiras sediadas em Vila Nova de Famalicão, passando de 12.624 para 11.955, representando um decréscimo de cerca de 5,4%.

A diminuição do número de empresas existentes seguiu a tendência verificada a nível regional e nacional, de 8,14% e 11,34% respetivamente, não apresentando no entanto uma diminuição tão significativa quando comparada com a média destes dois territórios, verificando-se ainda o aumento comparativo da importância do sector empresarial de Famalicão na região e no país.

Apesar da referida diminuição no número total de empresas ao longo dos últimos anos e da considerável dissolução de pessoas coletivas ou equiparadas, a dinâmica empresarial de constituição de novas empresas tem-se mantido ao longo dos tempos.



Ilustração 4 — Balanço entre constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (INE)

Sem deixar de sofrer uma ligeira oscilação, a constituição de novas empresas sob a forma de pessoa coletiva ou equiparada tem sido superior ao número de dissoluções, em representação de um empreendedorismo industrial forte e não desistente, mesmo perante situações de intensa crise económica, demonstrando uma incomparável "resiliência industrial".

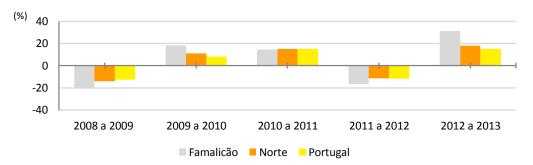


Ilustração 5 – Evolução da constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (INE)

A importância destes sectores económicos reflete-se, para além do número de empresas existentes, na produção e mão de obra empregue. Uma mão de obra fortemente caracterizada pelo "saber-fazer industrial" resultante da tradição nas atividades industriais.



A "indústria ao domicílio", que caracterizou durante largas décadas o tecido empresarial famalicense através da coexistência e da complementaridade entre várias unidades industriais domésticas, surge atualmente traduzida numa cultura empresarial, com a transformação da atividade de produção "caseira" numa atividade empresarial/industrial, e expressa na forte vitalidade e dinamismo empresarial.

Nalguns sectores de micro indústria, assiste-se a um movimento de transformação de uma indústria "caseira" para um dinamismo de modernização

TRADIÇÃO DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA E EMPRESAS SATÉLITE

1890 – Assinaladas, no inquérito industrial, 26 oficinas relacionadas com o sector têxtil (fiação e tecelagem) e 627 unidades de tipo caseiro

A diversidade da dimensão empresarial, onde predominam as micro, pequenas e médias empresas, dinâmicas e flexíveis, surge como fator de adaptação do sector têxtil, em estreita colaboração e cooperação ao nível da subcontratação e assentes em sinergias com grandes empresas nacionais e internacionais, flexibilizando a reconversão tecnológica e a abertura a novos mercados.

Destaca-se por isso o número de empresas constituídas por empresários em nome individual e trabalhadores independentes, e o número de empresas com menos de 10 funcionários, que corresponde a cerca de 94% das empresas.

Este território de pequenas e médias empresas é dotado de um conjunto de sinergias próprias, com um denso e variado tecido empresarial, caracterizado pela proximidade existente entre as pessoas, facilitadoras da conjunção de esforços na troca de conhecimento e experiências e no recrutamento de mão de obra.

O sector têxtil continua a apresentar-se como o maior empregador integrado no grupo das indústrias transformadoras, responsável por empregar 47,96% da população.

Indicadores

- Empresas não financeiras com menos de 10 funcionários em 2012= 94%
- Empresas não financeiras constituídas por empresários em nome individual e trabalhadores independentes= 65%
- Número pessoas ao serviço em 2012:
 - Indústria transformadora= 23.323 pessoas (47,96%)
 - Comércio por grosso e a retalho=
 9.243 pessoas (19%)
 - Construção civil= 4.410 pessoas (9,07%)

(INE)

SABER-FAZER TÉCNICO E INDUSTRIAL

1943 – Terceiro maior concelho com concentração de unidades têxteis (apenas ultrapassado por Porto e Guimarães)

1947 – 20% da população empregada na indústria têxtil

1971 e 1984 – Distribuição do emprego	Ano 1971	Ano 1984
Indústrias da alimentação	1,9%	3,8%
Têxteis, calçado e vestuário	78,4%	74,6%
Químicas, borracha e plásticos	6,7%	5,7%
Máquinas e equipamentos	5,9%	10,6%



Em 2011, Famalicão possuía uma taxa de atividade de 51,27%, com 68.616 ativos, dos quais cerca de 85% se encontravam empregados. Estes empregados ativos encontram-se na sua maioria no sector secundário, apesar de se ter verificado nas últimas décadas a terciarização da economia, com o crescimento da oferta de serviços acompanhado com o aumento da população ativa no sector terciário.

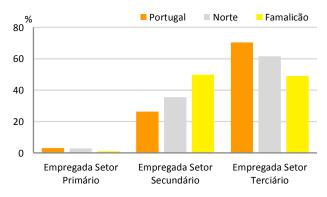


Ilustração 6 – População economicamente ativa em 2011 (INE)

Tal como referido, ao longo das últimas décadas verificou-se a diminuição da média do pessoal ao serviço por empresa, decorrente do processo de reestruturação e modernização das empresas existentes.

A constante tendência de modernização empresarial encontra-se intimamente associada ao "saber-fazer técnico e industrial" resultante do contínuo desenvolvimento das atividades industriais ao longo das décadas, difundido pela "indústria ao domicílio", com incidência sobre o sector do têxtil e refletido numa qualificação informal da mão de obra, elevando o know-how local no sector do têxtil.

INICIATIVA E DINÂMICA INDUSTRIAL

1845 – Identificação, no inquérito industrial, de algumas "fábricas e oficinas que trabalhavam em ponto grande", com produção superior ao nível de consumo local

ESPÍRITO EMPREENDEDOR E TRADIÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

1892 – Constituição da fábrica de relógios Boa Reguladora

1895 – Transferência da fábrica de relógios para Vila Nova de Famalicão

1905 – Empresa Têxtil Elétrica - surge a primeira fábrica nacional com trabalho eletrificado, com energia produzida através de uma central hidráulica acoplada a um gerador elétrico, impulsionando o aparecimento de novas unidades industriais e a eletrificação da iluminação pública

1920 – Intensificação da instalação de unidades industriais, apresentando-se como uma forte dinâmica fabril que se manifesta num "surto industrial resultante da mancha de eletrificação"

1922 – Aparecimento das primeiras confeções, como a Fábrica de Louredo

1927 – Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Pele procura especialização dentro do sector têxtil

O contínuo crescimento dos sectores de atividade considerados tradicionais reflete-se em competências para a incorporação tecnológica. Desde a inicial manufaturação artesanal de fiação até às exigências de trabalhos, do presição e tacido industrial

trabalhos de precisão, o tecido industrial, diversificado e dinâmico, foi sempre transposto para um novo patamar mais moderno e competitivo.

Crescimento dos sectores tradicionais com incorporação tecnológica

Esta tradição de empreendedorismo e inovação tecnológica enquanto forma de adaptação a novas realidades resulta da convivência natural com processos de industrialização e com a introdução de novas tecnologias.

A preocupação e o trabalho desenvolvido na componente da inovação é visível quando analisados os dados dos projetos aprovados no âmbito do QREN. Entre 2008 e 2013, foram aprovados em Famalicão 211 projetos que representaram um investimento elegível de 241 M€, dos quais cerca de 95% corresponderam a investimento no sector industrial (228 M€), enquanto na Região Norte o investimento no sector industrial foi apenas cerca de 68% do investimento elegível total.



Tabela 1 - Projetos aprovados QREN (2008-2013)

PROJETOS APROVADOS			INVESTIMENTO ELEGÍVEL	FINANCIAMENTO
Famalicão	Total	211	241.450.250 €	95.656.982 €
	Indústria	116	228.347.323 €	87.696.429 €
Norte	Total	5248	3.186.458.886 €	1.595.201.404€
	Indústria	2442	2.193.958.166 €	1.046.515.933€
Famalicão	I&DT Empresas	14	3.037.072 €	1.523.067 €
	SI Inovação	54	222.280.732 €	86.202.357€
	SI Qualificação PME	143	16.132.446 €	7.931.558 €
	TOTAL	211	241.450.250 €	95.656.982 €

Famalicão destaca-se no investimento industrial do último QREN: 95% contra 65% na região Norte

A relevância do sector industrial no território famalicense é alavancada pela iniciativa privada, cuja dinâmica e perseverança se reflete em ações de contínua aposta e investimento. A dinâmica da iniciativa privada, com a implementação de novos projetos, é constatada na maior percentagem de candidaturas aprovadas neste sector, cerca de 54,98%. Refira-se o investimento elegível realizado (cerca de 91%), perante uma taxa de financiamento no sector industrial de 38,4% em Famalicão, inferior à registada para a Região Norte de 47,7%.

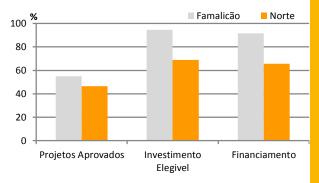


Ilustração 7 – Projetos no sector industrial (2008-2013)

Considerando o Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE, entre 2008 e 2013, foram investidos cerca de 208 M€ (investimento elegível), nas áreas SI Inovação, I&DT Empresas e SI Qualificação PME, correspondendo a cerca de 9,69% do investimento realizado na Região Norte.

Tabela 2 – Projetos aprovados no programa Compete (2008 a 2013)

PROJETOS APROVADOS			Investimento Elegível	FINANCIAMENTO
SI Inovação	Famalicão	24	198.238.547 €	69.729.068€
	Norte	368	1.441.542.170 €	659.871.572 €
I&DT Empresas	Famalicão	5	2.747.937 €	1.306.867 €
	Norte	267	398.783.280 €	164.136.723€
SI Qualificação PME	Famalicão	38	7.173.964 €	3.278.358 €
	Norte	919	308.420.089 €	163.849.328€

No âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação, foram investidos em Famalicão cerca de 198 M€ (investimento elegível), distribuídos por 24 projetos, que correspondem a cerca de 9,23% do valor utilizado nesse período na Região Norte, dos quais apenas cerca de 35,17% foram financiados.

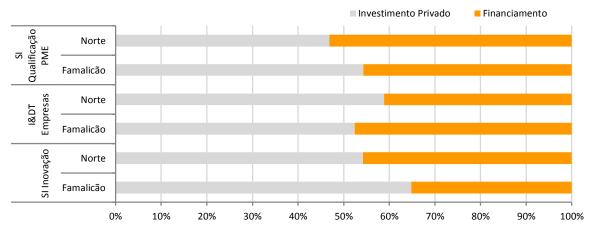


Ilustração 8 - Programa Compete (2008-2013)



Destaca-se, globalmente, o domínio do investimento no sector industrial, com 58 projetos, num total de 68, que corresponde a cerca de 98,71% do investimento elegível total.

Do âmbito do Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, que visa o crescimento e reforço do sistema científico e tecnológico, tornando-o mais competitivo e agilizando a articulação entre os centros de saber e as empresas, foram apoiados desde 2012, 3 projetos enquadrados no Sétimo Programa-Quadro de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração.

Quando analisadas as empresas/grupos com maior despesa em atividades de I&D, em 2011, surgem no ranking nacional: o CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal; o CENTI - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes; e a VIEIRA DE CASTRO - Produtos Alimentares S.A..

Tabela 3 – Empresas e instituições com mais despesa em atividades de I&D em 2011 (DGEEC) - ordenação decrescente

CITEVE - CENTRO TECNOLÓGICO DAS INDÚSTRIAS TÊXTIL E DO VESTUÁRIO DE PORTUGAL	CENTI - CENTRO DE NANOTECNOLOGIA E MATERIAIS TÉCNICOS, FUNCIONAIS E INTELIGENTES	VIEIRA DE CASTRO - PRODUTOS ALIMENTARES S.A.
2.954.650 €	1.538.850 €	726.158€
50º lugar: Empresas/Grupos com mais despesa intramuros em atividades de I&D em 2011	96º lugar: Empresas/Grupos com mais despesa intramuros em atividades de I&D em 2011	-
13º luga: PME's com mais despesa intramuros em atividades de I&D em 2011	35º lugar: PME's com mais despesa intramuros em atividades de I&D em 2011	95º lugar: PME's com mais despesa intramuros em atividades de I&D em 2011
9º lugar: Empresas/Grupos das indústrias de equipamentos, metalomecânica e outras com mais despesa intramuros em atividades de I&D em 2011	-	-
-	-	41º lugar: Empresas/Grupos das indústrias química, farmacêutica e agroalimentar com mais despesa

Vários têm sido os projetos europeus desenvolvidos na área da investigação, destacando-se a este nível o importante papel desempenhado pelo CITEVE.

O concelho caracteriza-se, desde sempre, pela colaboração industrial, inicialmente desenvolvida no processo de introdução da roda hidráulica para a produção de eletricidade e a sua utilização nos processos produtivos industriais, para os quais as empresas, em cooperação, constituíram cooperativas elétricas, muito antes da chegada da iluminação pública elétrica a algumas grandes cidades.

Centros Tecnológicos de referência

Tabela 4 – Projetos europeus com participação do CITEVE

Ano	ENTIDADE	Programa	PROJETO
2011	CITEVE	LdV	e-TEXLab
2011	CITEVE	POCTEP	EuroClustTex+
2011	CITEVE	FP7	My-Wear
2011	CITEVE	FCT	PIEZOTEX
2012	CITEVE	POCTEP	ALTERCEXA 2
2012	CITEVE	LdV	EMUVE
2012	NANOLAYER	FP7	NANOLAYER
2012	NANOLAYER	FP7	NANOLAYER
2013	CITEVE	SUDOE	FIBNATEX 2
2013	CITEVE	CIP	SESEC
2013	CITEVE	IIE	SET
2013	CITEVE	LdV	SinnDesign
2013	CITEVE	LdV	IMAGING
2013	CITEVE	LdV	TEMPUS
2013	CENTI	FP7	ROADMARK

Atualmente encontram-se constituídas, no concelho, redes de relações empresariais e de investigação e desenvolvimento com ligações a nível regional, assinalando-se dois centros tecnológicos de referência internacional, designadamente: o CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal e do CENTI - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes.



COOPERAÇÃO

1930 – CEVE – Cooperativa Elétrica do Vale d'Este

1932 - CESSN - Cooperativa Elétrica de São Simão de Novais

1941 – Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão (ACIF)

1960 – FRUTIVINHOS - Cooperativa Agrícola de V. N. Famalicão, C.R.L.

1977 – Fagricoop - Cooperativa Agrícola e dos Produtores de Leite de V.N.Famalicão, C.R.L.

No associativismo empresarial merecem referência a constituição de duas cooperativas elétricas ainda em funcionamento, a Cooperativa Elétrica São Simão de Novais e a Cooperativa Elétrica do Vale d'Este, para além das duas cooperativas agrícolas e a associação de empresários e comerciantes.

A Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão (ACIF), orientada inicialmente para a defesa dos interesses dos comerciantes e empresários e alargando em 1996 a sua representação e os interesses dos industriais, constituiu com a Câmara Municipal, uma associação específica dedicada à revitalização do centro urbano da cidade e do seu comércio tradicional, o "Centro Urbano de Famalicão".

Exploração e experimentação no fazer técnico e prático, capacidade de importação de tecnologia e crescente qualificação de competências da população

A capacidade de exploração e de experimentação no fazer técnico e prático e a capacidade de importação de tecnologia e conhecimento foi, ao longo de todo o processo de desenvolvimento do sector têxtil, uma clara vantagem em interação constante com a forma de estar e viver da comunidade.

INDICADORES

- Cooperativas agrícolas:
 - Frutivinhos Cooperativa Agrícola de V. N. Famalicão, C.R.L., com 2 sectores (vinho e kiwi) e 442 cooperadores
 - Fagricoop Cooperativa Agrícola e dos Produtores de Leite de V. N. Famalicão, C.R.L, com 5 secções (produtos, equipamentos e serviços para a agricultura, pecuária, produção de leite, vitivinicultura e silvicultura)
- ACIF Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão:
 - Sócios inscritos= 3.486
 - Sócio ativos= 1.023
- Cooperativa Elétrica São Simão de Novais= 3.278 sócios

Inicialmente caracterizada por uma população de fracas qualificações, entre 1981 e 2011 verificou-se uma alteração significativa das habilitações da população, processo não alheio ao movimento geral de qualificação da sociedade portuguesa.

Assim, e apesar de se verificar ainda um valor reduzido de população empregada com o ensino superior, observa-se o predomínio da população com o ensino secundário, seguido da população com o 3º ciclo do ensino básico, fruto do esforço efetuado nas últimas décadas para aumentar a escolaridade da população residente.

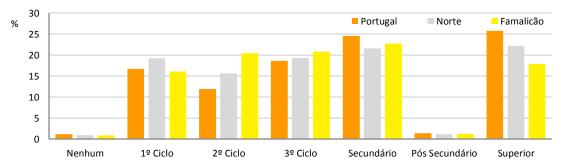


Ilustração 9 – População residente, empregada, por nível de escolaridade (INE)



Indicadores

- Qualificação da população empregada em 2011:
 - Nenhum= 0,85%
 - 1º Ciclo= 16,07%
 - 2º Ciclo= 20.46%
 - 3º Ciclo= 20,82%
 - Secundário= 22,70%
 - Pós-Secundário= 1,26%
 - Superior= 17,84%
- Participação em cursos de educação e formação para adultos:
 - 2006/2007= 21% dos participantes da Região Norte
 - 2011/2012= 6% dos participantes da Região Norte
- Taxa de analfabetismo:
 - 1981= 14,9%
 - 2001= 6,7%
 - 2011= 4%

(INE)

A participação de indivíduos com mais de 18 anos de idade em cursos de educação e formação de adultos tem registado um aumento ao longo dos anos. Famalicão destaca-se quando analisada e comparada a percentagem do número de participantes dos vários concelhos da Região Norte. Em 2006/2007, Famalicão foi o concelho com mais participantes, e em 2011/2012, o terceiro concelho com mais participantes nos cursos referidos, apenas ultrapassado por Porto e Braga.

O quadro de partida de baixas qualificações da população ativa decorriam de uma estrutura socioeconómica com predominância da atividade agrícola de subsistência e minifundiária, da construção civil e das atividades industriais de mão de obra intensiva, pouco exigente em termos de qualificações.

Este enquadramento foi-se progressivamente alterando com a qualificação do sector secundário (decorrente da modernização e especialização do sector industrial) e com o aumento da importância do sector terciário, mantendo o concelho nas últimas décadas uma taxa de analfabetismo em contínua diminuição e apresentando atualmente uma percentagem inferior à taxa registada para a Região Norte e para o território nacional.

Maior valor percentual de participantes em cursos de educação e formação na Região Norte e terceiro em número absoluto.

Porventura, como indicador do aumento de qualificação da população, da aquisição de novas competências e da sua adaptação e modernização às novas tecnologias, note-se o crescimento contínuo na entrega das declarações de IRS online, que, tendo seguido a tendência regional e nacional, tem apresentado valores acima da média.

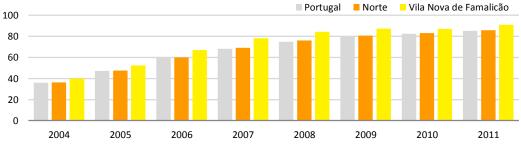


Ilustração 10 - Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues online (%) (INE)

Perante uma cultura local que valoriza o empreendedorismo e a iniciativa empresarial, esta é potenciada por uma mão-de-obra cada vez mais eficiente e diversificada e por uma população jovem e dinâmica.



A disponibilidade da mão de obra é constatada pelo valor da população em idade ativa e pelo índice de renovação da população em idade ativa. Famalicão apresenta uma taxa de atividade de 51,3%, valor superior ao da média nacional e regional (ambas com 47,6%).

Apresentando uma taxa de envelhecimento abaixo da média, a maioria da população famalicense insere-se no grupo etário 25-65 anos, onde se encontram cerca de 59,11%. Apenas 12% da população residente possui mais de 65 anos, enquanto este valor para a Região Norte é de 18,12% e de 17,87% para Portugal. Cerca de 28,12% da população possui menos de 25 anos, destacando-se ainda a percentagem de população com idade inferior a 15 anos, de 16,15% enquanto a média nacional é de apenas 15,93%.

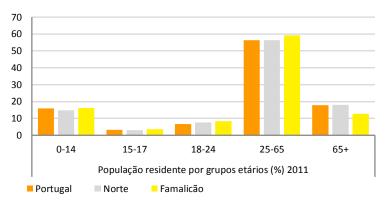


Ilustração 11 – População residente por grupo etário (INE)

Concelho está entre os quinze concelhos mais jovens do país

Para além da importância desta população com idade inferior a 25 anos, a idade média da população residente é inferior à média

regional e nacional, encontrando-se Famalicão no grupo dos 15 concelhos a nível regional com a idade média da população residente mais reduzida. Simultaneamente, o concelho apresenta uma percentagem de população com idade inferior a 25 anos superior à referência regional e nacional.

A mão de obra jovem merece realce, comprovado pelo número de indivíduos em idade ativa por idoso, superior à média nacional, e pelo índice de envelhecimento da população, que, apesar de ter sofrido um aumento nas últimas décadas, mantém-se abaixo dos valores de referência regionais e nacionais.

Ao longo da história, muitas têm sido as crises que afetaram a região, com relevantes impactos na sua economia e sociedade, das quais resultaram diversos processos de adaptação e reconversão. Como exemplo, a crise política e económica de 1890 abriu um mercado favorável à exportação da indústria nacional (para o ultramar), impulsionando e ativando a indústria local com o aparecimento de novas empresas.

INDICADORES

- Taxa de atividade em 2011= 51,27%
- Índice de renovação da população em idade ativa:
 - Famalição= 97
 - Região Norte= 91,9
 - Portugal= 88,8
- População em idade ativa (15 aos 64 anos):
 - Famalicão= 70,6%
 - Portugal= 65,9%
- Indivíduos em idade ativa por idoso:
 - Famalicão= 5,1
 - Portugal= 3,4
- Índice de envelhecimento (nº):
 - Famalicão= 91,9
 - Região Norte= 118,9
 - Portugal= 131,1
- População com idade inferior a 25 anos:
 - Famalicão= 28,12%
 - Região Norte= 25,51%
 - Portugal= 25,75%
- Idade média da população:
 - Famalicão= 39,15
 - Região Norte= 40,97
 - Portugal= 41,83

(INE, 2012)



Indicadores

- Ranking das exportações em 2013:
 - Regional= 1º lugar
 - Nacional= 3º lugar
- Importações 2011= 854.658.828 € representando:
 - Peso regional= 6,7%
 - Peso nacional= 1,4%
- Importações 2013= 386.353.381 €
- Exportações 2011= 1.432.461.452 € representando:
 - Peso regional= 8,94%
 - Peso nacional= 3,3%
- Exportações 2013= 1.645.078.440 €

(INE)

Também após a longa crise dos anos 50 no sector têxtil, ocorreu uma reconversão produtiva, em que o sector foi alvo de um forte impulso ao nível da exportação, que se traduziu no redimensionamento e na modernização dos equipamentos, da diversificação produtiva e da organização administrativa, adaptando-se a novos mercados mais exigentes.

Na sequência desta dinâmica de internacionalização e exportação, e apesar da forte diminuição ocorrida entre 1993 e 2001, o concelho tem apresentado uma evolução positiva no valor dos bens exportados.

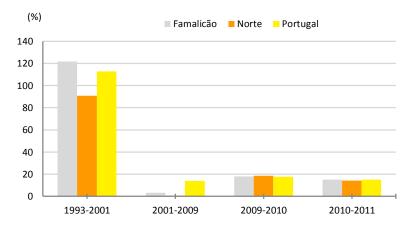
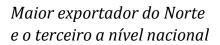


Ilustração 12 — Evolução das exportações (INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens)

Atualmente, considerando dados de 2011, o valor dos bens importados pelas empresas sediadas em V. N. Famalicão representa cerca de 1,4% das importações nacionais, enquanto, por outro lado, as exportações representam cerca de 3,3% das exportações nacionais, sendo clara a importância da atividade económica concelhia no equilíbrio da balança comercial nacional.

Vila Nova de Famalicão apresenta-se assim como o terceiro concelho mais exportador do país, apenas ultrapassado por Lisboa e Palmela, e como o maior exportador da Região Norte.



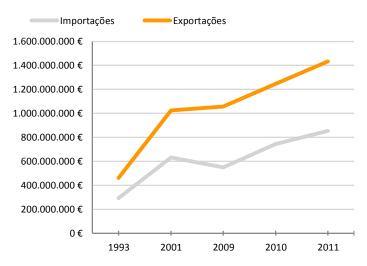


Ilustração 13 — Valor de importações e exportações (INE - Estatísticas do Comércio Internacional de Bens)

Existem no território concelhio cerca de 1.250 empresas internacionalizadas, das quais 21%

pertencem ao sector têxtil e do vestuário. Vale a pena referir o crescimento nos sectores da eletrónica e das tecnologias de informação e comunicação.



A internacionalização do sector industrial, registada já desde o século passado, inspirou fortes hábitos de importação de conhecimento, transpondo-se para uma relevante tradição e capacidade exportadora.

A internacionalização da atividade empresarial é percetível quando analisados os valores dos bens transacionados com o exterior (importados e exportados), com o contínuo crescimento dos mesmos, mantendo-se sempre o valor dos bens exportados superior aos dos bens importados.

O destino das exportações segue a tendência nacional predominando as trocas comerciais com países da UE (intra-UE). Ao nível do comércio externo de âmbito europeu, os principais países clientes são a Alemanha, Espanha, França, Reino Unido e Bélgica. Por outro lado, nas relações comerciais fora da União Europeia (extra-UE), destaca-se a ligação com o mercado norteamericano.

Ao longo de todo o século XX, as referências à crise do Vale do Ave, associadas ao sector têxtil, foram uma constante. Contudo, a capacidade de adaptação, a capacidade de resistência a adversidades permitiu manter a produção e a exportação nas

INDICADORES

- Saldo líquido da balança comercial em 2013= 808 milhões de euros:
 - Ranking regional= 1º lugar
 - Ranking nacional= 2º lugar
- Empresas internacionalizadas em 2011= 1.250
- Comércio intra-UE em 2012:
 - Importações= 73,91%
 - Exportações= 80,85%
- Comércio extra-UE em 2012:
 - Importações= 26,09%
 - Exportações= 19,15%

(INE)

áreas existentes e em novas áreas após reconversões do meio socioeconómico. Estas reações como que resultaram em capacidades cada vez mais desenvolvida de adaptação e enfoque perante um contexto estrutural de crise permanente, em que a situação de instabilidade passou a ser considerada típica e não é por isso limitante ou constrangedora de ação.

Estamos perante um

TERRITÓRIO TECNO-INDUSTRIAL,

conectado com o meio exterior, dinâmico e empreendedor!





1.2. TERRITÓRIO, AMBIENTE, CLIMA, ENERGIA, MOBILIDADE

Integrado no vale do Rio Ave e abrangendo 201,59km2, o território de Vila Nova de Famalicão é caracterizado por alguns elementos significativamente estruturantes, designadamente: o Rio Ave, a rede ferroviária e suas linhas, a rede de autoestradas e os seus nós, e a rede rodoviária nacional de ligação às

cidades circundantes. Como elemento distintivo apresenta uma ocupação dispersa e fortemente integrada na rede viária principal e uma interconexão contínua de forma intercalada entre áreas de características e

Espaço de interconexão entre áreas de características e funções específicas

funções específicas, designadamente entre os espaços difusos de carácter agrícola, florestal, industrial e residencial e urbanos de baixa, média ou alta densidade, que se intersetam e fundem num todo coerente. Um território alternado entre os inundáveis vales agrícolas e as cumeadas florestadas de antigos castros. Tem na delimitação administrativa civil a influência das divisões eclesiásticas.

OCUPAÇÃO TERRITORIAL DINÂMICA

Idade do Ferro - 12 povoados castrejos

1016 – Referência histórica a Vermoim (com castelo e aro territorial circundante)

1085-1091 – Julgado/Terra de Vermoim integrava 80 paróquias e igrejas (para a legislação canónica bastava a existência de cerca de 15 fogos ou famílias para se poder constituir uma nova paróquia, ainda assim, este território seria já na altura consideravelmente povoado, caracterizado pela dispersão e densidade paroquial)

Os vestígios da ocupação castreja surgem pontuados por todo o território, apresentando-se já, nessa altura, como um território densamente ocupado. Posteriormente, aquando da chegada e instalação dos romanos ao Norte de Portugal, a integração e proximidade a Bracara Augusta terá sido responsável pela evolução ocorrida na altura, marcada pela atual existência de alguns testemunhos da sua presença, dos quais se destacam os marcos miliários que marcariam a rede viária imperial que ligava Olisipo (Lisboa) a Bracara Augusta (Braga).

[INDICADORES]

- Densidade de aglomerados em 2012:
 - Famalicão= 2,79 lugares por hectare
 - Região Norte= 0,61 lugares por hectare
 - Portugal= 0,29 lugares por hectare

(INE)

A diocese de Braga era caracterizada por uma vitalidade religiosa e cultural, expressa pela constituição de inúmeras paróquias que testemunhavam a rapidez e o vigor da difusão do cristianismo. Apesar dos períodos de insegurança, o território foi desde esta altura fortemente povoado, com a presença de numerosos núcleos populacionais dispersos que foram crescendo e o foram ocupando.

A existência de um elevado número de paróquias e a ocupação do território por uma quantidade considerável de mosteiros traduz a tendência geral de crescimento demográfico registado na altura e a relevância histórica que assumem atualmente alguns aglomerados urbanos como Joane, Landim ou Vermoim. Dessa ocupação dispersa mas intensa resultaram imensos pequenos aglomerados, com uma densidade superior à média regional e nacional.



O território concelhio, constituído pelo Foral de D. Sancho I em 1025, foi sendo ao longo do tempo alterado nos seus limites administrativos civis e diocesianos/eclesiásticos e nas freguesias que o integravam, evidenciando-se dessa forma as relações existentes entre os diversos aglomerados (paróquias e freguesias) com os territórios vizinhos que nessa altura terão surgido e que ainda hoje permanecem.

Famalicão na confluência de eixos de comunicação fundamentais

O núcleo urbano de Famalicão desenvolveu-se na confluência de eixos viários fundamentais e apresenta-se

no centro geográfico do território concelhio, tendo sido determinantes para a evolução e o crescimento da cidade e para a relevância do seu território as dinâmicas sociais e económicas ocorridas, das quais se destaca o contínuo processo de industrialização.

OCUPAÇÃO TERRITORIAL DINÂMICA E CENTRALIDADE REGIONAL

1850 - Estrada Porto-Braga

1875 – Linha ferroviária do Minho

1881 – Linha ferroviária Porto-Póvoa do Varzim-Famalicão

1909 – Inauguração da iluminação pública elétrica na cidade

É indiscutível a localização privilegiada deste concelho no Litoral Norte, assim como a sua acessibilidade a um variado grupo de infraestruturas de transporte. De uma forma direta e imediata encontra-se acessível a rede de autoestradas (A3 e A7) e próximos os portos de Leixões e Viana do Castelo e os aeroportos do Porto e Vigo.

Tal como sucedeu aquando da construção da linha ferroviária, que deu origem ao aparecimento de novas indústrias em Famalicão (na contiguidade à estação ferroviária), também a existência das infraestruturas de transporte e as boas acessibilidades tem facilitado a escolha deste concelho para instalação de empresas e de residência, transpondo-se mesmo esta centralidade e forte acessibilidade para a imagem que a comunidade possui sobre este território.

Reconhece-se que as infraestruturas de transporte sempre foram cruciais para o desenvolvimento territorial, proporcionando a circulação de pessoas e bens e garantindo a conexão com boa relação tempo-distância com os grandes núcleos urbanos prestadores de serviços mais especializados.

Famalicão surge no contexto regional com um papel relevante, uma cidade do Vale do Ave, de ligação/transição entre o Porto e o Minho (a caminho de Braga e Guimarães), enquanto elemento do triângulo composto por Trofa e Santo Tirso e enquanto elemento do Quadrilátero Urbano (com Guimarães, Barcelos e Braga).

[INDICADORES]

- Principais acessos rodoviários:
 - A3 (Porto-Valença)
 - A7 (Póvoa do Varzim-Chaves)
- Distância a grandes centros urbanos:
 - Porto= 30 km, 20 minutos
 - Braga= 20 km, 20 minutos
 - Viana do Castelo= 60 km, 40 minutos
 - Vigo= 110 km, 1 hora
- Acessos ferroviários:
 - Linha do Norte
 - Linha do Minho
 - Ligações a Valença, Braga,
 Guimarães e Porto
- Outras infraestruturas:
 - Aeroporto Francisco Sá Carneiro= 38km
 - Aeroporto de Vigo= 110km
 - Porto marítimo de Leixões= 43km
 - Porto marítimo de Viana do Castelo= 74 km



Indicadores

- Hierarquia de centros urbanos= 9º lugar no ranking nacional
- População nas áreas de influência dos centros urbanos para as funções muito especializadas= 29º lugar no ranking nacional
- População nas áreas de influência dos centros urbanos para as funções especializadas= 18º lugar no ranking nacional

(INE, 2004)

No estudo do INE "Sistema Urbano: áreas de influência e marginalidade funcional da Região Norte" (2004), esta centralidade territorial foi bem referida. Famalicão destaca-se no âmbito da análise aos vales sub-regionais que envolvem a Área Metropolitana do Porto, pois a complexidade do sistema metropolitano centrado no Porto não se esgota nos centros formalmente integrados na área metropolitana, alargando-se para Nordeste, onde, para além da dependência direta ao Porto, se desenvolvem lógicas de dependência/integração que alargam indiretamente este subsistema até cidades como Braga ou Vila Nova de Famalicão. Destacam-se, assim, a integração de Vila Nova de Famalicão e Guimarães que, com Santo Tirso e Vizela, constituem um espaço de interação com o Porto.

9º lugar no ranking nacional de centros urbanos (2004)

Famalicão, em 2004, posicionava-se em 9º lugar no ranking da hierarquia nacional de centros urbanos, surgindo esta centralidade como um reflexo da extensão das funções prestadas pelo lugar central, pois os centros urbanos que prestam funções mais raras e mais especializadas apresentarão índices de centralidade mais elevados. Dos 106 centros urbanos da região, Famalicão destacava-se por dispor de 116 serviços, logo a seguir a Vila Nova de Gaia que dispunha de 117 e que se incluía no grupo dos principais centros urbanos nacionais.

As funções que Famalicão possui enquanto centro urbano e o seu papel à escala regional resultam desta sua capacidade de atração (de população e funções) que foi sendo consolidada com o seu crescimento e ao longo da sua evolução histórica.

O percurso de construção de cidade é pontuado pelo atravessamento deste núcleo urbano pela estrada Porto-Braga, em 1920, e dois espaços públicos de notável importância, o Jardim dos Paços do Concelho e a Praça D. Maria II, associando-se ao primeiro o edifício da Câmara Municipal e Tribunal e sendo o segundo identificado como "Campo da Feira", onde os vendedores ambulantes se associavam aos comerciantes locais e cuja frequência atual é bastante notável.

A chegada da linha ferroviária à cidade, com a implantação da estação ferroviária na extremidade poente da cidade, e a abertura de uma nova via de ligação direta entre o centro do aglomerado e a referida estação, promoveram o crescimento para poente, tornando-se a Avenida da Estação em mais um dos principais eixos estruturantes da cidade, alinhada com a estrada de ligação à cidade de Guimarães.

Esta localização garante a excelente acessibilidade ferroviária à cidade, afastada a 1km do Centro Coordenador de Transportes (de transporte rodoviário coletivo de passageiros), e o respetivo acesso pedonal a todo o aglomerado urbano e os seus principais equipamentos a uma distância média de 1km e a cerca de 15 minutos a pé.

CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO AGLOMERADO URBANO

1909 – Inauguração da iluminação pública elétrica na cidade

1920 – Estrada Real, Jardim dos Paços do Concelho e Campo da Feira

1875 – Inauguração da Estação Ferroviária

1972 – Fundação Cupertino de Miranda

Década de 1970 – Avenida Marechal Humberto Delgado



A abertura da Estrada Real (Porto-Braga), em meados do século XIX, constitui-se como novo eixo urbano estruturante do aglomerado de Vila Nova de Famalicão, e a partir do qual surgiram novos processos de urbanização, com a implantação de edifícios residenciais, comerciais e de serviços, equipamentos e espaços públicos.

A densa ocupação urbana ao longo deste eixo e a sua considerável utilização, enquanto elemento rodoviário de importância regional, motivou o aparecimento da Avenida Marechal Humberto Delgado, inicialmente a funcionar como variante à Estrada Real mas rapidamente transformada em avenida urbana, resultante do rápido crescimento da cidade e por ela absorvida.

O atual núcleo histórico da cidade é pois constituído por diversos espaços públicos e edifícios que marcaram as diversas fases da evolução da cidade. O crescimento foi determinado pela criação de novos eixos rodoviários nos quais assentaram as novas ocupações, sem que esta pressão urbanística assomasse as proporções de outras cidades, decorrendo de forma menos compacta e permitindo a existência de espaços não ocupados, transformados em espaços públicos sob a forma de praças e jardins, e que asseguram atualmente as amenidades urbanas.

Dotada de diversos espaços públicos e de espaços verdes qualificadores do espaço urbano, a imagem da cidade foi fortalecida a nível regional com a criação do Parque da Devesa, cujo processo de reabilitação urbana se apresenta como um exemplo, reconhecido a nível nacional, de boas práticas de regeneração urbana. Este recente processo de regeneração urbana abrangeu a parte nascente da cidade e implementou, sob a forma de uma parceria entre o Município e outras quatro entidades, um programa

Reabilitação urbana do Parque da Devesa reconhecida a nível nacional como exemplo de boas práticas de ação, do qual se destacavam as intervenções de reabilitação e as ações de educação e sensibilização ambiental.

Um processo inovador e bem-sucedido em relação às práticas correntes de gestão urbana. Desta experiência resultou uma nova dinâmica que se instalou na comunidade civil e

institucional, decorrente: do processo de partilha de uma imagem e objetivos comuns entre os parceiros para esta parte do território; do processo participativo da comissão local de acompanhamento, de carácter consultivo e composto por entidades locais não financeiramente beneficiadas que promoviam a recolha e transmissão de informação com os cidadãos; e do forte envolvimento da comunidade e de agentes públicos e privados na resolução de problemas da cidade, através da articulação de ideias e recursos.

As práticas de parceria na governança urbana encontram-se já presentes na associação da Câmara Municipal e da ACIF para o Centro Urbano, assumindo um importante papel na confluência de interesses entre entidades públicas e privadas e na dinamização e promoção da cidade, dos seus espaços e funcionalidades, promovendo a cooperação entre atores e a coesão entre ações.

A cidade de Vila Nova de Famalicão possui aquilo a que se poderia designar de "ambiente de vila", sentido e reconhecido pela sua população, apresentando-se como uma urbe acolhedora, de fortes relações e convivências sociais/comunitárias, sem graves problemas de segurança ou de congestionamento, com acesso próximo a diversos serviços e equipamentos urbanos, dotada de bons espaços de lazer, ambiente calmo e tranquilo, com um comércio tradicional ativo e valorizado, e com frequência de visitantes e utilizadores em passeio e lazer.

A ocupação linear apoiada na rede viária promoveu a concentração de atividades nos seus cruzamentos, cuja consolidação urbana deu origem à criação das três vilas existentes no concelho.



INDICADORES

- Lugares estatísticos em 2011:
 - 562 lugares
 - 2,79 lugares por hectare (3ºmais elevado da região)
 - média da Região Norte= 0,61 lug/ha
 - média nacional= 0,29lug/ha

(INE)

Assim, neste sistema policêntrico, destaca-se o núcleo urbano da cidade de Famalicão, as três vilas e alguns aglomerados que correspondem a freguesias bastante dinâmicas, dotadas de áreas industriais informais e valorizadas por áreas de comércio, equipamentos e serviços.

Caracterizada por possuir um núcleo urbano singular, a natureza e o grau de consolidação da Vila de Riba de Ave associa-se à sua origem industrial e a todo o processo de desenvolvimento a ela associado, relacionado com a habitação para os operários e os diversos equipamentos e serviços de apoio. A consolidação deste núcleo urbano foi fortemente impulsionada pela indústria têxtil da qual se destaca a criação, no final do século XIX, da fábrica Sampaio Ferreira e Companhia Limitada.

Situada sobre as margens do Rio Ave, Riba de Ave foi uma das primeiras localidades de Portugal a beneficiar de eletricidade e iluminação pública elétrica, impelida pelo pioneirismo da sua indústria têxtil. As vilas de Ribeirão e Joane apresentam-se enquanto núcleos urbanos em consolidação, destacando-se os processos nelas ocorridos ao longo dos últimos anos, relacionados essencialmente com a melhoria das acessibilidades e com o aumento da oferta de equipamentos e serviços, extravasando as suas áreas de influência os limites administrativos do concelho.

As três vilas apresentaram um crescimento positivo da população entre 2001 e 2011, surgindo Ribeirão com o maior valor de população residente com cerca de 8.828 habitantes, logo seguindo-se Joane com 8.089, e Riba de Ave com 3.425 residentes.

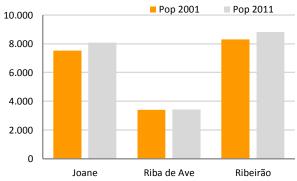


Ilustração 14 – Evolução da população residente (INE)

Elevada densidade populacional nas vilas

Resultante desta forte ocupação humana, a densidade populacional para estes três

aglomerados é bastante superior à média municipal (663,9hab/km2), destacando-se Riba de Ave com 1.242,2hab/km² e Joane com 1.105,7hab/km², seguidos por Ribeirão com 857,9hab/km².

Dominando nas vilas o grupo etário entre os 15 e os 60 anos, que compreende mais de 60% da população, verifica-se de um modo geral a existência de uma população jovem, destacando-se Ribeirão e Joane por possuírem um índice de envelhecimento bastante reduzido, 64,5% e 65,9% respetivamente, em relação à média concelhia (85,3%) e um índice de juventude bastante elevado, de 154,9% e 151,7%, quando comparado com o valor municipal, de 117,2%.

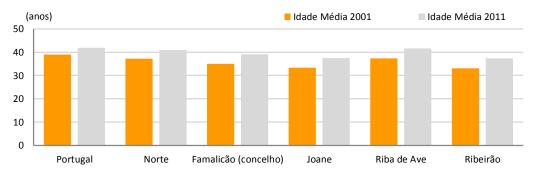


Ilustração 15 - População residente em 2011 (INE)



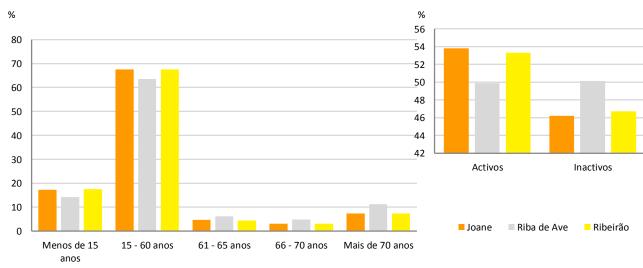


Ilustração 16 – Caracterização da população residente em 2011 (INE)

As ligações sociais e funcionais das vilas com os territórios adjacentes é confirmada pela duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante com valores inferiores às médias regionais e nacionais, tendo além disso sido verificada uma diminuição favorável entre 2001 e 2011.

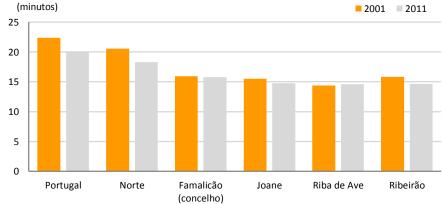


Ilustração 17 - Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por local de residência (INE)

Considerando a proporção de população residente que trabalha ou estuda noutro concelho, constata-se que a média registada localmente é inferior à registada a nível regional ou nacional. Apenas cerca de 23,59% da população precisa de sair do território para trabalhar ou estudar.

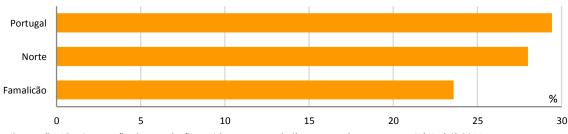


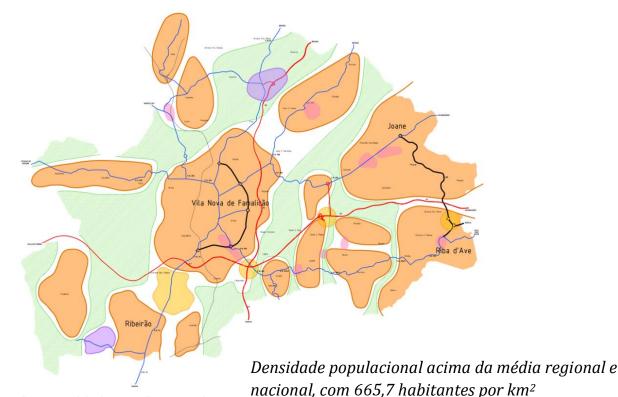
Ilustração 18 — Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) 2011

Tal como sucedeu com o crescimento da cidade, a ocupação urbana do território concelhio ocorreu amarrada e estruturada pela densa rede rodoviária existente,

Movimentos pendulares de curta distância e duração

influenciada pelos diversos fatores económicos e sociais.





llustração 19 — Modelo de ocupação territorial

56,68% da população concentrada em pequenos aglomerados até 2.000 habitantes

INDICADORES

- Densidade populacional em 2011:
 - Famalicão= 665,7 hab/km2
 - Região Norte= 173,2 hab/km2
 - Portugal= 112,6 hab/km2
- Concentração populacional em 2011:
 - População isolada= 0,67%
 - População em aglomerados até
 - 2.000 habitantes= 56.68%
 - População residente em aglomerados com mais de 2.000 habitantes= 42,65%

(INE)

Constata-se pois que uma maioria considerável da população vive "entre cidades", possuindo este território uma elevada concentração de lugares estatísticos por hectare — definidos no âmbito das operações censitárias e compostos por aglomerados populacionais com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria -, destacando-se a existência de uma maior percentagem de lugares de pequena e média dimensão (lugares até 1.999 habitantes e lugares entre 2.000 e 4.999 habitantes) em comparação com os dados regionais e nacionais.

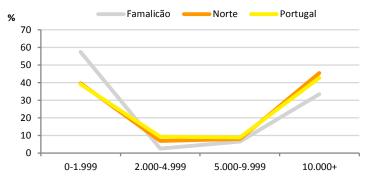


Ilustração 20 – População residente por dimensão dos lugares (INE)

A densidade populacional do território apresenta-se bastante acima da média regional e nacional, com 665,7 habitantes por km². A população concentra-se essencialmente em pequenos aglomerados até 2.000 habitantes nos quais reside cerca de 56,68% da população, enquanto a nível regional estes aglomerados possuem cerca de 38,52% da população e a nível nacional 37,36%.



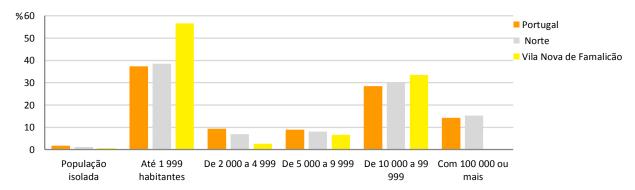


Ilustração 21 – Escalões de dimensão populacional (INE)

Apesar deste espaço fortemente ocupado possuir uma imagem de urbanização constante e contínua e não apresentar elementos naturais de dimensão e reconhecimento regional e nacional, predominam as áreas de solo rural em relação ao solo urbano.

Grande parte do solo encontra-se ocupado por áreas agrícolas e florestais, predominando ao nível da utilização urbana/construída a ocupação com edifícios habitacionais de carácter unifamiliar e com edifícios industriais.

É atualmente percetível na ocupação espacial a influência do seu núcleo urbano principal, dotado dos principais equipamentos e serviços, atravessado por uma rede rodoviária de importância regional e central em relação aos limites do concelho. Igualmente relevante é a importância das suas vilas, localizadas junto aos limites administrativos, com fortes ligações funcionais à sede do concelho e aos concelhos e cidades vizinhos, promovendo a interação, a partilha e a troca de produtos e serviços. Estes dois territórios encontram-se interligados por um "continuum urbanorural".

Toda esta forma de ocupação urbana dispersa do território é fortemente influenciadora da imagem criada pelos residentes e pelos visitantes.

Território disperso demonstra-se um território diverso, onde predominam a heterogeneidade da ocupação do solo e a sua multifuncionalidade

Um território que pode ser entendido como descontínuo e desestruturado poderá, no quadro do novo paradigma emergente, ser também encarado como um território com um maior potencial de sustentabilidade, onde coexistem em proximidade funções diversas que se inter-relacionam e complementam.

INDICADORES

- Plano Diretor Municipal em vigor:
 - solo urbano= 7.847ha (38,9%)
 - solo rural= 12.323ha (61,1%)
- Solo urbano em PMOT's na Região Norte:
 - 219.861 ha (10,3%)
 - 3,5% do solo urbano da região localizado em Famalicão
- Uso do solo:
 - edifícios multifamiliares= 1,1%
 - edifícios unifamiliares= 16,9%
 - edifícios comerciais= 0,3%
 - indústrias= 4,2%
 - equipamentos= 1,3%
 - espaços verdes públicos= 0,2%
 - terrenos agrícolas= 32,5%
 - áreas florestais= 31,9%
 - terrenos incultos= 7,1%
 - agropecuária= 0,2%

(LEVANTAMENTO DO USO DO SOLO, 2006)

- Densidade de alojamento dos núcleos urbanos= 95% do território possui <15 aloj/ha
- Compacidade territorial <1

A ocupação dispersa enquanto padrão de urbanização e industrialização difusa apresenta-se como um elemento potenciador para um desenvolvimento integrado. Uma mescla de urbano e rural, em que as estruturas económicas, sociais e ambientais se inter-relacionam promovendo a coexistência e a complementaridade entre atividades. Este território disperso é sobretudo um território diverso, onde predominam a heterogeneidade da ocupação do solo e a sua multifuncionalidade.



Ao contrário dos muitas vezes referidos e caracterizados territórios dispersos, neste território multifuncional e coberto por um vasto leque de equipamentos e serviços a proximidade impera.

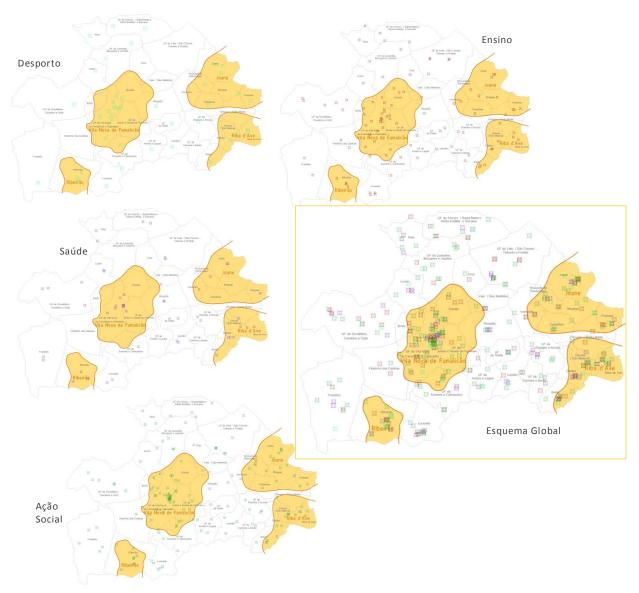


Ilustração 22 – Localização de principais equipamentos

Simplesmente, mantêm-se contextos ruralizados de vivência quotidiana urbanizada, caracterizados pela proximidade entre a habitação (com campo, horta ou quintal), o local de trabalho e o acesso a equipamentos e serviços, traduzindo-se num meio mais sustentável - em equilíbrio entre sistemas humanos e naturais, menos dependente das deslocações automóveis e consequentemente da utilização dos combustíveis fósseis.

No mapa da situação urbanística elaborado pela CCDR-N para a Região Norte, surgem edificadas representadas áreas as (consolidadas, em consolidação dispersas), estruturalmente descontínuas e, tal como referido, amarradas pela rede viária existente. Considerando os critérios estabelecidos para a Região Norte, predominam em Famalicão as áreas consolidadas e em consolidação, com 18,5%.

Tabela 5 – Situação urbanística existente da Região Norte (CCDR-N)

	Norte	FAMALIC		ÃO	
Consolidado e em consolidação	873,74 km2	4,1%	37,28 km2	18,5%	
Áreas de edificação dispersa IBOS>0,1 m2/m2	239,37 km2	1,1%	7,76 km2	3,8%	
Áreas de edificação dispersa IBOS 0,01-0,1 m2/m2	208,44 km2	1,0%	0,2 km2	0,1%	
Área total do território	21.286 km2		202 km2		



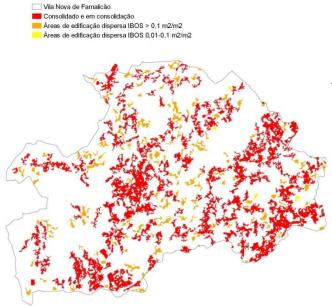


Ilustração 23 – Mapa da situação urbanística existente (CCDR-N)

Território urbano-rural diverso com potencial para a sustentabilidade

As áreas consolidadas e em consolidação apresentam-se disseminadas um pouco por todo o território, sem ocorrências nas áreas densamente florestadas (de cotas altas) e nas áreas fortemente agrícolas (de cotas baixas e inundáveis), sendo a sua descontinuidade representativa da interconexão constante entre os sistemas urbanos e rurais.

Considerando o programa Corine Land Cover, responsável pela produção de cartografia de ocupação e uso do solo nos países da UE, e perante a utilização de critérios nacionais, assinala-se, nos dados de 2000, que no território municipal predomina a área afeta a culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes (28,32%), seguida das áreas de florestas mistas (16,97%), sendo os restantes 45,67% constituídos por áreas de tecido urbano descontínuo.

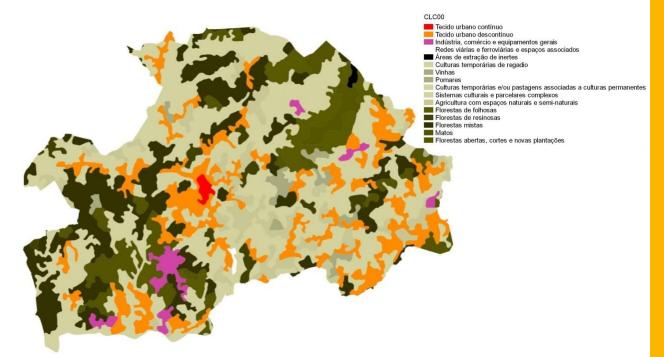


Ilustração 24 – Corine Land Cover 2000

A ocupação sustentável do território implica, dito de uma forma simplista, que a sua utilização ocorra de forma equilibrada entre os diversos ecossistemas, com a utilização racional e consciente dos recursos naturais ou a necessária harmonia e equilíbrio entre espaços naturais, rurais e urbanos. Não será possível dissociar o desenvolvimento e crescimento económico de um território, da utilização dos recursos naturais ou dos impactos ambientais gerados, reconhecendo a importância desta ocupação e utilização sustentável e dos impactos encadeados com as áreas ambientais, económicas e sociais.



Existe, com esta ocupação dispersa e mesclada, em que os sistemas naturais e rurais interpenetram, envolvem e se associam aos sistemas urbanos e industriais, uma aptidão deste território na potenciação dos serviços ecossistémicos e, consequentemente, para a melhoria da qualidade do meio ambiente.

A urbanidade pouco consolidada permite a coexistência de lugares e atmosferas distintas, caracterizadoras de toda uma paisagem. Os valores naturais encontram-se presentes e fortemente entrecruzados com os sistemas urbanos, num meio rico em que impera a diversidade de cores e texturas resultantes da contínua interconexão entre os ecossistemas de montanha - de povoamentos florestais com valor natural, paisagístico e cultural associado à ocupação castreja - e os ecossistemas húmidos, com os planos e inundáveis campos agrícolas, atravessados pelos cursos de água alimentados pelas nascentes e minas que brotam das encostas florestadas.

PAISAGEM

"paisagem transgénica"

um lugar esquizofrénico, polarizado entre a cidade "extraordinária" carregada de memórias, narrativas e identidades, e a paisagem "ordinária", genérica, difusa, onde os restos do mundo rural se dissolveram entre fábricas, veigas, bouças, casas e estradas" (Álvaro Domingues)

A paisagem é pois uma construção identitária, um elemento não estático e fixo. Um registo da sociedade que muda, pelo que é tão mais variada quanto mais mudanças tiverem ocorrido. A paisagem de Famalicão surge, num registo de transformação contínua, transpondo as realidades distintas e as evoluções constantes que marcaram a sua história.

Indicadores

- Aptidão agrícola dos solos:
 - 27% do território possui aptidão elevada
 - 34% do território possui aptidão moderada
 - 31% do território não possui aptidão agrícola
- Aptidão florestal dos solos:
 - 54,2% do território possui aptidão elevada
 - 23,8% do território possui aptidão moderada

Foi já abordada a importância do sector agrícola na comunidade local, inicialmente enquanto sector económico principal e mais tarde como elemento complementar da atividade industrial, traduzindo-se numa cultura urbano-rural e com um novo potencial para a diversidade e sustentabilidade na ocupação do território.

As atuais tendências de valorização do produto agrícola local, do produto agrícola biológico e do saber-fazer tradicional na agricultura apresentam-se como uma nova dinâmica, compatível e promovida pela ocupação existente neste concelho, contrariando anteriores tendências de emparcelamento. A nova agricultura é possível e fundamental enquanto atividade de proximidade, valorizando a casa com o quintal/horta e o minifúndio. A produção e consumo de produtos locais e tradicionais tendencialmente a crescer de importância na promoção da biodiversidade, na proteção dos recursos, para a sobrevivência das espécies autóctones, dos sistemas agrários que as exploram e das próprias comunidades rurais ou urbano-rurais.

Os novos rurais, a permacultura e os movimentos de transição são o reflexo de toda uma dinâmica de

preocupação com o bem-estar e com a qualidade de vida e de uma mudança de atitudes e comportamentos que surgem e são potenciados pelas realidades e características de cada território e comunidade, potenciando a salvaguarda de um património coletivo natural e cultural.

Paisagem de agricultura periurbana



As HUFA-Hortas Urbanas de Famalicão, de agricultura biológica, surgiram na primavera de 2013 com uma adesão bastante superior ao esperado, refletindo uma propensão de franjas sociais urbanas pelo reencontro com práticas rurais e de contacto com a natureza.

Na valorização e proteção dos recursos endógenos, destaca-se a existência da Feira de Produtos Biológicos, de carácter bimensal na cidade e com manifestações pontuais noutros locais do concelho, evidenciando-se a tendente preocupação da população com a agricultura biológica e a alimentação saudável. Estas dinâmicas de sensibilização para com o meio ambiente têm-se igualmente refletido no aparecimento de novas empresas na área de exploração e valorização dos recursos.

A interação do projeto e a sua integração na comunidade é visível nas ações entretanto desenvolvidas, em 2013, salientando-se a ação "Hortas nas escolas", com 220 participantes em 6 escolas, e os workhops de agricultura biológica em bairros sociais, com 42 participantes em 4 bairros sociais, e nas dinâmicas de cooperação e colaboração surgidas entre os utilizadores das hortas plantação de aromáticas em espaços comuns, a realização de festas e atividades conjuntas (mostra de espantalhos, magusto, festa das colheitas, trocas de sementes, etc.).

Crescimento de uma economia mais verde, com a adoção de processos de produção "mais limpos"

Enquadrada no dinamismo empresarial e social que caracteriza o concelho, tem crescido nos últimos anos uma economia mais

verde, com a adoção de processos de produção "mais limpos" e com o aparecimento de empresas em novos sectores de atividade, respeitando e explorando os recursos naturais existentes.

[INDICADORES]

- HUFA Hortas Urbanas de Famalicão:
 horta familiar= 176 talhões
 (4.400m²)
 - horta famílias numerosas= 6 talhões (150m²)
 - horta inclusiva= 6 talhões (21,6m²)
 - horta solidária= 3 talhões (300m²)
 - horta associações/escolas= 4 talhões (200m²)
- Índice de ocupação das HUFA= 100%
- Participação em atividades HUFA:
 Formação Certificada de Agricultura ou Horticultura Biológica= 221
 - Atividades complementares sobre agricultura biológica para auto consumo= 311
 - Outras atividades= 150
- Centro de Estudos e Atividades Ambientais (CEAB)
 - CEAB Escolas
 - CEAB Devesa
- Prémios IHRU 2013
 - Menção Honrosa na categoria Reabilitação de Espaço Público para a intervenção do Parque da Devesa

O Parque da Devesa apresentou-se como um elemento alavanca para a realização de diversas atividades de caráter ambiental, traduzido na sensibilização da comunidade para a importância da valorização dos espaços naturais e para a proteção do meio ambiente. Com um importante papel na estrutura verde urbana da cidade de Famalicão, e na composição da sua malha urbana, a área de abrangência deste Parque eleva-se para além do núcleo urbano da cidade, com impacto sobre todo o território concelhio e com uma influência para além dos limites administrativos do concelho.

Inaugurado em setembro de 2012, o Parque da Devesa foi rececionado e valorizado pela população, e rapidamente transformado num relevante elemento identitário.

A importância da proteção do meio ambiente e dos recursos naturais tem-se traduzido no crescente aumento das atividades de educação e sensibilização ambiental, promovidas pela autarquia, tendo sido traduzido o reconhecimento deste trabalho pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), na menção honrosa à reabilitação de espaço público pela criação de um parque urbano ecológico e pela sua importância na vitalização urbana da cidade. Do trabalho feito pela autarquia nesta área, destacamse ainda, na proteção dos recursos naturais, as ações de melhoria da eficiência energética e de diminuição dos consumos energéticos.



Para além do património natural e ambiental existente, recentemente alvo de valorização, existem registos de património arquitetónico que se distingue e se apresenta enquanto elemento identitário, associado fortemente à "arqueologia castreja" e à "arquitetura do românico". Da época do cobre salienta-se a mamoa de Vermoim. Da Idade do Ferro, os castros de Penices, em Gondifelos, de Santa Tecla, em Oliveira S. Mateus, e das Ermidas, em Jesufrei. Já da ocupação romana restam diversos

marcos miliários e a Vila Romana, em Perrelos - Delães. A arte românica assinala-se nas igrejas de Santa Eulália do Mosteiro de Arnoso, do Mosteiro de Landim e do Mosteiro de S. Tiago de Antas.

Para além do património arquitetónico, arqueológico e natural e do património imaterial, com forte presença junto da comunidade ao nível da gastronomia, festas populares e tradições locais, instituições como a Fundação Cupertino de Miranda, a Casa das Artes e a Casa de Camilo são responsáveis por uma ecletização do acesso, oferta e preservação de bens culturais.

A ocupação dispersa emerge atualmente como um fator favorável na construção de um território mais sustentável e equitativo, na utilização dos recursos naturais de forma mais eficiente e nas relações harmoniosas entre ocupações funcionais dos espaços que se inter-relacionam e complementam.

PATRIMÓNIO

Património Arqueológico:

- Vila romana de S.João de Perrelos;
- Castro de Vermoim:
- Castro das Ermidas;
- Castro de Penices:
- Castro das Eiras

Património Arquitetónico:

- Ponte românica da Lagoncinha;
- Ponte Românica de São Veríssimo;
- Ponte Românica da Gravateira;
- Igreja Românica de Arnoso;
- Igreja Românica de Antas;
- Mosteiro de Landim.

Principais Espaços Museológicos:

- Casa-Museu Camilo Castelo Branco;
- Museu Bernardino Machado;
- Museu da Indústria Têxtil;
- Casa-Museu Soledad Malvar;
- Museu do Caminho-de-Ferro;
- Museu da Fundação Cupertino de Miranda.

Esta sustentabilidade apresenta-se na sua dimensão ecológica e natural, mas também nas restantes dimensões social, económica e cultural, em franca relação com a componente espacial e fortemente influenciadas pelas características desta última.

Este é um

TERRITÓRIO ONDE URBANO E RURAL SE CRUZAM E FUNDEM, multifuncional, de cruzamentos, complementaridades e interconexões...





1.3. SOCIEDADE, EMPREGO, APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Famalicão apresenta-se como uma comunidade dinâmica e em contínua evolução. A transformação permanente do território e da sua população foi já exemplificada anteriormente e é refletida nas atitudes e nos comportamentos das suas comunidades. O território físico e social funciona como um todo, gera ciclicamente e em simultâneo, a causa e o efeito e reflete os processos de povoamento, repovoamento e densificação demográfica ocorridos ao longo da sua história.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

868 – Fixação da linha do Douro como fronteira sul do domínio cristão.

A concentração demográfica e o desenvolvimento social e administrativo, resultante da melhoria das condições de segurança, promoveram o crescimento e a ocupação deste território.

1071 – Surge a "Terra de Vermoim" após a restauração de diocese de Braga

1205 – Surge o Município de Vila Nova, criado pelo foral de D. Sancho I, deslocando-se o centro da atividade administrativa da "Terra de Vermoim" para a área geográfica da antiga freguesia de Santo Adrião de Vila Nova, cuja revitalização e povoamento foi confiada a quarenta povoadores e respetivas famílias que aí viriam a radicar-se.

Abrangendo uma área de 201,59 km², no concelho de Famalicão residem cerca de 134 mil pessoas que correspondem a 3,6% da população residente na Região Norte e a cerca de 1,3% da população residente no país. Posiciona-se como o 9º concelho com mais população residente da Região Norte e o 20º concelho a nível nacional.



Ilustração 25 — Peso da população residente (INE)

Contrariando a tendência nacional (-0,17%) e regional (-0,12%), quanto ao crescimento natural, Famalicão apresenta um valor positivo encontrando-se incluído no pequeno grupo dos 20 concelhos da Região Norte com evolução positiva.

INDICADORES

- População residente:
 - Famalicão 1991= 116.198
 - Famalicão 2001=127.879
 - Famalicão 2012= 134.090
- Taxa crescimento natural em 2012:
 - Famalicão = 0,06%
 - Região Norte= -0,12%
 - Portugal= -0,17%

(INE)

9º concelho com mais população residente da Região Norte (20º concelho a nível nacional)

A taxa de crescimento migratório e a taxa de crescimento efetivo apresentaram-se, em 2012, com valores negativos, em consonância com as tendências regionais e nacionais verificadas. No entanto, para estas duas taxas não se registaram localmente valores tão baixos como os referentes às médias regionais e nacionais, demonstrativo de uma dinâmica de atratividade maior deste território, quando comparado com os restantes.



INDICADORES

- Taxa crescimento migratório:
 - Famalicão= -0,24%
 - Região Norte= -0,45%
 - Portugal= -0 36%
- Taxa crescimento efetivo:
 - Famalição= -0,17%
 - Região Norte= -0,57%
 - Portugal= -0,52%

(INE, 2012)

A ascensão do pequeno artesão domiciliário ao estatuto de grande industrial de nível regional e Importa ainda realçar que a taxa de crescimento efetivo apenas se tornou negativa em 2012, enquanto para a Região Norte já assim era desde 2008 e em Portugal desde 2010.

A industrialização foi um dos principais responsáveis pelo crescimento do concelho, influenciando a ocupação do território e criando uma dinâmica empresarial própria (espelhados nos capítulos do crescimento inteligente e sustentável). No entanto, este processo de industrialização representa igualmente as relações sociais e as múltiplas interações e dinâmicas da comunidade.

A ascensão do pequeno artesão domiciliário ao estatuto de grande industrial de nível regional e nacional reflete-se como um símbolo da iniciativa e capacidade empreendedora deste tecido social

nacional reflete-se como um símbolo da realização da iniciativa e capacidade empreendedora deste tecido social. Várias são as figuras que se destacam da história deste concelho, sendo um exemplo disso: Narciso Ferreira, um tecelão domiciliário que impulsionou o aparecimento de um novo grupo empresarial de base familiar, dando início ao polo industrial de Riba de Ave, e que se transformou num símbolo enquanto empresario rigoroso e de sucesso e na obra social realizada; e Artur Cupertino de Miranda, que pela sua visão financeira e profícua atividade se torna numa das maiores figuras da banca portuguesa.

As fundações criadas por estas duas personalidades surgiram com objetivos de natureza social e cultural, exerceram um relevante impacto social e cultural na sociedade local, mantendo-se as suas atividades nessas áreas.

A tradição de ação social e filantrópica, surgida desde o início do século XIX, e esta dinâmica de intervenção de atores locais no "fazer-comunidade" e no "fazer-cidade", criaram um certo lastro no envolvimento e na participação de diversos atores locais em atividades de apoio social.

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA OBRA SOCIAL E CULTURAL E NO "FAZER COMUNIDADE E CIDADE"

Narciso Ferreira:

- Fábrica-Escola, de formação a gerações de funcionários que assumiam posteriormente lugares de direção noutras fábricas do seu grupo;
- Teatro:
- Quartel dos Bombeiros;
- Posto da Guarda;
- Escola Primária;
- Hospital;
- Colónia Balnear;
- Mercado;
- Estação Telegráfica e Telefónica;
- Igreja Paroquial.

Na área da ação social e assente numa atitude de iniciativa e experimentação, o concelho apresenta-se em vários projetos inovador, tendo sido pioneiro na criação do Conselho Local de Ação Social, na criação e implementação das Comissões Sociais Inter-freguesias e respetiva rede e na certificação de qualidade dos serviços sociais de instituições de solidariedade social a nível nacional.

O Plano de Desenvolvimento Social, concebido em 2002, foi um dos primeiros a nível nacional, destacando-se pela metodologia participativa, adotada num processo de "bottom-up", das CSIF's até ao nível concelhio.



O reconhecimento deste trabalho, e de todo o trabalho subsequente promovido pela rede de parceiros, tem sido traduzido pelos diversos convites recebidos para partilhar a experiência e os conhecimentos adquiridos nesses processos.

INOVAÇÃO NA AÇÃO SOCIAL

1999 – Plano experimental de Implementação de 3 Comissões Sociais Inter-freguesias (CSIF's) Dos primeiros a nível nacional, o Plano de Desenvolvimento Social distingue-se pela metodologia participativa num processo de "bottum-up"

1999 - Constituição do Conselho Local de Ação Social

2000 - Serviço de Atendimento Local

2000 - Lançamento do Boletim Informativo da Rede-Ação

2002 - Plano de Desenvolvimento Social

2002 – Formalização das restantes 8 Comissões Sociais Inter-freguesias (cobertura de todo o território concelhio)

2002 – Conclusão da implementação da Rede Social, com cobertura de todo o concelho pelas CSIF's

2006 – Projeto do Serviço de Atendimento Local reconhecido como "Boa Prática" pelo Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)

2007 – Projeto Equalidade, projeto em rede que certificou o Sistema de Gestão de Qualidade de 6 IPSS's (numa primeira fase – com efeito impulsionador em mais 12 numa segunda fase), reconhecido como "Boa Prática" pela AMA-Agência para a Modernização Administrativa

2009, 2013 e 2014 – "Autarquia + Familiarmente Responsável", reconhecido pela Associação Portuguesa das Famílias Numerosas

As preocupações sociais encontram-se profusamente presentes na comunidade e nas entidades e instituições, traduzindo-se em ações concretas e refletindo-se numa dinâmica cooperativa e colaborativa. Os Fóruns Comunitários, dinamizados em 2013 e organizados pelas Comissões Sociais Inter-freguesias, são um exemplo das práticas de cooperação interinstitucional e de participação que se foram disseminando e alicerçando territorialmente.

As redes de cooperação interinstitucional na área social e na área da educação e formação têm apresentado resultados claramente positivos, merecendo o reconhecimento por variadas instâncias regionais e nacionais.

EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM REDES

- **Rede Social** articula e congrega esforços entre entidades públicas e privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e à promoção do desenvolvimento social.
- Rede Local de Educação e Formação contribui para a melhoria da articulação entre entidades de formação profissional e entidades do sistema educativo.
- Rede Territorial das Cidades Educadoras promoção da educação e formação contínua dos seus habitantes ao longo da vida e de modo ajustado ao seu património histórico e cultural, às instituições e aos recursos disponíveis, transformando-os em capital educativo.
- Famalicão Empreende desenvolve atividades de concertação e promoção nos domínios da educação para o empreendedorismo, do apoio e qualificação do empreendedorismo, pretendendo potenciar um ecossistema mais facilitador onde floresçam e cresçam mais, novas e inovadoras empresas e espíritos empreendedores.



Assente em modelos pré-definidos, o programa da Rede Social, de carácter nacional, foi implementado em Famalicão de acordo com uma abordagem própria, adequando as metodologias participativas aos princípios programáticos e às características do espaço social. Esta capacidade de operacionalização e mobilização de programas de forma inovadora e com resultados práticos reflete uma crescente capacidade de modelização de propostas e modelos externos e de criação de dispositivos inovadores de execução e implementação.

É assim possível concluir que assentes numa estratégia de desenvolvimento social inovadora, geradora de boas práticas e sustentada numa rede social dinâmica e amplamente participada pelas instituições locais, os projetos sociais promovidos destacam-se pela notoriedade e pelo reconhecimento nacional, revelando uma comunidade já experiente e qualificada ao nível da implementação, execução e integração de políticas nas diversas áreas da ação social, decorrente de um capital social único e fortemente caracterizado por micro relações e interconhecimento entre cidadãos e atores sociais públicos e privados, reproduzindo um dinâmico networking social, com efeitos alargados, evidenciando até o comportamento empresarial (na contratação e subcontratação).

Indicadores

- Banco Local de Voluntariado:
 - Inscritos= 591 (maio 2014)
 - Atividades= 26 projetos (2013)
 - Entidades apoiadas= 18 (2013)
 - Formação inicial em voluntariado= 3 formações com 41 participantes
 - Outras formações sectoriais específicas= 7 formações com 190 participantes
- Índice de dependência total:
 - 1991= 44,8
 - 2001= 42,3
 - 2012= 41,8
- Índice de sustentabilidade potencial em 2001= 5,1

Cultura de participação e envolvimento da comunidade na resolução dos problemas

A cultura de participação e envolvimento reflete-se igualmente na dinâmica de participação cidadã, com elevados índices de envolvimento ao nível de práticas de voluntariado informal, essencialmente nas áreas do associativismo. O voluntarismo e a participação na sociedade evidenciam-se nas centenas de associações criadas, do desporto à cultura, da juventude à ação social.

Formalmente, o Banco Local de Voluntariado surgiu em 2008 de uma parceria entre a Câmara, o projecto PROFIT — Projecto de Vila Nova de Famalicão para a Integração Territorial e o grupo informal de jovens YUPI-Youth Union of People with Initiative, e deu início a um processo de re-estruturação desta área.

O concelho possui um índice de sustentabilidade potencial acima do registado para a Região Norte (4) e para o país (3,5), encontrando-se inserido no grupo dos 15 municípios com melhor relação entre a população em idade ativa e a população idosa (5,1).

O índice de dependência total, que reflete a relação entre dependentes (crianças e idosos) e a população ativa, tem apresentado uma diminuição ao longo destas duas últimas décadas. O concelho inclui-se entre o grupo dos 10 da Região Norte onde estes índices são mais reduzidos.

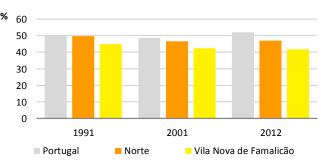


Ilustração 26 – Índice de dependência total (INE)



Em consonância com os movimentos societais modernos, o índice de envelhecimento da população tem aumentado nos últimos anos, registando-se em 2012 a existência de 91,9 idosos (pessoas com mais de 65 anos) por cada 100 jovens compreendidos entre os 0 e os 14 anos, correspondendo a um rácio de 89,4 %.

Este progressivo aumento do envelhecimento da população tem levado ao aparecimento de diversos programas para a terceira idade, em resultado do reconhecimento pela comunidade da importância do capital humano desta classe etária e na necessidade da sua integração e valorização.

Os equipamentos de apoio a idosos, designadamente a oferta associada às estruturas residências para idosos e os serviços de apoio domiciliário, destacam-se quando comparados com os concelhos vizinhos, evidenciando-se a elevada oferta existente ao nível dos serviços de apoio domiciliário, que auxiliam a manutenção do local de residência e promovem a melhoria de qualidade de vida, mantendo os idosos inseridos no seu meio natural e na sua zona de conforto. A este nível, e de acordo com os dados disponíveis da Carta Social (2012), verifica-se que no grupo das cidades vizinhas, Famalicão destacava-se claramente com uma maior capacidade de resposta.

Elevada oferta nos serviços de apoio a idosos, associada às estruturas residenciais e aos serviços de apoio domiciliário

Tabela 6 – Caracterização dos serviços e equipamentos disponíveis (www.cartasocial.pt, 2014)

		CAPACIDADE MÁXIMA DE RESPOSTA					População	CAPACIDADE DE RESPOSTA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO COM 65 OU MAIS ANOS		
	Спесне	ATL	CENTRO DE CONVÍVIO	CENTRO DE DIA	LAR DE IDOSOS E RESIDÊNCIA	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	RESIDENTE COM 65 ANOS OU MAIS (2012)	CAPACIDADE DE RESPOSTA DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (IDOSOS)	CAPACIDADE DE RESPOSTA DO LAR RESIDENCIAL E LAR DE IDOSOS	CAPACIDADE DE RESPOSTA DO CENTRO DE CONVÍVIO E CENTRO DE DIA
Barcelos	1.133	1325	65	370	539	597	16970	3,52%	2,84%	2,56%
Braga	2.406	3229	351	579	1.120	838	24292	3,45%	3,88%	3,83%
Guimarães	1.974	2194	175	521	1046	703	21915	3,21%	4,24%	3,18%
Vila Nova de Famalicão	1.924	2522	123	593	651	1.297	18922	6,85%	2,89%	3,78%

A capacidade de resposta de "Lar Residencial" e "Lar de Idosos" é inferior à registada noutros concelhos. No entanto, este valor representa provavelmente a preferência pela adoção de sistemas alternativos, como a manutenção dos idosos nos seus meios familiares ou domicílios próprios, garantindo a sua assistência através dos serviços de apoio domiciliário e da sua ocupação e integração através dos centros de dia e centros de convívio.

INDICADORES

- Utilizadores do "Cartão Sénior Feliz" em 2013= 177
- Utilizadores do "Passe Sénior Feliz" em fevereiro de 2014= 2.000
- Participações nas principais atividades seniores municipais:
 - Passeio a Fátima= 9.000
 - Carnaval Sénior= 750
 - Cantar dos Reis= 600
- Projeto municipal "Palavras e Afetos":
 - Inscritos= 10 (2013)
 - Seniores abrangidos= 7 (2013)
- Taxa de cobertura de amas e creches em 2008= 40,11%
- Taxa da rede do pré-escolar em 2008= 77%
- Taxa de cobertura de lares de idosos em 2008= 16,75%
- Taxa de cobertura do serviço de apoio domiciliário em 2008= 6,36%

(DIAGNÓSTICO SOCIAL)



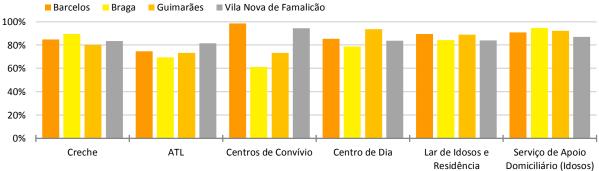


Ilustração 27 - Taxa de ocupação (www.cartasocial.pt, 2014)

Foi anteriormente referida a capacidade colaborativa e cooperativa existente nesta comunidade, refletida nas diversas cooperativas existentes. Nesta dinâmica de cooperação destaca-se igualmente o papel das cooperativas de ensino, nomeadamente com o aparecimento da Didáxis, Cooperativa de Ensino C.R.L. (com instalações em Riba de Ave e Vale São Cosme).

O sector educativo tem-se evidenciado pela sua eficiência e mérito já reconhecido a nível nacional, distinguindo-se a Rede Local de Educação e Formação que contribui para a articulação entre as entidades de formação profissional e as entidades do sistema educativo, agregando 32 entidades. Esta rede foi pioneira no nosso país, com resultados validados e reconhecidos a nível nacional. Vila Nova de Famalicão, um "Município em Rede" recebeu o 1º Prémio de Reconhecimento à Educação 2012/2013 para a categoria "O Melhor Município para Estudar", por se destacar na implementação de projetos de excelência desenvolvidos, com vista a melhorar as condições de estudo dos seus alunos.

Contínua melhoria

dos níveis de alfabetização e de formação ao nível do ensino básico, secundário e universitário

Indicadores

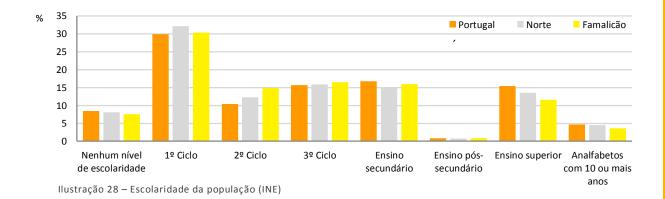
- Taxa de abandono escolar:
 - 2001= 2,01%
 - 2011= 1,29%
- Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular:
 - 2004/2005= 11,1%
 - 2008/2009= 7,6%
 - 2011/2012= 6,4%
- Nível de escolaridade da população em 2011:
 - Nenhum= 7,54%
 - 1º Ciclo= 30,35%
 - 2º Ciclo= 14,92%
 - 3º Ciclo= 16,48%
 - Secundário= 15,97%
 - Pós-secundário= 0,81%
 - Superior= 3,60%

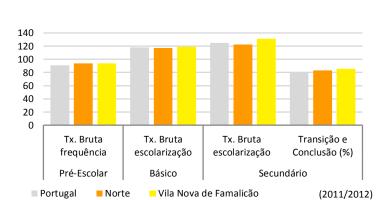
Inserindo-se numa região outrora caracterizada por possuir uma população pouco qualificada, o concelho tem vindo a progredir quanto à educação e formação da sua comunidade, constatando-se nas últimas décadas uma contínua melhoria dos níveis de alfabetização e de formação ao nível do ensino básico, secundário e universitário. Esta recuperação do défice educacional tem sido bastante intensa e notória, quando considerada a diminuição da taxa de retenção no ensino básico regular ou analisadas as taxas de abandono escolar e de analfabetismo de 2011 (ambas com valores inferiores à media regional e nacional). Analisado o período 1991-2011, Famalicão insere-se no grupo dos 25 concelhos que a nível nacional mais reduziram a taxa de abandono escolar precoce (18 e 24 anos).

Da população residente, a maioria possui apenas o 1º ciclo, cerca de 30%, seguindo-se a população com o 3º ciclo e com o ensino secundário, ambos a rondar os 16% dos residentes. A população com o ensino superior (11,55%) surge com valores abaixo da média regional e nacional. No entanto, a população sem qualquer tipo de escolaridade e a taxa de analfabetismo surgem com valores menores que as médias regionais e nacionais, 7,54% e 3,6%, respetivamente.

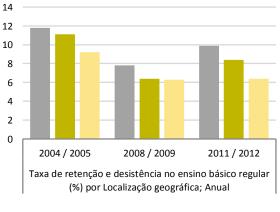
(INE)



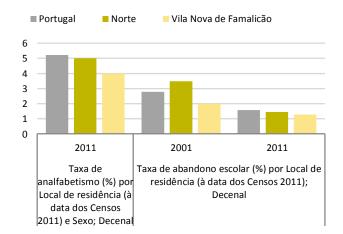




As taxas brutas de frequência do préescolar, de escolarização do ensino básico e secundário apresentaram-se, em 2011/2012, com valores acima da média regional e nacional, assim como percentagem de transições e conclusões no ensino secundário.



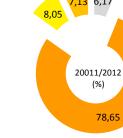


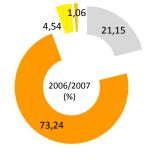


A aposta social na qualificação é demonstrada pelo número de indivíduos com 18 e mais anos de idade que têm participado em cursos de educação e formação para adultos, destacando-se o concelho de Famalicão no período de 2006/2007 como o concelho que registou em toda a Região Norte o maior

Aposta social na qualificação, com elevada participação nos cursos de educação e formação para adultos

número de participantes nestas ações, e no período 2011/2012 como o terceiro concelho com maior registo de participantes, apenas ultrapassado por Porto e Braga.





■ Restantes Municípios do Norte Porto Braga

■ Vila Nova de Famalicão

Ilustração 30 - Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos (INE)

(%)

78.65

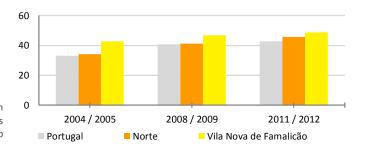


Indicadores

 Taxa de participação em cursos de dupla classificação ao nível do ensino secundário para jovens em 2011/2012= 48,8%

> Ilustração 31 — Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (INE)

Relativamente à taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens, esta tem evoluído nos últimos anos, registando-se igualmente um valor acima da média regional e nacional.



O combate ao insucesso e abandono escolar passou ao longo dos últimos anos pela adaptação da oferta educativa. O número de cursos profissionais, lecionados ao nível do ensino secundário, tem sido superior à média regional e nacional. Para o ano letivo 2011/2012, dos inscritos no ensino secundário, cerca de 48,8% optaram por um curso profissional, quando a média regional foi de 33,8% e a nacional de 32,6%.

A rede municipal pública, composta pela biblioteca municipal e por 8 polos disseminados pelo concelho, assume-se como porta de acesso local ao conhecimento e fornecedora das condições básicas para a disseminação e o acesso aos processos de aprendizagem ao longo da vida.

As dinâmicas ocorridas na área da educação e formação refletem assim o dinamismo e a preocupação das instituições e o progressivo aumento das qualificações, enquanto elemento fundamental para a melhoria da sua qualidade de vida, numa ótica de contínua evolução e adaptação a novas realidades e exigências.

Da ocupação dispersa do território resultam fortes relações de entreajuda (tradicionais entre vizinhos, familiares e amigos). Da ocupação multifuncional, da coexistência da micro empresa com o lugar da habitação, desmultiplicam-se os ritmos e a diversidade das práticas de sociabilidade.

Um território de

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL,

com uma comunidade aberta e colaborativa, e um capital social de excelência...





1.4. GOVERNANÇA TERRITORIAL

O município tem assumido nos últimos anos um papel crescentemente facilitador das redes concelhias e supraconcelhias, participando em dispositivos institucionais de parceiros públicos e privados em vários sectores de âmbito regional, nacional e internacional.

Todas estas dinâmicas de cooperação entre atores políticos, económicos e sociais têm contribuído para a consolidação de uma cultura participativa e para uma maior sensibilidade com o envolvimento comunitário. Os simples procedimentos administrativos de discussão pública de planos e projetos urbanísticos, promovidos pelo município, têm sido frequentemente complementados com sessões públicas de apresentação e esclarecimento, promovendo a transparência e a participação pública dos munícipes.

A constituição de parcerias e protocolos de cooperação formal entre parceiros tem tido uma presença significativa e constante, perspetivadas como melhores formas para aumentar a eficiência ou o impacto das ações em vários domínios da sociedade. Algumas destas redes ascenderam a um nível de assinalável reconhecimento, tendo sido reconhecidas como boas práticas as malhas institucionais de parceiros públicos e privados em vários sectores, lideradas pelo município (educação, formação e reabilitação urbana entre outros).

Também liderada pelo município e com mérito reconhecido, a Parceria para a Regeneração Urbana da Devesa uniu diversos atores locais numa estratégia conjunta de intervenção e regeneração urbana da parte nascente da cidade. No âmbito deste projeto foi criada uma Comissão de Acompanhamento Local, cuja dinâmica foi continuada após a abertura com novo protocolo de cooperação celebrado entre o município e diversas entidades locais interessadas em participar na dinamização e vivência do parque.

Enquanto espaço público, o parque assegura uma importante função na definição da estrutura e da imagem da cidade, percecionada por residentes e por visitantes. A sua função possui um carácter ainda mais transversal, assumindo importância como espaço público de desenvolvimento cívico, promovendo sentimentos de pertença coletiva, de responsabilidade e consciência cívica, e despertando a atenção para a necessidade de respeitar o conjunto de direitos e deveres definidos para os cidadãos.

CIDADANIA

"espaços públicos"

"os espaços públicos da cidade podem ser entendidos como dos elementos mais vinculativos na definição dos valores de cidadania e da própria cidade" (Borja e Muxi)

A integração em redes de cooperação interinstitucional na área social e na área da educação traduz-se na capacitação do município na gestão dos assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, económicos e institucionais, e em proximidade e colaboração com a comunidade.

A integração em redes de cooperação traduz-se na capacitação do município como facilitador na gestão dos assuntos públicos

Constituído o município, até à reforma territorial de 2013 por 49 freguesias e, atualmente, por 34 freguesias, mantêm-se fortes práticas de cooperação e colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, constatadas em diversas medidas correntes que configuram partilhas ou atribuição de competências.



Indicadores

- Fóruns Comunitários em 2013:
 - 11 fóruns
 - 925 participações
 - 542 ideias com futuro
- Serviços online:
 - Atendimento@net -Atendimento Web do Cidadão
 - SeAP@net -Audiências, Atendimento e Agenda "OnLine"-Portal de Serviços de Atendimento, com Agenda e Workflow das Audiências
 - Atendimento@pda
 - Acompanhamento da tramitação dos processos/requerimentos
- Bases de dados digitais:
 - Site Municipal
 - Biblioteca Municipal
 - Arquivo Municipal
 - Banco Local de Voluntariado
 - Famalicão ID, Sistema Integrado de Gestão e Informação de Bens Culturais
 - Portal Geográfico
 - Fundo Documental da Casa de Camilo
- Ranking de transparência municipal= 17º lugar nacional (2014)

As já mencionadas CSIF's são um importante reflexo da capacidade territorial de cooperação existente. Da iniciativa dos Fóruns Comunitários emergiu a crescente disposição da comunidade para novos patamares de envolvimento participativo. A aproximação da administração local com a comunidade é igualmente refletida na contínua descentralização de alguns serviços autárquicos, designadamente alguns serviços administrativos.

A política municipal consolidada na área da modernização administrativa reflete-se em várias áreas, assinalando-se a implementação de soluções de e-government facilitadoras da comunicação interna interdepartamental e entre a câmara e os seus munícipes, decorrendo a vários níveis e em diversas áreas temáticas. A centralização de alguns serviços de atendimento, a desmaterialização dos processos e a adoção da utilização de email para vários tipos de procedimentos permitiu aumentar a ligação entre serviços e cidadãos, permitindo a estes acompanhar pedidos, marcar audiências ou esclarecer dúvidas.

Por outro lado, ao nível da organização municipal, tem sido promovida a gestão documental digital e estruturada e a informatização de diversos procedimentos e tramitações que se traduziram na melhoria da comunicação entre os diversos serviços.

Contínua aproximação dos serviços à comunidade com adoção

de meios de comunicação simplificados

Na relação do município com o exterior verificou-se a adoção de meios de comunicação mais simplificados, nomeadamente com o desenvolvimento do portal internet autárquico, das diversas páginas do município nas redes sociais, com a organização dos serviços online e com a criação e disponibilização de diversas

bases de dados que promovem o acesso e a disponibilização de informação aos cidadãos, acessíveis através das diversas plataformas eletrónicas existentes.

INTERATIVIDADE DIGITAL E APROXIMAÇÃO AO CIDADÃO

- Casa das Artes aquisição de bilhetes online
- Serviços Municipais online:
 - . consulta de processos e compras públicas;
 - . consulta de informação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal (composição, agenda, atas, regimento);
 - . consulta de avisos e editais;
 - . consulta de regulamentos e formulários;
 - . consulta de publicações municipais;
 - . consulta de execução financeira municipal (orçamento, relatórios e contas)
- Visita Virtual ao Museu da Indústria Têxtil
- Participação de vários serviços nas redes sociais e blogosfera
- Projeto "A Minha Rua" do Portal do Cidadão
- Espaço do Cidadão



A navegação digital a partir do portal do município permite o acesso simples a um vasto leque de informação relacionada com o executivo municipal, com a execução financeira, com os diversos serviços, espaços e equipamentos municipais. Atualmente é possível aceder de forma direta a informação sobre o território concelhio e sobre as áreas da ação social, ambiente, cultura, turismo, desporto, economia, segurança, urbanismo e educação. Outras plataformas digitais são acessíveis a partir da página de entrada do portal, designadamente as plataformas digitais "Famalicão Made IN", "Arquivo Municipal Alberto Sampaio", "Biblioteca Municipal camilo Castelo Branco", "Casa-Museu Camilo Castelo Branco", "Casa das Artes", "Museu Bernardino Machado", "Museu da Indústria Têxtil", "Famalicão ID — Sistema integrado de Gestão e Informação de Bens Culturais", "Juventude de Famalicão", "Portal da Arqueologia", "Rede Social", "Parque da Devesa", "Corre Famalicão", "Banco Local de Voluntariado" e "Quadrilátero Cultural".

Para além da informação disponibilizada no portal do Município na Internet e nas diversas plataformas a ele associadas, ocorre ainda a divulgação de informação sob a forma de Infomail e de Newsletter, que tem vindo a ser promovida pelos diversos serviços municipais e que aposta na partilha da informação e na promoção do contacto e da transparência para com os munícipes.

A iniciativa da Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) coloca Vila Nova de Famalicão no 17º lugar do Índice de Transparência Municipal (ITM), em 2014.

17º lugar no ranking

da

transparência municipal

Ainda no domínio da transparência e aproximação à população, enquanto modelo de serviço público, o Município instituiu o "Dia de Atendimento ao Cidadão", de carácter semanal, sendo facilitado o acesso a qualquer cidadão ao gabinete do Presidente de Câmara, aumentando a transparência, o nível de comunicação com os munícipes e a proximidade e o conhecimento sobre do território real.

A crescente disponibilização de informação e o desenvolvimento de portais com a melhoria dos níveis de informação e transparência têm promovido a valorização da sociedade e o papel da comunidade, permitindo o envolvimento e a cooperação dos atores locais no desenvolvimento do território, nos níveis económico, social, cultural, etc.

[INDICADORES]

- Ranking de gestão financeira em 2011= 5º lugar nacional
- Relação entre receitas e despesas municipais em 2011= 103,5%
- Operações não financeiras em 2011:
 - Receitas= 70.266 mil euros
 - Despesas= 67.915 mil euros

(ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO NORTE 2012, INE)

- Independência financeira= 57,9%
- Dados económicos e financeiros do município:
 - Resultados operacionais= 6.515.454€
 - Resultados líquidos= -768.611€
 - Passivo exigível= 36.696.486€
 - Endividamento líquido= 30.186.275
 - Índice de endividamento líquido= 59.7%
 - Índice de fornecedores/receitas n-1= 9,6%

(Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013)

 Prazo médio de pagamento registado por município em dezembro de 2013 = 19 dias

(DGAL, 2014)

A situação financeira sólida do Município reforça o nível de confiança que a comunidade deposita nesta instituição, traduzida em iguais níveis de confiança para outras áreas que estimulam a mobilização da população na valorização do bem comum e na participação e no envolvimento na gestão do território.



Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2012, em 2011 o município apresentava valores favoráveis na relação entre as receitas e as despesas, com uma percentagem acima das médias regionais e nacionais (Famalicão com 103,5%, Região Norte com 102,8% e Portugal com 102,7%).

Já em 2013, no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, quando analisada a maior independência financeira dos municípios portugueses (receitas próprias/receitas totais), Famalicão encontrava-se com 57,9%, correspondendo ao 34º lugar a nível nacional e ao 15º lugar no grupo dos municípios de grande dimensão.

9º lugar no ranking global da eficiência financeira no grupo de municípios de grande

Por outro lado, e considerando o período de 2010 a 2013, Famalicão apresentava-se em 12º lugar no grupo de municípios com maiores resultados económicos acumulados.

Ainda em termos de eficiência financeira e no âmbito do ranking global dos 10 melhores municípios de grande dimensão (através da soma da pontuação obtida entre 2010 e 2013), Famalicão apresentava-se em 9º lugar, com uma pontuação de 508, e apresentou ao longo dos últimos cinco anos a contínua diminuição da sua dívida, possuindo em 2013 uma dívida per capita de 274 euros.

Entre 2009 e 2013 a autarquia abateu aproximadamente 10 milhões de euros, cifrando-se no final de 2013 nos 36,7 milhões de euros, contra os 38,1 milhões de 2012, e representando uma redução de 20,7% em cinco anos.

Tabela 7 – Situação financeira do município (Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013)

		RANKING NACIONAL EM 2012	RANKING NACIONAL EM 2013
Independência financeira (receitas próprias/receitas totais)	57,9%	30	34
Maior volume de receita cobrada	63.124.314 €	12	27
Variação de transferências 2012-2013	-6.864.718 €	-	-
Maior receita cobrada de IMI	12.211.576 €	26	26
Variação da receita cobrada de IMI 2012-2013	1,6%	-	-
Maior receita cobrada de IMT	2.462.125 €	29	33
Variação da receita cobrada IMT 2012-2013	-21,2%	-	-
Maior diminuição de IMT	-664.098€	-	19
Maior volume de despesas realizadas (compromissos assumidos)	68.334.630 €	-	23
Maior volume de despesas realizadas com pessoal	17.565.024 €	25	26
Variação das despesas realizadas com o pessoal 2013-2013	7,8%	-	-
Maior volume de despesas realizadas em aquisição de bens e serviços	23.869.631 €	21	22
Variação das despesas realizadas com aquisição de bens e serviços	-2%	-	-
Maior volume de transferências correntes e de capital	11.306.654 €	16	14
Variação das transferências correntes e de capital	5,9%	-	-
Maior valor de amortizações de empréstimos	5.912.819 €	34	23
Variação na amortização de empréstimos	35,6%	-	-
Passivo exigível	36.696.486 €	-	48
Maior endividamento líquido	30.186.275 €	-	44
Maiores resultados económicos acumulados, total de 2010 a 2013	26.293.656 €	-	12

No estudo da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), considerando o prazo médio de pagamento em dezembro de 2013, esta é das autarquias portuguesas mais rápidas a pagar aos seus fornecedores, com um prazo médio de pagamento de 19 dias, ocupando a segunda posição no grupo das autarquias com mais de cem mil eleitores, logo a seguir a Almada, e apresentando-se no ranking global em 55º lugar. Também no distrito, Vila Nova de Famalicão é a segunda mais rápida.



O nível de confiança depositada pela comunidade na autarquia, enquanto instituição da administração pública local, tem sido consolidado ao longo dos últimos anos assente nos resultados obtidos por uma gestão eficiente.

Por diversas vezes foi já referida a atitude participativa da comunidade, o que se reflete igualmente aquando dos processos eleitorais com taxas de abstenção inferiores às médias nacionais e regionais.

Um território

DE E PARA O CIDADÃO,

de corresponsabilização, de direitos e deveres conjuntos...

transparência

CIDADANIA

CIDADANIA

INFORmatização

INFORmatização

INFORmação TERRITORIALIZAÇÃO

INFORmação TERRITORIALIZAÇÃO

PARTICIPAÇÃO

INFORmação TERRITORIALIZAÇÃO

PARTICIPAÇÃO

INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO

PROXIMIDADE

INFORMAÇÃO

aes inteligentes

CIDADES INTELIGENTES: DIMENSÕES CHAVE

governação

edifficios

mobilidade

01|2

ergia

segurança

turismo cultura

água residuos

saúde educação

economia





DESAFIOS PARA O TERRITÓRIO

A construção do futuro do território deverá responder à afirmação de um "valor" próprio tendo em conta o território global onde se insere. A auto descentração do território e o seu recentramento num contexto mais alargado, procurando aí a sua especificidade, valor próprio e contributo específico para uma dinâmica global, são as ideias-força na construção da Visão.

Neste processo de planeamento estratégico não se assume um destino determinado, designado de cenário de chegada, ou patamar definido a atingir, pretendendo-se de outro modo identificar e acentuar algumas características funcionais e culturais que permitem definir com maior eficiência e eficácia os objetivos e horizontes dos múltiplos atores. Essas características, analisadas no campo dos valores enquanto veículos comportamentais, relacionais, proativos e éticos, marcam um perfil e um ADN concelhio para as suas organizações, projetos e iniciativas. O futuro não será definido por uma modelização prospetiva da realidade, mas sim por um conjunto de características que definem uma identidade partilhada, um modo de ser e fazer em conjunto. Estas características concretizar-se-ão em Programas-Estrela com forte carga simbólica por serem os projetos que definem a identidade do concelho através da incorporação ativa de valores.

A diferenciação do território e a afirmação da sua especificidade não resulta de algum traço de identidade a descobrir, mas da estratégia de inserção no contexto onde se enquadra e das vantagens competitivas e colaborativas que poderá gerar. O conceito essencial da Visão é o de gerar um posicionamento (dos atores) do território onde a criação de valor apresenta vantagens próprias, tendo em conta as oportunidades do espaço, onde é possível gerar coerência e coesão.

As questões associadas ao despoletar da Visão irão centrar-se em fatores críticos de competitividade/cooperação territorial, servindo de motor ao desenvolvimento, crescimento e expansão de fatores específicos identificados no concelho. A Visão deverá permitir a leitura de um macro território (ultrapassando os limites do concelho), centrando-se nos fatores de coesão e convergência de um espaço mais amplo e globalizado, e neste espaço a construir terá o concelho o seu papel e oportunidade, a afirmação e expressão de diversidade e a construção de mercados.

O conceito de previsibilidade, de tempo estável e controlável, foi substituído pela situação atual de incerteza, turbulência, imprevisibilidade ou mesmo de incoerência. O "atual" futuro tornou-se absolutamente desconhecido. Neste contexto, o planeamento deverá substituir a questão "que futuro queremos" (e do seu estudo probabilístico através da identificação de tendências) pela questão de "como nos preparamos e fortalecemos" para responder e agir proativamente num futuro indefinido. A questão é a de saber o que nos torna agentes determinantes de um qualquer futuro e não determinados e manipulados pela imprevisibilidade.

Constatando que o futuro prepara-se, não se prevê, o atual processo de planeamento estratégico tem a função de incorporar no território os fatores (traços, características) que nos preparam para o desconhecido e imprevisível e tornam resilientes as pessoas e organizações públicas e privadas. A perspetiva estratégica para criar dinâmica de futuro no território será a da preparação desse porvir, criando factos relevantes e apostas fortes, projetos e programas estrela que funcionarão como marcos ou parâmetros do presente que irão desempenhar um papel incontornável num qualquer futuro.



OS DESAFIOS ...

- ... assentes na identidade e nos valores presentes no território.
- ... recaem sobre o território e sobre os cidadãos.
- ... REPRESENTAM ONDE QUEREMOS CHEGAR E QUE PERCURSO QUEREMOS TOMAR.
- ... SÃO O CAMPO DE REALIZAÇÃO FUTURA.
- ... Possuem uma escala hierárquica, a partir da qual os sujeitos e as coletividades optam por aqueles que são mais conformes e representativos do seu ideal de vida e da sua visão do mundo.

Os desafios a potenciar...

... NUMA ESCALA LOCAL, REGIONAL, NACIONAL E GLOBAL, SÃO DEFINIDOS OS DESAFIOS QUE SE PRETENDEM ENFRENTAR E QUE SERÃO ADOTADOS CONSIDERANDO OS ATIVOS EXISTENTES A FORTALECER, CONSIDERANDO OS VALORES PRESENTES E CARACTERÍSTICOS NO TERRITÓRIO QUE IMPORTAM VALORIZAR E REFORÇAR.

Perante a questão **"Que visão queremos ter para o território?"** importa agregar os fatores distintivos e ...

SUBIR UM PATAMAR NA CADEIA DE VALORES!



2.1. TERRITÓRIO TECNO-INDUSTRIAL DE EXCELÊNCIA

É longo e marcante o percurso industrial percorrido por este território e pela comunidade famalicense, do qual resultaram características estruturantes que se influenciam mútua e continuadamente, quer seja na sua componente física e material ou na sua componente imaterial, na sua estrutura económica ou na sua estrutura social.

Enquanto território integrado no Vale do Ave Industrial, durante largas décadas foi impossibilitada a dissociação do concelho desta imagem massificada a nível nacional e pouco individualizada. No entanto, a identidade e individualidade de Famalicão têm ganho na última década, e apesar da forte crise mundial, um realce e destaque significativos, diferenciando-se no panorama nacional enquanto território industrial, de forte dinâmica empresarial e líder na exportação.

Enquanto espaço industrial nele predominam o "saber-fazer industrial", o "saber-fazer tecnológico", o "saber-fazer técnico" e o "saber-fazer prático e de prática", que se traduz numa mão de obra qualificada, jovem, dinâmica e disponível. O desenvolvimento industrial ocorrido foi fortemente impulsionado por esta capacidade técnica evolutiva do "saber-fazer", pela introdução de novo conhecimento e pela sua capacidade de integração e exploração, de que são exemplos os casos da eletrificação do sector produtivo têxtil ou a produção de relógios enquanto mecanismos de elevada precisão.

Assim, e reconhecendo a importância da integração de novas tecnologias, técnicas e materiais nos processos produtivos existentes, enquanto motores para a consolidação, crescimento e desenvolvimento das atividades económicas, empresariais e industriais, pretende-se potenciar a **incorporação tecnológica**.

São vários os sectores com relevo neste território internacionalizado e exportador, evidenciando-se pela sua antiguidade, tradição, conhecimento e disseminação territorial e, assentes num capital social de micro relações e interconhecimento: as áreas do agroalimentar e do têxtil e vestuário, para além das igualmente presentes áreas da metalomecânica, obras públicas e pneus e borracha.

Perante o carácter distintivo deste conhecimento do saber-fazer e do know-how resultante da tradição e da arte da fabricação e da produção, das estabelecidas ligações e relações internacionais, e encarando estas características específicas do território como um valor acrescentado do mesmo, pretende-se alcançar a excelência na produção e nos sectores agroalimentar e têxtil.



Resultante da forte presença e tradição das atividades industriais e da evolução tecnológica ocorrida associada a essas áreas, Famalicão tem sido e será um território onde a tecnologia surge aplicada à produção industrial, um território tecno-industrial. A potenciação desta característica marcante do território e da sua comunidade transpõe-se para o desafio:

TERRITÓRIO TECNO-INDUSTRIAL DE EXCELÊNCIA

...onde existe bom e melhor emprego... ...onde existem profissões com futuro... ...onde existe oportunidade de realização profissional... ...onde existem áreas de atividades emergentes...

... Onde existem desafios e oportunidades de realização!



2.2. TERRITÓRIO DE "CROSS-INNOVATION"

Desde muito cedo que Famalicão desenvolveu uma rede de relações com o exterior, promovida nas últimas décadas pelo fenómeno da globalização, com a abertura de fronteiras e de novos mercados. Esta conectividade e articulação com o exterior, de âmbito material e imaterial, e ao nível regional, nacional e internacional, foram desde sempre um fator responsável pelas dinâmicas existentes e pelas redes de negociação e cooperação instituídas, promotoras da interação e da proximidade, e fundamentais nesta sociedade globalizada.

Neste Famalicão industrial destaca-se o impulso empreendedor, salientando-se para além da referida capacidade de adaptação, as capacidades de iniciativa própria, de idealização e realização, assentes numa forte tradição histórica, e que se transpõem assim para um território de empreendedorismo industrial e empresarial.

Tanto nas áreas tradicionais, do agroalimentar e do têxtil, como nas novas e emergentes áreas de atividade, as relações com o exterior têm sido uma presença constante e determinante, desde a importação de conhecimento e tecnologia no início do século passado à atual exportação de produtos de elevada qualidade material e tecnológica. As relações intra-concelhias, assentes numa tradição histórico-cultural de colaboração interna, resultantes do capital social e materializadas pelas redes de contratação e subcontratação, são perspetivadas como um elemento fundamental para o reforço da competitividade, através do fortalecimento da cooperação, numa lógica de valorização e promoção da conectividade interna e externa.

O crescimento e desenvolvimento verificados em Famalicão e a sua atual posição e importância no panorama nacional, não se verificariam se este território não possuísse uma importante rede de ligações no sector empresarial e industrial, redes essas que importa consolidar e ampliar, pretendendo-se por isso alcançar um novo patamar de ligações no meio económico (exportação, internacionalização).

Associada à capacidade de realização prática do "saber-fazer" ocorrem fortes dinâmicas no campo da experimentação e ao nível da adaptação, demonstradas pela longa evolução e contínuo ajuste que as empresas realizaram, adequando as suas técnicas e os seus produtos às alterações dos mercados. Destas contínuas atualizações, destaca-se a integração de processos produtivos e materiais em resposta aos mais elevados requisitos e exigências dos mercados-clientes.

Perante a contínua necessidade de adaptação aos mercados e às realidades em constante mutação, e numa lógica de melhoria das repostas aos clientes mais modernos e exigentes, pretende-se promover a interligação tecnologia e design.

A existência de uma atitude competitiva, mas também de uma capacidade colaborativa, permite que neste território conectado sejam materializados sonhos, ideias e projetos. Nas interconexões destas capacidades, o território surge como um facilitador de cruzamentos de áreas e atores numa lógica de "cross-innovation", proporcionando a inovação intersectorial, a permuta e a evolução de conhecimento entre regiões, pessoas e instituições, o aparecimento de novas e inesperadas parcerias e o desenvolvimento de novas técnicas e melhores produtos.



Reconhecendo a importância da colaboração e da interconectividade entre atores na produção de inovação, assente na investigação e na resposta criativa a novas questões, surge como fundamental alcançar um novo patamar de excelência em novos materiais.

Num território fortemente caracterizado pela presença de agentes económicos empreendedores e de dinâmicas distintivas, impulsionadas pela cooperação, colaboração e troca e partilha de conhecimento, e reconhecendo como fundamental a interação como motor da criação e da inovação, assume-se como desafio:

TERRITÓRIO DE "CROSS-INNOVATION"

...onde as ideias podem crescer e consolidar...
...onde as ideias se transformam em projetos...
...onde as oportunidades não têm fronteiras...
...onde os projetos e negócios ganham escala global...
...onde a economia é global...

...onde predominam as ligações globais... ...onde se gosta de interação – "link like"...

... Onde as ideias são concretizadas e Ganham escala global!



	VALORES DE PARTIDA (O QUE TEMOS) (O QUE FAZEMOS) (ONDE ESTAMOS) (O QUE NOS CARACTERIZA) (O QUE NOS DISTINGUE)	VALORES DE CHEGADA (ONDE QUEREMOS CHEGAR) (NOVO PATAMAR NA CADEIA DE VALOR)	DESAFIOS (CAMPO DE REALIZAÇÃO)
CONOMIA, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃO, SOCIEDADE DIG	 Saber técnico/ tecnológico/ industrial Território de empreendedorismo / Território Industrial Impulso empreendedor (empreendedorismo industrial e empresarial) Território conectado com o exterior e exportador Território cooperativo e competitivo Capital social de micro-relações e interconhecimento Saber fazer prático Campo de experimentação, adaptação e capacidade de realização prática 	 . EXCELÊNCIA NA PRODUÇÃO E NOS SECTORES AGROALIMENTAR E TÊXTIL . TECNOLOGIA E DESIGN . INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA . NOVO PATAMAR DE EXCELÊNCIA EM NOVOS MATERIAIS . NOVO PATAMAR DE LIGAÇÕES NO MEIO ECONÓMICO (EXPORTAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO) 	- Território tecno-Industrial de excelência - Território de "cross-innovatoon"



2.3. TERRITÓRIO ESPÁCIO E FUNCIONALMENTE BIODIVERSO DE REFERÊNCIA

Encontram-se presentes em Famalicão as principais características de estruturação territorial do Litoral Norte: a homogeneidade das densidades de povoamento, resultado de uma ocupação dispersa contínua e constante; a predominância da urbanização difusa; e a existência de uma rede urbana policêntrica, destacando-se o papel deste concelho na conurbação urbana regional. Nesta escala regional, evidenciase a centralidade deste território concelhio, dotado não só de infraestruturas de transporte mas também de equipamentos e serviços com funções menos comuns e mais especializadas.

Este território urbano-disperso é caracterizado por padrões de urbanização e industrialização difusos, que por sua vez se encontram apoiados numa extensa rede de transporte indutora de elevadas acessibilidades. Partindo do elevado nível de acessibilidades, este espaço disperso transformou-se num território de proximidades. Nele predominam as permanentes interconexões entre as funções urbana, rural e industrial, num cruzamento contínuo entre o urbano-industrial e o rural-natural. Estes fatores conjugados dão origem a uma paisagem distinta, dinâmica, de cores e texturas fortes e mutáveis, e na qual a identidade é criada a partir da diversidade.

Neste meio de cruzamentos entre o urbano, o rural e o industrial destaca-se a multifuncionalidade do uso do solo, com significativo impacto nas relações económicas e socias existentes, para além de determinante na (re)construção da paisagem.

Neste território diverso, diferenciado pelas interconexões e complementaridades contínuas, importa otimizar as ligações urbanorurais e valorizar as existentes dinâmicas de vizinhança e contiguidade. E, constituída a diversidade como um todo único, distintivo e identitário, importa garantir a valorização e qualificação da diversidade e multifuncionalidade.

A ocupação linear ao longo das infraestruturas rodoviárias promoveu simultaneamente a concentração de atividades nos seus cruzamentos e a sua dispersão por todo o concelho, permitindo assim que as mesmas fossem acessíveis a toda a população.

A dispersão de espaços urbanos preenchidos intercalada e alternadamente por áreas habitacionais, comerciais, industriais e de serviços, assente sobre áreas de exploração agrícola e florestadas, enriquecidas pelos espaços naturais, é potenciadora de um desenvolvimento territorial integrado, que através da otimização das ligações urbano-rurais e da racionalização da utilização dos recursos naturais promova a sustentabilidade territorial.

Toda esta configuração espacial transposta para um elevado nível de acessibilidade permite a aproximação aos recursos locais, aos serviços locais, às economias locais, numa ótica de diminuição da dependência em relação ao exterior, de potenciação da economia local, da valorização dos bens materiais e imateriais locais e tradicionais, de proteção e valorização dos recursos existentes, através da sua utilização equilibrada e sustentável, e numa lógica de pegada ecológica local sustentável, de "Quilómetro Zero" (KmZero).



Reconhecendo-se o potencial na valorização dos recursos endógenos distintivos, enquanto produtores de valor acrescentado e com potencial de aproveitamento, e a sua importância para o equilíbrio ecossistémico, pretende-se garantir a **valorização económica dos recursos locais.**

Admitindo que não será possível promover uma plena consolidação urbana neste território disperso, importa pois promover e potenciar o valor inerente ao espaço difuso, enquanto detentor de uma grande diversidade, complementaridade, multifuncionalidade e proximidade, otimizando os valores e recursos existentes.

Reconhecendo que um território disperso é mais do que um território desestruturado ou fragmentado, e que este é um território onde predomina a proximidade, a diversidade, a complementaridade e a conectividade entre espaços e funções com efeitos repercutores sobre comportamentos e atitudes da comunidade, promovendo a interação e vivências económicas e sociais internas, assume-se como desafio promover um:

TERRITÓRIO ESPÁCIO E FUNCIONALMENTE BIODIVERSO DE REFERÊNCIA



...onde tudo está acessível... ...onde tudo está próximo... ...onde tenho tudo aqui ao pé... ...onde tenho o campo e a cidade...

... Onde a cidade e o campo se cruzam e tudo está próximo!



2.4. ECONOMIA DOMÉSTICA SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL APOIADA NA NOVA AGRICULTURA

A interconectividade permanente entre sistemas urbanos e rurais, humanos e naturais, surge como característica distintiva e com potencial de otimização de recursos, permitindo a coexistência de funções diferentes e complementares em locais próximos e contíguos e abrindo portas para a promoção de uma economia mais verde.

O conceito de economia verde, enquanto promotora do bem-estar humano e da igualdade social e redutora dos impactos negativos sobre o meio ambiente, recursos naturais e riscos ambientais, é um potencial neste território multifuncional e de complementaridades. A proximidade e a permanente interseção e sobreposição de espaço urbano com o espaço rural permite a existência de uma pluriatividade e favorece a existência de uma agricultura doméstica moderna enquanto atividade complementar, com uma importante função económica e social.

Considerando as novas tendências de valorização da produção local, da agricultura biológica ou natural e da produção tradicional, as populações integradas em territórios mais diversificados possuem um maior potencial na satisfação interna destas necessidades de consumo, sendo fundamental promover a valorização e autoproteção dos espaços em que estão inseridos, dotando-os de maiores valências e promovendo a convivência na e das diversidades.

Mesmo em pequena escala, a agricultura complementar auxilia na gestão das finanças domésticas e promove a inclusão e interação social, para além de promover a independência e autossuficiência interna de uma comunidade e o seu desenvolvimento em torno de uma sociedade mais sustentável, apostando-se, por isso, na promoção de uma economia doméstica sustentável.

A produção agrícola doméstica exerce igualmente um importante papel na componente ambiental e paisagística, assegurando a manutenção dos espaços agrícolas pequenos e fraturados e promovendo a valorização dos recursos naturais existentes.

Dotado de uma excelente acessibilidade e assente numa estrutura polinucleada, o espaço concelhio favorece a adoção de atitudes e comportamentos de valorização de uma economia local, em que as dinâmicas de colaboração e cooperação existentes nas pequenas comunidades dos muitos aglomerados urbanos existentes desempenham igualmente um papel importante na consolidação da economia de base local.

De importância claramente transversal, o crescimento de uma economia de base local promoverá a valorização dos recursos naturais e tradicionais, fortalecendo a identidade, a produção e a atividade empresarial e salvaguardando o conhecimento e o património imaterial.

Reconhecendo-se a importância de uma economia local de pequena escala, da produção e venda de produtos endógenos de elevada qualidade e de baixo impacto ambiental, e existindo no território todas as condições (ambientais, sociais e económicas) para a consolidação desta economia, importa promover um **consumo local responsável**.



Neste território multifuncional e polinucleado, onde espaços de trabalho, de estudo, de lazer, de serviços e de residência são próximos, e onde os espaços urbanos se cruzam com os espaços rurais é possível desenvolver uma economia local equilibrada e apoiado nas potencialidades territoriais, promovendo uma:

ECONOMIA DOMÉSTICA SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL APOIADA NA NOVA AGRICULTURA

...onde a agricultura é um complemento e um produto de qualidade... ...onde existe diversidade na economia familiar... ...onde a economia doméstica é equilibrada...

...onde se valoriza e consome o produto local...



... Onde se pauta pelo consumo responsável dos produtos da terra!



VALORES DE PARTIDA VALORES DE CHEGADA DESAFIOS (O QUE TEMOS) (O QUE FAZEMOS) (ONDE (ONDE QUEREMOS CHEGAR) (NOVO PATAMAR NA ESTAMOS) (O QUE NOS CARACTERIZA) (O QUE (CAMPO DE REALIZAÇÃO) CADEIA DE VALOR) NOS DISTINGUE) Ocupação dispersa / Conexões permanentes Urbano-Rural-Industrial / Território policêntrico e multifuncional / Paisagem distintiva (identidade criada pela diversidade) TERRITÓRIO, AMBIENTE, CLIMA, ENERGIA, MOBILIDADE • Mix Urbano-Industrial e Natural-- TERRITÓRIO ESPÁCIO E . VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA Rural potenciador de DIVERSIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE **FUNCIONALMENTE BIODIVERSO DE** desenvolvimento integrado **REFERÊNCIA** (económico, social e ambiental), . VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS "Pegada Ecológica Local", "Cidade-RECURSOS LOCAIS Região" - ECONOMIA DOMÉSTICA • Potencial de economia mais verde/ . CONSUMO LOCAL RESPONSÁVEL SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL Potenciação e valorização dos APOIADA NA NOVA ECONOMIA recursos naturais existentes . ECONOMIA DOMÉSTICA SUSTENTÁVEL [BIOECONOMIA] • Economia doméstica apoiada pela agricultura complementar • Acessibilidade / Centralidade • Conexões Urbano-Rural-Industrial (a identidade criada pela diversidade)



2.5. LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DECORRENTE DE INTERAÇÕES E DO CAPITAL SÓCIO-CULTURAL

Reconhecido a nível nacional como modelo de boas práticas, o trabalho realizado ao nível da ação social e educação reflete a capacidade técnica de experimentação, adaptação e implementação de programas e medidas, ajustadas à realidade da comunidade famalicense.

Neste campo de experimentação, Famalicão assume o carácter de Laboratório de Inovação Social, apoiado por um elevado nível de qualificação técnica e por uma capacidade de "prática de excelência". Esta capacidade de realização, caracterizadora e distintiva desta sociedade, assenta no "saber-fazer", no "saber prático e de execução e implementação" e no conhecimento resultante da prática. Esta diferenciação assume um papel importante, pois assenta nas características do capital social local, e é nele que são desenvolvidas as capacidades endógenas que promovem de forma inovadora e criativa os espaços, fluxos e dinâmicas.

Associado a este Laboratório de Inovação Social, e de certa forma responsável pelo seu sucesso, encontra-se presente uma considerável capacidade de iniciativa, sustentada numa atitude de abertura e de empreendedorismo social e suportada por um capital social de micro relações e interconhecimento de excelência. Esta comunidade aberta e recetiva reflete-se na capacidade de acolhimento de propostas externas e de desenvolvimento de métodos e processos inovadores e criativos na abordagem e implementação dos modelos de intervenção propostos, numa lógica de "design thinking", e distinguindo-se na operacionalização da intervenção social, a partir da otimização dos recursos existentes, ao nível do networking, do capital social e da cidadania. O capital social encontra-se fortemente interconectado (interna e externamente), destacando-se a este nível a existência de um networking social de referência a nível nacional, que possibilita a troca de experiências e conhecimentos.

Reconhecendo que é a partir de uma maior interatividade e relação entre os diversos atores do território e da sua participação e corresponsabilização que surge uma comunidade mais coesa e inclusiva, importa desenvolver um **networking de excelência**.

Um dos fatores de sucesso das intervenções na área social decorre do intenso envolvimento dos atores locais, indivíduos e organizações, através de dinâmicos relacionamentos sociais de participação cívica, partilhando interesses, motivações e preocupações, e concertando estratégias, objetivos e recursos.

O potencial de uma comunidade aberta e envolvida é fortemente ampliado quando aumentado o seu nível de participação e envolvimento, pretendendo-se por isso garantir a existência de uma comunidade ativa e subir a um novo patamar no envolvimento e participação da população.



Famalicão, sendo um concelho com tradição na área da experimentação e da inovação social, e reconhecido a nível nacional pela aplicação de boas práticas, deverá fortalecer o seu papel enquanto espaço de criação e inovação, espaço de implementação e experimentação, plataforma de descoberta e partilha de conhecimento, território em crescimento e envolvimento com a comunidade. Por isso, como território exemplar nesta temática, Famalicão pretende ser reconhecidamente:

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DECORRENTE DE INTERAÇÕES E DO CAPITAL SÓCIO-

CULTURAL

...onde os problemas não são ignorados... ...onde são dadas respostas às minhas necessidades...

...onde os programas são ajustados à realidade...



... Onde são dadas respostas às necessidades e aos problemas!



2.6. VIVÊNCIA NA COMUNIDADE ABERTA E COLABORATIVA

As relevantes capacidades de experimentação, de recetividade a novas iniciativas, e até o espírito empreendedor tão presente nesta comunidade, são o reflexo de uma sociedade e comunidade aberta. Este é um terreno fértil e atrativo a pessoas que se querem realizar e que procuram experimentar e inovar, que procuram novidades e oportunidades.

Enquanto comunidade aberta verifica-se uma ausência de barreiras, pelo que se torna fundamental potenciar este valor, promovendo um novo nível de networking inclusivo e de cidadania.

No âmbito da participação cidadã, destacam-se as Comissões Sociais Inter-freguesias, que surgem enquanto instrumento de promoção de participação, mobilização e responsabilização da comunidade e refletem uma forte dinâmica colaborativa e cooperativa. Com o envolvimento em rede dos atores sociais são promovidas, viabilizadas e alargadas as possibilidades de desenvolvimento de ações, através da concertação de esforços entre entidades e entre estas e a comunidade.

O valor acrescentado de uma cidadania ativa reflete-se nas dinâmicas e relacionamentos informais existentes entre indivíduos, grupos e instituições, nas dinâmicas de vizinhança, nas formas de voluntariado, no desenvolvimento de atividades e eventos conjuntos, na procura de respostas a problemas encontrados na comunidade e na implementação de projetos.

A diversidade territorial espelhada fisicamente na ocupação do solo é igualmente refletida nos comportamentos, atitudes e relações dentro da comunidade, nos valores partilhados.

A integração numa sociedade ou comunidade é um processo interativo, entre o indivíduo e a própria comunidade, e abrangente, aplicada comumente à área educativa e social. Numa lógica de comunidade aberta e recetiva, e na criação de uma sociedade plenamente coesa, pretende-se promover uma **inclusão transversal, para além do social.**



As comunidades abertas, dinâmicas, participativas e colaborativas apresentam uma maior capacidade de evolução e adaptação. Estas são comunidades atentas e despertas, capazes de desenvolver respostas, promover identidades e coesão, no seu interior e com o seu exterior. Reconhecendo o valor acrescentado existente no interior de uma comunidade envolvida e recetiva, assume-se como desafio consolidar:

Vivência na comunidade aberta e colaborativa



...onde a vida social é ativa e rica... ...onde existem oportunidades de participação... ...onde me sinto integrado...

...ONDE EXISTE OPORTUNIDADE DE PARTICIPAR E DE FAZER PARTE DO TODO!



0
ĭΑ
5
8
$\overline{\circ}$
П.
2
ď
<u> </u>
0
ĭĂ
Ú
⋖
5
<
<u>"</u>
Ö
LL.
-₹
N
101
뿐
<u> </u>
ō
ŏ
⋖
≲
5
5
0
O
2
5
-
~
Ö
9
~
Δ.
5
ш
ш
9
⋖
Δ
ш
=
2
S 0
ഗ

VALORES DE PARTIDA

(O QUE TEMOS) (O QUE FAZEMOS) (ONDE ESTAMOS) (O QUE NOS CARACTERIZA) (O QUE NOS DISTINGUE)

VALORES DE CHEGADA

(ONDE QUEREMOS CHEGAR) (NOVO PATAMAR NA CADEIA DE VALOR)

DESAFIOS

(CAMPO DE REALIZAÇÃO)

- Inteligência coletiva de prática / Laboratório de Inovação Social na área da experimentação / Conhecimento da prática e da execução / Implementação inovadora / Capacidade de realização / Qualificação
- Integração das políticas na ação social e educação, de forma adaptada, ajustada, criativa e colaborativa
- Capital social (micro relações e interconhecimento)
- Networking social
- Comunidade aberta / Recetividade a novidades e oportunidades / Capacidade de atração para realização / Capacidade de acolhimento / Diversidade nos valores de autenticidade

- . NETWORKING DE EXCELÊNCIA
- . NOVO PATAMAR NO ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO
- . INCLUSÃO TRANSVERSAL (PARA ALÉM DO SOCIAL)
- LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE INTERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO E DO CAPITAL SÓCIO-CULTURAL
- VIVÊNCIA NA COMUNIDADE ABERTA E COLABORATIVA



2.7. MODELO DE GOVERNANÇA PARA A INICIATIVA E CORRESPONSABILIZAÇÃO DO CIDADÃO

É a partir de uma maior interatividade e relação entre os diversos atores do território, da corresponsabilização, e de uma governação partilhada e coletiva que é possível crescer de forma sustentada. Nesta comunidade aberta, recetiva e participativa existe um potencial de envolvimento a expandir, pois os valores cívicos percecionados e apropriados na comunidade encontram-se profundamente ligados aos valores de confiança, expectativa, sentido de direitos e deveres. São elementos fundamentais para a conceção/construção de um território e para a sua eficiente administração.

Nos últimos anos, as políticas sociais têm auferido de diversos contributos decorrentes de participações diretas e indiretas dos cidadãos. A dinâmica de envolvimento das entidades comunitárias na discussão e resolução de problemas, promovem a sedimentação de uma maior dinâmica de participação. Nesta comunidade já com diversas estruturas e práticas de debate, de colaboração e cooperação, de construção de consensos e de concertação de interesses tem sido continuamente promovida a entrada de novos atores.

Assente nesta dinâmica de participação, pretende-se promover uma administração ao serviço do cidadão e a corresponsabilização ativa dos cidadãos, enquanto indivíduos detentores de direitos e deveres, e aumentar o envolvimento da comunidade na apresentação de propostas, implementação de projetos e gestão do território, alcançando desse modo um **novo patamar na participação do cidadão.**

A participação cidadã é igualmente manifestada pela existência de um serviço comunitário dinâmico e ativo e de um espírito de iniciativa no espaço social local, expressos através da participação em voluntariado informal, em intervenções no espaço público e na prestação de serviços diversos à comunidade.

Reconhecendo o valor de uma comunidade interventiva, é fundamental intensificar a cooperação e colaboração entre administração pública, atores privados e cidadãos, promovendo um serviço comunitário de excelência.

A diferença entre pessoas, organizações, redes de trocas, padrões de ocupação e de utilização dos espaços, economias, culturas e instituições, fazem com que a gestão e mediação sejam um desafio mas também um potencial. Uma gestão da diversidade na qual é fundamental o desenvolvimento de iniciativas da comunidade, assentes numa estratégia de execução conjunta.



A governança apresenta-se como uma cultura de construção de processos de reflexão e decisão, em abertura e com inclusão dos agentes sociais, e traduz-se em propostas de governabilidade mais dinâmicas, inclusivas, em corresponsabilização, menos fechadas e impositivas. Pretendendo-se promover uma maior responsabilidade cívica e uma maior motivação em torno de objetivos partilhados é assumido como desafio:

MODELO DE GOVERNANÇA PARA A INICIATIVA E CORRESPONSABILIZAÇÃO DO CIDADÃO



...onde tenho um papel importante... ...onde as minhas opiniões contam... ...onde participo e sou responsável...

...Onde se é parte ativa da comunidade!



2.8. GOVERNAÇÃO AMIGÁVEL PARA OS CIDADÃOS

As experiências de sucesso na liderança de redes interinstitucionais de parceiros públicos e privados deram origem a um potencial e valor acrescentado a explorar. É a partir destas relações e proximidades (ou afastamentos) entre o governo local e as instituições que são marcados os ritmos e eficiências na construção e gestão dos territórios.

É nesta crescente aproximação às instituições e aos cidadãos que o município tem agido, promovendo a criação de parcerias e protocolos de colaboração, e a contínua e estreita relação com as freguesias, associações e grupos informais de cidadãos, pretendendo-se por isso alcançar um novo patamar na relação entre administração pública e cidadão.

Existe uma considerável quantidade de entidades e de redes institucionais que atuam no território, destacando-se, pelo seu sucesso e resultados exemplares, a cooperação institucional em rede nas áreas da educação e formação e do desenvolvimento social. Esta integração em redes de educação institucional traduz-se na exemplar capacitação do município na gestão dos assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto de atores locais.

O trabalho interinstitucional colaborativo, em rede, tem-se estendido e disseminado por diversos domínios da política, constituindo-se quase como um "modo operandi" da gestão territorial local. A estas interações face-a-face acresce a crescente disponibilização de meios de comunicação e informação. Plataformas informáticas sublinham e reforçam tanto a colaboração e partilha interinstitucional, como a relação e comunicação dos cidadãos com os organismos públicos.

Através da crescente disponibilização de informação aos cidadãos, no aumento da acessibilidade e melhoria da prestação de serviços, na melhoria e otimização dos recursos disponíveis e das redes de colaboração formais e informais existentes entre administração pública e atores privados, pretende-se promover a eficácia e eficiência no funcionamento institucional.

Atualmente composto por 34 freguesias, o concelho apresenta uma vasta rede de equipamentos e serviços disseminada por todo o território, numa lógica de descentralização e aproximação à população. Aqui a administração local possui uma crescente desconcentração de alguns serviços municipais, que se encontram acessíveis em equipamentos municipais localizados fora do perímetro urbano da sede do concelho.

Ao nível da gestão autárquica este município tem, nos últimos anos e em diversas áreas, apresentado bons resultados, que se traduzem em dinâmicas que dão origem a uma excecional política de gestão e promovem a transparência e o nível de confiança depositado pela população.



Sendo os territórios espaços partilhados, multifuncionais e heterogéneos, por vezes com redes e estruturas complexas, é necessário promover a sua coesão na diversidade, garantir a existência de espaços de concertação e promover a aproximação entre agentes, apresentando-se como desafio:

GOVERNAÇÃO AMIGÁVEL PARA OS CIDADÃOS



...onde me sinto um cidadão... ...onde me sinto informado... ...onde tenho um atendimento personalizado...

...ONDE SE POSSUI UM ROSTO E UM NOME!



VALORES DE PARTIDA

(O QUE TEMOS) (O QUE FAZEMOS) (ONDE ESTAMOS) (O QUE NOS CARACTERIZA) (O QUE NOS DISTINGUE)

VALORES DE CHEGADA

(ONDE QUEREMOS CHEGAR) (NOVO PATAMAR NA CADEIA DE VALOR)

DESAFIOS

(CAMPO DE REALIZAÇÃO)

- Espírito de iniciativa comunitária / Serviço comunitário dinâmico e ativo / Voluntariado informal / Cultura de participação e envolvimento distintivos e reconhecidos / Dinâmica de participação cidadã transversal / Comissões sociais locais / Cidadania
- Participação em redes locais (reconhecidas a nível nacional como boas práticas) regionais, nacionais e internacionais
- Cooperação Município-Freguesias / Descentralização
- Tradição de cooperativismo
- Política municipal para a modernização administrativa / Reforço na utilização das TIC / Crescente disponibilização de informação municipal aos cidadãos /Acessibilidade aos serviços e sua ligação com os cidadãos
- Situação financeira sólida do Município

- . SERVIÇO COMUNITÁRIO DE EXCELÊNCIA (COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ATORES PRIVADOS E CIDADÃOS)
- . NOVO PATAMAR NA PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO, AO NÍVEL DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS
- . EFICÁCIA E EFICIÊNCIA NO FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL
- . NOVO PATAMAR NA RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADÃO
- MODELO DE GOVERNANÇA PARA A INICIATIVA E CORRESPONSABILIZAÇÃO DO CIDADÃO
- TERRITÓRIO DE GOVERNAÇÃO AMIGÁVEL PARA OS CIDADÃOS

GOVERNANÇA TERRITORIAL





VISÃO PARA O TERRITÓRIO

O processo de identificação e definição de uma Visão para Vila Nova de Famalicão surge enquanto elemento de focagem integrada da intervenção concelhia, assumindo-se como um referencial orientador das diferentes frentes de planeamento estratégico e como um instrumento coordenador na concretização das estratégias para o período compreendido entre 2014 e 2025, compatibilizando-se com o próximo ciclo de programação dos Fundos Estruturais e com a Europa 2020.

Considerando a atual crise económica, e perante a presente conjuntura e fragilidade dos sistemas financeiro, económico e social, importa desenvolver uma estratégia concelhia de apoio à comunidade, às empresas e às famílias, numa ótica de coordenação e otimização de meios e recursos, na prossecução de objetivos e de uma visão comum.

Assim, este processo de planeamento pretende promover uma Visão integrada para o desenvolvimento do território, sustentada por um alinhamento estratégico das diversas intervenções territoriais das organizações e serviços, que, acompanhadas e articuladas, serão impulsionadoras de dinâmicas e difusoras de inovação, capacitação e qualificação. A Visão proporciona uma abordagem integrada para o desenvolvimento do macro espaço territorial, assumindo o contributo e especialização do meso/micro território. Esta função de integração deverá apoiar os atores no acesso a oportunidades de desenvolvimento, sendo para isso a ideia motora de um projeto de desenvolvimento.

A Visão surge enquanto produtora de oportunidades de desenvolvimento, suportada pela identidade e pelos valores existentes no território, pretendendo ser geradora de posicionamentos dos atores, tendo em vista a potenciação e/ou criação de valor, e estabelecendo os desafios a enfrentar, por diferenciação e não por simples competição. A Visão corresponde a um processo e não a um objetivo, apresentandose enquanto um desafio daquilo que queremos ser e do território que se pretende.

No processo de definição da Visão foram identificadas as principais características funcionais e culturais presentes neste território por se associarem a uma identidade partilhada, representando os valores presentes no território, os "valores de partida". Estas características representam a marca, os valores que poderão ser potenciados, subindo um novo patamar na cadeia de valor, e que poderão ter um papel crítico enquanto motores de desenvolvimento de fatores específicos do concelho, estimulando ou consolidando traços identitários que o território quer ter no futuro, e apresentando as vantagens competitivas e colaborativas que poderão gerar. Nesta potenciação dos valores existentes e distintivos surgem os desafios em representação do futuro que se quer.

Os desafios estabelecem-se para o território e para as pessoas, e representam os campos de realização de uma ambição mais alargada, uma ambição aspiracional e de fruição. Estes campos de realização associam-se de uma forma genérica à ideia de qualidade de vida, cuja definição pode ser bastante abstrata e subjetiva, influenciada pela realidade espácio-temporal de cada comunidade, e por isso alvo de discussão.

Numa aproximação da Visão ao cidadão, porque serão os cidadãos elementos fundamentais e determinantes na construção do território e porque é no campo relacional que os territórios se distinguem, os desafios estabelecidos traduzem ambições e convicções da comunidade.

Apesar do forte carácter de subjetividade do conceito de qualidade de vida e da diversidade de desejos e aspirações de cada cidadão ou grupo, é possível distinguir alguns aspetos que serão mais relevantes e surgirão mais frequentemente, agrupados por áreas específicas.



Assim, na área da economia destaca-se a necessidade de independência financeira e o conforto material e físico, associado ao acesso a bens de consumo básicos e secundários variados e de qualidade, à existência de um emprego (dependente ou independente), à existência de oportunidades, e a um campo de realização profissional (distinção e reconhecimento), que passa pela possibilidade de concretização e realização de ideias e projetos.

Durante muito tempo o conceito de qualidade de vida associava-se quase exclusivamente a esta capacidade de aquisição de bens e produtos. No entanto, tendencialmente, este conceito tem vindo a ser alargado, compreendendo mais para além da abundância material e do conforto económico e das condições básicas de saúde, educação e salubridade, e abrangendo um conjunto de elementos imateriais associados ao acesso a equipamentos, serviços e cultura, a condições de saúde, relações sociais e ambiente familiar, e à qualidade do ambiente urbano, natural e patrimonial.

A segurança, a disponibilidade de cultura enquanto fator de agregação, de fortalecimento de uma identidade conjunta e de promoção de espaços de encontro e interação social, a equidade e acessibilidade a equipamentos, a variedade e qualidade dos sistemas de educação, formação e saúde, o acesso a serviços de suporte de grupos específicos (crianças, idosos, desempregados e outros), e a capacidade de dar respostas às necessidades de cada indivíduo ou grupo, assim como o sentimento de integração, pertença e participação na comunidade, são elementos fundamentais na promoção da Visão de qualidade de vida dos dias de hoje.

Este sentimento de integração e participação ativa na comunidade constitui-se como fundamental para o sentimento de bem-estar pessoal e social, pois o bem-estar e a qualidade de vida correlacionam-se com os níveis de participação cívica e envolvimento comunitário. Pretende-se, por isso, estimular dinâmicas de voluntariado, de iniciativa e participação na construção e gestão do território, assentes em lógicas de corresponsabilização dos cidadãos, de cidadania, de colaboração e cooperação, e de aproximação e aumento da confiança e transparência de instituições e a administração local.

Enquadrado na qualidade do ambiente urbano, natural e patrimonial, e assente na componente territorial, surge ainda o bem-estar associado à qualidade do ar e da água, à eficiência energética e otimização dos consumos, à qualidade dos espaços públicos e de lazer, ao conforto dos ambientes urbanos e à crescente mobilidade.

Igualmente indissociável do bem-estar, e cada vez mais exigido pelas comunidades como fator fundamental para a qualidade de vida, acresce a possibilidade de fruição dos recursos ambientais/naturais (qualificados e valorizados), quer se apresentem enquanto espaços de lazer e de contacto com a natureza ou como espaços e elementos de suporte à utilização dos recursos naturais (como o ar, a água e o solo, necessários às crescentes práticas de agricultura natural, cada vez mais associada à sustentabilidade ambiental e à promoção da saúde e bem-estar), sem descurar os aspetos relacionados com a proteção do património histórico e cultural, quer na sua componente construída e material, quer na sua componente imaterial.

Perante as crescentes exigências de uma população urbano-rural, pretendendo Famalicão demarcar-se diferenciadamente, a partir da potenciação da sua identidade, dos seus valores, das redes e conexões, promover um reforço da qualidade de vida no e do seu território tornando-se este "o lugar onde existem desafios, o lugar onde os sonhos se concretizam, o lugar onde as coisas acontecem".



TERRITÓRIO TECNO-TERRITÓRIO ESPÁCIO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO MODELO DE GOVERNANÇA INDUSTRIAL DE EXCELÊNCIA FUNCIONALMENTE SOCIAL DECORRENTE DE PARA A CIDADANIA E BIODIVERSO DE REFERÊNCIA INTERAÇÕES E DO CAPITAL CORRESPONSABILIZAÇÃO DO SÓCIO-CULTURAL CIDADÃO ONDE EXISTEM DESAFIOS E ONDE A CIDADE E O CAMPO SE **O**NDE SÃO DADAS RESPOSTAS ONDE SE É PARTE ATIVA DA CRUZAM E TUDO ESTÁ COMUNIDADE! OPORTUNIDADES DE ÀS NECESSIDADES E REALIZAÇÃO! PRÓXIMO! PROBLEMAS! ECONOMIA DOMÉSTICA VIVÊNCIA NA COMUNIDADE GOVERNAÇÃO AMIGÁVEL PARA TERRITÓRIO DE "CROSS-SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL ABERTA E COLABORATIVA OS CIDADÃOS INNOVATION" APOIADA NA NOVA AGRICULTURA [BIOECONOMIA] **O**NDE EXISTE OPORTUNIDADE ONDE AS IDEIAS SÃO **O**NDE SE CONSOME ONDE SE POSSUI UM ROSTO E CONCRETIZADAS E GANHAM RESPONSÁVEL E PRODUTOS DA DE PARTICIPAR E DE FAZER UM NOME! PARTE DO TODO! ESCALA GLOBAL! TERRA! O LOCAL... TRABALHAR! EXPERIMENTAR! DESENVOLVER! ...Onde **Ambição** CRESCER! CRIAR! SENTIR! VIVER! ESTAR! Quero...SER FELIZ! INOVAR! FAZER! IMPLEMENTAR! PRODUZIR! AGIR! ...Onde Convicção MARCAR! COLABORAR! PERTENCER! INTERVIR! Posso... TRANSFORMAR!



O alinhamento dos desafios específicos - como campos de realização decorrentes dos valores de chegada, e retraduzidos como objetivo prático e concreto -, logicamente perfazem-se numa ambição, como cenário futuro de fruição para o local de vida, centrada na realização das pessoas, assente numa convicção como crença e interiorização das valias do mesmo.

E, no reencontro dos elementos associados à ambição e convicção, poderemos expor e propor, na comparabilidade com outros concelhos e regiões, uma só síntese de desafios como campos de realização a enfrentar.

Ser empreendedor na aplicação de soluções de futuro.

Desafios centrais

Ser um território biodiverso.

Ser uma comunidade de excelência e um laboratório de inovação social.

Ser um modelo de governança e governação amigável.

Deste modo, afirma-se um território onde as ambições são concretizáveis, onde as convicções têm importância, onde os desafios são partilhados por toda uma comunidade e onde os modelos e impulsos criativos se afirmam.

Com a sinalização dos valores atuais do território, o estabelecimento do patamar seguinte de valores para o ponto de chegada em 2025, e a formulação dos desafios a enfrentar, metodologicamente alcançamos o vértice do modelo inicial proposto para a formulação da Visão.

A Visão a propor parte de um conjunto prévio de orientações: não deve ser prescritiva, nem impositiva; deve transmitir uma atitude, uma postura perante o dever, uma ideia coletiva, um desafio; deve ser geradora de oportunidades de desenvolvimento; deve ser perspetivada como um processo construtivo e não como um objetivo; não se deve impor, mas permitir a apropriação pelos próprios locais, nas mais variadas formulações de afirmação do futuro.

Em termos intrínsecos, procura-se que a Visão incida sobre o capital social, que suporta os elementos de carácter identitário e que, por sua vez, são um fator fundamental na criação de dinâmicas e sinergias e dão vitalidade a toda uma comunidade.



Para um concelho que, num intervalo de cerca de 10 anos, quer ser externamente reconhecido como uma sociedade coesa e solidária, com uma elevada performance da sua economia de produção ao nível das exportações e com elevada incorporação tecnológica, integrado em redes globais coletivas, em convivência com uma paisagem "urbano-rural" hipocarbónica, ambientalmente qualificada e única, formula-se a Visão.

VISÃO 2025:

Seremos uma comunidade tecno-industrial global, num território verde multifuncional.

Como apelo coletivo e individual à cidadania e sentido de comunidade, a Visão invoca uma identidade fundada na vivência de um ambiente de prática e aprendizagem em conjunto, orientada por uma capacidade concretizadora e desafiada por projetos sinalizadores de um amanhã não determinado, mas evolutivo e dinâmico. A Visão também se expressa com um slogan.

VISÃO 2025 (MOTE/SLOGAN):

Fazemos Famalicão, marcamos o futuro.

Por fim, na apropriação comunitária, como forma mais simples e direta, a Visão transporta um cunho próprio, uma atitude, e possui uma assinatura.

VISÃO 2025 (ASSINATURA):

Famalicão marca.

É nesta fórmula tripartida que a Visão se cumpre na prossecução das suas funções, dirigida a todos nas diversas formas e linguagens, mas sempre como processo gerador de dinâmica e proatividade.





PROGRAMAS-ESTRELA

No processo de identificação dos ativos territoriais e de apresentação do horizonte de chegada ambicionado, torna-se relevante a seleção à partida dos programas que materializem e concretizem exemplarmente essa aposta e esse caminho.

Os programas-estrela, no quadro de um exercício de planeamento territorial para os valores, posicionam-se entre os valores de partida e os valores de chegada, vinculando os recursos e meios necessários à prossecução da Visão. Como materialização dos valores selecionados e da sua tradução prática, os programas-estrela são as ferramentas de operacionalização da estratégia, de potenciação dos valores que marcam de forma distintiva o território para os novos patamares de excelência, liderança e diferenciação. Por isso, evidenciam-se como elementos centrais na construção da liderança, demarcando no presente elementos incontornáveis do futuro coletivo onde se ambiciona estar, gerando dinâmicas, ruturas, novos modelos de leitura e ação para um novo quadro de desenvolvimento.

Para além do seu papel operacional, os programas-estrela também funcionam como "marcas-chapéu", inspiradoras de inovações, espírito criativo, experiências e testes, intensificando os fatores críticos do processo da Visão. Focados, na forma e no conteúdo, em valores "drivers", que conduzem no "caminhocrítico" rumo à Visão, os programas-estrela deverão também ser capazes de gerar efeitos de alavanca e efeitos multiplicadores em vários domínios do desenvolvimento territorial.

Concretizando, para o período 2014-2025, e na vigência do "Famalicão Visão'25", propõe-se um quadro seletivo e restrito de quatro programas-estrela, apostas que se pretendem propulsoras de uma dinâmica coletiva integrada.



4.1. "FAMALICÃO MADE IN"

VALORES DE PARTIDA DO TERRITÓRIO	PROGRAMA-ESTRELA	VALORES DE CHEGADA
 Saber técnico Empreendedorismo Industrial Exportador Aberto/conectado com a economia global Cooperativo e competitivo 	Famalicão Made IN	 Excelência tecno-industrial, nomeadamente na ITV e agroalimentar, decorrente de maior interação e incremento dos fatores de internacionalização/exportações, investigação e inovação, design e tecnologia. Excelência na produção Território facilitador de cruzamentos de áreas e atores.

FAMALICÃO MADE IN



Com a intenção de mobilizar e impulsionar o reconhecido carácter empreendedor do território, o "Famalicão Made IN" posiciona-se como agente dinamizador das iniciativas para a criação e instalação de novas empresas, para o reforço da competitividade das pequenas e médias empresas, promovendo nomeadamente a inovação e a internacionalização.

O "Famalicão Made IN" procura potenciar o ecossistema empreendedor existente, maximizando a sua eficiência coletiva, para um concelho com mais elevados índices de competitividade.

Em fase de implementação e desenvolvimento, demonstra todas as características para exercer as funções de programa-estrela, nomeadamente ao nível de valorização do espírito empreendedor e do atual nível de desempenho industrial, para novos patamares de excelência e inovação, de um território tecno-industrial.



4.2. "B-SMART FAMALIÇÃO"

VALORES DE PARTIDA DO TERRITÓRIO	PROGRAMA-ESTRELA	VALORES DE CHEGADA
 Potencial para uma economia mais verde Paisagem humanizada rica em recursos naturais O espaço polifuncional e diverso Uma "cidade-região" que atrai novos residentes 	B-Smart Famalicão (Bio-Smart)	 O espaço urbano-rural valorizado como mais-valia Diverso mas coeso e acessível, proporcionador de múltiplas vivências e níveis de qualidade de vida em equilíbrio com o meio ambiente, e dinâmico em termos das economias locais e domésticas em novas lógicas de autossuficiência, nos vários domínios (energético, alimentar) indutoras de micro soluções.

B-SMART FAMALICÃO

Qual o programa-estrela para assegurar a revalorização de um território diverso? Programa que integre e dê coerência local a um conjunto de programas e medidas?

Diverso nas formas de ocupação do espaço, o território tem e pode recombinar originalmente novos híbridos de rural e urbano. Um espaço multipolar que parece dotado de algumas qualidades para uma adaptação futura mais exigente em termos de consumo dos recursos naturais. Um território "bio-smart".

A diversidade poderá assumir-se como valor cultural, valor ecológico, valor social e económico. Ou melhor: da diversidade física e biológica poderemos potenciar uma diversidade a outros níveis. Mas a diversidade aqui está conectada, decorrendo sobre um território de conexões. E num momento em que se tornam críticas as emissões de gases com efeito de estufa, a otimização das ligações urbano-rurais pode minorar a "pegada ecológica".

Agenda 21 Local, Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes, Pacto de Autarcas, Hortas Urbanas e Rede Ciclável são alguns dos programas e projetos que poderão ser articulados e integrados, sob uma matriz e dinâmica própria e comum.

Simultaneamente, deverá servir para impulsionar o desenvolvimento de uma bioeconomia e suas soluções nas diversas vertentes (agricultura, floresta, energia, resíduos, água, edifícios, transportes, turismo, produção industrial, investigação e ecoinovação).



4.3. "FORÇA V - FAMALICÃO VOLUNTÁRIO"

VALORES DE PARTIDA DO TERRITÓRIO	PROGRAMA-ESTRELA	VALORES DE CHEGADA
 Território de elevado capital social e cultural Campo de experimentação em intervenções integradas e em rede Práticas de qualificação da intervenção Capacidades de iniciativa na animação comunitária Sociedade aberta a estímulos para o desenvolvimento, sem barreias à adoção prática de propostas e inovações externas 	Força V - Famalicão Voluntário	 Laboratório-vivo no campo social Vivência na comunidade aberta e colaborativa Novo patamar na participação e no envolvimento da população "Design" de modelos práticos de intervenção Estratégicas de inclusão intersectoriais

FORÇA V - FAMALICÃO VOLUNTÁRIO

Face a um território, comparativamente com outros, com várias práticas de referência de desenvolvimento social e inclusão num quadro de fomento de uma cultura de participação por parte de diversos "stakeholders" institucionais, importa progredir para um patamar mais ambicioso de envolvimento da própria população.

O voluntariado estendido a vários domínios, desde o ambiente ao desporto, do social ao cultural e educativo, demonstra-se o veículo adequado conjugando e reforçando simultaneamente fatores como o carácter integrado das políticas, o estímulo à experimentação de novas práticas e a participação ativa de todos os cidadãos, das várias gerações.

O programa-estrela "Força V – Famalicão Voluntário" deverá estimular uma maior identidade coletiva que se autorreforça, na concretização do apoio à integração social, ao convívio intergeracional, à animação comunitária, à preservação do ambiente.



4.4. "FAMALICÃO COMUNITÁRIO"

VALORES DE PARTIDA DO TERRITÓRIO	PROGRAMA-ESTRELA	VALORES DE CHEGADA
 Participação em redes regionais e nacionais Redes locais reconhecidas como boaspráticas Cooperação Município-Freguesias Tradição de cooperativismo Política municipal para a modernização administrativa Situação financeira sólida do Município Descentralização de equipamentos e serviços Espírito de iniciativa comunitária e envolvimento dos cidadãos na dinamização da comunidade As Comissões Sociais Inter-freguesias como manifestação de bases de cidadania local integradas na rede territorial institucional 	Famalicão Comunitário	 Corresponsabilização ativa dos cidadãos na administração do território Governação amigável para os cidadãos Acessibilidade da administração/serviços com os cidadãos A administração ao serviço da iniciativa do cidadão

FAMALICÃO COMUNITÁRIO

Numa rutura com o modelo de serviço público estruturado em função de um "cidadão-consumidor", o programa-estrela "Famalicão Comunitário" visa iniciar um lento processo orientado para a gestão do espaço público participada pelos cidadãos.

Tendo por base um fundo de financiamento público limitado, a autarquia municipal dispõe-se a apoiar e a qualificar projetos das comunidades locais que reúnam apoio financeiro das Juntas de Freguesia, das empresas locais e dos cidadãos/comunidade.

Para além da promoção de uma corresponsabilização na gestão do espaço público, pretende-se por esta via assegurar uma maior "sustentabilidade social" dos investimentos, induzindo, nomeadamente, uma pluralidade de usos.

FAZEMOS FAMALICÃO, MARCAMOS O FUTURO

FAMALICÃO VISÃO'25





QUADRO DE INDICADORES PARA A VISÃO

Para o período de dinamização do planeamento estratégico, propõe-se um conjunto de indicadores associados à Visão que proporcionem um acompanhamento geral da evolução e do desempenho do concelho. Anualmente, estes indicadores deverão ser atualizados, quer ao nível local, quer ao nível dos territórios de enquadramento, possibilitando assim, uma análise de tendências, de ano para ano.

A Visão é, assim, monitorizada desde o seu "ponto de partida", sendo para os agentes um instrumento de verificação e reajuste de apostas e medidas tomadas.

Perante a imensa quantidade de indicadores disponíveis, pretendeu-se que os selecionados, enquanto ferramenta de caracterização e monitorização da Visão, fossem expressivos e concisos, tendo, por isso, sido identificadas as principais áreas a acompanhar.

Inovação, Economia, Indústria, Educação e Sociedade Digital

- Ensino Superior
- Desenvolvimento das TIC
- Crescimento e Competitividade
- Inovação Empresarial
- I&D&T

TERRITÓRIO, AMBIENTE, CLIMA, ENERGIA, MOBILIDADE

- Território
- Demografia
- Energia (Ecoeficiência)
- Resíduos
- Água
- Solo
- Emissão de Gases com Efeito de Estufa
- Desenvolvimento Cultural
- Mobilidade
- Qualidade de Vida e Segurança

SOCIEDADE, EMPREGO, FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, LUTA CONTRA A POBREZA

- Mercado de Trabalho e Integração Social
- Aprendizagem ao Longo da Vida
- Educação, Formação e Qualificação
- Inclusão (Equidade e Coesão Social)
- Saúde
- Desporto

GOVERNANÇA TERRITORIAL

- Finanças Municipais
- Cidadania, Envolvimento e Participação Pública
- Atração Urbana
- Administração Pública Eficiente



Assim, para cada área temática, são apresentados os principais indicadores de monitorização (Indicadores de Nível 1).

		MEDIDA		VALOR DE PART	ΓIDA			
	DESIGNAÇÃO	(unidade, %, etc.)	(ano de referência)	(valor de Famalicão)	Outras referências (território, data ²)	FONTE ¹		
INO	VAÇÃO, ECONOMIA, INDÚSTRIA, EDUCAÇÃ	O E SOCIEDADE	DIGITAL					
E	Ensino Superior							
					36,8 (UE, 2013)			
1º	Diplomados dos 30 aos 34 anos	%	2011	26,61	29,2 (PT, 2013)	Dados tratados a partir do INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012		
					28,7 (Norte,	Estatistico da Regiao Norte 2012		
	Desenvolvimento das TIC				2012)			
					85,1 (PT)			
1º	Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues	%	2011	90,90		INE, Direcção-Geral dos Impostos		
	online				89 (Ave)			
(Crescimento e Competitividade							
					16,25 (PT)			
	PIB per capita	milhares de euros	2010	-	13,06 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012		
		24.05			11,88 (Ave)			
					100 (PT)	INE 2011		
1º	Indicador per capita de poder de compra	-	2011	83,90	89,2 (Norte)	Observatório do QREN INE, Estudo sobre o Poder de Compra		
	'				81,2 (Ave)	Concelhio		
					45.259.455 (PT)	INE, Estatísticas do comércio internacional		
	Exportações de mercadorias	milhares de euros	2012Po ³	1 569 175	1.799.356 (Norte)	2011		
					3.879.491 (Ave)	Observatório do QREN		
ı	novação Empresarial							
	Pedidos nacionais de direitos de Propriedade Industrial, de					INPI - Instituto Nacional da Propriedade		
1º	entidades residentes no concelho	Nº	2013	259	-	Industrial		
	de Vila Nova de Famalicão							
'	&D&T				2.06 (115. 2215)			
					2,06 (UE, 2012)			
	Investiments on 19 D	%			1,52 (PT, 2012) 1,54 (Norte,			
19	Investimento em I&D	70	-	-	2012) 1,9 (Ave, 2011)	-		
					6.283 milhões de			
	Despesa intramuros em				Euros	DGEEC-Direção Geral de Estatísticas da		
	atividades de I&D, efetuada por empresas e instituições	€	2011	5.219.658	-	Educação e Ciência		
TER	TERRITÓRIO, AMBIENTE, CLIMA, ENERGIA, MOBILIDADE							
1	Território Território							
					10.383.494 (PT)			
19	População residente	Nº	2011	133.941	3.648.805 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012		
					507.483 (Ave)			

¹Relativo aos dados de Vila Nova de Famalicão

Quando diferente da data de referência para Famalicão

³Po – dados provisórios



		MEDIDA		VALOR DE PART	IDA	
	Designação	(unidade, %, etc.)	(ano de referência)	(valor de Famalicão)	Outras referências (território, data)	FONTE
[Demografia					
					414.610 (PT)	
	População residente estrangeira	Nº	2012	1.235	45.161 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012
19					4.199 (Ave)	
					76,3 (PT)	Dados tratados a partir do INE, Anuário
	Índice de juventude	%	2012	109	84,1 (Norte)	Estatístico da Região Norte 2012
	Energia [Ecoeficiencia]				98,8 (Ave)	
					28.232.311 (PT)	
1º	Eletricidade produzida a partir de energias renováveis	MWh	2010	6.330	1.358,146 (Ave)	Plano de Ação para a Energia Sustentável, Matriz Energética Prospetiva, 2012 - AEdoAVE
	Resíduos				1.338,140 (AVE)	
	·coauu03				14 (PT)	
19	Resíduos urbanos com recolha	%	2012	13	14 (PT)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012
_	seletiva	,,	2012	13	11 (Ave)	inte, , madrio Estatistico da Neglao Norte Eore
,	Água				, ,	
1º	Perdas totais do sistema de abastecimento de água (perdas físicas e comerciais)	%	2008	33,70	30,70 (PT, 2012)	Documento de Enquadramento Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Departamento de Ambiente, Equipamentos e Obras da Câmara Municipal [Portugal: Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos de Portugal, 2012 - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)]
5	Solo					
1º	Superfície agrícola utilizada	hectare	2009	5.327	3.668.145 (PT) 644.027 (Norte)	INE, Recenseamento Agrícola - séries históricas
,	Ar					
19	Emissão de gases de efeito de estufa (GEE)	tonCO ² eq por habitante	2009	3,47	6,7 (média nacional)	Agenda 21 Local: Apoio à elaboração e implementação, Diagnóstico (setembro2013) APA - Agência Portuguesa do Ambiente (INERPA - Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas)
	Desenvolvimento cultural					
1º	Taxa de ocupação média do grande auditório, por espetáculo programado pela Casa das Artes	%	2013	50	-	Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão
Γ	Mobilidade					
	Concumo do combustá el				0,5 (PT)	INE Apuário Estatístico do Posião Notato
1º	Consumo de combustível automóvel por habitante	tep/hab	2012	0,30	0,5 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte Direcção-Geral de Energia e Geologia
					0,5 (Ave)	
(Qualidade de Vida e Segurança				1.004.55 (0=)	
	Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem	€	2011	923,77	1.084,55 (PT) 949,08 (Norte) 848,31 (Ave)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte
1º					35,9 (PT)	
	Taxa de criminalidade	‰	2013	25,30	31,4 (Norte) 25 (Ave)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte
					, -,	



Designação		MEDIDA		VALOR DE PART	IDA				
		(unidade, %, etc.)	(ano de referência)	(valor de Famalicão)	Outras referências (território, data)	FONTE			
	Alterações climáticas								
1º	Área ardida em incêndios florestais	hectare	2012 Po	364	117.198 (PT) 42.653 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012 (ICNF - DR - ICN e Florestas)			
		~ .			3.763 (Ave)				
	SOCIEDADE, EMPREGO, FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, LUTA CONTRA A POBREZA								
E	mprego								
					47,56 (PT)				
1º	Taxa de atividade	%	2011	51,27	47,59 (Norte)	INE, Censos 2011			
					50,04 (Ave)				
r	Mercado de Trabalho e Integração So	ocial							
					14,09 (PT)	Desempregados inscritos nos centros de			
	Taxa de desemprego	%	2013	15,14	16,88 (Norte)	emprego e de formação profissional - PORDATA			
					16,81 (Ave)	Total da população ativa - INE, Censos 2011			
1º	Taya da dasamaraga da larasa				6,34 (PT)	Desempregados inscritos nos centros de			
	Taxa de desemprego de longa duração (cuja inscrição tem 1 ano	%	2013	7,71	8,46 (Norte)	emprego e de formação profissional com tempo de inscrição de 1 ano ou mais -			
	ou mais)				9,08 (Ave)	PORDATA			
	Aprendizagem ao Longo da Vida				5,55 (5)	Total da população ativa - INE, Censos 2011			
,					40.270 (DT)				
40	Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos	Νiō	2011/	4 442	48.379 (PT)				
1º	de educação e formação de		/2012	1.113	18.052 (Norte)	INE			
	adultos				2.821 (Ave)				
E	ducação, Formação e Qualificação								
1º	Taxa de abandono precoce de educação e formação	%	2011	27,75	11,9 (UE, 2013) 19,2 (PT, 2013) 27,1 (PT, 2011) 21 (Norte, 2013) 28,9 (Norte, 2011) 30,3 (Ave, 2011)	INE, Inquérito ao Emprego			
,	Ação Social								
1º	Voluntários com participação ativa / envolvidos em projetos	Nō	2013	41	-	Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal			
I	nclusão [Equidade e Coesão Social]								
	- 6.44				421.201 (PT)				
	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção por município	Nº	2012	3.450	385.836 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
40	222.d. deser que per municipio				14.157 (Ave)				
1º					29,4 (PT)				
	Índice de dependência de idosos	Nº	2012	20	25,5 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
					21,3 (Ave)				
9	aúde								
					3,1 (PT)				
1º	Taxa de mortalidade por doenças	%	2012	1,80	2,6 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte			
	do aparelho circulatório	ino circulatório			2,2 (Ave)				
[Desporto								
						Departamento de Desenvolvimento Social da			
1º	Número de atletas federados	Nº	2012	7.811	-	Câmara Municipal			



		MEDIDA		VALOR DE PART	ΓIDA	
	DESIGNAÇÃO	(unidade, %, etc.)	(ano de referência)	(valor de Famalicão)	Outras referências (território, data)	FONTE
Go	VERNANÇA TERRITORIAL					
F	inanças Municipais					
19	Eficiência financeira do município	ranking nacional	2013	9º (508 pontos acumulados entre 2010 e 2013)	-	Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013
(Cidadania, Envolvimento e Participaç	ão Pública				
1 º	Participações registadas no Portal do Cidadão - projeto "A minha rua"	Nō	2013	57	-	Portal do Cidadão "A minha Rua"
	Atração Urbana					
	Taxa de crescimento efetivo	%	2012	-0,17	-0,52 (PT) -0,57 (Norte) -0,44 (Ave)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012
19					-0,36 (PT)	
	Taxa de crescimento migratório	Permilagem	2012	-0,24	-0,45 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012
					-0,42 (Ave)	
	Administração Pública Eficiente					
1º	Índice de transparência municipal	Pontuação	2014	55 (ranking nacional= 17º)	-	Transparência e Integridade Associação Cívica

Reconhecendo a dificuldade na seleção de um único indicador para cada área e admitindo a complexidade inerente a cada uma delas, apresenta-se, excecionalmente, um conjunto de indicadores complementares (Indicadores de Nível 2).

		MEDIDA	VALOR DE PARTIDA			
	Designação	(unidade, %, etc.)	(ano de referência)	(valor de Famalicão)	Outras referências (território, data)	FONTE
INT	ELIGENTE					
-	Ensino Superior					
	Taxa de escolarização no ensino	%	2012/2012	17.00	65,5 (PT)	INE, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino
2º	superior (alunos com idade entre os 18 e 22 anos)	%	2012/2013	17,80	56,4 (Norte)	Superior
2=	Diplomados do ensino superior por 1000 habitantes	Nº	2011/2012	32,95	77,39 (PT)	INE, Direcção-Geral de Estatísticas da Educação
					67,85 (Norte)	e Ciência
-	Desenvolvimento das TIC					
	Acessos à Internet em banda larga				19,6 (PT)	
2º	por 100 habitantes, com caráter	%	2012		16,3 (Norte)	INE, Autoridade Nacional de Comunicações
	residencial				13,4 (Ave)	
(Crescimento e competitividade					
					-16.401.265.595 (PT)	
2º	Saldo da balança comercial	€	2011	577.802.624	3.327.917.835 (Norte)	PORDATA



Medida				VALOR DE PART	ΓΙDA				
	Designação	(unidade, %, etc.)	(ano de referência)	(valor de Famalicão)	Outras referências (território, data)	FONTE			
ı	I&D&T								
2º	Projetos aprovados COMPETE	Nº	2013	25	-	COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade			
2-	Projetos aprovados QREN	Nº	2013	73	-	COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade			
	Alterações climáticas								
					21.408 (PT)	NE A. Ci. EstaCita de Barião Nota 2012			
2º	Ocorrências de incêndios florestais	Nō	2012Po	200	13.125 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012 (ICNF-DR - ICN e Florestas)			
					1.561 (Ave)				
	STENTÁVEL								
•	Território								
					114,5 (PT)				
2º	Densidade populacional	Hab/Km²	2011	663,20		INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
	-				410,7 (Ave)				
	Demografia				0.47 (07)				
	Taur de aussimente actual	%	2012	0,06	-0,17 (PT)	INC. Augustain Constitution de Denião Norte 2012			
	Taxa de crescimento natural	70	2012	0,00	-0,12 (Norte) -0,03 (Ave)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
	População 0-14 anos	Nº	2012	.2 20.586	1.550.201 (PT)				
					535.720 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
					75.298 (Ave)	,			
					11.230.90 (PT)				
	População 15-24 anos	Nº	2012	16.005	419.164 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
					61.661 (Ave)				
					5.781.392 (PT)				
2º	População 25-64 anos	Nº	2012	78.461	2.074.524 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
					296.528 (Ave)				
					2.032.606 (PT)				
	População 65 e mais anos	Nº	2012	18.922	636.826 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
					76.248 (Ave)				
					9,35 (PT)				
	Taxa bruta de natalidade	Permilagem	2011	9	8,54 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
					8,55 (Ave)				
					9,73 (PT)				
	Taxa bruta de mortalidade	Permilagem	2011	7,10	8,55 (Norte)	INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2012			
	Funnin (Fansi's transita				7,41 (Ave)				
	Energia (Ecoeficiencia)								
2º	Intensidade energética	MWh/M€	2010	1.671	1.008 (PT)	Plano de Ação para a Energia Sustentável e Matriz Energética Prospetiva, 2012- AEdoAVE			



	MEDIDA VALOR DE PARTIDA								
	Designação	(unidade, %, etc.)	(ano de referência)	(valor de Famalicão)	Outras referências (território, data)	FONTE			
	Água								
2º	População com acesso/cobertura da rede de abastecimento de água	%	2013	95	96 (PT continental, 2013)	Departamento de Ambiente, Equipamentos e Obras da Câmara Municipal [Portugal: Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos de Portugal, 2012 - Entidade Reguladora dos			
	População com acesso/cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	2013	74	92 (Norte, 2009) 95 (PT, 2012)	Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)] Departamento de Ambiente, Equipamentos e Obras da Câmara Municipal [Portugal: Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos de Portugal, 2012 - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)]			
INC	LUSIVO								
ı	Emprego								
	Total da população ativa	Nº	2011	68.616	5.023.367 (PT) 1.756.065 (Norte) 256.085 (Ave)	INE, Censos 2011			
2º					86,82 (PT)				
	Total da população ativa	%	2011	85,1	85,53 (Norte)	INE, Censos 2011			
	empregada				84,87 (Ave)	·			
ı	Mercado de trabalho e integração so	cial							
	D	%	2011	26,29	31,69 (PT)				
2º	Proporção da população residente com pelo menos o ensino				27,90 (Norte)	INE, Recenseamento da População e Habitação			
	secundário completo				23,83 (Ave)				
	Taxa de participação em cursos				25,1 (PT)				
2º	profissionais no ensino secundário	%	2011/2012	35,30	25,7 (Norte)	INE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação			
	regular				32,8 (Ave)	^			
Go	VERNANÇA TERRITORIAL								
ı	Finanças Municipais								
	Independência financeira	%	2013	57,9 (ranking nacional= 34º)	-	Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013			
2º	Resultados líquidos de 2010 a 2013 (resultado económico acumulado)	ranking nacional	2013	12º (-768,661€)	-	Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013			
	Liquidez financeira	€	2012	5.455.280 (ranking nacional= 21º e ranking regional= 4º)	-	Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011 e 2012			





AGENDAS E PRIORIDADES NO QUADRO DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020







PONTO DE PARTIDA

A Estratégia Europa 2020 apresenta-se como um elemento orientador para a ação da União Europeia, para os próximos 7 anos. Surge no âmbito do próximo quadro financeiro, representando a estratégia assumida para o crescimento e o emprego, e desenvolve-se com base em cinco grandes objetivos.

Tabela 8 – Metas da União Europeia para 2020

EMPREGO

Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos.

I&D

Aumentar para 3% do PIB o investimento da UE na I&D.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990.
- Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis.
- Aumentar em 20% a eficiência energética.

EDUCAÇÃO

- Reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10%.
- Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior.

LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

• Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.

Os cinco objetivos europeus são traduzidos em objetivos nacionais, de modo a que cada Estadomembro contribua para as metas gerais, defina as ações a desenvolver e monitorize e avalie os progressos ocorridos. Os objetivos nacionais encontram-se traduzidos na Estratégia Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020, que define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020.

A Estratégia Portugal 2020 assume quatro domínios temáticos - competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano; sustentabilidade e eficiência no uso de recursos. E considera o domínio transversal relativo à reforma da administração pública e à territorialização das intervenções. Os 11 Objetivos Temáticos e as 57 Prioridades de Investimento europeias são enquadrados na estratégia para o crescimento de Portugal.

Reconhecendo a importância de enquadramento da Visão de Famalicão na estratégia nacional e europeia, numa lógica de concentração e potenciação de sinergias e perante a possibilidade de acesso a financiamento comunitário para áreas nas quais se pretenda intervir, apresenta-se uma abordagem à escala concelhia das diversas Agendas, Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimentos definidas para a Estratégia 2020.



Assim, para cada Objetivo Temático (OT), propõe-se um breve diagnóstico síntese, que caracteriza a evolução e a atual posição específica de Famalicão, e identificam-se as áreas com potencial de intervenção associadas a cada Prioridade de Investimento (PI). É ainda identificada a proposta de Projeto Estruturante, a Rede ou Parceria de Referência e, nalguns casos, um exemplo de Programa de Financiamento.

Tabela 9 – Estratégia Europa 2020

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	Programas	Objetivos-Temáticos
Crescimento inteligente: Desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação e aumentar a competitividade e a internacionalização	Inovação: "Uma união da inovação" Educação: "Juventude em movimento" Sociedade digital: "Agenda digital para a Europa"	 Investigação e inovação Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME)
Crescimento sustentável: Promover uma economia mais eficiente em termos de utilização de recursos	Clima energia e mobilidade: "Uma Europa eficiente em termos de recursos" Competitividade: "Uma política industrial para a era de globalização"	 Transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono Gestão e prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas Proteção do ambiente e eficiência na utilização dos recursos Transporte sustentável e remoção de pontos de estrangulamento nas principais infraestruturas da rede
Crescimento inclusivo: Fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão	Emprego e qualificações: "Agenda para novas qualificações e novos empregos" Combate à pobreza: "Plataforma europeia contra a pobreza"	 Emprego e apoio à mobilidade laboral Inclusão social e combate à pobreza Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida
Orientação de governação: Coordenação de políticas económicas, serviço público qualificado, eficiente e apoiado na cooperação institucional e capaz de promover a competitividade e internacionalização	Abordagem territorial Reforma da administração pública	 Reforço da capacidade institucional e administrações públicas eficientes

As Agendas "Crescimento Inteligente", "Crescimento Sustentável", "Crescimento Inclusivo" e "Governança do Território" não têm por principal papel estabelecer um plano operacional. Dispõem-se antes a funcionar como bases para a geração de novas ideias e iniciativas, para a concertação de estratégias entre agentes e para potenciar a mobilização de oportunidades, especialmente num contexto de escassez de recursos.



Tabela 10 – Estratégia Portugal 2020

		Domínios Transversais			
		ABORDAGEM TERRITORIAL E REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	FEDER	FSE	FC
	COMPETITIVIDADE E	 OT 1. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação 	Х		
	INTERNACIONALIZAÇÃO	 OT 2. Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade 	Х		
	INTERNACIONALIZAÇÃO	 OT 3. Reforço da competitividade das PME 	X		
	INCLUSÃO SOCIAL E	 OT 8. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores 	Х	Х	
	EMPREGO	 OT 9. Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação 	X	Х	
SOOI	CAPITAL HUMANO	 OT 10. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida 	Х	Х	Х
EMÁT	SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE	 OT 4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores 	Х		Х
T SOII	RECURSOS	 OT 5. Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão dos riscos 	Х		Х
Domínios Temáticos		 OT 6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos 	х		Х
	+ COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	 OT 7. Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes 	Х		Х
	GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO + COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	 OT 11. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública 	х	х	Х



A Estratégia Europa 2020 estabelece, no quadro das prioridades estratégicas de crescimento – inteligente, sustentável e inclusivo – um conjunto de metas relacionadas com o investimento em inovação, escolaridade, ambiente e energia, e combate à pobreza. Face às metas europeias será adequado reconhecer os pontos de partida para o território de Vila Nova de Famalicão. Da análise geral, comparativa das várias unidades territoriais, pode-se observar:

- Face à meta de investimento de cerca de 3% do PIB em atividades de investigação e inovação, o indicador disponível mais aproximado refere-se aos 1,9% estimados em 2012 para o Ave, valor comparativamente superior aos 1,54% no Norte e 1,52% em Portugal;
- A taxa de abandono escolar precoce, aferida no momento censitário, refere-se ao conjunto de indivíduos que no grupo etário dos 18-24 anos já não se encontram a frequentar qualquer curso de ensino formal ou de formação, não tendo terminado o ensino secundário. Em 2011, Vila Nova de Famalicão apresentava uma taxa de 25,75%. No Ave, o valor de abandono escolar precoce situava-se nos 30,3%. Em 2013, a Região Norte e Portugal apresentaram já valores de 19,5% e 18,9%, respetivamente. Vila Nova de Famalicão foi um dos 25 concelhos do país que mais reduziu o abandono escolar precoce desde 1991 (Atlas da Educação, 2014);
- O número de população com ensino superior ou equivalente com idade entre os 30 e os 34 situava-se, em 2012, em 28,7% na Região Norte e em 26,61% em Famalicão, ainda distantes dos 35,8% da média europeia;
- Em termos de taxa de escolarização do ensino superior (relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de formação inicial, com idade entre 18 e 22 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários), Famalicão apresentava no ano letivo 2012/2013 uma taxa de 17,8% (no ano letivo 2011-2012 era de 27,7%) no Norte esta taxa era de 56,4% e, em Portugal, de 65,5%. A população residente em Famalicão com 15 ou mais anos, com curso pós-secundário ou superior completo representava, em 2011, 14,7%, sendo este valor de 15,9% no Norte e de 18,1% a nível nacional;
- Na progressão para uma economia com baixas emissões de carbono, os dados disponíveis apresentam Portugal com uma redução de 8% face a 1990. Vila Nova de Famalicão é um dos maiores contribuintes para as exportações nacionais, com elevado peso da indústria no quadro concelhio dos sectores económicos (% do sector industrial) apresentando um elevado consumo de energia. A urbanização difusa sustenta um sistema de mobilidade geral que se repercute nos níveis de emissão de gases com efeito de estufa. Em 2010, as estimativas da Matriz Energética para o Município de Famalicão apontavam os 716.670 tCO²e (toneladas de dióxido de carbono equivalente);
- Para a energia renovável disponível, em 2010, Famalicão apresentava um débito ano de 6.330 MWh/ano provenientes da energia hídrica, não apresentando contributos nos domínios da energia eólica, biomassa, resíduos sólidos urbanos (RSU), biogás e fotovoltaico. A nível solar verifica-se, em 2013, uma potência instalada de 1.247,04 kw/ano;
- Entre 2001 e 2011, registou-se uma taxa de variação do consumo de eletricidade em Vila Nova de Famalicão de -17%, devido à diminuição de -11% no sector industrial. O consumo de energia elétrica em 2012 foi de 782.082.175 kWh, dos quais 479.867.461 kWh na indústria;
- Do total de 77.759 residentes em Famalicão no ano de 2011 com idades entre os 25 e os 64 anos, 61.786 encontravam-se economicamente ativos, representando cerca de 79%, o que significa uma taxa superior à meta de 75% proposta para a Europa atingir em 2020.
- A taxa de risco de pobreza em Portugal é de 25,3% da população total, representando por estimativa para Famalicão cerca de 33.859 habitantes. No concelho, em 2012, encontravam-se registados 3.450 beneficiários do rendimento social de inserção (RSI). Em dezembro de 2013, encontravam-se inscritos cerca de 10.002 desempregados no concelho, sendo destes 54% desempregados de longa duração e 22% com 55 ou mais anos.



Tabela 11 – Vila Nova de Famalicão face às metas 2020 para Portugal

METAS 2020 PARA PORTUGAL	PONTOS DE PARTIDA
Investir em I&D entre 2,7% e 3,3% do PIB	2,06% (UE, 2012)
	1,5% (Portugal, Dados provisórios com base no IPCTN de 2012)
	1,54% (Norte, 2012)
	1,90% (Ave, 2011)
	6283 milhões de euros (Ave, 2011)
Reduzir a taxa de abandono escolar precoce e formação na	12% (Europa, 2013)
população entre 18-24 anos para menos de 10%	18,9% (Portugal, 2013) atualizado em junho 2014
	19,5% (Norte, 2013) atualizado em junho 2014
	30,3% (Ave-Censos, 2011)
	25,75% (VNF-Censos, 2011)
Assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem (30-34	36,8% (Europa, 2013)
anos) dispõe de um diploma do ensino superior ou equiparado	29,2% (Portugal, 2013)
	28,7% (Norte, 2012)
	26,61% (VNF, 2011)
Aumentar no máximo até 1% a emissão de gases de efeito de estufa (GEE) face a 2005 em emissões não CELE	-12% (Portugal, 2012)
Obter 31% da energia a partir de fontes renováveis no	14,1% (Europa, 2012)
consumo final	24,6% (Portugal, 2012)
Aumentar em 20% a eficiência energética (ganho percentual relativamente a consumos de energia primária face a 2005)	24,6% (Portugal, 2012)
Assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64	68,3% (Europa, 2013)
anos	65,6% (Portugal, 2013)
	78,32% (VNF,2012)
Reduzir o número de pessoas que vive em risco de	92 mil (Portugal, 2011)
pobreza/exclusão social, retirar 200 mil pessoas face a 2008	3450 beneficiários do RSI (VNF, 2012)
	7,71% desempregados de longa duração (VNF, 2013)
Melhoria da eficiência nas administrações públicas e promoção de serviços online:	
- disponibilizar o preenchimento e a submissão de formulários na Internet;	
- disponibilizar o pagamento de serviços online;	
- aumentar a % de utilização da Internet pelos trabalhadores do município;	
- aumentar a formação dos trabalhadores ao nível das TIC e modernização administrativa.	
(Metas para a Europa, para 2015: 50% dos cidadãos devem recorrer à administração pública em linha e mais de metade destes preencher e enviar formulário; 50% da população a comprar em linha; 75% da população a utilizar a Internet.)	







AGENDA PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE

Desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação e aumentar a competitividade e a internacionalização.

Tabela 12 – Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Inteligente

METAS	PROGRAMA-BANDEIRA	Objetivos Temáticos
Investir em I&D entre 2,7% e 3,3% do PIB	União pela Inovação	
Reduzir a taxa de abandono escolar precoce e formação na população entre 18-24 anos para menos de 10%	Europa Criativa Agenda Digital para a Europa Uma política industrial para a era	OT1. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação OT2. Melhoria do acesso às TIC, bem como a
Assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem (30-34 anos) dispõe de um diploma do ensino superior ou equiparado		sua utilização e qualidade OT3. Reforço da competitividade das PME

Os desafios globais colocados à economia europeia exigem que a competitividade desta se baseie no conhecimento e na inovação.

Desde longa data caracterizado por uma economia aberta ao exterior, o território de Famalicão não será indiferente às ameaças que enfrenta o velho continente.

Embora se denote a vocação exportadora e de iniciativa empreendedora, só ainda um reduzido número de empresas exportam e só ainda um número reduzido de empresas têm 10 ou mais funcionários. E a paisagem anteriormente "monocolor", excessivamente suportada sobre um só sector económico, vemse reestruturando com a emergência de novos sectores, sustentados em cima das mesmas competências de produção, de "manufactoring".

Num momento de maior sensibilidade do meio empresarial às questões da inovação e internacionalização, haverá também que fazer sublinhar o papel do sector criativo e das novas TIC na formulação das economias modernas.

As plataformas de parceria existentes ou a dinamizar, promotoras da sociedade digital ou do ecossistema empreendedor, tomarão um papel central na atualização do conhecimento, mobilização e realinhamento dos atores, disseminação da informação e ativação de iniciativas e projetos.

1.1. OT 1 – REFORÇO DA INVESTIGAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO (FEDER)

PI 1.1	REFORÇO DA INFRAESTRUTURA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO (I&I) E DA CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA EXCELÊNCIA NA I&I, E A PROMOÇÃO DE CENTROS DE COMPETÊNCIA, NOMEADAMENTE OS DE INTERESSE EUROPEU (FEDER)
PI 1.2	PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO DAS EMPRESAS NA I&D, O DESENVOLVIMENTO DE LIGAÇÕES E SINERGIAS ENTRE EMPRESAS, CENTROS DE I&D E O SECTOR DO ENSINO SUPERIOR, EM ESPECIAL A PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS, NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA, NA INOVAÇÃO SOCIAL, NA ECO INOVAÇÃO, EM APLICAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO, NO ESTÍMULO DA PROCURA, EM REDES, CLUSTERS E NA INOVAÇÃO ABERTA ATRAVÉS DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE, E O APOIO À INVESTIGAÇÃO TECNOLÓGICA E APLICADA, LINHAS-PILOTO, AÇÕES DE VALIDAÇÃO PRECOCE DOS PRODUTOS, CAPACIDADES AVANÇADAS DE PRODUÇÃO, EM ESPECIAL NO QUE TOCA ÀS TECNOLOGIAS FACILITADORAS ESSENCIAIS, E À DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS DE INTERESSE GERAL (FEDER)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

Território com especialização sectorial no domínio do têxtil e vestuário - sector responsável pelo maior número de empresas transformadoras (40,82%, 2009, INE) e acolhendo o maior número de pessoal ao serviço das empresas -, Famalicão apresenta hoje uma estrutura industrial mais diversificada. Considerando o volume de negócios, a indústria de artigos de borracha e plástico surge com o maior volume de faturação, com o mesmo peso do têxtil e vestuário no total do volume de negócios (16%), seguindo-se a construção civil (14%), a metalurgia e metalomecânica (8%), a indústria alimentar (7%) e a eletrónica (2%).

Nas últimas décadas verificou-se a terciarização da economia, com a diminuição das empresas integradas no sector primário e o aumento das empresas relacionados com as áreas do comércio e serviços.



Ilustração 32 – População empregada por sector (INE)

A abertura ao exterior e a capacidade e vocação exportadora da sua base económica evidencia-se na balança comercial. Vila Nova de Famalicão continuadamente apresenta um "superavit" significativo, com o volume de exportações a superar, significativamente, o volume de importações, destacando-se em 2013 como o terceiro município mais exportador do país, representando, em 2011, cerca de 3,3% das exportações nacionais e cerca de 8,9% das exportações da Região Norte.

No volume de exportações, a Continental-Mabor é responsável por cerca de 50%. Contudo, o sector têxtil e vestuário detém o maior número de empresas exportadoras e internacionalizadas, num quadro onde vigoram empresas da metalurgia e metalomecânica, eletrónica, agroalimentar e construção civil. Os principais mercados externos, por volume de negócios, e por ordem decrescente, são a Alemanha, a Espanha, a França, o Reino Unido, a Bélgica, os Países Baixos, os Estados Unidos e a Itália.

Numa análise territorial mais alargada, a base industrial local participa em algumas dinâmicas de clusters ao nível do têxtil, vestuário e moda, da fileira da construção, do agroalimentar, das tecnologias de informação e comunicação e da mobilidade.

O CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal e o CENTI – Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes são duas estruturas de investigação e



desenvolvimento tecnológico sediadas em Vila Nova de Famalicão. Acresce ainda o polo da Universidade Lusíada e a Escola Superior de Saúde do Ave, da CESPU. A localização geográfica do concelho faculta o acesso a várias entidades do sistema de inovação regional, nomeadamente aquelas polarizadas em torno da Universidade do Minho e da Universidade do Porto.

Na relação da sua base empresarial, com conectividade nacional e internacional e aproveitando as capacidades de C&T, podem-se identificar como principais domínios com potencial de aposta em estratégias de investigação e inovação para uma especialização inteligente:

- Novos materiais (têxteis técnicos);
- Manufactoring;
- Componentes automóvel;
- Têxtil e vestuário;
- Agroalimentar;
- Saúde e bem-estar.

Tabela 13 – Matriz da estratégia de investigação e inovação para a estratégia de especialização inteligente (adaptado do Portugal 2020)

EIXOS TEMÁTICOS	Níveis Prioritários		PORTUGAL	NORTE	FAMALICÃO
I. Tecnologias transversais e	1. Energia				
suas aplicações	2. TIC				
	3. Materiais e matérias-primas				
II. Indústria e tecnologias de	4. Tecnologias de produção e indústria de produto				
produção	5. Tecnologias de produção e indústria de processo				
III. Mobilidade, espaço e	6. Automóvel, aeronáutica e espaço				
logística	7. Transportes, mobilidade e logística				
IV. Recursos naturais e ambiente	8. Agroalimentar				
	9. Floresta				
	10. Economia do mar				
	Água e ambiente				
V. Saúde, bem-estar e território	12. Saúde				
	13. Turismo				
	 Indústrias culturais e criativas 				
	15. Habitat				
PRIORIDADES:	Máxima Média Mínima Sem prioridad	de			

Torna-se necessário o território consolidar as suas apostas e aumentar os níveis de conectividade com as redes de conhecimento internacionais, em simultâneo com o aumento dos níveis de inovação colaborativa, envolvendo empresas, centros de investigação e inovação, instituições e utilizadores.

Em 2013, foram efetuados, por entidades residentes no concelho, um total de 50 pedidos nacionais de direitos de propriedade industrial, verificando-se que a maioria (74%) encontrava-se enquadrada na categoria Marcas e OSDC (Outros Sinais Distintivos de Comércio: Logótipos, Denominações de Origem, Indicações Geográficas, Marcas Coletivas e de Associação).



Ilustração 33 – Pedidos nacionais de direitos de propriedade intelectual (INPI, 2013)

Caracterizada pelo conhecimento técnico decorrente da experiência e tradição industrial, verifica-se a existência de uma qualificação informal da mão de obra a par de uma baixa qualificação formal ao nível do grau de ensino da população residente e da população empregada. Contudo, nas últimas décadas, registou-se uma melhoria no nível de habilitações, sendo fundamental continuar esta aposta na qualificação e formação dos jovens e adultos.

Tabela 14 – Qualificação da população e dos empregados (INE, 2011)

População residente com ensino superior completo	10,95%
Diplomados no ensino superior por 1000 habitantes (nº)	32,95
Empregados com ensino secundário e pós-secundário (%)	23,5
Empregados com ensino superior (%)	15,3



No âmbito das atividades de I&D, e para além dos investimentos efetuados por empresas com apoios do QREN e/ou do COMPETE-Programa Operacional Fatores de Competitividade, destaca-se o investimento efetuado pelo CITEVE, pelo CENTI e pela VIEIRA DE CASTRO em atividades de I&D, que em 2011 ultrapassaram os 5 milhões de euros.

Tabela 15 - Investimento em I&D (DGEEC, 2011)

CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal	2.954.650 €
CENTI - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes	1.538.850 €
VIEIRA DE CASTRO - Produtos Alimentares S.A.	726.158€

Apresenta-se, ainda, como relevante a integração e articulação com a estratégia regional de especialização inteligente (RIS3):

- Capital humano e serviços especializados: o sector das TIC integra o conjunto dos quatro mais representativos a nível concelhio, com empresas com experiência de interação com entidades do SCTN (ex: Centro de Computação Gráfica da Universidade do Minho) e de recrutamento de recursos especializados das universidades do Porto e Minho;
- Cultura, criação e moda: com oferta de formação superior nos domínios do design e da arquitetura (Universidade Lusíada de Famalicão), oportunidades de interação com as áreas dos novos materiais (CITEVE e CENTI) e de novas tecnologias de produção, e com as empresas em processo de alargamento da sua internacionalização;
- Sistemas agroambientais e alimentação: o sector empresarial instalado do agroalimentar com necessidade de, em articulação com as competências científicas e tecnológicas existentes, explorar novos produtos e modos de produção;
- Tecnologias de largo espectro: as empresas das tecnologias e produção e das Tecnologias de Informação Comunicação e Eletrónica (TICE) poderão posicionar-se como utilizadores avançados dos desenvolvimentos proporcionados pelas capacidades e infraestruturas existentes quer nos novos materiais quer nas tecnologias de comunicação e informação.

ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[INFRAESTRUTURAS I&D&I]

- # Desenvolvimento e implementação de programas Ciência e Tecnologia assentes em estratégias de investigação e inovação para uma especialização inteligente: na área dos têxteis técnicos e de componentes automóvel; indústrias da mobilidade e ambiente; têxtil, vestuário e moda; e agroalimentar (com o desenvolvimento de projetos multidisciplinares e a copromoção com empresas).
- # Desenvolvimento do ecossistema de inovação e empreendedorismo do concelho, incluindo a criação de uma plataforma virtual de registo e partilha de competências dos seus diferentes atores.
- # Sinalização dos centros de investigação, desenvolvimento e formação e os seus contactos num "mapa do conhecimento".
- # Disponibilização de indicadores decorrentes da gestão municipal como matéria para investigadores, empreendedores e empresas identificarem necessidades e oportunidades (Open Data).
- # Facilitação e apoio ao registo de patentes.
- # Criação de bolsas de mentores industriais para apoio às entidades de investigação e desenvolvimento tecnológico.
- # Lançamento de concurso de ideias inovadoras (para produtos ou processos produtivos), a serem "apadrinhadas" e desenvolvidas nas empresas-júri em cooperação com os centros de investigação, através da dinamização de núcleos de investigação e inovação nas empresas.



- # Realização de ações/encontros/feiras/briefings entre empresas e I&DT, para transferência de conhecimento científico e tecnológico, estabelecimento de contactos e parcerias (eventos "Famalicão TEC-IN").
- # Implementação de uma agenda "Open Days Tech" com abertura dos centros de investigação às empresas locais e com Missões Universitárias em visita ao meio empresarial.
- # Constituição de acordos de cooperação entre centros de investigação e empresas nas principais áreas de interesse (exemplos no sector têxtil: CITEVE e Universidade de Aveiro com Tecnologia dos Materiais; exemplos no sector agroalimentar: Universidade do Minho e Universidade Católica do Porto com Centro de Biotecnologia e Química Fina, etc.)

[I&D&I - EMPRESAS]

- # Mediação entre empresas e centros de I&DT, reconhecendo as necessidades de ambas as partes, designadamente através do "prescreening" de técnicos, de ideias, de produtos e de equipamentos, dando feedback às empresas da mais-valia (mediadores: CITEVE e CENTI).
- # Ensaio de projetos de I&DT com recurso a metodologias das "Comunidades de Prática", onde se cruzem as competências e perspetivas das áreas da investigação, produção, gestão, comercialização, marketing e design.
- # Dinamização do cluster para a economia verde, promovendo a ligação entre empresas e universidades e centros de I&DT, para o desenvolvimento experimental de produtos e serviços ecoeficientes.
- # Promoção de um "think tank" que discuta objetivos de transição para a economia verde no concelho, como a descarbonização ou os "materials of the future" (como encontrar outras matérias-primas/produtos).
- # Desenvolver e regulamentar a prática da contratação pública inovadora e sustentável, em que a autarquia integra critérios de adjudicação que valorizam a inovação e sustentabilidade das soluções propostas ao nível dos produtos e dos serviços.

REDE OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Plataforma para o crescimento inteligente – grupo I&DT empresas

PROJETO ESTRUTURANTE

Centro de Competências do Agroalimentar – Carnes

Caixa 1 – Programas e financiamento

UNIÃO DA INOVAÇÃO

Com o intuito de "transformar ideias em emprego, e crescimento ecológico e progresso social", esta iniciativa pretende melhorar as condições gerais e o acesso a financiamento para investigação e inovação na Europa, procurando assegurar que as ideias inovadoras são transformadas em produtos e serviços suscetíveis de promover o crescimento económico e a criação de emprego. Possui como objetivos:

- Melhorar as condições gerais suscetíveis de influenciar o desenvolvimento de inovação ao nível das empresas;
- Reforçar a base de conhecimento e reduzir a fragmentação existente em matéria de inovação no espaço europeu;
- Acelerar o desenvolvimento e aplicação das tecnologias necessárias para responder aos desafios identificados;
- Fomentar parcerias do conhecimento e reforçar a articulação entre o sistema educativo, as empresas e a investigação e inovação;
- Reforçar a capacidade da Europa atrair e fixar empresas e investidores, bem como aprofundar a cooperação internacional científica e tecnológica.

(http://ec.europa.eu/research/innovation-union/index_en.cfm)



1.2. OT 2 – MELHORIA DO ACESSO ÀS TIC, BEM COMO A SUA UTILIZAÇÃO E QUALIDADE

PI 2.1	IMPLANTAÇÃO ALARGADA DA BANDA LARGA E DAS REDES DE ALTA VELOCIDADE, E O APOIO À ADOÇÃO DAS TECNOLOGIAS EMERGENTES E DAS REDES PARA A ECONOMIA DIGITAL (FEDER)
PI 2.2	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS TIC, COMÉRCIO ELETRÓNICO E FOMENTO DA PROCURA DE COMPETÊNCIAS TIC (FEDER)
PI 2.3	REFORÇO DAS APLICAÇÕES TIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM LINHA, APRENDIZAGEM EM LINHA, INFO INCLUSÃO, CULTURA EM LINHA E SAÚDE EM LINHA (FEDER)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

Face aos desafios decorrentes do envelhecimento da população e da concorrência mundial, as tecnologias digitais constituem um dos instrumentos base para proporcionar um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo. Sob este pressuposto de que as tecnologias de comunicação e informação desempenharão um papel incontornável numa Europa mais competitiva, com mais emprego e com mais qualidade de vida, a Agenda Digital para a Europa estabelece um conjunto ambicioso de metas:

- Em 2020, banda larga rápida com um débito de 30 Mbps, ou superior, para 100 % dos cidadãos da UE;
- Em 2020, 50% das famílias europeias devem ter assinaturas de acesso a banda larga ultrarrápida com um débito superior a 100 Mbps;
- Em 2015, 50% da população deve fazer compras em linha;
- Em 2015, 33% das PME devem fazer compras/vendas em linha;
- Em 2015, 75% da população utilizadora regular da Internet;
- Em 2015, 50% dos cidadãos devem recorrer à administração pública em linha e mais de metade destes deve preencher e enviar formulários.

A NUT III Ave apresentava, em 2011, uma média de cobertura de banda larga de débito superior a 30Mbps, entre os 35% e os 65%. Cobertura abaixo da média dos concelhos da NUT III Cávado e da Área Metropolitana do Porto. A percentagem de famílias com ligações em banda larga, na Região Norte, em 2012, era apenas de 56%.

Ao nível do mercado digital, os dados disponíveis confirmam uma reduzida utilização do comércio eletrónico pela população. Como reflexo, regista-se uma baixa penetração das empresas no mercado eletrónico.

Mais de 90% dos formulários relativos ao IRS de residentes em Vila Nova de Famalicão foram submetidos por via eletrónica, contudo, os níveis de escolaridade da população ativa e da população envelhecida indiciam elevados níveis de iliteracia digital.

Os serviços públicos municipais e os serviços desconcentrados do Estado disponibilizam acessos "online". No entanto, entre estes, e com as entidades privadas, poucas iniciativas exploraram as vantagens da interoperabilidade.

ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[REDES DIGITAIS]

Em colaboração com os operadores privados de telecomunicações, manter atualizado um mapa das redes de banda larga (e de infraestruturas com "negativo") disponíveis no concelho.



- # No alargamento e requalificação de infraestruturas, introduzir tubagem ("negativo") para negociações posteriores com operadores privados.
- # Atrair os operadores para a disponibilização de fibra ótica nas principais áreas de acolhimento empresarial.

[PRODUTOS E SERVIÇOS TIC]

- # Potenciar a incubação de empresas de distribuição dedicadas ao comércio eletrónico em relação com o meio industrial.
- # Criar uma plataforma (loja) online para divulgação de produtos famalicenses a clientes nacionais e estrangeiros (incluindo consumidor final ou para outros empresários/empresas).

[TIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

- # Explorar as possibilidades de interoperabilidade, na gestão da informação e comunicação, entre os serviços públicos localizados no concelho.
- # Criar um portal dos serviços públicos e privados concelhios de interesse geral.
- # Ciclo de eventos para o desenvolvimento de soluções tendencialmente individualizadas de governo e gestão municipal ao serviço do cidadão, explorando nomeadamente as possibilidades oferecidas pelos dispositivos móveis, iniciando com um evento-abertura de apresentação das necessidades/desafios e concluindo com um evento para apresentação de propostas de aplicações.
- # Programa concelhio interinstitucional de literacia digital para a cidadania (Ligar Famalicão 2), a partir das infraestruturas existentes.

REDE OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Smart Cities Portugal - Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes

PROJETOS ESTRUTURANTES

Agenda Digital Local para Famalicão

Caixa 2 - Programas e financiamento

AGENDA DIGITAL PARA A EUROPA

A Prioridade de Intervenção 8.5-Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, incluída no Objetivo Temático 8-Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral inclui o financiamento da componente FSE de projetos aprovados no âmbito do Objetivo Temático 3-Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola, das pescas e da aquicultura, pois destina-se ao desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho e integra as Formações Modulares Certificadas.

(http://ec.europa.eu/digital-agenda/)



1.3. OT 3 - REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DAS PME

PI 3.1	PROMOÇÃO DO ESPÍRITO EMPRESARIAL, NOMEADAMENTE FACILITANDO A EXPLORAÇÃO ECONÓMICA DE IDEIAS NOVAS E INCENTIVANDO A CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS, DESIGNADAMENTE ATRAVÉS DE VIVEIROS DE EMPRESAS (FEDER)
PI 3.2	DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE NOVOS MODELOS EMPRESARIAIS PARA AS PME, ESPECIALMENTE NO QUE RESPEITA À INTERNACIONALIZAÇÃO (FEDER)
PI 3.3	CONCESSÃO DE APOIO À CRIAÇÃO E AO ALARGAMENTO DE CAPACIDADES AVANÇADAS DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS (FEDER)
PI 3.4	CONCESSÃO DE APOIO ÀS CAPACIDADES DAS PME DE CRESCEREM EM MERCADOS REGIONAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS E DE EMPREENDEREM PROCESSOS DE INOVAÇÃO (FEDER)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

A tradição industrial de Famalicão reflete-se nas dinâmicas empresariais existentes, destacando-se: a elevada densidade empresarial; a dinâmica de criação de novas empresas e o balanço positivo entre a constituição e dissolução de empresas; a taxa de sobrevivência das empresas nos dois anos subsequentes à sua criação; a predominância de empresas de pequena dimensão e a internacionalização.

Tabela 16 – Dinâmicas empresariais (INE)

Densidade empresarial (2012)	60,5 empresas/km2
Empresas não financeiras com menos de 10 funcionários (2012)	94%
Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes (2012)	57,07%
Balanço entre a constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (2013)	325 empresas
Volume das exportações (2013)	1.645.078.440€
Empresas exportadoras (2009)	341 empresas (3%)

Estas dinâmicas reproduzem-se continuamente sobre duas realidades empresariais bem distintas, cuja complementaridade poderá ser promovida: uma associada à existência de grandes empresas fortemente internacionalizadas; e outra relacionada com as micro empresas de economia local. Assim, coexistem no mesmo território empresas de grande dimensão e com uma importância considerável na oferta de emprego, nos volumes de negócio efetuados e nas exportações e trocas comerciais efetuadas; e as micro e pequenas e médias empresas que assumem uma importância significativa pela sua quantidade, diversidade e capacidade de adaptação e flexibilidade. As principais áreas de ação, relacionadas com o têxtil e vestuário, metalurgia e metalomecânica, agroalimentar e borrachas e plásticos, assentam num conhecimento tecnológico em desenvolvimento que poderá potenciar o aparecimento de novas ideias e inovação a partir do cruzamento improvável de conhecimento entre sectores.

A internacionalização empresarial é refletida pela crescente e elevada importância, a nível regional e nacional, do volume de exportações, predominando as trocas comerciais com outros países da UE (80% das exportações são "Intra-UE"), sendo para tal responsáveis algumas empresas de grande dimensão existentes no concelho.

Predominando o sector secundário, destaca-se a indústria transformadora, pelo número de empresas existentes, pelo volume de negócios gerado e pela quantidade de postos de trabalho criados, logo seguido pelo sector terciário.

Residualmente surge o sector primário, empregando em 2011 apenas cerca de 1,1% da população economicamente ativa empregada. Segundo o recenseamento agrícola, em 2009, a superfície agrícola utilizada correspondia a 5.327 hectares (26% do território municipal), ocupada na sua maioria por



explorações especializadas de produtos animais (60%) e dos quais se destacam as explorações de produção de leite; e a superfície agrícola utilizada por exploração agrícola correspondia a 3,42 blocos, expressando a descontinuidade e a dispersão da propriedade agrícola.

No âmbito da atividade agrícola, durante a execução do PRODER 2007/2013 e integrados na sua medida 1.1-Inovação e desenvolvimento empresarial, foram concretizados 26 projetos de modernização e capacitação das empresas agrícolas, correspondendo a um investimento global de 33.142.874 euros.

Relativamente ao sector cultural e criativo (SCC), e segundo diagnóstico ao sector de 2012 promovido pelo Quadrilátero, em 2010 o número de empresas do SCC em Famalicão ascendia a 596, o que representa 5,55% menos que no ano de 2009, 7,88% menos que em 2008 e 7,60% menos que no ano de 2007. O peso relativo destas empresas, no total do tecido de empresas do concelho no ano de 2010, representa 4,82%, seguindo igualmente uma tendência decrescente. O grupo mais numeroso dentro do tecido empresarial deste macro sector (na maioria com menos de 10 trabalhadores) é o que corresponde aos serviços de arquitetura e engenharia.

Tabela 17 – Distribuição das empresas do sector cultural e criativo (INE)

Serviços de arquitetura e engenharia	36,07%
Atividades de criação artística e de espetáculos, incluindo criadores e intérpretes (dramaturgos, escritores, coreógrafos, músicos, atores, bailarinos, mágicos, etc.)	21,14%
Comercio a retalho de artigos culturais e recreativos em estabelecimentos especializados (venda de livros, discos e CD's, artigos culturais e jornais e outras publicações)	17,79%
Impressão e atividades dos serviços relacionados com a impressão	5,87%
Empresas de publicidade	5,7%
Outros	13,43%

A taxa média de variação no número de empresas para o conjunto do SCC do território analisado é, no intervalo 2006/2009, de 37,90%, e os crescimentos da faturação e do emprego situam o design como o sector com maior projeção.

A rentabilidade económica do SCC em Famalicao apresenta um valor negativo de 3,87%, apresentando o design o valor mais favorável (15,92%) e a arquitetura o menos favorável (-18,16%). Atendendo à agregação do volume de negócios dos nove sectores de atividade, a faturação total do sector cultural e criativo de Vila Nova de Famalicão, em 2009, elevou-se a 18.221.033 euros, o que representa uma variação de 4,69% em relação ao exercício anterior e de 18,86% sobre o ano de 2006, destacando-se o conjunto de atividades relacionadas com as atividades gráficas (impressão, edição e publicidade, fundamentalmente) por gerar praticamente 62% do volume de negócios do SCC. A média global de receitas por empresa do sector cultural e criativo em Famalicão é de 208.973 euros.

Ainda de acordo com o referido documento, no círculo correspondente às indústrias culturais (indústrias musicais e audiovisual, produto gráfico, rádio e TIC), como no das atividades criativas (arquitetura, publicidade e design) e das "Core Arts", os valores dos resultados financeiros antes da dedução de impostos representam um sinal positivo, com valores de 484.900 euros, 717.087 euros e 11.763 euros, respetivamente. Em 2009, o emprego gerado pelo sector no concelho de Famalicão equivalia a cerca de 379 postos de trabalho (tempo inteiro), o que representou uma subida de 8% em relação ao exercício anterior e um crescimento de 27,8% sobre os valores de 2006.

A área das artes visuais (com destaque para o papel da Fundação Cupertino de Miranda), o subsector do design (com oferta local de ensino superior) e a área do produto gráfico (associado ao papel do Centro de Estudos Camilianos) apresentam potencial para se constituírem como apostas concelhias de diferenciação numa agenda municipal para a promoção das indústrias criativas.

O concelho dispõe de um conjunto de equipamentos culturais – museus, bibliotecas, arquivos, auditórios – passíveis de desempenharem um papel mais objetivo no suporte e na promoção do SCC, bem como na contínua geração de uma atmosfera múltipla e dinâmica.



ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[Novas Ideias e Empresas]

- # Promover iniciativas de deteção, estímulo e capacitação para o empreendedorismo, através da realização de ações com a FamaGrow Associação de Business Angels de Famalicão.
- # Apoiar na elaboração dos planos de negócios (enquanto instrumento para a obtenção de financiamento, mitigação de riscos) e apoiar no pós-negócio, através de tutoria ou coaching, garantindo o acompanhamento na implementação e consolidação dos projetos durante os primeiros anos de vida (fornecimento de informação prática, atração de clientes, etc.).
- # Programas de incubação temática, combinando diferentes especialidades ao nível da tecnologia industrial, do design, do marketing e da logística, entre outros, mas com focagem num sector específico de atividade económica (podem ser programas assentes em incubadoras virtuais).
- # Desenvolvimento de redes e modelos de financiamento alternativos para empresas em início de atividade, nomeadamente o capital de risco, os Business Angels e o "crowdfunding".
- # Fomentar o empreendedorismo para a prestação de serviços a indústrias já existentes numa lógica de "crowdsourcing" (empresas do concelho, enquanto agentes do processo de empreendedorismo existentes, apresentam as suas necessidades e dificuldades de subcontratação lançando-as como desafios aos empreendedores).
- # "Roadmap" de Empreendedorismo do Concelho "quem faz o quê", para divulgação geral.

[DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E INTERNACIONALIZAÇÃO]

- # Criação de uma unidade de diplomacia económica local, com componente de "intelligence" no sentido de potenciar a atração de investimento e apoiar a internacionalização das empresas de Famalicão.
- # Criação de "facilitadores locais" para entrada nos mercados estrangeiros, através de emigrantes que possam promover a entrada e o consumo do produto do seu país de origem, o produto famalicense.
- # Apoio de missões coletivas a feiras internacionais em mercados em expansão, incluindo não só a participação, mas também a visitação a feiras para obtenção de novos contactos e de ações coletivas que promovam a presença internacional das empresas, o conhecimento e a prospeção de mercados externos, a partir de uma clara estratégia de apresentação, comunicação e valorização do produto famalicense.
- # Promoção dos produtos, mas também dos processos produtivos, através do convite à visitação das empresas locais (missões inversas) de potenciais clientes e investidores internacionais e garantir o acompanhamento ("Bring IN") estabelecimento de relações de cooperação com embaixadas e câmaras de comércio.

[DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS - CAPACITAÇÃO AVANÇADA]

- # Criação de bolsas de mentores científicos para apoio às PME: para a conceção de programas e candidaturas e para o desenvolvimento de projetos, produtos ou serviços novos e em parceria (desenvolvimento conjunto).
- # Capacitação empresarial para a (eficiência na) exportação (cursos para executivos em parceria com universidades estrangeiras) prospeção e caracterização de mercados; conhecimentos específicos para a exportação na área das finanças e dos impostos, ferramentas disponíveis e procedimentos; planeamento, organização, gestão e comunicação e marketing para a exportação; capacidade financeira, etc.
- # Dar visibilidade à cocriação na produção industrial como elemento a distintivo no sector têxtil.
- # Implementação de programa de estágios pós-Erasmus em empresas, tirando partido da presença de estudantes internacionais que completaram os seus programas de estudos e que assim se constituem como agentes facilitadores em processos de internacionalização.

[DISTINÇÃO / MARCA]

Fortalecimento da marca Famalicão Made IN, com tradução no apoio à produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade elevada; na valorização do produto local distintivo (rede de produtos



hortícolas do concelho; agroalimentar: vinho verde, charcutaria, etc.); no apoio à promoção do consumo interno (por substituição de importações); e valorização e reforço da imagem do tecido empresarial famalicense e da imagem associada ao sector têxtil.

- Promoção de evento dedicado ao design, artes visuais e produção gráfica ("Famalicão Graphic Week
 Cidade Gráfica"), em parceria com centros de excelência internacionais.
- # Promoção do produto editorial enquanto centro de promoção de atividades relacionadas com o mundo editorial (criação literária, tradução, património literário, novos suportes, etc.), associado à atividade desenvolvida pelo Centro de Estudos Camilianos.
- # Interligação das estruturas de incubação para a capacitação de programas de aceleração em estratégias de promoção, desenvolvimento e oferta de serviços e exploração de intercâmbios com incubadoras estrangeiras.

[Mercados, Inovação e Financiamento]

Mecanismos locais de financiamento das estratégias de consolidação empresarial.

REDE OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Rede Famalicão Empreende

PROJETO ESTRUTURANTE

Quadrilátero Criativo – Agenda Municipal para a Economia Criativa

Caixa 3 – Programas e financiamento

EUROPA CRIATIVA

O Programa tem como objetivos principais: salvaguardar, desenvolver e promover a diversidade cultural e linguística europeia e promover o património cultural da Europa; e reforçar a competitividade dos sectores culturais e criativos europeus, nomeadamente do sector audiovisual, num contexto transnacional e internacional.

Compreende dois subprogramas:

- Subprograma Media;
- Subprograma Cultura.

(http://ec.europa.eu/programmes/creative-europe/index_en.htm)

COSME - PROGRAMA PARA A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS E DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O Programa desenvolve-se em 4 áreas:

- Ações destinadas a melhorar o acesso das PME ao financiamento.
- Ações destinadas a melhorar o acesso aos mercados.
- Ações destinadas a melhorar as condições de enquadramento da competitividade e sustentabilidade das empresas da União, especialmente das PME.
- Ações destinadas a promover o empreendedorismo.

(http://ec.europa.eu/enterprise/initiatives/cosme/index en.htm)





AGENDA PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva.

Tabela 18 – Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Sustentável

METAS	PROGRAMA-BANDEIRA	OBJETIVOS TEMÁTICOS
Aumentar no máximo até 1% a emissão de gases de efeito de estufa (GEE) face a 2005 em emissões não CELE		OT4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores
		OT5. Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos
Obter 31% da energia a partir de fontes renováveis no consumo final	Uma Europa eficiente em termos de recursos	OT6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos
Aumentar em 20% a eficiência energética (ganho percentual relativamente a consumos de energia primária face a 2005)		OT7. Promoção dos transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes

Os novos desafios em áreas como a redução das emissões de gases com efeitos de estufa, a adaptação às alterações climatéricas, a preservação e valorização dos recursos ou a promoção de modos suaves de transporte, tornam indispensável a mobilização de sectores privados e públicos, e dos próprios cidadãos, para se poder assimilar e implementar as transformações necessárias.

As condições de competitividade local dependem, também, de forma crescente da eficiente gestão de recursos. Da energia à gestão da água ou qualidade do ar, empresas, bem como as próprias comunidades, confrontam-se com a exigência de novos campos de melhoria e mais economia.

Num território marcado pela diversidade e intensidade na ocupação do espaço, o novo paradigma emergente, da gestão sustentável de bens escassos, parece vir abrir inesperadamente oportunidades. Onde a economia rural doméstica convive com a área industrial, onde o emprego permanece próximo do local de residência, onde a educação e formação decorre próxima dos locais de lazer e convívio, menores necessidades de mobilidade poderão favorecer uma menor "pegada ecológica".

As participações em redes de cooperação, como o movimento das "smart cities" ou o movimento da "Agenda 21 Local", devem-se constituir como focos condutores e dinamizadores de um processo complexo e interdinâmico.



2.1. OT 4 – APOIO À TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO EM TODOS OS SECTORES

PI 4.1	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PROVENIENTE DE FONTES RENOVÁVEIS (FEDER, FC)
PI 4.2	Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas (FEDER, FC)
PI 4.3	Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no sector da habitação (FEDER, FC)
PI 4.4	Desenvolvimento e implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão (FEDER, FC)
PI 4.5	PROMOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE BAIXO TEOR DE CARBONO PARA TODOS OS TIPOS DE TERRITÓRIOS, NOMEADAMENTE AS ZONAS URBANAS, INCLUINDO A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE URBANA MULTIMODAL SUSTENTÁVEL E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO RELEVANTES PARA A ATENUAÇÃO (FEDER, FC)
PI 4.6	PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS DE BAIXO TEOR DE CARBONO (FEDER)
PI 4.7	PROMOÇÃO DA COGERAÇÃO DE CALOR E ELETRICIDADE DE ELEVADA EFICIÊNCIA BASEADA NA PROCURA DE CALOR ÚTIL (FEDER, FC)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

No concelho de Famalicão foi registada, no ano de 2010, a produção de aproximadamente 6.330 MWh, composta na sua totalidade por energia hídrica, correspondendo esta produção a cerca de 0,7% da energia total consumida nesse ano no concelho. Por outro lado, a nível solar, em 2013, já se encontrava instalada no concelho uma potência de 1.217,04kw/ano.

Enquanto território industrial verifica-se um elevado consumo de energia elétrica, sendo que da diminuição nos consumos energéticos e do aumento da eficiência energética dos processos produtivos resultará uma mais-valia económica e ambiental. Comparativamente, é predominante o peso do consumo da energia elétrica pelo sector industrial, representando em 2012 aproximadamente 61% do total de energia elétrica consumida.

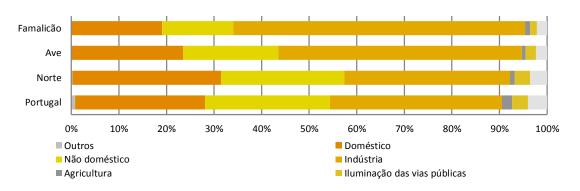


Ilustração 34 – Consumo de energia elétrica por tipo de consumo (INE, 2012)

A intensidade energética do território concelhio, traduzindo a eficiência energética de uma economia e calculada a partir do valor global da energia consumida sobre o produto interno bruto (PIB), apresenta um valor consideravelmente superior ao registado para o território nacional, representando um custo de conservação de energia em produção superior e uma menor eficiência energética.



Tabela 19 – Consumos energéticos (Matriz Energética, 2010)

	VILA NOVA DE FAMALICÃO	PORTUGAL
Intensidade energética [MWh/M€]	1.671	1.008
Consumo de energia por habitante [MWh/hab]	19	16
Intensidade energética dos serviços [MWh/M€]	405	223
Consumo total de energia nos serviços por trabalhador [MWh/trab]	23	17
Custos da energia elétrica consumida nos serviços por custo do trabalho [%]	9,4	8,3
Consumo de gás natural nos serviços por VAB terciário [MWh/M€]	59	30
Intensidade energética industrial [MWh/M€]	1.673	1.251
Consumo total de energia na indústria por trabalhador [MWh/trab]	49	57
Custos da energia elétrica na indústria por custo do trabalho [%]	27	22

Os consumos energéticos do sector doméstico por habitante, ao nível da energia elétrica e do gás natural, são em Famalicão inferiores aos valores de referência nacionais, exibindo um peso inferior a 20% no consumo de energia elétrica total.

Tabela 20 – Consumo de energia elétrica por tipo de consumo (INE, 2012)

	Doméstico	ÎLUMINAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ILUMINAÇÃO INTERIOR DE EDIFÍCIOS DO ESTADO	RESTANTES
Portugal	27,37 %	3,30 %	4,01 %	65,32 %
Norte	31,26 %	3,31 %	3,51 %	61,91 %
Ave	23,56 %	2,18 %	2,30 %	71,95 %
Famalicão	19,09 %	1,47 %	2,09 %	77,34 %

Tendencialmente prevê-se o aumento do consumo energético para os próximos anos, tal como ocorrido entre 2009 e 2010, em resultado de um eventual crescimento da atividade industrial. Apesar do reduzido peso de consumo de energia elétrica para iluminação de vias públicas e para iluminação interior de edifícios públicos, verifica-se que o consumo energético em iluminação pública por receitas do município apresenta um valor superior à média nacional.

Tabela 21 – Consumo de energia (Matriz Energética, 2010)

	VILA NOVA DE FAMALICÃO	PORTUGAL
Consumo total de energia elétrica no sector doméstico por habitante [MWh/hab]	1,3	1,4
Consumo total de energia elétrica do sector doméstico por alojamento [MWh/aloj]	3,0	2,5
Consumo gás natural no sector doméstico por habitante [kWh/hab]	228	347
Consumo energético em iluminação pública por receitas do município [MWh/k€]	0,91	0,76

De acordo com o documento "Matriz Energética Prospetiva - Vila Nova de Famalicão — 2012", verificouse uma variação na procura energética do concelho até ao ano 2010, sendo expectável, para o período previsional em análise 2010-2030, um aumento moderado dos consumos energéticos anuais do concelho. Na intensidade energética do concelho de Vila Nova de Famalicão (indicador energético definido pelo quociente entre o consumo de energia e o PIB local), verificou-se uma tendência de diminuição da intensidade energética da área de abrangência no período em estudo. Calcula-se que até 2030 a intensidade energética deverá reduzir significativamente em resultado de um eventual aumento da procura de energia inferior ao crescimento económico do concelho, evidenciando um aumento da eficiência energética nas atividades desenvolvidas.

Apesar de se aguardar o Plano de Ação para a Eficiência Energética em Famalicão, já foram implementadas medidas de sustentabilidade, como a colocação de reguladores de fluxo na iluminação pública urbana, procurando como objetivo a redução dos consumos em 30% e obtendo como resultado efetivo uma redução na faturação de 35%.



Inserido numa região onde predomina a urbanização difusa, Famalicão apresenta-se com uma ocupação dispersa contínua e constante, acompanhada pela multifuncionalidade dos espaços e por uma descentralização de serviços e equipamentos.

Este tipo de ocupação, caracterizadora da paisagem e das dinâmicas pendulares existentes, e a forte dependência das atividades industriais nos transportes rodoviários para escoamento dos seus produtos, traduz-se no aumento da intensidade energética dos transportes rodoviários, apresentando-se Famalicão com um valor acima da média nacional e, por isso, registando uma menor eficiência neste sector.

Tabela 22 – Intensidade energética (Matriz Energética, 2010)

	VILA NOVA DE FAMALICÃO	PORTUGAL
Intensidade energética dos transportes rodoviários [MWh/M€]	542	428
Consumo de energia em transportes rodoviários por habitante [MWh/hab]	6,1	6,7

Ainda assim, o consumo de energia em transportes rodoviários por habitante demonstra-se inferior ao registado a nível nacional, pois, apesar da forte dependência da população residente na utilização do transporte automóvel nas deslocações (67,93%), estas deslocações são mais curtas em distância (km) e possuem uma menor duração média (minutos gastos), com consequências no menor consumo de tonelada equivalente de petróleo por habitante.

Tabela 23 – Utilização do automóvel (INE, 2011)

	CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL POR HABITANTE	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante	PROPORÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO AUTOMÓVEL NAS DESLOCAÇÕES
Portugal	0,6 tep/ hab	20,02 min	61,60 %
Norte	0,5 tep/ hab	18,28 min	62,24 %
Ave	0,5 tep/ hab	15,97 min	63,79 %
Famalicão	0,4 tep/ hab	15,79 min	67,93 %

Na avaliação das emissões de CO² inerentes ao território concelhio, verifica-se que o grande responsável pela emissão de CO² é o sector industrial, logo seguido pelo sector dos transportes. Consequentemente, o consumo de eletricidade é o grande responsável pela emissão de CO², seguido pelo consumo do gasóleo rodoviário.

Tabela 24 – Emissões de CO² (Matriz Energética, 2010)

	Indústria	Transportes	Serviços	AGRICULTURA E SECTOR DOMÉSTICO
Emissão de CO ² por sector de atividade	310.734 tCO ² e	211.395 tCO ² e	123.454 tCO ² e	96.771 tCO ² e
	42 %	28 %	17 %	13 %
	CONSUMO DE ELETRICIDADE	Consumo de gasóleo rodoviário	CONSUMO DE GÁS NATURAL	AGRICULTURA E SECTOR DOMÉSTICO
Emissão de CO ² por vetor energético consumido	331.776 tCO ² e	166.006 tCO ² e	98.098 tCO2e	120.789 tCO ² e
	46 %	23 %	14 %	17 %

Tendo em conta as necessidades dos modos suaves de transporte, a construção de pistas cicláveis apresentou-se como a melhor alternativa, permitindo reforçar o uso de transportes de duas, três ou mais rodas e estimulando deslocações pedonais, uma vez que se associam, geralmente, a requalificações do espaço público envolvente. Assim, e nesta matéria, o município possui dois documentos fundamentais para o desenvolvimento de um cenário mais sustentável no que respeita à mobilidade, designadamente o estudo prospetivo e o projeto da 1º fase da Rede de Ciclovias e Percursos Pedonais que pretendem criar um conjunto de ciclovias na cidade de Vila Nova de Famalicão, incluindo 6 itinerários para bicicletas no centro da cidade num total de 21 km de vias cicláveis destinadas sobretudo à utilização da bicicleta como modo de transporte intraurbano, e o Plano Integrado de Mobilidade no Quadrilátero, incluído na operação Quadrilátero Mobilidade-Mobilidade Urbana e Interurbana, do Quadrilátero Urbano.



ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[ENERGIAS RENOVÁVEIS]

- # Capacitação e otimização da rede de distribuição de energia elétrica.
- # Apoio no desenvolvimento de projetos-piloto na área da produção de energia a partir de fontes renováveis e realização de parcerias com as cooperativas de energia elétrica do concelho (mercado de distribuição da "energia boa").

[ENERGIA NAS EMPRESAS]

Sensibilização e promoção para implementação de tecnologias e sistemas energeticamente mais eficientes e de medidas para adaptação dos processos produtivos; realização de contratos de gestão de eficiência energética no sector industrial (modelo ESCO – as mais-valias geradas remuneram o crédito); e produção de energia para (auto) consumo industrial.

[ENERGIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

- # Desenvolvimento do Plano Diretor de Iluminação Pública (PDIP), nas vertentes estética, energética, do ordenamento, da mobilidade e do ambiente, e integrando o cadastro da iluminação pública municipal.
- # Adaptação do "Manual de Boas Práticas de Sensibilização Interna para a Sustentabilidade" e sua implementação nos serviços municipais (projeto piloto: Departamento de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística).

[REDES INTELIGENTES]

Desenvolvimento de zonas piloto para redes inteligentes (exemplo: instalação nas unidades domésticas de contadores inteligentes).

[REDUÇÃO DE GASES E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL]

- # Desenvolvimento de programas integrados de reabilitação urbana, numa perspetiva de "Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável" (AIDUS), associando a eficiência energética, a utilização eficiente dos recursos e a inclusão social, concebidos e executados com base em parcerias multissectoriais.
- # Promoção da mobilidade sustentável: gestão integrada de estacionamento público e promoção na utilização de estacionamentos periféricos; Sistema Integrado de Transportes, ajustado à realidade dispersa e multifuncional do território (informação de percursos e horários nas paragens; bilhete único integrado); rede otimizada de transporte escolar (percursos e horários numa lógica de descongestionamento do tráfego na área escolar); estudo e implementação de projeto/programa para o descongestionamento da Avenida 25 de Abril (dificulta mobilidade e acesso ao Centro Coordenador de Transportes CCT, Estação CP e equipamentos diversos).
- # Integração de dispositivos para uma mobilidade inteligente.
- # Implementação de projeto-piloto no "Transporte Flexível" (exemplo: na ligação a zonas periféricas industriais ou residenciais, com a criação de transporte coletivo para as áreas industriais (Lousado) em resposta às necessidades existentes).

REDE OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Pacto de Autarcas

PROJETOS ESTRUTURANTES

- # Plano de Ação para a Eficiência Energética de Famalicão
- # Ação Integrada para o Desenvolvimento Urbano Sustentável para a ARU Centro Urbano de Famalicão



2.2. OT 5 — PROMOÇÃO DA ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS

PI 5.1	Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas (FEDER, FC)
PI 5.2	Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (FEDER, FC)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

No território de Famalicão são vários os riscos com maior probabilidade de ocorrência, associados aos cenários de impactos resultantes das alterações climáticas. Destacam-se os riscos naturais (associados aos movimentos de massa, cheias e inundações e ondas de calor) e os riscos mistos (associados aos incêndios florestais e degradação dos solos), sendo que muitos dos riscos naturais nos domínios da meteorologia, hidrologia e geodinâmica externa são motivados pelas variáveis climáticas. A probabilidade e a gravidade da manifestação destes riscos são influenciadas pelas alterações climáticas.

Relacionadas a estes riscos, encontram-se já delimitadas as zonas ameaçadas pelas cheias associadas aos principais cursos de água, as áreas com risco de erosão de maior dimensão e as áreas de elevado risco de incêndio florestal.

Tabela 25 – Áreas de risco (CMVNF)

	HECTARE	% DO TERRITÓRIO CONCELHIO
Áreas ameaçadas pelas cheias	1.223	6,07
Áreas com riscos de erosão	801	3,97
Áreas de risco de incêndio florestal (elevado e muito elevado)	3.365	16,69

Os fenómenos climáticos extremos - precipitação superior ao normal e de chuva torrencial, altas temperaturas e ondas de calor com reflexos nos riscos de incêndios florestais - vão tendencialmente aumentar. Considerando as normais climatológicas (médias) para o distrito de Braga, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, a temperatura média anual sofreu no último período de referência (30 anos) uma alteração de 1ºC, essencialmente decorrente do aumento das temperaturas mínimas.

Tabela 26 – Evolução da temperatura (IPMA, 2014)

	PERÍODO 1971-2000	PERÍODO 1981-2010 (PROVISÓRIAS)
Média anual da temperatura média mensal	14,5ºC	15,6ºC
Maior valor da temperatura máxima	39,3º℃	39,3º℃
Menor valor da temperatura mínima	-6,3ºC	-3ºC
Média anual da temperatura máxima mensal	20,0º℃	19,5ºC
Média anual da temperatura mínima mensal	9,0º℃	11,6ºC

Para este distrito são consideradas como situações de risco elevado, e sujeitas a alerta distrital vermelho, as temperaturas que se apresentam acima dos 38ºC, verificando-se que estas ocorrem frequentemente durante os meses de junho, julho, agosto e setembro. Por outro lado, de acordo com informação do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Braga, não existe registo de alertas vermelhos emitidos especificamente para o concelho de Famalicão, nos últimos anos.

Tabela 27 – Extremos climáticos de temperatura (IPMA, 2014)

	TEMPERATURA MÍNIMA ABSOLUTA	TEMPERATURA MÁXIMA ABSOLUTA	Número de dias <=0,0ºC (1971-2000)	Número de dias >=30,0ºC (1971-2000)
Braga/P.A. (1941-2007)	-6,3ºC	41,3ºC	11,9	29,3
(Extremos climáticos de temperatura)	(02-01-1995)	(14-08-1943)		



Os incêndios florestais e a consequente degradação dos solos associam-se à ocorrência de temperaturas elevadas e extremos climáticos relacionados, verificando-se, durante a última década, no território concelhio, uma considerável variação no número de incêndios florestais registados.

Tabela 28 – Incêndios florestais (INE, 2013)

	2000	2007	2010	2012
Incêndios florestais (nº)	353	290	156	200
Superfície ardida (ha)	140	119	95	364
Superfície ardida média (ha / incêndio florestal)	0,4	0,41	0,61	1,82
Taxa de superfície florestal ardida (%)	-	1,675	1,332	5,409
Pessoal ao serviço como sapadores florestais (nº)	0	0	5	_

Relativamente às principais ocorrências registadas no concelho de Famalicão pelo CDOS de Braga e pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Vila Nova de Famalicão, destacam-se os acidentes rodoviários e os incêndios florestais.

Tabela 29 – Principais ocorrências

	OCORRÊNCIAS CDOS Braga (2006-2010)	S REGISTADAS SMPC VNF (2008-2013)		OCORRÊNCIAS CDOS BRAGA (2006-2010)	SMPC VNF (2008-2013)
Acidentes rodoviários	50,4%	-	Queda de árvores	4,3%	6,8%
Incêndios florestais	21,3%	78,8%	Inundações	3%	4,9%
Incêndios em edifícios	8,7%	-	Danos em edificações	-	4,3%
Incêndios de detritos	4,7%	-	Movimentos de vertente	-	1,7%
Incêndios em transportes	2,7%	-	Outros	4,9%	3,5%

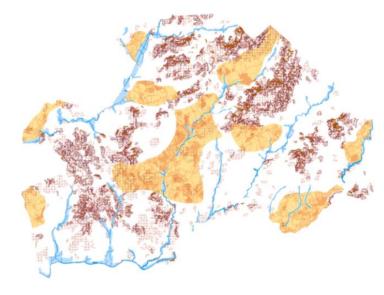
De acordo com a Avaliação Nacional de Risco, de janeiro 2014, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), foi identificado para o território concelhio: suscetibilidade a ondas de calor: reduzida (zona poente) e moderada (zona nascente); suscetibilidade a vagas de frio: elevada; suscetibilidade a secas: variável nas três classes, elevada, moderada e reduzida; suscetibilidade a cheias e inundações: moderada (Rio Ave) e reduzida (Rio Pelhe); suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes: variável entre reduzida, moderada e pontualmente elevada; suscetibilidade a incêndios florestais: reduzida (zona sul e poente) e moderada (zona nordeste).

Segundo o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, foram identificadas no concelho as áreas sujeitas aos principais riscos naturais e mistos, que incluem: as áreas de risco de movimentos de massa, as áreas com risco de cheias e inundações e as áreas com risco ou suscetíveis à ocorrência de ondas de calor e incêndios florestais.

No âmbito da avaliação preliminar dos riscos de inundação concretizada a propósito dos Planos de

Gestão da Região Hidrográfica - Cávado, Ave e Leça, foram identificadas em Famalicão as áreas com risco de ocorrência de cheia na bacia hidrográfica do Ave, destacandose a passagem do Rio Ave, entre os aglomerados urbanos de Sande e Riba de Ave, e a passagem do Rio Guizande, entre os aglomerados de Arnoso e Gondifelos.







ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[ADAPTAÇÃO]

- # Aumentar o conhecimento sobre os impactos no concelho resultantes das alterações climáticas.
- # Promover ações de preparação e adaptação às alterações climáticas, incluindo sistemas de informação, sensibilização, monitorização, avaliação e alerta/aviso, em especial na prevenção de risco no domínio da saúde pública, designadamente medidas do Plano de Contingência de Temperaturas Extremas Adversas Módulo Calor.
- # Criação de plataforma informática, para integração das ocorrências no âmbito da proteção civil com ligação aos corpos de bombeiros, que permita em tempo real o conhecimento da atividade operacional no concelho.
- # Estabelecimento de protocolos de colaboração com universidades para a conceção e implementação e monitorização de medidas de proteção dos solos (Soil Protec).
- # Disseminação de boas práticas para a resiliência ambiental do território a difundir entre serviços, programas e projetos com intenção de gerar compromissos.

[Prevenção e Gestão de Riscos]

- # Consolidar e modernizar o dispositivo municipal de Proteção civil base de dados de meios e recursos disponíveis; revisão do plano de emergência; e operacionalização da defesa da floresta contra incêndios (gestão de combustíveis, manutenção das infraestruturas florestais).
- # Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações, com monitorização dos dados meteorológicos e implementação de um sistema de monitorização das cheias do Rio Este.
- # Gestão e monitorização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2014-2018.

REDE OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Mayors Adapt – Adaptação às alterações climáticas

PROJETOS ESTRUTURANTES

- # Plano de Ação Local para a Adaptação às Alterações Climáticas
- # Manual para uma Comunidade Resiliente

Caixa 4 - Programas e financiamento

LIFE - PROGRAMA PARA O AMBIENTE E A AÇÃO CLIMÁTICA

O programa LIFE contribuirá para o desenvolvimento sustentável e para a consecução dos objetivos e metas da Estratégia Europeia 2020, o 7.º Programa de Ação em matéria de Ambiente e outras estratégias e planos relevantes da UE em matéria de ambiente e clima. O SUBPROGRAMA AÇÃO CLIMÁTICA encontra-se dividido em 3 domínios prioritários:

- Mitigação das alterações climáticas;
- Adaptação às alterações climáticas;
- Governação e informação em matéria de clima.

(Jornal Oficial da União Europeia, 17/04/2014, Decisões - DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO, de 19 de março de 2014, relativa à adoção do programa de trabalho plurianual para o Programa LIFE para o período 2014-2017 (2014/203/UE)



2.3. OT 6 – Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos

PI 6.1	INVESTIMENTOS NO SECTOR DOS RESÍDUOS PARA SATISFAZER OS REQUISITOS DO ACERVO AMBIENTAL DA UNIÃO E ATENDER ÀS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO IDENTIFICADAS PELOS ESTADOS-MEMBROS QUE VÃO ALÉM DESSES REQUISITOS (FEDER, FC)
PI 6.2	Investimentos no sector da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados Membros que vão além desses requisitos (FEDER, FC)
PI 6.3	CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL (FEDER)
PI 6.4	Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes (FEDER, FC)
PI 6.5	ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS A MELHORAR O AMBIENTE URBANO, A REVITALIZAR AS CIDADES, RECUPERAR E DESCONTAMINAR ZONAS INDUSTRIAIS ABANDONADAS, INCLUINDO ZONAS DE RECONVERSÃO, A REDUZIR A POLUIÇÃO DO AR E A PROMOVER MEDIDAS DE REDUÇÃO DE RUÍDO (FEDER, FC)
PI 6.6	Promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e a utilização eficiente dos recursos nos sectores dos resíduos, da água e no que respeita aos solos, e para reduzir a poluição atmosférica (FEDER)
PI 6.7	Concessão de apoio à transição industrial para uma economia eficiente em termos de recursos, promovendo o crescimento ecológico, a ecoinovação e a gestão dos indicadores de desempenho ambiental nos sectores público e privado (FEDER)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

No sector dos resíduos urbanos, e considerando como referência o ano de 2012, verifica-se que no concelho de Famalicão foram recolhidas cerca de 45.728 toneladas de resíduos urbanos, correspondendo a uma média de 341 kg por habitante, inferior aos valores de referência regionais e nacionais.

Do total de resíduos urbanos recolhidos, a maioria continua a ser recolhida de forma indiferenciada e o seu destino final é essencialmente a valorização orgânica, com uma deposição em aterro de apenas cerca de 0,4% do total de resíduos urbanos recolhidos (183 toneladas), percentagem bastante inferior ao valor regional e nacional. Destes resíduos, cerca de 5.018 toneladas foram encaminhadas para a valorização multimaterial e 917 toneladas foram depositadas em aterro, correspondendo a 11% e 2% do total de resíduos urbanos recolhidos. Dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente, a maioria corresponde à recolha de vidro, seguida da recolha de papel e cartão e em terceiro a recolha de embalagens.

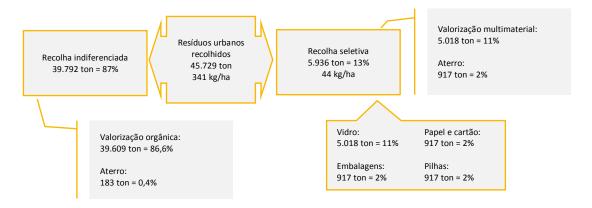


Ilustração 36 – Recolha e tratamento de resíduos urbanos (INE, 2012)



Nos serviços de abastecimento de água, grande parte da população residente possui acesso/cobertura da rede de abastecimento de água, cerca de 95%, verificando-se ainda algum défice no acesso/cobertura da rede de drenagem de águas residuais, abrangendo esta aproximadamente 74% da população residente.

Segundo os últimos dados disponibilizados pelo INE, referentes ao ano de 2009, foram distribuídos 4.082 milhares de m³ de água, sendo que 71% foi destinado ao consumo doméstico, seguido do sector comercial e de serviços, com 23%. Quando analisado o consumo médio de água registado no concelho, verifica-se um consumo de água de aproximadamente 26m³/hab. Relativamente aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, e igualmente de acordo com os dados do INE, o volume, de águas residuais, drenado por habitante em 2008 foi de 45m³ e em 2009 de 69m³.

Tabela 30 – Águas residuais (INE, 2012)

Águas residuais rejeitadas (milhares m³) (2009)	11.118
Águas residuais tratadas dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (milhares m³) (2009)	9) 8.983
Águas residuais drenadas dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (milhares m³) (200	09) 5.230

Considerando a diferença entre o volume de água adquirida e o volume de água não faturada, verificava-se em 2008 a existência de perdas totais do sistema de abastecimento de água em cerca de 33,7%, sendo que estas incluem as perdas físicas e as perdas comerciais (de entidades às quais não é cobrado/faturado consumo de água).

No âmbito do Documento de Enquadramento Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (DEE), foi estimado o peso das perdas comerciais no valor de 5%, correspondendo por isso as perdas físicas da rede a cerca de 28,7%. Ainda de acordo com o referido documento, para o período em análise, foram produzidos cerca de 4.549.465m³ de águas residuais por ano, sendo que apenas cerca de 55% da mesma é faturada. Quanto ao estado de conservação das infraestruturas existentes, estas encontravam-se na sua maioria em bom estado de conservação.

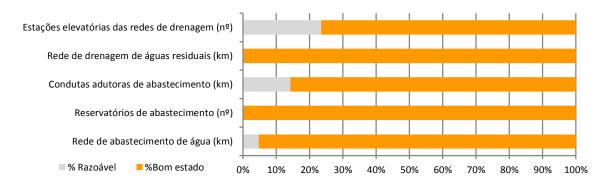


Ilustração 37 – Estado de conservação das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento (CMVNF, 2010)

No maciço antigo indiferenciado da Bacia do Ave predominam as águas subterrâneas com baixas condutividades elétricas, valores de pH próximos da neutralidade e um valor de mediana de nitrato bastante inferior ao valor paramétrico para consumo humano. Relativamente ao estado final das massas de água de superfície e ao estado ecológico das massas de água superficiais, os principais rios que atravessam o concelho encontram-se com classificação "medíocre", segundo o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça, de agosto de 2012.

No quadro da observação dos recursos do território, considerados os elementos naturais, convirá atender aos bens culturais presentes. Assim, e no âmbito do património material existente, merecerá destaque a presença de património arqueológico (associado à ocupação castreja pertencente à Idade do Ferro e no qual se incluem o Castro de Vermoim, o Castro das Ermidas, o Castro de Penices e o Castro das Eiras), de património do românico (com presença de algumas pontes e igrejas) e de património industrial (fortemente associado ao sector do têxtil e à produção de energia hídrica).



Ainda enquadrados nos bens histórico-culturais existentes, encontram-se abertos à comunidade diversos espaços expositivos e museológicos, integrados numa Rede Municipal de Museus complementada por espaços pertencentes a fundações, e que incluem: Casa-Museu de Camilo e Centro de Estudos Camilianos; Casa-Museu Soledade Malvar; Museu Bernardino Machado; Museu da Indústria Têxtil; Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves; Museu do Surrealismo da Fundação Cupertino Miranda; Museu Nacional Ferroviário-Núcleo de Lousado; Museu da Guerra Colonial; Museu do Automóvel; Museu de Arte Sacra. A Casa das Artes assegura uma programação cultural para todo o ano e para toda uma área regional.

Neste contexto, destacam-se pela sua relevância regional e/ou nacional, de forma individual ou em rede/grupo com outros elementos: o património castrejo, o património industrial associado aos comboios e ao têxtil, e a componente cultural relacionada com Camilo Castelo Branco e com Bernardino Machado. Incluem-se no património material edificado as quintas rurais existentes e às quais se associa presença de um património natural e de um património imaterial e cultural, aliando-se ao valor arquitetónico dos edifícios e jardins e matas adjacentes.

Não tendo sido identificado um património natural de dimensão significativa que tenha justificado a sua integração na Rede Natura 2000, existem no concelho diversos espaços e elementos que importa preservar e valorizar. Assim, do património natural existente, destaca-se a presença de matas compostas predominantemente por carvalho-roble, sobreiro e castanheiros, em associação com plátanos, cedros e outras espécies introduzidas, e de matas ribeirinhas associadas aos principais cursos de água e de elevada importância enquanto corredores ecológicos neste território de ocupação difusa, atravessando-o e assumindo um importante papel na proteção da fauna e da biodiversidade.

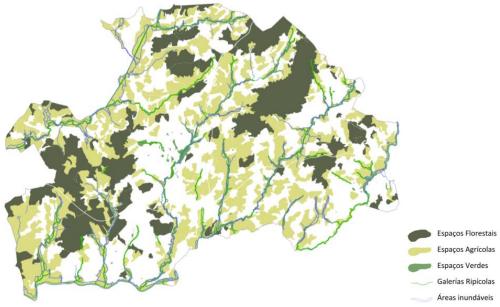


Ilustração 38 - Principal património natural (CMVNF, 2014)

Enquanto concelho caracterizado por uma ocupação territorial dispersa, predominando a associação e os cruzamentos contínuos entre espaços naturais e espaços urbanos, verifica-se a forte e permanente conexão funcional entre estes espaços distintos e complementares.

Da ocupação urbana difusa, destaca-se: a existência dos vales agrícolas, atravessados pelos principais cursos de água (rios Este, Pelhe, Pele e Ave) e aos quais se associam áreas inundáveis, e as manchas verdes das encostas florestadas.

Incluídas na Rede Fundamental de Conservação de Natureza, existem as áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e de Reserva Agrícola Nacional (RAN). Não existindo áreas de domínio público hídrico, incluem-se enquanto elementos naturais e conservação indispensável as áreas afetas ao domínio hídrico privado.



Tabela 31 – Património e recursos naturais (CMVNF, 2014)

	ÁREA	% do Concelho
REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA		
Reserva Ecológica Nacional (REN)	3.349,6ha	16,62%
Reserva Agrícola Nacional (RAN)	6.976,41ha	34,61%
Domínio hídrico dos cursos de água da REN (margens)	376ha	1,87%
VALORES NATURAIS		
Galerias ripícolas	488ha	2,42%
Áreas inundáveis	1.223ha	6,07%
Áreas agrícolas	7.758,34ha	38,48%
Áreas florestais	4.126,23ha	20,47%
Áreas verdes (verde públicos e de enquadramento)	128,45ha	0,64%
Solo		
Aptidão agrícola elevada	5.619ha	27,87%
Aptidão florestal elevada	10.943ha	54,3%

Tal como noutros espaços regionais, observam-se nos últimos anos dois movimentos contrários: um desinvestimento e abandono do espaço agrícola, a par de um investimento agrícola em áreas de especialização produtiva e de um "retorno ao rural", pressentido, por exemplo, no movimento de adesão às HUFA - Hortas Urbanas de Famalicão, inseridas no Parque da Devesa.

Integrado no contexto do Vale do Ave, o concelho de Famalicão possui diversos edifícios e espaços industriais construídos aquando do forte desenvolvimento do sector têxtil neste território. Com as diversas crises registadas neste sector e a evolução e reconversão da atividade industrial para novas áreas e com novas localizações, muitos destes espaços industriais foram sendo desocupados e dotados ao abandono. Inseridos em núcleos urbanos, que durante o seu período de atividade os apoiavam, alguns complexos industriais atualmente abandonados possuem uma elevada ligação histórico-cultural e uma grande proximidade aos aglomerados que preenchem o concelho, destacando-se os existentes em Delães, Bairro e Riba de Ave.

No âmbito do Documento de Orientação Estratégica para a Reabilitação Urbana (DOERU), em Vila Nova de Famalicão foram identificados os principais núcleos urbanos a intervir, destacando-se a cidade e as vilas, numa lógica de melhoria da sua qualidade urbana, de consolidação e intensificação da sua capacidade de atração, através da qualificação dos espaços públicos e de recuperação, valorização e fortalecimento das infraestruturas ecológicas urbanas.



Ilustração 39 - Áreas de reabilitação urbana propostas (CMVNF, 2014)



De um modo geral, as principais patologias urbanas identificadas foram: insuficiências ao nível da coerência e do equilíbrio da malha urbana; falta de articulação entre as zonas centrais (nomeadamente onde se localizam alguns dos principais equipamentos coletivos) e os espaços limítrofes (não urbanizados) ou as áreas de perfil marcadamente residencial; existência de espaços física ou funcionalmente dissonantes; presença de vazios urbanos; problemas de circulação e de estacionamento; falta de hierarquia da rede de artérias secundária; deficiente qualidade de algumas das artérias interiores; falta de espaços urbanos abertos que contribuam para reforçar o sentido de urbanidade e/ou qualificar as dinâmicas de sociabilidade e de convivialidade, e presença de edifícios com necessidades de reabilitação e requalificação física nas áreas residenciais.

A construção do parque urbano da cidade constituiu-se como oportunidade de ensaiar com sucesso um modelo de atuação em parceria numa estratégia de desenvolvimento integrado, considerando as dimensões económicas, sociais, ambientais e culturais.

Atualmente, considerando as áreas verdes públicas identificadas no território concelhio associadas aos centros urbanos e ignorando os alinhamentos verdes presentes mas de largura reduzida, existem cerca de 8,8m² de área verde por habitante residente.

ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[RESÍDUOS]

- # Incentivar a disseminação de novos sistemas de recolha de resíduos porta-a-porta, "pay-as-youthrow" (PAYT), recolha dos resíduos biodegradáveis.
- # Apoiar a implementação de ciclos produtivos integrados com recolha de resíduos industriais, incentivando o surgimento de empresas que tomam resíduos como matéria prima reavaliar e dinamizar a reciclagem de têxteis.
- # Analisar o potencial agropecuário na produção de biogás (exemplo: Projeto AGROGAS)
- # Estabelecer parcerias com serviços de distribuição (postos de combustíveis, hipermercados) e com serviços sociais como pontos para a recolha seletiva de matéria reciclável (óleos, têxteis, eletrodomésticos, etc.).

[ÁGUA]

- # Conclusão da rede de abastecimento de água, para cobertura a 100% da população, e requalificação da rede antiga existente, para melhoria da qualidade da água e diminuição das perdas.
- # Promoção da água da rede pública (valorização da qualidade).
- # Instalação de sistema de telecontagem (zonas dispersas) e de sistemas de monitorização (medição /controle de fugas e caudais) e sensorização das redes, incluindo estudos e implementação de sistemas de modelação e otimização das redes.
- # Intervenções nas redes pluviais e de saneamento, para controle e diminuição da infiltração de águas pluviais nos sistemas de águas residuais e para diminuição de descargas ilícitas de águas residuais nos recursos hídricos.
- # Finalização das redes de saneamento para áreas urbanas e implementação de sistemas de tratamento locais para aglomerados distantes da rede geral.
- # Promover a despoluição dos recursos hídricos e a sensibilização para a sua proteção, e garantir a continuidade do processo de despoluição do Rio Pelhe (a montante e jusante do Parque da Devesa e incluindo a despoluição do Ribeiro do Talvai).



[PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL]

- # Valorização do corredor da Ecopista (cultura, turismo e ambiente).
- # Integração em rotas culturais e redes regionais: Rota do Românico, Rota do Património Castrejo e Rota do Património Industrial do Porto e Ave.
- # Consolidação da sinalética dos bens culturais do concelho e dotação de elementos físicos de leitura "in loco" (placas interpretativas) assente numa estratégia global e de complementaridade (por exemplo, transpor a configuração gráfica das redes de metro, associando a cada linha colorida um eixo temático, e associando sempre a cada painel outros pontos de interesse na proximidade).
- # Capacitação dos agentes de gestão de bens culturais e naturais para a criação de projetos de valorização económica, com destaque para a promoção do património imaterial (tradições rurais, vinho verde e agroalimentar).
- # Estruturação de oferta turística qualificada para as visitas de negócios e organização e promoção de eventos culturais com impacto internacional (evento têxtil internacional, recombinando exibição de moda, promoção de produtos com novos materiais).
- # Desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural com potencial de captação de fluxos turísticos específicos, com destaque para os elementos distintivos, designadamente: o Museu da Indústria Têxtil, o Museu Ferroviário e a Casa-Museu Camilo Castelo Branco (consolidação e crescimento, com interligações às casas de escritores europeus, da "Rota de Escritores a Norte").

[BIODIVERSIDADE]

- # Recuperação estrutural e funcional dos ecossistemas ribeirinhos, mais sensíveis e vulneráveis às alterações climáticas, e intervenções de prevenção e contenção dos riscos ou impactos severos sobre os seus valores naturais e ecossistemas, em especial ao nível dos riscos de cheia e de seca.
- # Requalificação e valorização da rede hidrográfica do concelho, com o envolvimento das comunidades locais projeto "Os Nossos Rios".
- # Caracterização do património natural existente, incluindo a identificação cadastral, e elaboração e implementação de planos de gestão para as áreas vulneráveis e de planos de ação para os habitats e as espécies sensíveis ou ameaçadas.
- # Elaboração e implementação do Plano de Promoção da Biodiversidade do Parque da Devesa, assente numa lógica territorial alargada de sensibilização da comunidade para a importância e necessidade de conservação da biodiversidade e dos espaços naturais a uma escala mais abrangente.
- # Centro de experimentação e demonstração de tecnologias adaptadas à promoção do território biodiverso, em associação com universidades nacionais e internacionais.
- # Cálculo do valor económico das áreas verdes como serviços ecossistémicos existentes a favor do concelho.
- # Promoção e valorização da prática agrícola enquanto potencial económico e social do território disperso multifuncional: desenvolvimento da agricultura urbana, com utilização e requalificação dos quintais e de solos "abandonados", valorização dos espaços naturais enquanto espaços "produtivos" e promoção e sensibilização para a agricultura diversificada e ambientalmente sustentável, para o comércio justo e o consumo de produtos locais e regionais (apoiando o consumo do produto local em escolas, instituições de solidariedade, etc.).
- # Promoção da biodiversidade e da proteção dos recursos naturais através da sua dinamização económica e (re)funcionalização sustentável, com implementação de projetos-piloto e programas e ações no âmbito da agricultura biológica: permacultura familiar, rede municipal de hortas urbanas, boas práticas e biodiversidade dos sistemas agrícolas (associado com o Centro de Experimentação).

[AMBIENTE URBANO]

Implementação do Sistema de Monitorização do Ar e do Ruído (SMAR) da cidade de Famalicão, integrando o mapeamento de longo prazo da qualidade do ar (concentrações de PM, CO, COV) e do ruído urbano, bem como a componente da medição online e informação ao cidadão dos valores da concentração das partículas (PM) e do ruído (Leq), com a possibilidade de integrar mecanismos de alerta.



- # Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas, qualificação do espaço público e desenvolvimento de experiências inovadoras, com ações piloto de desenvolvimento urbano sustentável e intervenção na área central da cidade com o projeto das "paisagens absorventes" Ensaio de sistemas urbanos de drenagens sustentáveis.
- # Criação e implementação do projeto "Parques Urbanos de Famalicão", com a definição da estrutura verde da cidade e das vilas de Vila Nova de Famalicão e a respetiva promoção dos valores ecossistémicos e multifuncionais desses espaços verdes, potenciando a criação de corredores verdes de biodiversidade.
- # Contratualizar com centros de conhecimento do território (Faculdades de Arquitetura, de Planeamento e Ordenamento e centros de estudos relacionados) a tipificação do modelo padrão de ocupação do território assente na complementaridade urbano-rural "Território Bio Multifuncional", a avaliação do saldo de carbono (unidades de paisagem assentes nas interações socioeconómicas).
- # Promoção da reutilização/reurbanização de espaços industriais abandonados e requalificação/promoção das áreas de acolhimento empresarial, apoiando processos de deslocalização empresarial interna.
- # Delimitação de uma ARU Área de Reabilitação Urbana para o centro urbano da cidade e dinamização em parceria do plano de ação.

REDE OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Eixo Atlântico – Cidades com a Agenda 21 Local

PROJETOS ESTRUTURANTES

Agenda 21 Local

Caixa 5 – Programas e financiamento

LIFE - PROGRAMA PARA O AMBIENTE E A AÇÃO CLIMÁTICA - SUBPROGRAMA AMBIENTE

O programa LIFE contribuirá para o desenvolvimento sustentável e para a consecução dos objetivos e metas da Estratégia Europeia 2020, o 7.º Programa de Ação em matéria de Ambiente e outras estratégias e planos relevantes da UE em matéria de ambiente e clima. O SUBPROGRAMA AMBIENTE encontra-se dividido em 3 domínios prioritários:

- Ambiente e eficiência dos recursos;
- Natureza e biodiversidade;
- Governação e informação em matéria de ambiente.

(Jornal Oficial da União Europeia, 17/04/2014, Decisões - DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO, de 19 de março de 2014, relativa à adoção do programa de trabalho plurianual para o Programa LIFE para o período 2014-2017 (2014/203/UE)



2.4. OT 7 – PROMOÇÃO DOS TRANSPORTES SUSTENTÁVEIS E ELIMINAÇÃO DOS ESTRANGULAMENTOS NAS PRINCIPAIS INFRAESTRUTURAS DAS REDES

PI 7.1	Concessão de apoio a um Espaço Único Europeu de Transportes multimodais, mediante o investimento na RTE-T (FEDER, FC)
PI 7.2	MELHORIA DA MOBILIDADE REGIONAL ATRAVÉS DA LIGAÇÃO DOS NÓS SECUNDÁRIOS E TERCIÁRIOS ÀS INFRAESTRUTURAS DE RTE-T, INCLUINDO OS NÓS MULTIMODAIS (FEDER)
PI 7.3	DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE ECOLÓGICOS (NOMEADAMENTE DE BAIXO RUÍDO) E BAIXO TEOR DE CARBONO, INCLUINDO AS VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES E O TRANSPORTE MARÍTIMO, OS PORTOS, AS LIGAÇÕES MULTIMODAIS E AS INFRAESTRUTURAS AEROPORTUÁRIAS, A FIM DE PROMOVER A MOBILIDADE REGIONAL E LOCAL SUSTENTÁVEL (FEDER, FC)
PI 7.4	DESENVOLVIMENTO E REABILITAÇÃO DE SISTEMAS FERROVIÁRIOS ABRANGENTES, DE ELEVADA QUALIDADE E INTEROPERÁVEIS E PROMOÇÃO DE MEDIDAS DE REDUÇÃO DO RUÍDO
PI 7.5	MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DA SEGURANÇA DO ABASTECIMENTO ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO, ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE ENERGIA E DA INTEGRAÇÃO DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS (FEDER)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

Famalicão encontra-se sobre o grande corredor de conetividade norte-sul, estando dotado de uma forte acessibilidade e de um conjunto de infraestruturas que asseguram a sua conexão internacional. Esta malha está sustentada por uma rede de infraestruturas de transporte é composta pela rede de autoestradas (A3 e A7), pela linha ferroviária e pela proximidade elevada aos aeroportos de Porto e Vigo e aos portos marítimos de Viana do Castelo e Porto.

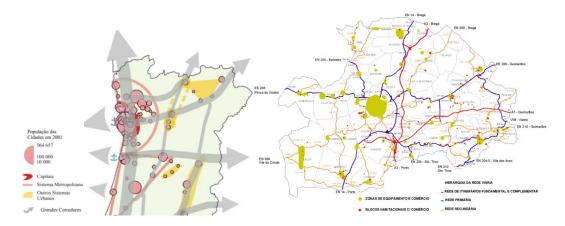


Ilustração 40 – Grandes corredores de acessibilidade e conetividade em Portugal (PETI, 2014) e principal rede viária do concelho (CMVNF, 2011)

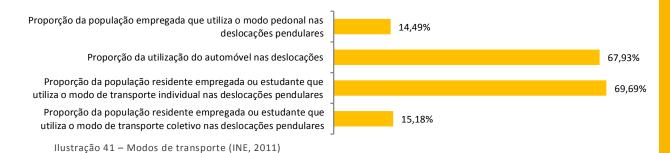
O Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território e o Plano Regional de Ordenamento do Território enquadram Vila Nova de Famalicão no sistema urbano nacional, no nível de "cidade complementar" em articulação funcional no sistema urbano das cidades de Barcelos, Braga e Guimarães, o Quadrilátero Urbano onde se insere.

Por se encontrar inserido numa região cuja ocupação humana ocorreu de forma disseminada por todo o território, assente na rede rodoviária existente e por isso com uma intensa ocupação urbana linear sob as estradas nacionais e regionais, este espaço apresenta algumas deficiências nas ligações entre alguns pontos. Os principais constrangimentos registados relacionam-se com o intenso tráfego ocorrido nas estradas nacionais e regionais, de ligação ao exterior do concelho, que atravessam aglomerados urbanos densamente ocupados. Destaca-se o estrangulamento na EN14, que afeta a mobilidade da principal



zona industrial do concelho, e cuja intervenção foi admitida como um dos 59 investimentos prioritários no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas.

A dispersão na ocupação do território tem promovido a utilização do transporte individual privado e dificulta a existência de um sistema de transporte público sustentável.



Apesar desta forte dependência na utilização do automóvel privado, a ocupação multifuncional do território permite que as distâncias se tornem mais curtas, refletindo-se esta proximidade na duração média das viagens efetuadas por transporte individual ou coletivo, mais reduzida que as médias regionais e nacionais e consequentemente com um consumo médio anual de combustível automóvel por habitante (0,3tep/hab) igualmente mais reduzido.

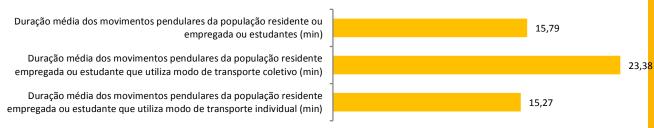


Ilustração 42 - Movimentos pendulares (INE, 2011)

Neste território multifuncional, e de acordo com o Diagnóstico da Agenda 21 Local, de setembro de 2013, verifica-se que quando analisada a acessibilidade a pé da população aos estabelecimentos de educação, uma percentagem considerável encontra-se a uma distância inferior à máxima aconselhável (54% da população no acesso ao pré-escolar, 74% no acesso ao 1º ciclo, 44% no acesso ao 2º e 3º ciclo e 39% no acesso ao secundário); a maioria da população (81%) possui acessibilidade a pé a equipamentos de saúde primários e preventivos, e que cerca de 70% da população possui acesso a paragens de transporte público.

As emissões GEE totais foram, em 2010, de 3,47 tonCO²eq por habitante, cerca de 16,5% inferiores às de 2005 e cerca de metade comparativamente à média nacional (6,7 tonCO²eq*hab⁻¹), registando a emissão de GEE nos transportes um valor médio anual inferior a 1,5 tonCO²eq por habitante.

Face às metas europeias para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa, a acessibilidade interna da cidade de Famalicão possui as características necessárias à adoção de modos suaves de transporte (pedonal ou ciclável), permitindo o acesso fácil e rápido aos principais equipamentos e serviços disponíveis, destacando-se a existência de declives pouco acentuados e a elevada proximidade entre pontos de interesse e possíveis destinos. No entanto, a rede pedonal existente possui ainda algumas deficiências, essencialmente: na integração, coerência, equilíbrio e continuidade dos espaços pedonais; na qualificação de alguns espaços de apoio, como as áreas limítrofes e de acesso pedonal a estações e apeadeiros dos transportes ferroviários; a existência de zonas de conflito entre circulação pedonal e automóvel, e a inexistência de parques de estacionamento periféricos e a fraca qualificação e conectividade dos existentes.



O território concelhio é atravessado pela linha ferroviária, com a existência de diversas estações e apeadeiros, assinalando-se a estação de Famalicão e as estações de Nine e de Lousado, onde se cruzam as linhas de ligação a Braga e a Valença-Espanha na primeira e as linhas de ligação ao Porto e a Guimarães na segunda. Nestas linhas, encontram-se acessíveis os Comboios Urbanos, Regionais e Inter-Regionais, e os serviços do Intercidades, do Alfa Pendular e do Comboio Celta.

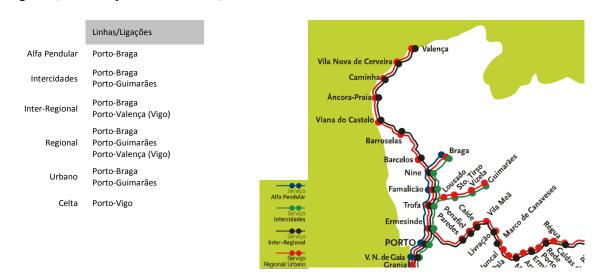


Ilustração 43 - Rede ferroviária nacional (CP, 2014)

Segundo o Mapa de Ruído do Concelho de Vila Nova de Famalicão, de junho de 2010, as principais fontes de ruído encontram-se associadas à rede rodoviária, na qual se incluem as autoestradas, variante e via intermunicipal, as estradas nacionais, regionais e municipais, para além de alguns arruamentos urbanos da cidade por desempenharem um importante papel de ligação, assim como à rede ferroviária e às atividades industriais. Da análise efetuada verifica-se que as principais fontes de ruído são o tráfego rodoviário gerado pelas principais rodovias do concelho, nomeadamente a A3, A7, Variante Nascente, Estrada Nacional 14 e Estrada Nacional 206, e que os impactes acústicos mais significativos sobre as populações ocorrem no centro urbano de Famalicão, onde os níveis de ruído produzidos pelas vias de tráfego rodoviário se encontram contíguas aos recetores sensíveis.

ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[MOBILIDADE REGIONAL]

Melhoria de acessos existentes ou construção de acessos alternativos aos principais aglomerados urbanos ou às zonas industriais, numa lógica de promoção das suas acessibilidades (ligação área industrial e autoestradas, do tipo "last mile"), destacando-se a execução de uma solução, alternativa à EN14, na ligação entre Famalicão e Trofa, e concluindo a rede já iniciada.

[TRANSPORTES ECOLÓGICOS]

- # Estudo de viabilidade de uma plataforma logística ferroviária na Linha do Minho, explorada por agentes de transportes privados.
- # Acompanhamento do processo de infraestruturação de rede ciclável com iniciativas de cativação da população escolar e de grandes empregadores da cidade para o uso da bicicleta (programa "De Bike para a Escola"); participação anual no European Cycling Challenge e constante difusão de resultados nos meios de comunicação; requalificação da ecopista Famalicão-Póvoa do Varzim; promoção do turismo ciclável (oferta de rotas, percursos, pontos de interesse e atividades inovadoras e criativas); e sensibilização dos automobilistas para as novas posturas de segurança.
- # Desenvolvimento e disponibilização de aplicação web e/ou móvel para a navegação "saudável", assim designada por gerar rotas alternativas para modos suaves (pedonal e ciclável) através da minimização da exposição à poluição sonora e atmosférica.



- # Observação da mobilidade e acesso da população mais desfavorecida aos serviços públicos.
- # Desenvolvimento da mobilidade elétrica, através da disponibilização de áreas de carregamento.

[TRANSPORTES FERROVIÁRIOS]

- # Promoção da intermodalidade na estação ferroviária de Famalicão, através da implementação do Sistema Integrado de Transportes (ligação da estação ferroviária ao Centro Coordenador de Transportes).
- # Elaboração e implementação do Plano Municipal de Redução de Ruído.

REDES OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Quadrilátero Urbano – Mobilidade (Centro Inteligente de Mobilidade)

PROJETOS ESTRUTURANTES

Famalicão Ciclável – Rede de Ciclovias e Percursos Pedonais

Caixa 6 – Programas e financiamento

MECANISMO INTERLIGAR A EUROPA

O Programa-Quadro Mecanismo Interligar a Europa (MIE) é o programa europeu de financiamento aos projetos de interesse comum no quadro da política das redes transeuropeias nos sectores dos transportes, telecomunicações e energia que visam desenvolver e construir novas infraestruturas e novos serviços ou modernizar as infraestruturas e os serviços existentes nestes sectores. As prioridades do programa incidem sobre três sectores: transportes, energia e telecomunicações.

 $(\underline{https://infoeuropa.eurocid.pt/registo/000056856/})$





AGENDA PARA UM CRESCIMENTO INCLUSIVO



As matérias e áreas associadas à sociedade inclusiva encontram-se entre as primeiras face às quais Famalicão procurou estruturar e desenvolver um sistema integrado e interinstitucional de suporte.

As redes interorganizacionais nos domínios da educação e formação, área social ou empreendedorismo, têm prosseguido a consolidação de parcerias de cooperação, mobilizadas por objetivos e projetos.

Tabela 32 – Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Inclusivo

METAS	PROGRAMA-BANDEIRA	OBJETIVOS TEMÁTICOS
Assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos		OT8. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
deduzir a taxa de abandono escolar para nenos de 10% e assegurar que pelo nenos 40% da geração mais jovem dispõe le um diploma do Ensino Superior	Agenda para novas competências e empregos	OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
Reduzir o número de pessoas que vive em risco de pobreza/exclusão social, reduzindo em 200 mil pessoas nessa situação face a 2008	Plataforma Europeia contra a pobreza e a exclusão social	OT9. Promoção da inclusão social e combate da pobreza e discriminação

As metas europeias para o emprego, abandono escolar e risco de pobreza colocam-se como novas oportunidades para a demonstração das capacidades concretizadoras na produção de resultados.

Como território industrial em processo de reestruturação, Vila Nova de Famalicão apresenta um quadro de diagnóstico comum: níveis de abandono escolar precoce superior ao nacional e níveis de desemprego elevados que se refletem numa larga massa de cidadãos com apoios sociais.

Para um desempenho relevante nestas problemáticas, o concelho partilha com a Europa a mesma necessidade de introdução de inovações nas respostas sociais, nos dispositivos e nas estratégias para a reprodução de uma economia com elevados níveis de emprego e de coesão social.

3.1. OT 8 – Promoção da sustentabilidade e da Qualidade do Emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

PI 8.1	ACESSO AO EMPREGO PARA OS CANDIDATOS A EMPREGO E OS INATIVOS, INCLUINDO OS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO E AS PESSOAS AFASTADAS DO MERCADO DE TRABALHO, E ATRAVÉS DE INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO E APOIO À MOBILIDADE DOS TRABALHADORES (FSE)
PI 8.2	INTEGRAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO, EM ESPECIAL OS QUE NÃO TRABALHAM, NÃO ESTUDAM, NEM SE ENCONTRAM EM FORMAÇÃO, INCLUINDO OS JOVENS EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL E OS JOVENS DE COMUNIDADES MARGINALIZADAS, INCLUSIVE ATRAVÉS DA EXECUÇÃO DA GARANTIA PARA A JUVENTUDE (FSE)
PI 8.3	CRIAÇÃO DE EMPREGO POR CONTA PRÓPRIA, EMPREENDEDORISMO E CRIAÇÃO DE EMPRESAS, INCLUINDO MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS INOVADORAS (FSE)
PI 8.4	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual (FSE)
PI 8.5	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (FSE)
PI 8.6	ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL (FSE)
PI 8.7	MODERNIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPREGO PÚBLICOS E PRIVADOS E DA MELHORIA DA ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES DO MERCADO DE TRABALHO, INCLUINDO MEDIDAS DESTINADAS A AUMENTAR A MOBILIDADE TRANSNACIONAL DOS TRABALHADORES, INCLUSIVE ATRAVÉS DE REGIMES DE MOBILIDADE E MELHOR COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES E AS PARTES RELEVANTES (FSE)
PI 8.8	CONCESSÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS VIVEIROS DE EMPRESAS E APOIO À ATIVIDADE POR CONTA PRÓPRIA, ÀS MICROEMPRESAS E À CRIAÇÃO DE EMPRESAS (FEDER)
PI 8.9	Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e o desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade (FEDER)
PI 8.10	CONCESSÃO DE APOIO ÀS INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO E AJUDA ÀS ESTRUTURAS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE PROXIMIDADE PARA CRIAR EMPREGO, SEMPRE QUE ESSAS MEDIDAS NÃO SE ENQUADREM NO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO REGULAMENTO (UE) N.O 1304/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO (FEDER)
PI 8.11	INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA DOS SERVIÇOS DE EMPREGO (FEDER)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

O concelho de Vila Nova de Famalicão é um território onde, nos últimos anos, tem-se verificado taxas de desemprego e de subemprego elevadas, associadas ainda a outras formas de exclusão que têm vindo a emergir e a aprofundar-se. Em paralelo, o seu tecido económico, apesar de dispor de fortes potencialidades, nomeadamente no domínio das atividades com vocação exportadora, tem sido sujeito a profundas mutações estruturais e tecnológicas com repercussões no mercado de trabalho. No âmbito do desemprego, merecem menção o desemprego jovem e o desemprego de longa duração.

Com o aumento da esperança média de vida e a diminuição do peso da população ativa, a promoção de um envelhecimento ativo e saudável é cada vez mais uma prioridade nas sociedades contemporâneas. No que respeita ao ajustamento do mercado de trabalho face a uma população cada vez mais envelhecida, considera-se que se deve privilegiar o apoio a novas formas de organização do trabalho, que sejam mais inclusivas em termos de acessibilidade e flexibilidade, e a promoção da aprendizagem ao longo da vida. A promoção de estilos de vida ativos e saudáveis, que permitam um envelhecimento com uma vida dinâmica e com qualidade é uma área fundamental de atuação.



De acordo com os Censos de 2011, a maioria da população empregada possuía entre 35 e 44 anos e apenas uma pequena percentagem (8,67%) era referente aos trabalhadores com mais de 55 anos.

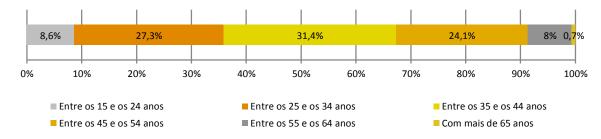


Ilustração 44 - População empregada (Censos 2011)

O concelho apresentava uma taxa de atividade de 61.1%, superior à registada a nível regional e nacional e associada a uma população ativa de 68.616 indivíduos, dos quais 58.368 se encontravam empregados. Quanto aos dados de desemprego, em dezembro de 2013, encontravam-se inscritos no Centro de Emprego 10.002 desempregados; e a média anual de desempregados inscritos foi de 10.391,7. Destes desempregados, cerca de 90% encontravam-se à procura de novo emprego e cerca de 50% procuravam emprego há mais de um ano. Na caracterização do desemprego, destaca-se ainda o peso da população que apenas possui o 1º ciclo, cerca de 27%, e os dois principais grupos etários abrangidos, entre os 35 e os 44 anos e acima dos 55 anos, ambos com registos acima dos 21%.

Tabela 33 – Dados de desemprego em Vila Nova de Famalicão (PORDATA)

		939,7	9,04%	À procura do primeiro emprego
		9.452	90,96%	À procura de novo emprego
		5.100,6	49,1%	Tempo de inscrição inferior a 1 ano
		5.291,1	50,9%	Tempo de inscrição de 1 ano ou mais
		473,6	4,56%	Sem nível de escolaridade
		2.830,8	27,24%	Básico / 1º Ciclo
2		1.876,5	18,06%	Básico / 2º Ciclo
DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (MÉDIA ANUAL) (2013)	10.391,7	1.951,1	18,78%	Básico / 3º Ciclo
FILOT ISSICIAL (WILDIA ANDAL) (2015)		2.049,9	19,69%	Secundário
		1.213,8	11,68%	Superior
		1.254,2	12,07%	Com idade inferior a 25 anos
		1.921,9	18,49%	Com idade entre 25 e 34 anos
		2.261,4	21,76%	Com idade entre 35 e 44 anos
		2.720	26,17%	Com idade entre 45 e 54 anos
		2.234,2	21,50%	Com idade superior a 55 anos

As diversas reestruturações ocorridas, ao longo das últimas décadas, no aparelho produtivo criaram uma forte capacidade adaptativa da população (empregadores e empregados), impelindo ao aumento da empregabilidade, através de um desempenho relevante do sistema educativo e de formação profissional na qualificação da população ativa.

A melhoria da adequação entre a oferta de formação e as necessidades e oportunidades da economia tem, desde 2004, vindo a ser prosseguida através de processos de diagnósticos concelhios de necessidades de formação, envolvendo entidades do sistema de educação e do sistema de formação profissional.

Considerando os dados relativos ao ano de 2012, e relativamente ao pessoal ao serviço nas empresas, verifica-se que a maioria (87,25%) diz respeito aos trabalhadores por conta de outrem e que destes mais de 76% possuem um contrato permanente/sem termo. Por outro lado, quando analisado o nível de escolaridade, verifica-se que, tanto os empregadores como os trabalhadores por conta de outrem, possuem na sua maioria apenas o 3º ciclo do ensino básico (ambos com cerca de 26%), logo seguidos pelo grupo com o 2º ciclo.



Tabela 34 – Dados de emprego em Vila Nova de Famalicão (PORDATA)

		37.907	97,13%	Trabalho a tempo completo
		1.121	2,87%	Trabalho a tempo parcial
		8.035	20,59%	Contrato a termo / a prazo
		1.071	2,74%	Contrato de trabalho a termo para cedência
		29.721	76,15%	Contrato permanente / sem termo
		201	0,52%	Não enquadrável
TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM (2012)	39.028	335	0,86%	Inferior ao básico / 1º Ciclo
(2012)		6.431	16,48%	Básico / 1º Ciclo
		9.758	25,00%	Básico / 2º Ciclo
		10.413	26,68%	Básico / 3º Ciclo
		7.724	19,79%	Secundário e pós-secundário
		4.323	11,08%	Superior
		44	0,11%	Ignorado
		300	12,32%	Básico / 1º Ciclo
		584	23,98%	Básico / 2º Ciclo
(2242)		635	26,08%	Básico / 3º Ciclo
EMPREGADORES (2012)	2.435	521	21,40%	Secundário e pós-secundário
		382	15,69%	Superior
		13	0,53%	Ignorado
		2.435	5,44%	Empregador
		3.224	7,21%	Trabalhador por conta própria como isolado
PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS	41.505	8	0,02%	Trabalhador familiar não remunerado
(2012)		39.028	87,25%	Trabalhador por conta de outrem
		34	0,08%	Não enquadrável

A consolidação do Pacto Territorial para a Empregabilidade da Região do Ave facilitará a concretização dos objetivos estratégicos que assentam: na qualificação das pessoas para a empregabilidade, na promoção de uma empregabilidade sustentável e de qualidade e no reforço dos mecanismos de articulação e de concertação institucional.

Na criação do próprio emprego e no aparecimento de novas micro, pequenas e médias empresas, regista-se uma dinâmica com potencial de expansão assente no incentivo ao empreendedorismo, na qualificação dos empreendedores e no apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento e implementação de ideias.

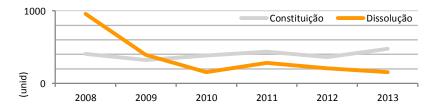


Ilustração 45 — Balanço entre constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (INE)

ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[ACESSO AO EMPREGO]

- # Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas (integração de doutorados), através da dinamização de um programa local de acompanhamento e apoio.
- # Incentivo da adesão de quadros das empresas a programas de doutoramento "doutoramento nas empresas"/doutoramentos "in situ" -, promovendo as ligações entre o sector empresarial e a área da investigação.
- # Programas de formação integrada nas empresas.



[JOVENS]

- # Implementação de programas de envolvimento e integração na comunidade de jovens NEET, ativando para papéis socialmente reconhecidos e de cidadania.
- # Incentivo ao empreendedorismo jovem, através de dispositivos de pré-incubação e desenvolvimento das ideias (Iniciativa Emprego Jovem e Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem).
- # Sistemas de Incentivos direcionados a projetos inovadores promovidos por jovens empreendedores (programa específico para o empreendedorismo tecnológico facultando o desenvolvimento de produtos e protótipos em empresas).

[AUTOEMPREGO]

- # Espaço industrial equipado ao dispor de desempregados com saber oficinal para a produção de pequenas séries e laboratório de ideias com mentores e jovens com ideias tecnológicas (FamaLab).
- # Programa anual de apoio ao desenvolvimento de protótipos em impressora 3D, integrado no conceito de Fablab.

[IGUALDADE]

- # Estruturação de um programa dirigido às famílias integrando as diversas medidas locais de apoio e incentivo à natalidade e difundindo as boas-práticas/projetos específicos de conciliação família trabalho.
- # Promoção do "apadrinhamento" de projetos sociais por empresas.
- # Estimular programas locais integrados de animação comunitária, sem diferenciação entre população ativa e não ativa, com uma agenda constante de oportunidades de participação social e oportunidades de formação e autodesenvolvimento, incluindo a vertente do voluntariado.

[ADAPTAÇÃO À MUDANÇA]

- # Oferta de qualificação prospetiva, a partir de um quadro de tendências.
- # Formação de quadros para a exportação e para o mercado multilingue.
- # Eventos de contacto cultural com mercados emergentes.
- # Participação de ativos de empresas em ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a projetos de investimento, e promovam a qualificação tecnológica.

[ENVELHECIMENTO]

- # Promoção da atividade física e ocupacional junto da população ativa.
- # Design acessível nos equipamentos e espaços urbanos.
- # Atividades produtivas de complemento à economia familiar.
- # Estímulo da iniciativa conjunta da população na reforma (auto-organização de atividades recreativas e de serviços) e de estruturas de participação cívica.
- # Promoção da cidadania junto da população sénior, nomeadamente no acesso à informação sobre os seus direitos e oportunidades, e na oferta de oportunidades de valorização (ações de formação orientadas para a infoexclusão, voluntariado, desporto).
- # Combate ao isolamento social, em especial de idosos, através da capacitação das pessoas na utilização das novas tecnologias.

[SERVIÇOS E MOBILIDADE PROFISSIONAL]

Agilização, no âmbito do sistema da segurança social, do procedimento para execução de trabalho temporário fora do território nacional.

[VIVEIROS E CRIAÇÃO DE EMPRESAS]

Consolidar a articulação e partilha de informação entre os vários serviços sociais locais que procuram a inserção laboral.



- # Articulação dos vários serviços de incubação.
- # Captação e estruturação de meios de financiamento local.
- # Reforço da articulação interinstitucional entre a Rede Social e a Rede Famalicão Empreende no desenvolvimento do empreendedorismo e da economia social
- # Incubadora Social estrutura promotora do empreendedorismo social, para a capacitação de instituições parceiras e para o lançamento de projetos e iniciativas de economia e inovação social.
- # Programas orientados para a valorização de novos produtos na fileira da ecoeconomia.

[DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO]

- # Requalificação do antigo mercado em espaço multifuncional e vocacionado para a valorização económica e social dos produtos e recursos endógenos.
- # Roteiro anual de "mercadinhos" locais, de venda direta pelos produtores agrícolas locais.
- # Estimular o circuito de curta distribuição e venda direta em clube de produtores (à porta das unidades agrícolas totem informativo assinala venda dos produtos).
- # Criação do selo/marca e roteiro "bio agrícola".

REDES OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Rede Famalicão Empreende

PROJETO ESTRUTURANTE

Pacto para a Empregabilidade do Ave

Caixa 6 – Programas e financiamento

EASI – PROGRAMA PARA O EMPREGO E A INOVAÇÃO SOCIAL

O Programa Emprego e Inovação Social é um instrumento de financiamento que pretende promover um elevado nível de qualidade e emprego sustentável, garantindo uma proteção social adequada, o combate à exclusão social e à pobreza e a melhoria das condições de trabalho. Este Programa possui três eixos: o eixo PROGRESS, o eixo EURES, e o eixo Microfinanciamento e Empreendedorismo Social.

JUVENTUDE EM MOVIMENTO

A iniciativa Juventude em Movimento tem por fim melhorar o nível de ensino e a empregabilidade dos jovens, reduzir o elevado desemprego juvenil e aumentar a taxa de emprego dos jovens em consonância com o objetivo da UE de obter uma taxa de emprego de 75% para a população em idade ativa (20 - 64 anos). Para esse efeito, propõe-se: fazer com que a educação e a formação sejam mais consentâneas com as verdadeiras necessidades dos jovens, inCENTIvar os jovens a utilizar bolsas de estudo da UE para prosseguir os estudos ou uma formação noutro país, e inCENTIvar os países da UE a tomar medidas que contribuam para simplificar a transição do ensino para o mercado de trabalho.

(http://ec.europa.eu/portugal/temas/crescimento inteligente/juventude movimento/index pt.htm)



3.2. OT 9 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE DA POBREZA E DISCRIMINAÇÃO

PI 9.1	INCLUSÃO ATIVA, INCLUINDO COM VISTA À PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DA PARTICIPAÇÃO ATIVA E A MELHORIA DA EMPREGABILIDADE (FSE)		
PI 9.2	Integração socioeconómica de comunidades marginalizadas, tais como os ciganos (FSE)		
PI 9.3	LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES (FSE)		
PI 9.4	MELHORIA DO ACESSO A SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS, DE GRANDE QUALIDADE E A PREÇOS COMPORTÁVEIS, INCLUINDO CUIDADOS DE SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS DE INTERESSE GERAL (FSE)		
PI 9.5	Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego (FSE)		
PI 9.6	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (FSE)		
PI 9.7	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária (FEDER)		
PI 9.8	CONCESSÃO DE APOIO À REGENERAÇÃO FÍSICA, ECONÓMICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS EM ZONAS URBANAS E RURAIS (FEDER)		
PI 9.9	CONCESSÃO DE APOIO A EMPRESAS SOCIAIS (FEDER)		
PI 9.10	INVESTIMENTOS NO CONTEXTO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (FEDER)		

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

Entre 2001 e 2011, Vila Nova de Famalicão surge como um dos concelhos com crescimento populacional (de 127.567 para 133.832). A esperança média de vida à nascença (80,5 anos) tem aumentado em ambos os sexos e é superior à da Região Norte e à do Continente. A taxa de natalidade tem diminuído e aproxima-se dos valores regionais e continentais. Embora o índice de envelhecimento tenha aumentado, este continua a ser inferior comparativamente com o registado na Região Norte e em Portugal.

Os principais problemas sociais diagnosticados no concelho prendem-se com a taxa de desemprego que registou em 2013 cerca de 15,14%⁴. Uma parte muito significativa das pessoas desempregadas possui qualificações abaixo do 9º ano de escolaridade (70,5%) e não tem certificação profissional. O desemprego das pessoas com deficiência ou incapacidades e das pessoas com baixos níveis de qualificação pode conduzir a situações de pobreza e de exclusão social. É de destacar também as crianças que estão em situação de risco (581 crianças e jovens acompanhados pela CPCJ em 2013), precisamente porque muitas das famílias se encontram em situação de desemprego ou vulnerabilidade (710 agregados familiares beneficiários do RSI). No que concerne à habitação, foram registados em 2011 cerca de 440 agregados a residir em barracas ou similares. Na área da deficiência, 832 indivíduos encontram-se integrados em respostas sociais, sendo 542 do sexo masculino e 290 do sexo feminino. Das comunidades com riscos de marginalização social, refira-se a comunidade de etnia cigana, com cerca de 592 indivíduos, dos quais 296 residem em habitação social.

Os equipamentos sociais proporcionam diversas respostas de apoio às famílias, desempenhando um importante papel para a coesão social. O serviço de amas e creches apresenta uma cobertura superior à média nacional, a taxa de cobertura de lares de idosos é de 6,10% e a de serviço de apoio domiciliário é de 5,63%.

⁴ Para o cálculo foi considerado a média anual de desempregados inscritos no centro de emprego e formação profissional em 2013 e a população ativa, com idade mínima de 15 anos, dos Censos de 2011.



Numa fase de incontornáveis alterações demográficas, afigura-se importante questionar a adequação dos equipamentos e das respostas sociais à conjuntura atual. É premente que sejam previstas as necessidades acrescidas a este nível e que se previna o risco de um aumento considerável das assimetrias sociais, das populações excluídas e vulneráveis e da pobreza.

Na área da saúde, os indicadores mostram uma evolução positiva do concelho. Por exemplo, a mortalidade infantil: no triénio 2009-2011, a taxa de mortalidade infantil no concelho foi inferior à da Região Norte e do Continente.

Do total das causas de morte prematura (<75 anos) destacam-se, pelo seu maior peso relativo, os tumores malignos, as doenças do aparelho circulatório e os sintomas, sinais e achados não classificados. Entre 2006 e 2010 a taxa de mortalidade prematura padronizada pela idade apresentou, para todas as causas de morte, valores inferiores aos regionais.

Em 2008 as principais causas de internamento hospitalar relacionaram-se com as doenças do aparelho digestivo, a gravidez, parto e puerpério, e as doenças dos aparelhos circulatório e respiratório. Na taxa de internamento padronizada por causas específicas e para todas as idades destacam-se, nos homens, os acidentes de transporte e o tumor maligno do pâncreas, com valores significativamente superiores aos indicadores regionais. As taxas de incidência de SIDA e da infeção VIH têm-se mantido abaixo dos valores observados na região e no país.

Em termos de cuidados de saúde diferenciados, o concelho é servido por três unidades hospitalares: o Centro Hospitalar do Médio Ave – Unidade de Vila Nova de Famalicão e o Hospital de Dia do grupo Trofa Saúde localizados na cidade e o Hospital Narciso Ferreira em Riba de Ave.

Atualmente encontra-se a ser implementado o Programa Nacional de Saúde Escolar da DGS em todas as escolas do concelho, com a gestão da responsabilidade da Unidade de Saúde Pública e a operacionalização pela Unidade de Saúde Pública, Unidades de Cuidados da Comunidade e de Recursos Partilhados, do ACES de Famalicão. Este trabalho assenta em quatro áreas de intervenção: saúde individual e coletiva; inclusão escolar; ambiente e saúde e promoção da saúde e da literacia em saúde.

Para além dos diversos programas em implementação, por parte da Administração Regional de Saúde do Norte, relacionados com o Programa Saúde Escolar, encontram-se em implementação programas como: o 3AAA-Programa de Promoção Saúde Mental, da USP do ACES de Famalicão; o Saber Beber - Prevenção do Consumo de Álcool e o Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral que engloba a promoção de saúde oral e o tratamento.

ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[EMPREGABILIDADE]

- # Promoção da participação ativa na comunidade, quer por meio da adesão às dinâmicas associativas, quer por adesão aos serviços públicos de lazer (bibliotecas, piscinas, pavilhões desportivos).
- # Dinamização de animadores locais, mediando as oportunidades de formação formal e informal entre desempregados e entidades locais.

[COMUNIDADES MARGINALIZADAS]

- # Projeto de mediadores municipais (sobretudo vocacionados para o trabalho com as comunidades ciganas) e mediadores interculturais em serviços públicos.
- # Projeto Concelhio para a Integração Social da Comunidade Cigana, dinamizado por grupo de trabalho intersectorial.



[IGUALDADE]

- # Animação de ateliers ocupacionais para mulheres, numa lógica de grupos de pares e com recurso ao voluntariado.
- # Promoção da Liga Inclusiva (programas Boccia Escolas e Boccia Sénior, natação adaptada e dinamização de projetos integrados).
- # Dinamização de uma rede social informática em torno da pessoa portadora de deficiência e que funcione como ponto de encontro entre os serviços e as famílias.
- # Regulamento municipal para a inclusão do cidadão portador de deficiência.

[ACESSO A SERVIÇOS SOCIAIS]

- # Estruturação da Rede Local de Intervenção Social numa lógica de capacitação e modernização dos Gabinetes de Atendimento e Acompanhamento Social.
- # Incentivo ao desenvolvimento organizacional nas entidades do terceiro sector, pela adoção de modernos modelos de gestão.
- # Contratualização de serviços de saúde comunitários (serviços de enfermagem), em ambulatório ou não, com entidades privadas não lucrativas, como unidades em interligação com o Centro de Saúde e unidades estimuladoras da atividade social na comunidade.

[ECONOMIA SOCIAL]

Desenvolvimento de projetos de inserção profissional com base em empresas sociais.

[DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA]

- # Projetos Comunitários dos Territórios das Comissões Sociais Inter-freguesias na lógica do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- # Dinamização de equipas locais inter-serviços, com atendimento e gestão personalizada, avaliação interdisciplinar, e mobilização dos recursos endógenos junto dos parceiros para os processos de apoio.
- # Mapeamento e manutenção de banco de recursos, formais e informais, para a participação e inserção social, e dinamização de meios de divulgação de boas-práticas, com contactos associados, por forma a potenciar a disseminação e intercâmbio.

[Saúde, Serviços Sociais e Comunitários]

- # Carta dos Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários.
- # Consolidação do Conselho da Comunidade como plataforma de cooperação interinstitucional entre as diversas entidades ligadas à promoção da saúde a nível local.
- # Promoção de um programa de desenvolvimento associativo.
- # Capacitação técnica dos serviços sociais no apoio às doenças degenerativas e incapacitantes.

[REGENERAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS]

- # Requalificação socio-urbanística de zonas habitacionais degradadas e eliminação de situações sem condições de habitabilidade.
- # Mobilização de jovens, designadamente estudantes de arquitetura, em trabalhos de recuperação de habitações de famílias carenciadas.
- # Desenvolvimento de programas específicos para imigrantes, contemplando as dimensões da língua, da cultura, da educação, do desporto e da religião.

[EMPRESAS SOCIAIS]

- # Estimular experiências de empresas/escolas de inserção.
- # Apoiar a qualificação de projetos e candidaturas.
- # Fomentar a cooperação entre IPSS para o estabelecimento de consórcios geradores de economia de escala na aquisição de serviços e produtos.



- # Adesão a redes nacionais e europeias de promoção das empresas sociais, do empreendedorismo social e da inovação social.
- # Estimular o papel das associações no acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade, associando o mecenato social de empresas.
- # Fomento de micro-estágios, numa dinâmica de formação-ação informal, em ambiente de vivências laborais, sociais, culturais.

REDES OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Rede Social de Vila Nova de Famalição

PROJETO ESTRUTURANTE

Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020

Caixa 7 – Programas e financiamento

EASI – PROGRAMA PARA O EMPREGO E A INOVAÇÃO SOCIAL

O Programa Emprego e Inovação Social é um instrumento de financiamento que pretende promover um elevado nível de qualidade e emprego sustentável, garantindo uma proteção social adequada, o combate à exclusão social e à pobreza e a melhoria das condições de trabalho. Este Programa possui três eixos: o eixo PROGRESS, o eixo EURES, e o eixo Microfinanciamento e Empreendedorismo Social.

(PROGRESS) (EURES) (Microfinance and Social Entrepreneurship)

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020

O Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 possui como objetivos estratégicos: promover o crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura, promover uma gestão eficiente e proteção dos recursos, e criar condições para a dinamização económica e social do espaço rural. Além disso, apresenta como objetivos transversais: aumentar a capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal, e melhorar o nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos.

Gabinete de Planeamento e Políticas (http://www.gpp.pt/)m) PDR 2020 (http://www.gpp.pt/pdr2020/index.html)

(CAPITAL HUMANO)

3.3. OT 10 – Investir na educação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida

PI 10.1	REDUÇÃO E PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE ACESSO A UM ENSINO INFANTIL, PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO DE BOA QUALIDADE, INCLUINDO PERCURSOS DE APRENDIZAGEM FORMAIS, NÃO FORMAIS E INFORMAIS PARA A REINTEGRAÇÃO NO ENSINO E NA FORMAÇÃO (FSE)
PI 10.2	MELHORIA DA QUALIDADE E DA EFICIÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR E EQUIVALENTE, E DO ACESSO AO MESMO, A FIM DE AUMENTAR OS NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO E DE HABILITAÇÕES, PARTICULARMENTE PARA OS GRUPOS DESFAVORECIDOS (FSE)
PI 10.3	MELHORIA DA IGUALDADE DE ACESSO À APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS EM CONTEXTOS FORMAIS, NÃO FORMAIS E INFORMAIS, ATUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, DAS APTIDÕES E DAS COMPETÊNCIAS DOS TRABALHADORES, E PROMOÇÃO DE PERCURSOS DE APRENDIZAGEM FLEXÍVEIS, INCLUSIVE ATRAVÉS DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E DA VALIDAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS (FSE)
PI 10.4	MELHORIA DA PERTINÊNCIA DO ENSINO E DA FORMAÇÃO MINISTRADOS PARA O MERCADO DE TRABALHO, FACILITAÇÃO DA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E REFORÇO DOS SISTEMAS DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAIS E DA SUA QUALIDADE, INCLUSIVE ATRAVÉS DE MECANISMOS DE ANTECIPAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ADAPTAÇÃO DOS CURRÍCULOS E CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE ENSINO BASEADOS NO TRABALHO, NOMEADAMENTE SISTEMAS DE ENSINO DUAL E DE APRENDIZAGEM (FSE)
PI 10.5	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas (FEDER)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

O nosso país tem ainda uma taxa significativa de abandono escolar precoce, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, afetando em particular as crianças e os jovens provenientes dos meios sociais mais vulneráveis, o que prejudica gravemente a inclusão e a empregabilidade.

A qualificação dos recursos humanos é da maior relevância para a integração do concelho numa economia baseada no conhecimento e nas novas tecnologias

O nível médio de educação e formação da população é mais baixo do que o desejável, razão do grande atraso que se verificava no nosso país neste domínio há poucas décadas, o que é um obstáculo adicional à competitividade e empregabilidade num modelo de economia tem vindo a sofrer uma transição estrutural nas últimas décadas.

Neste contexto, é estratégico promover a redução do abandono escolar precoce e o estabelecimento de condições de igualdade no acesso aos diversos graus de ensino mediante, por exemplo, políticas que abranjam a prevenção destas situações, as escolas da segunda oportunidade e que promovam regimes de aprendizagem destinados a ajudar as crianças e os jovens com dificuldades de aprendizagem e a promoção de um ensino inclusivo.

Apostar no reforço das competências, na sensibilização dos recursos humanos (professores, formadores, etc.) para estas matérias, no desenvolvimento de conteúdos educativos especificamente orientados para estes fins, bem como no ensino e formação vocacional são ações a que deve ser dada uma atenção particular.

Das infraestruturas educativas e formativas existentes no concelho, e para além do tradicional ensino regular, é disponibilizado um largo leque de ofertas formativas na área do ensino profissional e da formação.

Considerando como referência os dados relativos aos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013, quanto à oferta de formação da Rede Local de Educação e Formação, predominam os cursos de ensino



profissional, e os estabelecimentos com maior peso na oferta formativa foram os estabelecimentos de ensino.

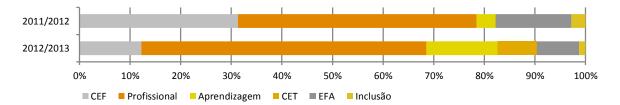


Ilustração 46 — Modalidades de formação da Rede Local de Educação e Formação

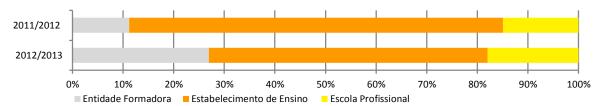


Ilustração 47 – Oferta de formação da Rede Local de Educação e Formação

Relativamente às áreas de formação enquadradas no ensino profissional em 2012/2013 predominaram os formandos nas áreas de eletricidade e energia (14,4%), de audiovisuais e produção dos média (14,1%), de ciências informáticas (10,6%) e de eletrónica e automação (10,4%), apresentando-se igualmente estas áreas como dominantes no ano letivo precedente.

Da auscultação efetuada às empresas, no âmbito do Diagnóstico de Necessidades de Formação 2013/2015, foi identificada a necessidade de formação nas áreas social, do comércio e dos serviços, seguidas do sector têxtil e do vestuário, da construção civil e urbanismo, do sector da educação, da área da mecânica e metalomecânica, do sector das indústrias alimentares e dos materiais e moldes. As principais necessidades de formação relacionam-se com a área comportamental, primeiros socorros, higiene e segurança no trabalho, informática na ótica do utilizador, qualidade e línguas estrangeiras-Inglês.

Tendo em atenção os desafios da aprendizagem ao longo da vida numa sociedade do conhecimento emergente, existem outras infraestruturas determinantes para a aprendizagem e aquisição de conhecimento, designadamente os equipamentos associados às redes de bibliotecas e arquivos.

A Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco disponibiliza diversos serviços no seu edifício-mãe e promove uma Rede Municipal de Leitura Pública, que engloba oito polos dispersos no território (Joane, Arnoso Santa Eulália, Jesufrei, Pousada de Saramagos, Lousado, Riba de Ave, Ribeirão e Louro). Enquanto formador de hábitos de leitura e de novos públicos leitores, a Biblioteca Municipal concretiza um conjunto diversificado de ações desenvolvidas pelo Serviço Educativo e Cultural e possui um protocolo de cooperação com as escolas, através do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), que proporciona apoio técnico especializado e recursos de informação às bibliotecas escolares.

As novas instalações do Arquivo Municipal Alberto Sampaio, situadas numa das ruas centrais da cidade, potenciaram uma diferente perceção deste equipamento cultural. A maior visibilidade pública terá, obrigatoriamente, que se traduzir na abertura do Arquivo Municipal à comunidade, através da implementação de projetos promotores do conhecimento da história local que englobem instituições educacionais, culturais, científicas e associativas de âmbito local e regional. Esta linha de ação deverá, ser entendida como uma "janela de oportunidade" para: impulsionar, nas universidades e institutos superiores, a investigação científica sobre temas de história local, implementar um novo modelo funcional do Arquivo Municipal, a partir de protocolos e parcerias com instituições de âmbito local, regional e nacional, e incentivar a população local a contribuir para a valorização dos Fundos Documentais do Arquivo Municipal.



ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[ENSINO BÁSICO E ABANDONO]

- # Integrar / Alargar o projeto "Empresa na Escola", com a realização de curtas visitas a empresas num programa ocupacional para as pausas letivas orientado para a descoberta do concelho, nomeadamente na demonstração prática da realização de atividades e produtos ("Como se faz....").
- # Projeto Concelhio de Educação Parental (desenvolvimento de respostas no âmbito do apoio psicológico e da formação parental) e apoio às famílias nas respostas socioeducativas e envolvimento das famílias no processo educativo.
- # Oferta de segunda oportunidade de qualificação em estabelecimentos de ensino técnicoprofissional, para alunos em situação de abandono escolar (sem 12º ano completo).
- # Propor projetos-piloto de ensino-profissionalizante para jovens do 2º e 3º ciclos em risco de retenção/abandono.
- # Aprofundar o modelo de referenciação e de acompanhamento escolar (tutoria).
- # Valorização dos agentes de educação não formal e informal (treinadores de atividades desportivas; professores de atividades extracurriculares, monitores, etc.) na educação para a cidadania e no sucesso educativo (ex: envolvimento das crianças e jovens em pequenas atividades de logística, organização, animação e gestão).
- # Propor iniciativa-piloto para ensino desportivo articulado.
- # Dinamizar um projeto educativo concelhio para as AEC Música e AEC Educação Física.
- # Mobilizar um programa de ensino de Inglês para o 1º CEB, internacionalmente reconhecido e acreditado.

[ENSINO SUPERIOR]

- # Apoios a estudantes do Ensino Superior que se encontrem a frequentar instituições de ensino no estrangeiro.
- # Captação de jovens com mais de 23 anos para a frequência de cursos superiores.
- # Adequação das respostas do ensino superior às respostas específicas da comunidade empresarial e desenvolvimento de programas de formação à medida, em colaboração entre os Conselhos Sociais e a Universidade Lusíada de Famalicão e CESPU.
- # Identificar em concreto e dar resposta às necessidades de internacionalização e de intercâmbio de estudantes com África e América do Sul.

[APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA]

- # Programas de cursos de educação e formação de adultos e de cursos para o ensino recorrente, tendo em vista a satisfação das necessidades existentes nas empresas e a qualificação técnica das empresas, numa lógica de aproximação e colaboração mútua entre a formação e a necessidade prática das empresas (atual e futura).
- # Projetos que promovam o desenvolvimento das competências comportamentais, através da partilha de programas entre empresas, substituindo-as por iniciativas individuais.
- # Mobilização da população para processos de RVCC, com o envolvimento das empresas e entidades locais.

[ENSINO PROFISSIONAL]

- # Formação de quadros médios a partir de necessidades prospetivas diagnosticadas junto das empresas.
- # "Open Days das Profissões" abertura das empresas à apresentação de áreas de trabalho e apresentação de novas tendências e possibilidades de mercado / novas profissões (ex: puericultura, indústria agroalimentar, inovação industrial ou profissionalização das organizações da economia social, etc.) e a dignificação das profissões manuais (permacultor, vitrinista, designer de acessórios, etc.).



- # Dinamização da "Loja da Profissão" como uma iniciativa temporária de deteção e avaliação de vocações e talentos, de definição de "modelos de negócio" para percursos profissionais e de desenho de percursos educativos e formativos.
- # Dinâmica interinstitucional para a implementação coerente no território da oferta de ensino dual.
- # Desenvolvimento de um modelo de gestão que combine a descentralização de competências na área da educação para o município e a consolidação da autonomia das escolas.

[INFRAESTRUTURAS]

- # Mapeamento das estruturas concelhias de educação não formal para a sua capacitação técnica.
- # Posicionamento do Centro de Educação Não Formal na qualificação das entidades e agentes de educação formal e informal, contribuindo para a introdução de novas práticas pedagógicas e treino de competências críticas.
- # Arquivo Municipal Alberto Sampaio com papel voluntarista na dinamização do processo para a criação da Rede de Arquivos da Região Norte, na animação da Rede Local de Arquivos e na criação do Banco de Memória.
- # Ampliação e remodelação da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco e articulação com bibliotecas não municipais.

REDE OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

- # Rede Local de Educação e Formação
- # Rede Portuguesa das Cidades Educadoras

PROJETOS ESTRUTURANTES

Projeto Educativo Local

Caixa 8 - Programas e financiamento

ERASMUS +

Programa Europeu para a educação, a formação, a juventude e o desporto, com o objetivo de reforçar as competências e a empregabilidade, bem como modernizar a educação, a formação e a animação de juventude.

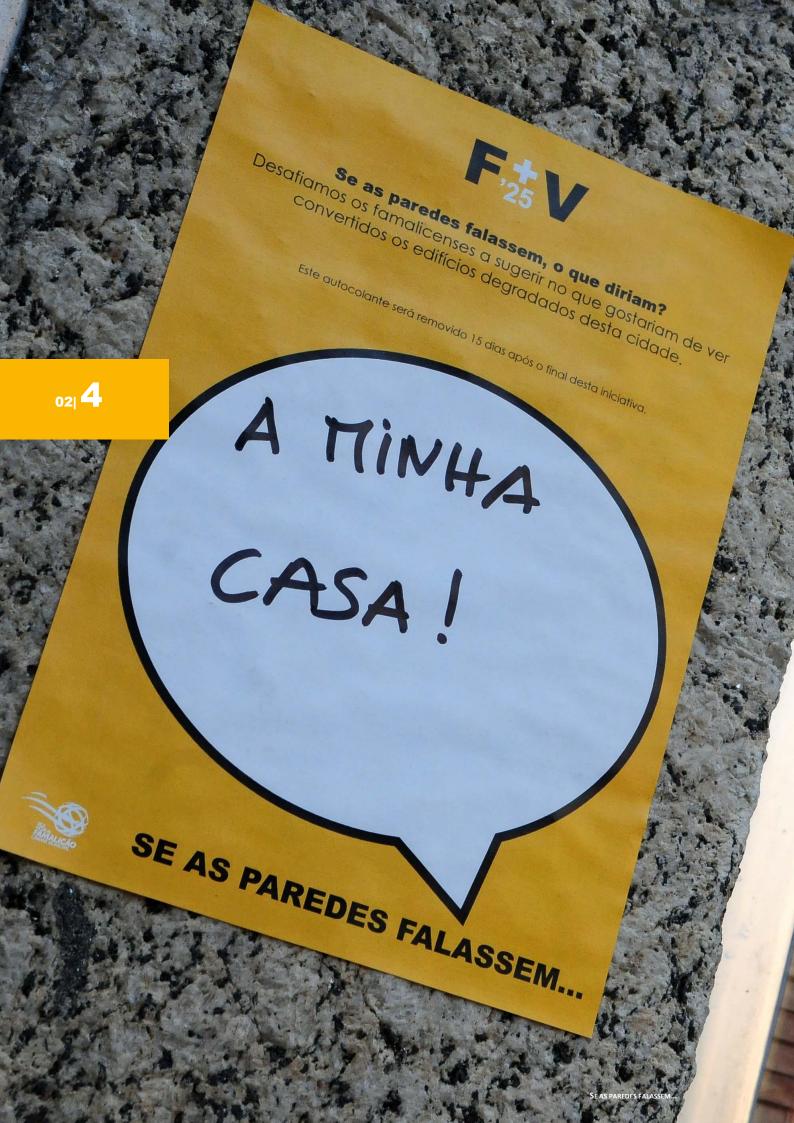
Apoia jovens estudantes e estabelece parcerias transnacionais entre instituições e organizações de ensino, formação e juventude. No domínio do desporto, serão apoiados projetos relacionados com o desporto de base e medidas destinadas a faz er face a problemas transfronteiras à integridade da prática desportiva, como a luta contra o falseamento dos resultados dos jog os, a dopagem, a violência e o racismo.

(Employment and Social Innovation-EaSI)

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GARANTIA JOVEM

O Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia para a Juventude, publicado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 104/2013, de 31 de dezembro, visa a concretização de iniciativas (segundo Recomendação da CE) que proporcionem a todos os jovens oportunidades de qualidade, seja de emprego, formação permanente, educação e formação profissional ou estágio.

(https://www.garantiajovem.pt/)





AGENDA PARA A GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO



Os territórios são capazes de reproduzir diferentes dinâmicas de eficiência coletiva, gerando performances diferenciadas nos indicadores de desenvolvimento.

Para a política regional europeia, a administração pública detém um papel não negligenciável na formação de um ambiente agilizador dos processos. Contudo, nas sociedades modernas e complexas, outros agentes contribuem e partilham de muitos dos interesses que se encontram em jogo.

Tabela 35 – Metas da Estratégia Europa 2020

METAS	PROGRAMA-BANDEIRA	Objetivos Temáticos	
Diminuição de custos de contexto e de custos na administração	Reforma da Administração Pública Territorialização das Políticas	OT11. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	
Melhoria da eficiência na Administrações Públicas e promoção de serviços online	Agenda Digital para a Europa	OT2. Melhoria do acesso às TIC	

No espaço local cruzam-se e interacionam diferentes partes desmultiplicadas em divisões organizacionais ou territoriais, ora se considere o sector, o âmbito territorial ou o estatuto jurídico.

A governança territorial pode assim ser definida como a capacidade de construção de consensos – tácitos, formais ou informais -, entre diferentes instituições, incluindo os cidadãos.

A capacitação dos agentes ou a modernização administrativa, com suporte nomeadamente das potencialidades da sociedade digital, colocam-se como estratégias para um território que ambicione constantemente melhorar as condições de competitividade e de qualidade de vida.

Assim, no quadro desta agenda, posicionam-se os objetivos de promover uma maior coordenação de políticas e um serviço público mais qualificado e eficiente, apoiado na cooperação institucional.

4.1. OT 11 – REFORÇO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DAS AUTORIDADES PÚBLICAS E DAS PARTES INTERESSADAS E A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PI 11.1	INVESTIMENTO NAS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS E NA EFICIÊNCIA DAS ADMINISTRAÇÕES E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS A NÍVEL NACIONAL, REGIONAL E LOCAL, A FIM DE REALIZAR REFORMAS, LEGISLAR MELHOR E GOVERNAR BEM (FSE)
PI 11.2	CRIAÇÃO DE CAPACIDADES PARA TODOS OS AGENTES QUE OPERAM NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA, DA FORMAÇÃO, DO EMPREGO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS, INCLUSIVE ATRAVÉS DE PACTOS SECTORIAIS E TERRITORIAIS DE PREPARAÇÃO DE REFORMAS A NÍVEL NACIONAL, REGIONAL E LOCAL (FSE)
PI 11.3	REFORÇO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DAS AUTORIDADES PÚBLICAS E DAS PARTES INTERESSADAS E DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DE AÇÕES PARA REFORÇAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL E A EFICIÊNCIA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E DOS SERVIÇOS PÚBLICAOS IMPLICADOS NA EXECUÇÃO DO FEDER/FC, E APOIO A AÇÕES NO ÂMBITO DO FSE DESTINADAS A REFORÇAR A CAPACIDADE INSTITUCIONAL E A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (FEDER, FC)

DIAGNÓSTICO SÍNTESE

Nas últimas décadas verificou-se um forte investimento na modernização dos serviços municipais, associado à promoção de administração menos burocrática e mais eficiente, traduzindo-se na informatização e desmaterialização dos processos e na simplificação de divulgação de informação e tramitação processual.

A descentralização de diversos equipamentos e serviços tem promovido a proximidade dos diversos serviços municipais à população e facilitado o seu acesso. Ainda assim, e face aos indicadores analisados no quadro diagnóstico, o município necessita de apostar mais na modernização administrativa e nas TIC e melhorar o modelo de atendimento.

Tabela 36 – Tecnologias de informação na administração pública

% de câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet	0% a nível local, DMASI,2014,CMVNF	51,20% nas Regiões Menos Desenvolvidas, DGEEC, 2012, PORN2020
% de indivíduos que submetem pela Internet impressos ou formulários oficiais	0% a nível local, DMASI,2014, CMVNF	19,70% nas Regiões Menos Desenvolvidas, DGEEC, 2013, PORN2020
% de câmaras municipais que utilizam o comércio eletrónico para efetuar encomendas	0% a nível local, DMASI,2013	40,70% nas Regiões Menos Desenvolvidas, DGEEC, 2012, PORN2020
% dos trabalhadores das câmaras municipais que utilizam regularmente a Internet	31,98% a nível local, DMASI, 2013, CMVNF-Balanço Social (são cerca de 300 trabalhadores num universo de 938)	27,10% nas Regiões Menos Desenvolvidas, DGEEC, 2012, PORN2020
% dos trabalhadores formados no âmbito das intervenções apoiadas face ao total de trabalhadores envolvidos nos processos de modernização e/ou reorganização apoiadas	50% a nível local, DGRHF, 2013, CMVNF-Balanço Social (são 6 em 12 funcionários)	39% pessoal de TIC nas Câmaras Municipais que são formados, UMIC, 2011, Inquérito à Utilização de TIC nas Câmaras Municipais
% de pessoas da administração publica envolvidos em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	0% a nível local, DMASI, 2013, CMVNF	9% trabalhadores nas Câmaras Municipais que frequentaram ações de formação em TIC no total das ações de formação, UMIC, 2011, Inquérito à Utilização de TIC nas Câmaras Municipais
% de trabalhadores que tendo participado em programa de formação são recolocados em serviços da administração pública	0% a nível local, DGRHF, 2013, CMVNF (não há requalificações)	1550 trabalhadores a nível nacional nesta situação, POCI

Como entidade empregadora, o município pode desempenhar um papel da maior relevância na promoção de uma empregabilidade responsável e sustentável, bem como na promoção de boas práticas a nível local.

Com efeito, a autarquia dispõe de diversas condições para o desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para o serviço público, a inovação e a qualidade, como por exemplo: a existência de recursos humanos qualificados, com formação académica superior e diversificada; a motivação e qualificação e dos recursos humanos com uma faixa etária jovem e com experiencia, a dinamização do trabalho em rede, em cooperação e colaboração e a existência de uma cultura de proatividade, inovação e eficiência nos serviços da administração municipal.



Localmente, em vários sectores existem diversas redes institucionais de parceiros públicos e privados, reconhecidas a nível nacional como boas práticas, e uma estreita colaboração institucional e colaborativa entre o município e as freguesias. Estas redes institucionais que atuam no território do concelho, sob impulso e coordenação do município, incidem sobre áreas temáticas, destacando-se o sector da educação e formação e do desenvolvimento social.

Tabela 37 – Redes institucionais, estruturas e entidades

Plataformas Inteligente Sustentabilidade Coesão / Inclusão Governança						
	- Rede Famalicão Empreende	JOSTENTADILIDADE	COLONO / INCLUSAU	GOVENNANÇA		
REDES	- Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão - Rede Associativa Jovem - Rede de Associações de Estudantes		- Rede Local de Educação e Formação - Rede Social - Rede Famalicão Empreende			
CONSELHOS LOCAIS	- Conselho Municipal de Consumo - Conselho Municipal de Turismo - Conselho Municipal de Juventude - Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico (proposto no GOP de 2014) - Conselho Municipal de Desporto (proposto no GOP de 2014)	- Conselho Municipal de Urbanismo - Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal - Comissão de Acompanhamento do Parque da Devesa - Comissão Municipal sobre pedidos de instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em regime de livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais - Comissão Municipal de Proteção Civil - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal	- Conselho Municipal de Educação - Conselho Local de Ação Social - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Conselho da Comunidade - Conselho Municipal de Cultura - Conselho Desportivo Municipal	- Conselho Municipal de Segurança - Conselho Coordenador de Avaliação		
SERVIÇOS	- Centro de Emprego - Autoridade para as Condições de Trabalho, Centro Local do Ave em V. N. de Famalicão		- Centro Hospitalar Médio Ave - Agrupamento de Centros de Saúde de V. N. de Famalicão - Delegação de Saúde - Serviço Local de Segurança Social - Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado - Agrupamento de Escolas de D. Maria II - Agrupamento de Escolas de Gondifelos - Agrupamento de Escolas de Pedome - Agrupamento de Escolas de Ribeirão - Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco - Agrupamento de Escolas D. Sancho I	- Município - Freguesias - Polícia de Segurança Pública (Esquadra de V. N. de Famalicão) - Guarda Nacional Republicana (Postos de V. N. de Famalicão, Riba de Ave e Joane. Destacamento Territorial de V.N. de Famalicão foi criado em 2008, mas não foi implementado) - 1.º Serviço de Finanças - 2.º Serviço de Finanças - Conservatória de Registo Civil - Conservatória de Registo Predial e Comercial - Tribunal Judicial da Comarca		
ENTIDADES	- Instituto de Emprego e Formação Profissional, Direção Regional do Norte - Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal - Direção Regional de Cultura do Norte - Direção Regional de Economia do Norte - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. – Porto - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – Direção regional do Norte - Autoridade para as Condições de Trabalho	- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Autoridade Nacional de Proteção Civil, Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte - Instituto da Conservação de Natureza e Florestas, Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte - Águas do Noroeste, S.A EP — Estradas de Portugal, S.A REFER, Rede Ferroviária Nacional, E.P.E Resinorte, S.A.	- Administração Regional de Saúde do Norte - Centro Distrital de Segurança Social de Braga - Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, Direção de Serviços do Norte - Instituto de Emprego e Formação Profissional, Direção Regional do Norte - Instituto Português de Desporto e Juventude, Direção Regional do Norte - INEM — Direção Regional do Porto	- Entidades Intermunicipais (CIM do Ave, AMAVE e Quadrilátero) - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - Polícia de Segurança Pública, Comando Distrital de Braga - Guarda Nacional Republicana, Comando Territorial de Braga - Polícia Judiciária, Diretoria do Porto - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Direção Regional do Norte - Exército Português, Centro de Recrutamento de Braga e Regimento de Cavalaria n.º 6 - Direção Distrital de Finanças de Braga - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Delegação Regional do Norte - Instituto Nacional de Estatística, Delegação do Porto - Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género, Delegação do Porto - Tribunal de Relação do Porto - Tribunal Administrativo de Braga - Tribunal Administrativo Central do Norte		



Importa ainda consolidar a articulação entre diversas entidades que atuam no território, tendo em vista a prossecução do princípio da simplificação administrativa (de modo a agilizar as interações entre os cidadãos, as organizações da sociedade civil, as empresas e a administração pública, no que constitui um contributo decisivo para a competitividade territorial), do princípio da coordenação (de modo a assegurar uma maior coerência, consistência e complementaridade das ações levadas a cabo pelas entidades públicas no âmbito das suas competências respetivas) e do princípio da participação cidadã e da cooperação entre os cidadãos e as entidades públicas (de modo a promover uma maior mobilização do tecido social na prossecução dos objetivos comuns). Verifica-se ainda a necessidade em aprofundar uma estrutura organizativa municipal de perfil matricial, mais adequada à complexidade da solidariedade social.

A participação e o envolvimento dos cidadãos verificada em 2013 nos fóruns comunitários, importa replicar para outras áreas de intervenção, desenvolvendo e implementando novos processos participativos e promovendo a corresponsabilização (responsabilização conjunta entre sectores público e privado).

A situação financeira sólida do município tem sido uma constante ao longo dos últimos anos, apresentando-se com valores favoráveis na relação entre as receitas e as despesas, com uma percentagem acima das médias regionais e nacionais, e com uma contínua diminuição da sua dívida (pelo 5º ano consecutivo), registando-se um valor de 274 euros de dívida per capita.

No Anuário Financeiro das dos Municípios Portugueses de 2013, o Município de Vila Nova de Famalicão é o único do distrito de Braga a figurar no ranking dos 50 municípios de país com maior independência financeira, encontrando-se em 34º lugar, e inclui-se igualmente no grupo dos 10 municípios de grande dimensão, com população superior a 100 mil habitantes, com maior eficiência financeira para o período compreendido entre 2010 e 2013. Além disso, segundo a Direção-Geral das Autarquias Locais, em dezembro de 2013, no cumprimento dos compromissos de pagamento aos seus fornecedores o Município apresentava um prazo médio de apenas 19 dias.

ÁREAS COM POTENCIAL DE INTERVENÇÃO

[EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

- # Descentralização municipal, nomeadamente na modernização das Juntas de Freguesia, com postos de atendimento ao cidadão.
- # Desenvolvimento de um modelo de governo eletrónico, com integração das ferramentas digitais e baseado num sistema de certificação do serviço municipal.
- # Modernização dos sistemas de informação no sentido de uma maior interligação e integração digital dos serviços locais na ótica do cidadão.
- # Lançamento de uma rede de partilha de recursos e procedimentos entre serviços, visando a promoção de padrões de boas práticas.
- # Criação de uma plataforma digital de recursos e conhecimento para a boa governança e para a iniciativa local.
- # Desenvolver soluções tendencialmente individualizadas de governo e gestão municipal ao serviço do cidadão, explorando nomeadamente as possibilidades oferecidas pelos dispositivos móveis.
- # Introduzir gradualmente informação ao cidadão sobre os custos dos serviços municipais utilizados, nomeadamente sob a forma de uma fatura virtual.
- # Adoção do Cartão do Cidadão como cartão municipal de acesso universal aos serviços autárquicos.



[CAPACITAÇÃO]

- # Capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente pela disseminação de técnicas de planeamento e projeto em parceria, técnicas e instrumentos de animação e desenvolvimento local "design thinking", "participatory methologies", facilitação, etc.
- # Formação para a conceção de projetos no quadro de programas de financiamento nacionais e europeus.
- # Estímulo do associativismo interpares no meio escolar (clubes desportivos, clubes da natureza, etc).
- # Continuar a fomentar os exercícios de planeamento participado e concertado de base local, numa perspetiva de alargamento multissectorial e de envolvimento das empresas.
- # Tomada de iniciativa na territorialização de políticas públicas, nomeadamente nos domínios da educação, ação social e saúde.
- # Formalizar Pactos de Compromisso Estratégico sempre que decorram negociações multissectoriais para atingir objetivos concretos e prosseguir a Visão.
- # Descentralização de competências por meio de contratos de execução com entidades da sociedade civil
- # Progressiva adoção de modalidades de apoio a entidades não lucrativas através de programas de financiamento a projetos, em substituição das modalidades de subsídio.
- # Contratualização direta com os cidadãos na preservação e valorização dos espaços públicos e ambientais.
- # Reorganização das redes interinstitucionais e multinível, eliminando sobreposições, aumentando a especialização e estabelecendo alinhamentos estratégicos atender à interligação entre as redes já criadas: a Rede Local de Educação e Formação, a Rede Social e a Rede Famalicão Empreende.
- # Instituir uma plataforma para a governança territorial, que observe a eficiência territorial e promova a articulação e troca de informação entre as diversas redes interinstitucionais.

REDE OU PARCERIA DE REFERÊNCIA

Grupo de Ação para a Agenda Digital Local / Cidade e Território Inteligente

PROJETOS ESTRUTURANTES

- # Balcão Único de Atendimento
- # Ponto Digital Famalicão Visão'25, matriz online de convergência estratégica e mapeamento de projetos e parcerias.

Caixa 9 – Programas e financiamento

PROGRAMA EUROPA PARA OS CIDADÃOS

O programa "Europa para os Cidadãos" tem o objetivo de ajudar os cidadãos a conhecerem e a compreenderem melhor a União Europeia, sensibilizando-os para os diferentes aspetos da cidadania europeia. Este programa apoia atividades destinadas a aumentar o conhecimento e a compreensão dos cidadãos relativamente à União Europeia, aos seus valores e à sua história, como a comemoração do passado da Europa e as parcerias entre cidades (geminações).

(Europe for Citizens)

PROGRAMA JUSTIÇA E PROGRAMA DIREITOS, IGUALDADE E CIDADANIA

Ambos os programas apoiam os esforços da Comissão para a construção de uma EU mais ampla na área da justiça e dos direitos, com foco em atividades com maior valor acrescentado.

(Justice and Rights)





ESTRATÉGIA PARA A ACELERAÇÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE DO TERRITÓRIO





MOBILIZAÇÃO PARA A AÇÃO

A opção do modelo não prescritivo para o processo de planeamento estratégico de Famalicão implica um papel ativador e fertilizador da ação e da iniciativa dos atores no território. É para eles que se destinam a estratégia e as orientações para o futuro que o processo de planeamento poderá gerar.

Nos processos de planeamento, qualquer que seja o modelo adotado, existe, por múltiplas razões, uma tendência de absorção e neutralização do seu efeito inovador ou de rutura. O território tem a sua dinâmica própria e é obrigado a responder a um conjunto de fatores de condicionalidade interna e externa que se impõem rapidamente a qualquer agenda estratégica.

Nesta perspetiva o planeamento estratégico deverá assumir um conjunto de funções estratégicas no território:

- Acelerador de movimentos e capacidades internas em ação;
- Catalisador de processos e projetos em fase emergente;
- Impregnador e fertilizador da ação em curso, tornando-a mais focada e intencionalizada;
- Mobilizador para a ação e a participação cívica e institucional qualificada;
- Gerador de inovação, experimentação e descoberta de novos paradigmas de ação reflexão;
- Conector do território a redes e realidades externas.

Estas funções de ignição respondem à necessidade de atualização da estratégia nas agendas do território, de alinhamento e ligação institucional do processo de planeamento estratégico e de participação dos atores na lógica de construção e desenvolvimento da Visão.

A ignição é uma das dimensões do processo de planeamento estratégico e tem uma especificidade particular. Nesse sentido, deverá apresentar-se como um conjunto de eventos associados ao plano, mas laterais ao seu trabalho de planeamento. Os eventos de ignição deverão acentuar, refrescar e atualizar a visão estratégica e o trabalho em curso. A ignição deverá tornar-se um interface comunicacional dessa visão, diferindo do tema Plano, como mensagem comunicacional.

Os eventos deverão comunicar: o processo de planeamento estratégico e a sua Visão na perspetiva de comportamento coletivo, ambição, curiosidade, capacidade de inovar e empreender e uma postura ética e estética associada a um processo de inovação e transformação, uma atitude perante a incerteza e o futuro, de desafio e ou liderança.

A ignição responde também a uma outra necessidade, esta de âmbito puramente comunicacional e de mobilização no processo de planeamento. A capacidade de adesão dos atores ao processo e às possibilidades que a visão estratégica gera deverão ser alimentadas por experiências reais e oportunidades contínuas de participação no próprio processo. Finalmente, outro fator lateral ao processo de planeamento, mas que reforça a sua eficácia, é o efeito demonstrativo que as ações de Ignição poderão assumir. A demonstração da mudança real e das aquisições para o território e atores, geradas diretamente pelo próprio processo de planeamento, são ativadores da adesão e do compromisso para com a Visão estratégica nele assumido.

A ignição deverá assumir um carácter de ação pontual, muito incisiva e cirúrgica para os objetivos a que se propõe. O evento é o formato adequado a essa função de ignição.



Os critérios associados a este tipo de eventos poderão definir a sua especificidade, tais como:

- Curta duração e calendarização predefinida num programa sequencial de eventos (não como acontecimentos isolados);
- Marca e imagem comunicacional coerente e definida na globalidade do programa (ex: Eventos XYX Famalicão);
- Intensidade na duração (ex: 24h boot camp);
- Impacto mediático (campanha de marketing associada);
- Efeito de exótico, inesperado e discrepante (marca criativa associada);
- Ligações fortes e conexões a Hubs (ex: presença de grandes nomes ou instituições – MIT);
- Criação coletiva e cidadã; o evento é concretizado ou finalizado numa lógica de criação cívica, coletiva e participante;
- Ligação ao espaço físico e simbólico (os eventos deverão ativar espaços e símbolos);
- Demonstrativo de capacidade; os eventos deverão gerar visibilidade e ativar capacidades endógenas;
- Visionário; os eventos deverão conectar com a Visão transformadora de futuro, gerando eles próprios uma linguagem visionária para uma ambição de futuro.

SUGESTÕES E PROPOSTAS DE EVENTOS DE IGNIÇÃO

Rua do Futuro Sustentável: propor aos cidadãos um conjunto de intervenções numa rua de bairro (fachadas biológicas, horta de rua ou praça, biodiversidade, etc.), realizada pelas escolas e instituições, associando um fundo de investimento para a concretização em negócio dos melhores projetos.

Mentes Brilhantes: nomes de Famalicão de prestígio internacional na ciência em universidades estrangeiras

Ligação à diáspora de Famalicão, como embaixadores de suporte de internacionalização (evento para empreendedores e micro empresários)

Criação e evento para indústrias criativas (ex: festival)

Assinatura e protocolo com um centro de investigação de prestígio internacional, para desenvolvimento e cooperação em projetos de I&D

Evento de Mostra / Promoção do trabalho da área social e ambiental

Feira de Empresas de Famalicão / "Semana Aberta" ou "Dias Abertos" das empresas de Famalicão

Cerimónia Protocolar de gestão dos jardins por cidadãos anónimos (vizinhança)

"Orçamento participativo" para projetos (não ideias)

Olimpíadas da Criatividade (vários domínios em regime de "social lab")

Mostra dos "Inventores de Futuro"





APOIO À OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO





DA VISÃO À AÇÃO

A materialização na ação do pensamento estratégico gerado e manifestado no processo de planeamento é o grande desafio técnico e inspiracional que se coloca à comunidade de atores nele envolvido.

Pretende-se integrar a estratégia na ação que o território já é capaz de gerar e "fertilizá-la" com os aspetos visionários que a estratégia definiu, tornando-a mais intencionalizada, coerente e focada num horizonte estratégico.

A operacionalização deverá percorrer o ciclo da ação e da sua dinâmica no território, promovendo o acesso a recursos e instrumentos facilitadores no sentido de potenciar essa capacidade já instalada, gerando incentivos e fatores mobilizadores para a ação e, por fim, agindo proactivamente na criação de oportunidades de inovação na ação.

A operacionalização da Visão no alinhamento estratégico dos atores do Território deve assentar na coerência, convergência, qualidade e excelência técnica como marca da ação no território, em que os projetos terão de se encontrar harmonizados com a estratégia e cumprir os critérios de conciliação e enquadramento na Visão.

FERRAMENTA DE CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA

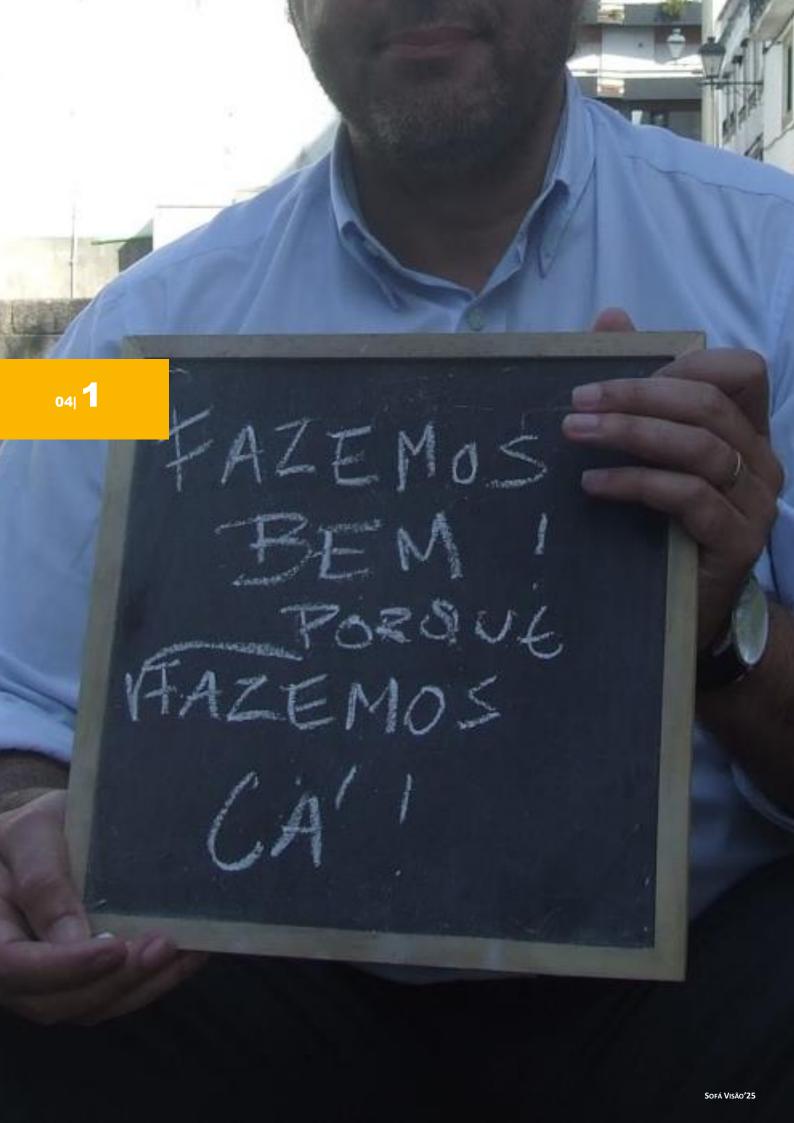
Matriz de avaliação da convergência dos projetos com a Visão para Famalicão, assente num conjunto de critérios que permita avaliar o alinhamento dos projetos com a estratégia, e considerando os critérios de convergência com a Estratégia Europeia, para auxiliar a elaboração de candidaturas a financiamento europeu.

A operacionalização do processo de planeamento estratégico será organizada em três dimensões complementares que são igualmente estratégias específicas para valores centrais da Visão estratégica: a qualificação da ação, o incentivo para a ação e a criatividade e inovação na ação.



Tabela 38 – Matriz para a elaboração de projetos alinhados com a Visão

	Princípios	VALORES	Critérios Gerais/Nucleares	CRITÉRIOS ESPECÍFICOS
EMPRESAS	Território Tecno-Industrial de Excelência Território de "Cross-	Excelência na Produção Distinção no Agroalimentar e no Têxtil e Vestuário Tecnologia e Design Incorporação Tecnológica Vanguarda de excelência em novos materiais Novo patamar de ligações no meio		DESENVOLVIMENTO E INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA ABERTURA A NOVOS MERCADOS E/OU INTERNACIONALIZAÇÃO REFORÇO DA AFIRMAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL INVESTIMENTO EM I&D&I VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS E RECURSOS EXISTENTES REFORÇO NA ESPECIALIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SECTORES TRADICIONAIS: AGROALIMENTAR, TÊXTIL E
Тећптоћіо	Inovation" Território Biodiverso de Referência	económico (exportação, internacionalização) Valorização e Qualificação da Diversidade e Multifuncionalidade Valorização Económica dos Recursos Locais Consumo Local Responsável Economia Doméstica Sustentável	COOPERAÇÃO, COLABORAÇÃO E PARCERIA PROMOÇÃO DA CONECTIVIDADE INTERNA E INTERNACIONAL NETWORKING INTERNACIONAL TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA EXPLORAÇÃO DE SINERGIAS E	VESTUÁRIO; E DAS ÁREAS DA BIOECONOMIA, BIOMATERIAIS, NANOTECNOLOGIAS EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS (INCLUINDO A PAISAGEM E O SEU CARÁCTER DISPERSO/DIFUSO) QUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS, DAS ÁREAS RURAIS E DA TRANSIÇÃO INTEGRADA ENTRE ELAS BAIXO IMPACTO AMBIENTAL DISTINÇÃO PELA MELHORIA NA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PELA DIMINUIÇÃO NA EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA
	Território de BioEconomia Laboratório Social de Interação e Participação	Networking de Excelência	COMPLEMENTARIDADES INTERSECTORIAIS INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E HISTÓRICO-CULTURAL VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS PROMOÇÃO/FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E IMAGEM LOCAL, DA MARCA FAMALICÃO	(IMPLEMENTAÇÃO DE MODELO PARA) DIMINUIÇÃO NO CONSUMO DE RECURSOS ARTICULAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADES INTERMUNICIPAIS PROMOÇÃO DO EMPREGO (CRIAÇÃO/MANUTENÇÃO) VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM CONTÍNUA
Pessoas	Vivência na Comunidade aberta e colaborativa	Novo patamar no envolvimento e participação da população Inclusão transversal (para além do social)	PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RESPONSABILIDADE CIDADÃ (ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL) MELHORIA DOS MODELOS DE COMUNICAÇÃO (ENTRE ATORES PÚBLICOS, PRIVADOS, ENTRE COMUNIDADE E INSTITUIÇÕES) ARTICULAÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAIS	PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS (JOVENS, ADULTOS E SENIORES) VALORIZAÇÃO E ESTÍMULO DA DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE (IDEIAS, RESPOSTAS E PÚBLICOS/GRUPOS) FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES DE CONFIANÇA ENTRE ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS E PARTILHA DE RESPONSABILIDADES MELHORIA DA EFICIÊNCIA INTERNA E DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL
Governança	Governança para a iniciativa e corresponsabilização	Serviço Comunitário de Excelência (cooperação e colaboração entre administração pública, atores privados e cidadãos) Novo patamar na participação do cidadão ao nível da apresentação de propostas e implementação de		AUMENTO DA TRANSPARÊNCIA MELHORIA NA DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO, EXPLICITAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONCEITOS E DEFINIÇÕES REFORÇO DAS CAPACIDADES DE ENTENDIMENTO/ COMPREENSÃO/INTERPRETAÇÃO DA COMUNIDADE — LITERACIA CIDADÃ DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS
	Governação Amigável	projetos Eficácia e eficiência no funcionamento institucional Novo patamar na relação entre administração pública e o cidadão		DESBUROCRATIZAÇÃO E RAPIDEZ DE RESPOSTA DOS SERVIÇOS E NAS SUAS RELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADO, COM DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS DE COLABORAÇÃO E PARCERIAS FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES DE CONFIANÇA ENTRE ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS E PARTILHA DE RESPONSABILIDADES





QUALIFICAÇÃO DA AÇÃO - VALOR EXCELÊNCIA TÉCNICA

A operacionalização da estratégia deverá qualificar as tipologias de ação e intervenção, na fase de planeamento e decisão, com componentes estratégicas que as tornem simultaneamente mais competitivas e colaborativas.

Este processo de planeamento estratégico assume-se como um recurso para a ação gerando maior eficiência, eficácia e excelência na capacidade de concretizar projetos e promover ações, posicionando-se como facilitador da capacidade de iniciativa do território, otimizando o acesso à informação, orientando opções de ação com informação crítica e ferramentas adequadas de suporte técnico e institucional.

A operacionalização do planeamento estratégico será prospetiva, atuando "ex-ante" na fase de acesso à informação e orientação para a ação, procurando gerar valor na intervenção territorial.

ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

VIA VERDE - CANDIDATURAS

Plataforma proativa de acesso a informação atualizada, de acesso simples desenhada para o utilizador institucional.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE "ALERTA" PARA OPORTUNIDADES E RECURSOS DISPONÍVEIS — "INFO MAIL"

APOIO TÉCNICO QUALIFICADOR NAS CANDIDATURAS, PLANOS DE AÇÃO, PROJETOS E INICIATIVAS EMPREENDEDORAS, INTERVENÇÕES E POLÍTICAS TERRITORIAIS

Serviço de apoio a projetos e candidaturas.

Projeto Estágios-Formação para a capacitação e o desenvolvimento das associações e a criação de oportunidades para jovens qualificados.

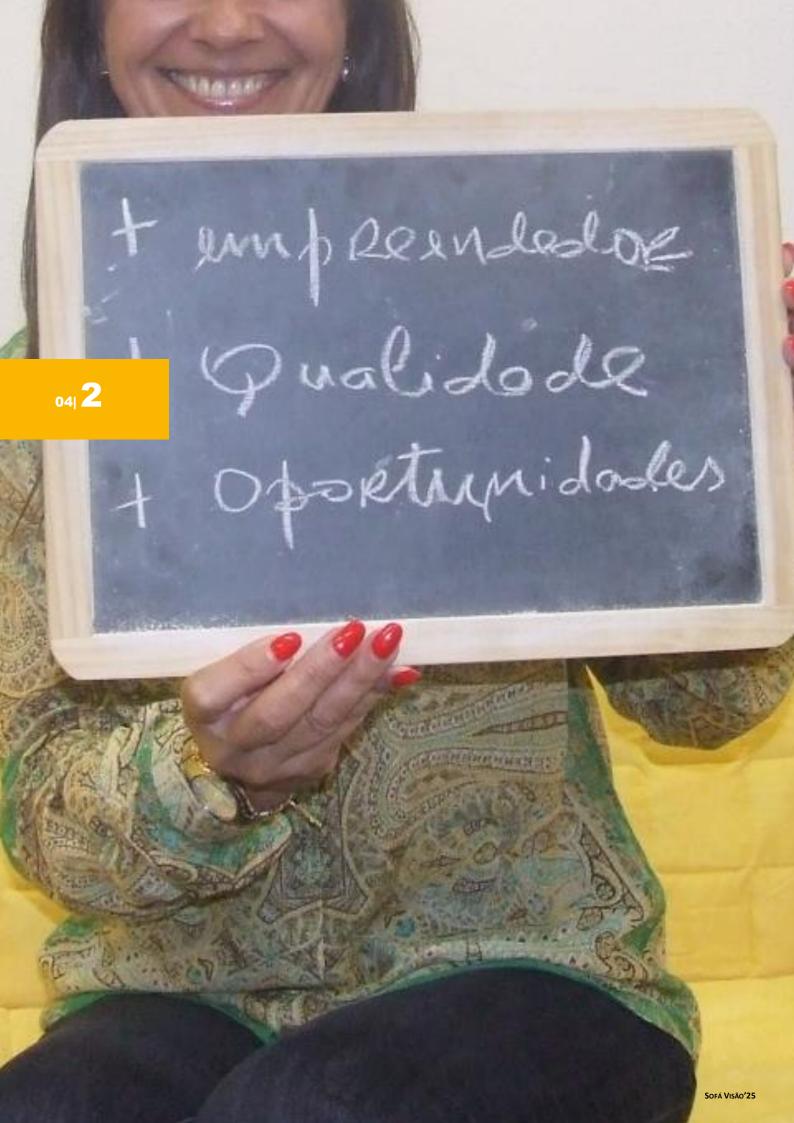
Coaching Estratégico / Consultoria e Mentoria.

Oficinas de Projetos e de Apoio a Candidaturas.

Formação.

FORMAÇÃO EM MENTORIA ESTRATÉGICA

Consultoria e Mentoria Interna para capacitação dos técnicos em metodologias de projeto.





INCENTIVO PARA A AÇÃO - VALOR IDENTIDADE EMPREENDEDORA

O planeamento estratégico como indutor da dinâmica territorial, identificando oportunidades de ação, criando condições de acesso e conexão que desencadeiem processos e dinâmicas de ação.

A estratégia motivacional e indutora a seguir será a de capacitar os atores com o acesso e apropriação de referências técnicas associadas a boas práticas (benchmarking), acesso a conhecimento especializado que abra horizontes de intervenção suscetíveis de serem transformados em práticas e ações de excelência. Finalmente, a motivação para a ação deverá passar por ferramentas de suporte e facilitação da implementação de projetos e iniciativas.

ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

Disseminação de boas práticas e ações de benchmarking associadas às oportunidades de ação e intervenção.

NETWORKING

Criação de oportunidades (eventos) de Networking (empresarial, empreendedor, social etc).

POLÍTICA DE INCENTIVO PARA A CONVERGÊNCIA COM A ESTRATÉGIA

Criação de um sistema de créditos por incorporação de desafios estratégicos nas candidaturas, majorando assim o financiamento (ou comparticipação municipal).

FUNDO MUNICIPAL OU ORÇAMENTAL

Destinado a projetos que implementem a estratégia (ex: gestão participada).

MERCADO DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS

Associado a eventos de comunicação e de ignição.

INCUBADORA VIRTUAL DE PROJETOS

Associada ao Networking e ao "crowdfunding".





CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO NA AÇÃO — VALOR CONECTIVIDADE E CRIATIVIDADE / VALOR DA ABERTURA E ADAPTAÇÃO CRIATIVA

O processo de planeamento estratégico como catalisador da capacidade criativa e inovadora do território, sendo esta a protagonista da sua operacionalização, direcionando estrategicamente a energia criativa do território. A marca desta etapa de operacionalização será o planeamento participado como momento crítico e criativo dos projetos e das iniciativas.

Nesta dimensão, a operacionalização da estratégia é prospetiva e antecipatória com a prática e institui o planeamento participado associado à criatividade numa lógica de "design thinking" e Networking, com a criação de uma bolsa de projetos, candidatáveis logo que as oportunidades se definam.

ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

NUVEM DE IDEIAS

Criar e instalar projetos na "Nuvem" de modo a gerir a construção e planeamento colaborativo.

CONCURSO DE IDEIAS — ESTRATÉGIA CRIATIVA

FÁBRICA DE PROJETOS

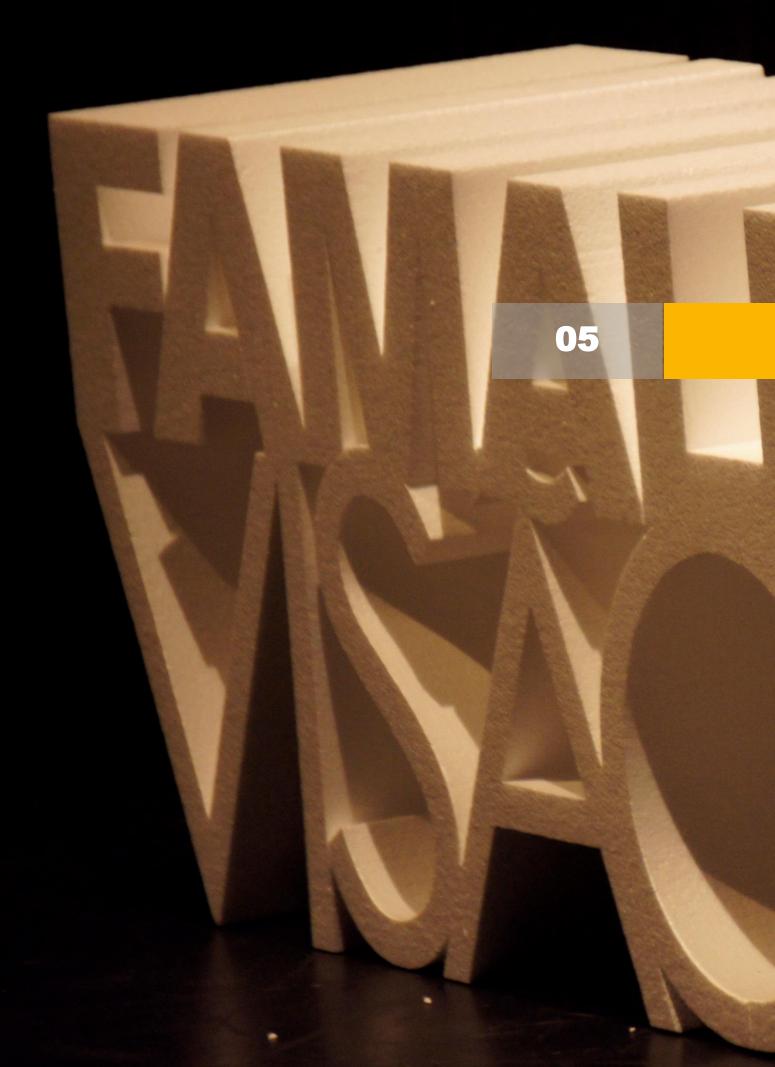
Montagem de um evento que proporcione, de forma física e visual, e em ambiente colaborativo (como numa linha de produção), os diversos instrumentos e técnicas associadas a cada fase de estruturação do projeto, impondo-se assessoriamente como elemento comunicacional e visitável.

TEDX DE PROJETOS

Dedicar um TEDx local, com sua metodologia e dinâmica, à apresentação de projetos inovadores e criativos.

METÁFORA TÊXTIL!

Desafiar criativos e designers gráficos à exploração e recriação de elementos comunicacionais do planeamento estratégico, dos seus atributos, a partir de toda a simbologia têxtil e do processo produtivo associado.





ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO





AVALIAÇÃO DA VISÃO

O foco da avaliação do processo de planeamento estratégico deverá ser a reflexão prospetiva e de enquadramento estratégico das propostas de Visão e respetivos desafios, das ações-chave e dos Programas-Estrela identificados. A avaliação será a ferramenta de reflexão associada ao processo, embora autonomizada, desenvolvendo os seus procedimentos numa lógica própria e complementar. A avaliação como ação de Ignição será um acelerador e motivador da estratégia, funcionando simultaneamente como um suporte de pilotagem estratégica do território.

O objetivo central do modelo de avaliação a implementar deverá ser a alimentação e qualificação do processo de implementação da visão estratégica, com a reorganização do conhecimento internamente produzido, na pesquisa de conhecimento externo indicativo de novas oportunidades e abordagens estratégicas para o território.

A avaliação deverá gerar novas perspetivas e orientações estratégicas para a Visão. Simultaneamente poderá funcionar um Observatório Estratégico ou "Think Tank", onde se reflete prospectivamente sobre o território.

A avaliação deverá proporcionar ao território uma oportunidade de reflexão sobre as suas opções e oportunidades de desenvolvimento. O contributo do processo de avaliação será o de produzir um benchmarking para o território, gerando o debate sobre experiências externas, casos de sucesso, propostas ações criativas, tal como a visibilidade dos casos de sucesso empresarial, organizacional, comunitário e individual do território.

Como complemento desta orientação técnica do modelo de avaliação e, em conjugação, estará a análise da bateria dos indicadores estruturais nos diversos domínios do território. O objetivo será avaliar a sua evolução nos parâmetros definidos, identificar situações críticas ou de sucesso evidente de modo a gerar alertas e informação qualificada no processo e momento de reflexão qualificada (Think Tank).

A avaliação será também a oportunidade de participação dos cidadãos, podendo surgir concursos de ideias para o futuro, e onde é possível recolher e tratar no âmbito do processo de avaliação as propostas cidadãs. O processo de planeamento estratégico proporcionará ainda a oportunidade de auscultar a perceção dos cidadãos sobre temáticas relacionadas com a implementação e a própria Visão estratégica.

O Ponto Digital Famalicão Visão'25 permitirá compilar e partilhar informação, contributos e experiências: monitorização do plano e divulgação de informação relacionada, mapeamento dos projetos financiados e das parcerias estabelecidas, identificação das áreas alvo de financiamento, que permitirão a identificação dos sectores com potencial de desenvolvimento enquanto nichos de mercado, identificação de sinergias, sistema de vigilância para oportunidades, e sistema de monitorização de indicadores do plano e de reporte estatístico.

FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO:

Inquérito Sondagem online

Relatório do Think Tank

Referencial estatístico a monitorizar e avaliar

Relatório de benchmarking (ou boas práticas para o território)

Ponto Digital Famalicão Visão'25



METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

Conferência de apresentação do relatório do "Think Tank"

Concurso de Ideias para o Futuro

Seminário de Apresentação de Boas Práticas e dos Inquéritos ao Território

ATORES-CHAVE E PARTICIPANTES:

Universidade (Investigação de Boas Práticas / Benchmarking)

Equipa interna da CMVNF – Relatório de monitorização dos indicadores do Referencial

Peritos

Personalidades no "Think Tank"

PLANO DE AÇÃO DA AVALIAÇÃO:

	I LINO DE AÇÃO DA AVALIAÇÃO.		
	PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO	2014	
		2015	CONFERÊNCIA RELATÓRIO THINK TANK INQUÉRITOS AO TERRITÓRIO
	AVALIAÇÃO "FAMALICÃO 25 – 25 Ideias de Futuro"	2016	
		2017	Conferência Relatório Think Tank Inquéritos ao Território
···>	Programa de Participação e Envolvimento	2018	!
		2019	Conferência Relatório Think Tank Inquéritos ao Território
····>	Avaliação "Famalicão 25 – 25 Ideias de Futuro"	2020	"Fim" da Estratégia Europa 2020 Nova Estratégia Europeia
	PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO	2021	
		2022	Conferência Relatório Think Tank Inquéritos ao Território
	AVALIAÇÃO "FAMALICÃO 25 – 25 IDEIAS DE FUTURO"	2023	
		2024	Conferência Relatório Think Tank Inquéritos ao Território
	AVALIAÇÃO "FAMALICÃO 25 – 25 IDEIAS DE FUTURO"	2025	





COMUNICAÇÃO COM OS CIDADÃOS





COMUNICAÇÃO DA **V**ISÃO

O processo de planeamento estratégico integra uma estratégia de comunicação no seu núcleo central. É ele próprio uma ferramenta de comunicação ao serviço da ambição partilhada no território e, simultaneamente, um processo de animação do desenvolvimento do território. Essa ambição comunicada como Visão é tanto mais eficaz e transformadora da realidade quanto mais for apropriada, partilhada e integrada pelos atores do território. É esse processo motivacional e aspiracional que abre para um horizonte de futuro coletivo. Todo este processo de planeamento estratégico só será efetivo se desde o seu arranque for capaz de comunicar, organizada e intencionalmente, a sua Visão e os Desafios associados.

CONCEITO ORGANIZADOR PARA A ESTRATÉGICA DE COMUNICAÇÃO — O TERRITÓRIO É O AUTOR E O ATOR DA VISÃO ESTRATÉGICA

A visão estratégica, assim como todo o processo de planeamento estratégico relacionado, não é o equivalente a um "produto" associado a mensagens organizadas para o tornar compreensível e legível de modo a ser aceite e partilhado. Essa aceitação e partilha deverão implicar envolvimento e coautoria partilhada. A visão estratégica é uma criação coletiva, inacabada, onde se podem incluir experimentalmente as ideias e propostas de um conjunto de atores do território, e onde a mesma é configurada e reconfigurada durante o processo de gestão/animação/implementação territorial da estratégia. O veículo comunicacional será o de que o território é o autor do plano e este terá regras de criação e disciplina conceptual, mas é um espaço de troca, partilha e criação coletiva. O território será, simultaneamente, o ator da posterior implementação do guião coletivo.

O apelo central das mensagens a criar deverá situar-se na participação no processo e não na adesão a um conteúdo. O enfoque da comunicação é o processo e a experiência de autoria, nas suas vertentes de interação, ligação aos outros e ao território, na construção de uma identidade coletiva e atitude participação cívica como experiência criativa do futuro. A comunicação na sua forma e modo deverá veicular valores inerentes ao perfil do território ambicionado.

ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

SUGESTÕES PARA A LINGUAGEM SIMBÓLICA DA COMUNICAÇÃO

Personalização da comunicação através dos autores e autores. A Visão tem rosto(s).

Comunicação gráfica de percurso inacabado (como fluxo) pela visualização das etapas percorridas e a percorrer (a cinzento por exemplo).

"Feedback" e "Report" contínuo do trabalho feito.

Linguagens diversificadas (testemunho pessoal dos participantes, do trabalho jornalístico, do parecer dos peritos, dos documentos técnicos produzidos... e através de variados formatos – fotografia, áudio, vídeo, artes visuais...).



PLANO OPERACIONAL DE COMUNICAÇÃO

IMAGEM E DESIGN

Todo o processo de comunicação associado à elaboração e implementação da Visão estratégica assentará num trabalho gráfico contínuo, colaborativo e evolutivo, em que a metodologia do trabalho gráfico é essencial para o sucesso da estratégia de comunicação.

A imagem gráfica e todos os conteúdos simbólicos deverão ser alvo de evolução e progressão, enquanto elementos identitários e evolutivos ao longo do processo de apropriação dos mesmos por parte da comunidade. A imagem gráfica, os conteúdos e as dinâmicas de comunicação devem, ao longo de todo o processo de planeamento estratégico, transmitir os valores de colaboração e participação, apresentando-se em alguns elementos enquanto o resultado de um trabalho desenvolvido em parceria com diversos atores e numa lógica de design participativo/colaborativo.

INTERFACES DE INFORMAÇÃO

Site // Plataforma – conteúdos e informação sobre o processo de construção do Plano

Relatórios do Plano Estratégico

Emails de informação aos participantes (newsletter eletrónica)

Agenda de "Eventos de Ignição"

INTERFACES DE COMUNICAÇÃO INTERATIVA

Chat técnico (no site)

Página no Facebook

Inquérito online de avaliação e satisfação (no site)

Página do Cidadão (no site) para sugestões, propostas, críticas construtivas e navegação nos conteúdos do processo de planeamento estratégica e da Visão

Testemunhos ativos no Facebook – dos participantes (cidadãos, técnicos, instituições, responsáveis e dirigentes institucionais)

Reportagem jornalística dos eventos integrados no processo de planeamento estratégico

PROGRAMA DE EVENTOS DE IGNIÇÃO

"Famalicão 25 – 25 Ideias de Futuro" - programa bienal enquanto evento marca ou programa-estrela

ESTRATÉGIAS DE ATIVAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Sistema aberto para navegação pelos utilizadores

Sistemas de alertas e "Recall"

"Feedback" – interação

Comunidade online de utilizadores (para processos criativos e eventos)

Comunicação em espaço aberto (eventos de rua)

Living doc's – processos abertos e participativos

Avaliação contínua – auscultação online

Apresentação pública





ANEXO: FAMALICÃO VISÃO'25 – 25 IDEIAS DE FUTURO





FICHA TÉCNICA DO PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Colaborações

Cespu – Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário; Ceve – Cooperativa Elétrica Vale do Este; Citeve – Centro Tecnológico das Indústrias do Têxtil e Vestuário de Portugal; Didáxis – Cooperativa de Ensino; Escola Secundária D. Sancho I; Oficina – Escola Profissional; Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão; Universidade do Minho

(P1) Conferência Inicial – Apresentação da Iniciativa Famalicão Visão'25

Data: 11/09/2014 **Local:** Casa das Artes - Grande Auditório

Presenças: 370 **Acesso:** Livre

Destinatários: Público em geral; Convidados dos eventos de participação

Participantes: António Batista (Consultor); Carlos Martins (Consultor); Cristina Parente (UP); José

Mendes (UM); Jam Session "Tde3"; Renato Cunha; Presidente da Câmara

(P2) Sofá Visão'25

Data: 11/09/2014 a 10/10/2014

Participações: 956 **Acesso:** Livre

Destinatários: Público em geral

Local: Casa das Artes; Casa da Juventude; Átrio de Paços do Concelho; ACB-Centro de Dia; CESPU; Praça D. Maria II-Famalicão; Feira Semanal Municipal-Famalicão; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco; Escola Secundária D. Sancho I; Riopele; Vindimas Quinta de Boamense; Parque de Sinçães; Centro de Emprego de Famalicão; Sede da Junta de Freguesia do Louro; Parque da Devesa; Bar Porta 22; Teatro Rivoli-Porto; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; Casa do Território; Feira Grande de São Miguel-Famalicão (Jardim D. Maria II); Av. Rio Veirão-Ribeirão; CITEVE; Jardim de Infância do Centro Social de Esmeriz; Rua Artur Cupertino de Miranda (entrada do Centro Hospitalar do Médio Ave-Famalicão); Rua Direita e Praça Manuel SottoMaior; Praça D. Maria II (Bar Chez Caffé Caffé e Bar Classe A); Edifício Hotel Garantia-Famalicão; Escola Secundária Camilo Castelo Branco; Praça Álvaro Marques; Universidade Lusíada; Largo 3 de Julho-Joane; Av. Narciso Ferreira-Riba de Ave; Serviços da Câmara Municipal

(P3) Focus Group Geração Visão '25

Data: 12/09/2014 Local: Casa da Juventude Presenças: 27 Acesso: Por convite

Destinatários: 25 jovens dos 16 aos 25 anos (das áreas do Empreendedorismo, Cultura, Juventude e

Desporto)

Facilitadores: Alexandre Barros Cunha; Mário Passos; Catarina Carvalho; Sandra Silva; 25 jovens dos 16

aos 25 anos

(P4) 2014 Mail Art "Quem és tu Famalicão?"

 Data: 01/09/2014 a 30/11/2014
 Acesso: Livre

 Presenças – Aula Aberta: 20
 Mail Art: 150

Destinatários: Público em geral; Artistas de artes plásticas; Escolas **Facilitadores:** Ricardo Miranda (A Casa ao Lado, Escola de Artes Plásticas)

(P5) Plataforma Crescimento Inclusivo

Data: 16/09/2014 Local: CESPU
Presenças: 66 Acesso: Por convite

Destinatários: Parceiros das redes e parcerias; Rede Social: Núcleo Executivo, IPSS, CLDS+, Projeto Homem; Rede Local de Educação e Formação; Rede Famalicão Inclusivo; Desporto, Cultura, Conhecimento, Juventude: Divisão Desporto; Associações Desportivas; Divisão Cultura; Associações

Culturais; Divisão Bibliotecas e Arquivos; Bolsa de Voluntariado

Participantes: Leonel Rocha; Cristina Parente (Perito do Plano Estratégico); Fernando Ferreira (CESPU); João Carlos; Nilza Jardim (CIOR); Paula Dourado (ADRAVE); Maria João Ferreira (CIM Ave); Liliana Silva



(ULF); Silva Marques (Lipac); Carlos Brandão (Didáxis-Cooperativa de Ensino); Mariana Marques (YUPI); Mónica Gomes (Segurança Social); Jacinta Pedrosa (Centro Social de Bairro, Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social); Diana Moreira (ACES); Sónia Marisa (CESPU); Rui Batista, Hugo Mesquita, Bruno (Divisão do Desporto); Ricardo Silva (Associação Desportiva-BOCCIA); Laura Araújo (Associação Novo Rumo); Mário Martins (Associação Gerações); Ademar Carvalho e Ana Eduarda Carvalho (Voluntariado-CMVNF); António Rochette (PEL-Peritos); Marco Magalhães (Divisão Educação); Lucinda Lopes (Associação Engenho); Helena Correia (IPSS Recreio do João); Ana Maria Silva (Centro Social Bairro); Francisco Melo (ATC); Jorge Faria e Sandra Simões +1 (AML); Cármen Araújo (CPJC); Célia Saldanha (Atendimento Social); Regina Bezerra, Fátima Cunha e Frankão (Bairros); Fátima Miguel (Segurança Social); Sílvia Costa (CLDS+); Helena Pereira (PIEF); Helena (Agrupamento D. Sancho); Silvestre (Grupo de Teatro O Andaime); Fátima Almeida; Sílvia Costa; Mónica Carvalho e Francisco Lima (ACIP); Mário Martins (IPSS); João Freire e Cláudia (Agrupamento de Escolas D. Sancho, TEIP + SPO); Felisbela Rocha (ELI); Rosário (Ensino Especial Agrupamento Camilo Castelo Branco); Ana Rosa (Agrupamento Escolar Padre Benjamim Salgado); Liliana Moreira (Cultura); Luís Covas (IPDJ); Cristina Palhares (ANEIS); Adelaide Dias (Observatório ULF); Daniel Faria e Emília Nóvoa (CMVNF); Jorge Correia; Constantino Martins; Helena Maria; Vitor Dias; Cláudia Costa; Céu Castro; Carlos Paiva; Vera Gomes; Sandra Ferreira

(P6) Workshop "Serviço de Atendimento Local"

Data: 17/09/2014 **Local:** Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

Presenças: 24 Acesso: Por convite Destinatários: Rede Social: Núcleo Executivo, SAAS

Participantes: Susana Faria; Aldina Silva; Célia Saldanha; Cármen Araujo; Jacinta Pedrosa; Ângela; Adelaide; Maria José; Luísa Aguiar; Ângela Braga; Liliana Azevedo; Letícia Campelo; Sílvia Nóbrega; Ricardo; Fernanda; Carolina; José Maria Costa; Mónica Gomes; Glória Pereira; Ademar Carvalho;

Margarida Fernandes; Sílvia Costa; Helena Maria Areias; Vera Gomes

(P7) Grupo Temático "Famalicão Inclusivo"

Data: 18/09/2014 Local: CEAB – Parque da Devesa

Presenças: 9 **Acesso:** Por convite

Destinatários: Grupo de trabalho do projeto "Famalicão Inclusivo"

Participantes: Rosário Ferreira (Ensino Especial do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco); Francisco Melo (ATC); Fátima Moreira (APPACDM); Teresa Pinto (AFPAD); Sandra Carvalho (Centro Social e Cultural S. Pedro de Bairro); Manuela Cunha (Ensino Especial Agrupamento de Escolas D. Maria II); Aurora Marques (Centro de Formação da Associação de Escolas de Vila Nova de Famalicão); Leonel

Rocha; Sandra Ferreira

(P8) Conselho Local de Ação Social

Data: 18/09/2014 **Local:** Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

Presencas: 66 **Acesso:** Por convite

Destinatários: Parceiros da Rede Social

Participantes: Leonel Rocha (Vereador da Educação); Ademar Carvalho (Adjunto do Presidente para Ação Social); Francisco Jorge (Rede Social); Domingos Sousa (IEFP); Sr. José Maria Costa (Representante das IPSS); Ana Figueiredo e Margarida Fernandes (ACES); Sílvia Costa (Projeto CLDS+ Famalicão); Jorge Faria e Ricardo Ribeiro (Associação Moradores das Lameiras); Junta Freguesia de Delães; Alexandra Silva (Junta Freguesia de Pedome); Ivone Silva (Junta Freguesia de Ribeirão); Paulo Oliveira (Junta Freguesia de Nine); Andrea e Heitor (Associação Espaço em Movimento); Inês Simões (Centro Social e Paroquial S. Cosme); Ana Pedra e Agostinho Fernandes (Associação Dar as Mãos); Vânia Monteiro (ACB); Letícia Campelo, Liliana Azevedo, Sílvia Pereira e Adélia Almeida (ACIP); Jorge Ferreira (Associação Moradores da Cal); Mário Martins (AFPAD e Associação Gerações); Lucinda Lopes (Engenho); Laurinda Maciel e Pedro (ASGON); Mariana Marques (YUPI); Junta Freguesia Novais; José Vale (Centro Social da Paróquia de Esmeriz e Associação Pais de Esmeriz); Mariana (ARIAN Vida); Patrícia Machado (Misericórdia de Riba de Ave); Jorge Amaral (Junta Freguesia de Arnoso Sta Maria, Sta Eulália, Sezures); Natália Ribeiro (Centro Social Paroquia Joane); Abraão (PASEC); Virgínia (Projeto Homem); Helena Correia (Recreio do João); António Araújo (União Freguesia Vale S. Cosme, Telhado e Portela); Regina Simões (Agrupamento



Escolas D. Maria II); António Simões (Junta Freguesia de Cruz); Ana Maria Sousa (Centro Social Bairro); Agrupamento Escolas de Pedome; Cármen Araújo (Comissão Proteção Crianças e Jovens); Angelina e Gorete Mesquita (LOC Calendário); Maria José (LOC Antas); Junta Freguesia de Gavião; Junta de Landim; José Carlos Lima (Junta de Mogege); Ana Rita Reis (APPACDM); Armindo Mourão (unta Freguesia Esmeriz e Cabeçudos); Associação Dadores de Sangue; Manuel Ribeiro (Junta Freguesia de Gondifelos, Cavalões e Outiz); Maria Arminda Barroso (Agrupamento Escolas de Gondifelos); Catarina Pereira (Centro Social Calendário); Maria Estela (União Freguesas VN Famalicão e Calendário); Benício Cardoso (Centro Social de Brufe e Conferência Vicentina de Brufe); Adelino Oliveira (Presidente da Junta de Ribeirão); Liliana Carvalho (Centro Social da Paróquia de Landim); Vera Gomes (Rede Social)

(P9) Workshop de Reflexão "Bibliotecas e Arquivos: contributos para a Memória Local"

Data: 19/09/2014 Local: Arquivo Municipal

Presenças: 31 Acesso: Livre

Oradores: Hilário Pereira (Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco); Alexandra Marques (Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - AMAP); António Joaquim Silva (Arquivo Municipal Alberto Sampaio -

AMAS); Elísio Araújo (Biblioteca Pública de Braga - BPB); Leonel Rocha

(P10) Roteiro Famalicão Made IN - Economia Verde

Data: 22/09/2014 Local: Riopele, Têxteis, S.A. Acesso: Por convite

Participantes: Presidente da Câmara, Vereador do Empreendedorismo; Vereador das Atividades Económicas; Jornalistas; Presidente de Administração da Riopele; Administrador para a área Financeira; Diretor do Departamento de Investigação & Desenvolvimento da Riopele; Augusto Lima; Gabinete de Comunicação e Imagem

(P11) Dia Europeu sem Carros – Apresentação da 1 Fase do Projeto da Rede Ciclável Urbana

Data: 22/09/2014 Local: Escola Secundária D. Sancho I

Presenças: 135 **Acesso:** Livre

Destinatários: Alunos e Docentes da Escola Secundária D. Sancho I; público em geral; imprensa

Oradores: Paulo Cunha, Sofia Fernandes, Francisca Magalhães (Câmara Municipal); António Pinto

(Agrupamento D. Sancho I); António Babo (gng.apb, Arquitetura e planeamento)

(P12) Plenário da Rede Local de Educação e Formação

Data: 30/09/2014 Local: Casa do Território Presenças: 32 Acesso: Por convite

Destinatários: Entidades da Rede Local de Educação e Formação do Concelho

Participantes: Leonel Agostinho Azevedo Rocha e Cláudia Costa (CMVNF); Domingos Sousa (IEFP); Ricardo Teixeira (Alfacoop); Isabel Matos (Escola Didáxis, São Cosme); Irene Alferes (Didáxis, Cooperativa de Ensino); Ana Ribeiro e Claudia Dias (Escola Bento Jesus Caraça); Célia Cristina Castro (Agrupamento Escolas Pedome); António Pinto e Maria Helena Pereira (Agrupamento de Escolas D. Sancho I); Sandra Carvalho (Centro Social de Bairro); Cláudia Machado e Carla França (Externato Delfim Ferreira); Elsa Carneiro (Agrupamento de Escolas de Ribeirão); Paula Dourado (ADRAVE); Nilza Jardim (EPCIOR); Amélia Granja (Escola D. Maria II); Maria Barroso (Agrupamento Escolas Gondifelos); José Alfredo Mendes (Agrupamento Escolas Padre Benjamim Salgado); Elsa Faria e Micaela Pereira (CITEVE); Maria Céu (Instituto Nun'Álvares); Ana Castro e Alexandra Fé (ACIP); Renata Correia e Bruno Silva (Fundação Castro Alves); Ana Paula Machado e Bruno Marques (ACIF); João Vilaça e Manuela Guimarães (Forave); Jorge Pereira (Fecapaf)

(P13) Plataforma Crescimento Sustentável

Data: 24/09/2014 Local: Casa das Artes
Presenças: 66 Acesso: Por convite

Destinatários: Executivos municipais; UM; AlMinho; CITEVE; empresários/empresas presentes no

território, a convidar sob proposta dos agentes intervenientes



Participantes: Pedro Sena (CMVNF); José Mendes (UM); Alberto Peixoto (Quadrilátero); Inês Vilhena da Cunha (INTELI); Ricardo Machado/João Luiz Afonso (Centro ALGORITMI); Paulo Pereira (CTAC); Clara Lemos (DOGU CMVNF); Carlos Rego (ULF); Tiago Vale (AEAVE); Miguel Guimarães (Talvai-Gestão Imobiliária); Armindo Magalhães; Eduardo Pinto (CCG/ZGDV); Pedro Fonseca e Margarida Ribeiro (Divisão do Ambiente, CMVNF); Célia Almeira (Resinorte); Gil Carvalho (AlMinho); Adão Monteiro (ITRON); Sofia Fernandes (CMVNF); Teresa Aguiar (DOGU - CMVNF); Alcino Monteiro (Centro Coordenador de Transportes - CMVNF); Domingos (Obras Municipais, Trânsito e Mobilidade - CMVNF); Paulo Bastos (Obras Municipais, Trânsito e Mobilidade – CMVNF); Delfim Machado (Observador Jornal de Notícias); Vitor Pereira (Pelouro da Modernização Administrativa); Vítor Moreira (DOGU); Carlos Sousa (Divisão de Sistemas de Informação – CMVNF); Domingos Sousa (Centro de Emprego); Joaquim Lima (ADRAVE); António Peixoto (ACIF); Carlos Gomes (Smart Step); Miguel Soares (Partteam); Ademar Carvalho (Pelouro da Solidariedade - CMVNF); Céu Castro (Pelouro da Saúde Pública e Família -CMVNF); Ana Pinto (DOGU); Fátima Miguel (Segurança Social, Programas Sociais); Luís Silva (CESPU); Centro de Saúde; La Salete Costa (Centro de Emprego); Paula Peixoto Dourado (ADRAVE); António Magalhães (Policia Municipal); José Castro (FamaSete); Manuel Amorim (ANO, Sistemas de Informática e Serviços); João Luiz Afonso (UM-Centro ALGORITMI) e Luís Bragança (UM-CTAC); António Costa (UM-Centro ALGORITMI) e António Sampaio Duarte (UM-CTAC); José António Oliveira (UM-Centro ALGORITMI) e Maria Sameiro Carvalho (UM-Centro ALGORITMI) e Paulo Ribeiro (UM-CTAC); Ana Alice Baptista (UM-Centro ALGORITMI) e Lígia Silva (UM-CTAC); Helena Rodrigues (UM-Centro ALGORITMI) e Júlia Lourenço (UM-CTAC); Nuno Cunha; Sérgio Lopes; José António Oliveira e Nuno Martins; Filipe Fontes; Luís Malheiro Vaz

(P14) Seminário Eficiência Energética e Fontes Alternativas

Data: 25/09/2014 **Local:** Junta de Freguesia do Louro

Presenças: 48 Acesso: Livre

Destinatários: Industriais e empresários; Construtores civis; Profissionais e estudantes da área da

energia

Oradores: Elsa Nunes e Rui Pedro Henriques (IrRADIARE – Science for Evolution); Roberto Fonseca (ULF); João Marrana (CCDR-N); Marta Viegas (ADENE); CEVE, Cooperativa Elétrica do Vale d'Este; José Santos

(CMVNF)

(P15) "Estende a Tua Visão"

Data: 26/09/2014 a 28/09/2014 **Local:** Casa do Território

Presenças: 120 Acesso: Livre

Destinatários: População em geral; hortelãos da Hufa - Hortas de Famalicão **Oradores:** Daniela Seabra; Francisco Flórido; Sara Mourão; Marisa Moreira

(P16) "Business Angels à Procura de Talentos – Drinks and business"

Data: 26/09/2014 Local: Bar Porta22 Presenças: 200 Acesso: Livre

Destinatários: População em geral; Empresários; Empreendedores

Participantes: Paulo Cunha; Leonel Rocha; Augusto Lima; 14 Associados da FAMAGROW-Associação de Business Angels de VNF; Rede Empreende: CITEVE + ACIF + ULF + CENTI + CESPU + ADRAVE + BICMINHO; 15 equipas de empreendedores - PulseCare; Candeeiros Criativos; DelightBugs; Real Vintage; Um shopping à medida do seu concelho; Mister Biz Piggy; GO GAL - Access Portugal; IDHEA; FineWatch; Guest Code; PijunTEX; De olhos em bico; Pub4people; Possible AnsWer (PW); Cartão Fiel

(P17) Roteiro Famalicão Made IN – Fórum Empresarial

Data: 29/09/2014 Local: Casa do Território Presenças: 26 Acesso: Por convite

Destinatários: Empresas/entidades visitadas no Roteiro Made IN

Participantes: Paulo Cunha, Leonel Rocha e Augusto Lima (CMVNF); Afonso Pereira (Ionizheat); Manuel Araújo (Mundos de Vida); Miguel Mesquita (Estória dum cogumelo); Pedro Silva (Sonicarla); Joaquim



Machado (Carpintaria S. José); Rogério Lourenço (Lourofood); Celso Branco; Miguel Soares (Partteam); Pedro Silva (Life in a Bag); Jorge Ferreira (Meia Dúzia); José Mesquita (Fibrosom); Renato Cunha e Dalila (Ferrugem); Pedro Pinto (Primor); Artur Xavier Forte (Carnes Xavier); Eduardo Diniz (Continental); Bernardino Carneiro (Riopele); Rosa Maria (ULF); Pinheiro Lacerda (Injex)

(P18) "Se as Paredes falassem..."

Data: 29/09/2014 a 29/102014 **Local:** Centro Urbano da Cidade

Participações: 200 Acesso: Livre

Destinatários: Público geral; estudantes de arquitetura da Universidade Lusíada de Famalicão

(P19) Workshop de Reflexão Estratégica "Cultura, Conhecimento e Território"

Data: 30/09/2014 Local: Casa das Artes
Presenças: 24 Acesso: Por convite

Destinatários: Técnicos Municipais:

Participantes: Carlos Martins; Álvaro Santos; Nelson Pereira; Mariana Pereira; Alexandra Costa; Vasco Freitas; Fátima Almeida; Pedro Costa; Carla Araújo; Maria João; Hilário Pereira; Rosa Costa; Mário Monteiro; Diana Pereira; João Machado; José Manuel Oliveira; Edgar Ferreira; António Joaquim; Ricardo

Carneiro; Marco Marlier; Isabel Dias; Vera Martins; José Leite; Andreia Mafra

(P20) "Minho Startup Coffee Famalicão"

Data: 30/09/2014 Local: Casa da Juventude

Presenças: 12 Acesso: Livre

Destinatários: Público em geral

Oradores: Liliana Serra (Bellator); André Vieira de Castro (Argocol – Tintas e Vernizes, SA e Presidente da

BICMINHO); Catarina Carvalho (CMVNF); Tiago Sequeira (Factory Braga)

(P21) Plataforma Crescimento Inteligente

Data: 01/10/2014Local: CITEVEPresenças: 55Acesso: Por conviteDestinatários: Rede Famalicão Empreende; Empresas

Participantes: Leonel Rocha (CMVNF); Braz Costa (CMVNF); Carlos Martins (Perito Plano Estratégico); Eduardo Diniz (ITA, Indústria Têxtil do Ave, S.A.); André Vieira de Castro (Argatintas); Manuela Guimarães (FORAVE); Manuel Sá Barros (Leandro Manuel Araújo S.A.); Fernando Ferreira (UM); Paulo Cadeia e José Morgado (CITEVE); Rui Silva (ULF); Albertina e Domingos Barbosa (Riopele, Têxteis S.A.); Manuel Portelan (CESPU); Rui Rodrigues (Gramafam); Fernando Xavier Ferreira (ACIF); Rui Simões Ferreira (Megabattery); Carlos Vieira de Castro (Nortraiding/Vieira de Castro); Isaque Pinto (CMVNF); Albano Fernandes (AIMINHO); Artur Rocha (Primor/ICM); Pedro Rodrigues (AICEP); Paulo Rua (Doc Tradind); Filipe Teixeira (ADRAVE); Maria Manuel (IAPMEI); Nuno Gomes (BIC Minho); Fernando Silva; Carlos Martins; Liliana Serra; Liliana Silva; Paula Dourado (ADRAVE); António Abreu; Rui Marques; Paulo Teixeira; Venina Rodrigues; Paulo Pereira (Caixa de Crédito Agrícola); Vitor Feio e Paulo Teixeira (Santander); Lucas Vilela (Montepio); José Machado (BES); Alfredo Sousa (BBVA); Domingos Sousa (IEFP); Filipe Castro (FamaGrow); José Costa Ferreira (BCP); João Paulo Dionísio (CGD); Manuela Castro (BPI); Joaquim Lima (ADRAVE); Carla Silva (CENTI); Augusto Lima; Hélder Rosendo (CITEVE); Vitor Moreira; Francisco Jorge; Andreia Mafra; Cláudia Costa; Carlos Paiva

(P22) Conselho Municipal de Educação

Data: 01/10/2014 Local: Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

Presenças: 24 **Acesso:** Por convite **Destinatários:** Membros do Conselho Municipal de Educação

Participantes: Luís Ângelo Oliveira (Assembleia Municipal); Susana Pereira (Presidente de Junta); António Sérgio Martins (Ensino Secundário Público); Maria Berta Gonçalves (Ensino Básico Público); Maria da Conceição Sousa (Educação Pré-Escolar Pública); Irene Alferes Santos (Ensino Básico e Secundário Privado); Avelino Ferreira (Associações de Pais e Encarregados de Educação); Manuel



Augusto de Araújo (Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social e do Ensino Profissional); Domingos Sousa (Serviços de Emprego e Formação Profissional); Maria Glória Pereira (Serviços de Segurança Social); Maria da Glória Teixeira (Serviços Públicos da área da Juventude e Desporto); Joaquim Araújo Silva (Policia de Segurança Pública); Abílio Dias (Guarda Nacional Republicana); Abraão Costa (Conselho Municipal de Juventude); Bruno Marques (ACIF); Paula Dourado (ADRAVE); Elsa Carneiro (Agrupamentos de Escolas); Leonel Rocha; Sandra Ferreira

(P23) "Breakfast-point do Projeto Empresa na Escola"

Data: 03/10/2014 **Local:** Restaurante ComRequinte

Presenças: 16 **Acesso:** Por convite

Destinatários: Empresas parceiras do Projeto a Empresa na Escola

Participantes: Paulo Cunha; Leonel Rocha; Francisco Jorge; Isabel; Claudia; André Vieira de Castro (Argacol); Claudia (Riopele); Carlos Alberto (Hidrofer); Fausto Araújo (Coindu); Joaquim Carvalho (SRoque); Barbosa (Famasete); Carla Camões (Construções Amândio Carvalho); Joaquim Peliteiro (Super

2000); António Cesteiro (Aco Shoes); Pedro Pinto e Isabel Lima (Primor)

(P24) Mesa Redonda "Inovação, Agricultura, Agroindústria e Floresta"

Data: 03/10/2014 Local: Casa das Artes

Presenças: 25 Acesso: Livre

Destinatários: Agricultores, Agroindustriais e Silvicultores

Oradores: Ricardo Mendes; Pedro Pinto (APIC); Moita Brites (IFAP); Manuel Loureiro (FAGRICOOP);

Armindo Oliveira (FRUTIVINHOS); António Sagueiro (ASVA); Francisca Magalhães (CMVNF)

(P25) "Bar da Moda, reabilitar está na moda!"

Data: 04/10/2014 Local: Praça D. Maria II

Presenças: 40 Acesso: Livre

Destinatários: Público em geral; Estudantes de Arquitetura; Arquitetos; Promotores Imobiliários

Oradores: José Eduardo Ribeiro, Manuel Araújo Silva, João Ilhão e Manuel Fonseca; Francisca

Magalhães; Ana Pinto Tsou; Joana Mesquita

(P26) "Reabilitar é uma Garantia!"

Data: 05/10/2014 **Local:** Edifício Hotel Garantia

Presenças: 92 **Acesso:** Livre

Destinatários: Público em geral

Oradores: Rui Araújo; Francisca Magalhães; Ana Pinto Tsou

(P27) Workshop de Qualificadores para as Comissões Sociais Inter-freguesias

Data: 06/10/2014 **Local:** Divisão de Solidariedade Social

Presenças: 15 **Acesso:** Por convite **Destinatários:** Qualificadores e Facilitadores das CSIF's

Participantes: Ricardo/Vera (CSIFAU); Adelaide (CSIF Vale do Este; CSIF Cavalões, Gondifelos Louro e Outiz); Helena Correia (CSIF Vale do Este; CSIF Joane, Mogege, Pousada e Vermoim); Paula Peixoto (CSIF Vale Pelhe); Gabriela (CSIF Cavalões, Gondifelos Louro e Outiz); Célia Saldanha (CSIF Ribeirão Fradelos e Vilarinho Cambas); Paula Silva (CSIF Ribeirão Fradelos e Vilarinho Cambas; CSIF de Castelões, Pedome, O. Sta. Maria, O. S. Mateus e Riba de Ave); Gabriela (CSIF Lousado, Esmeriz e Cabeçudos); Sílvia Costa (CSIF Lousado, Esmeriz e Cabeçudos); Nilza (CSIF Joane, Mogege, Pousada e Vermoim); Ângela (CSIF Bairro, Carreira, Bente, Ruivães e Novais e Delães); Patrícia (CSIF Bairro, Carreira, Bente, Ruivães e Novais e Delães; CSIF Lousado, Esmeriz e Cabeçudos); Lucinda (CSIF Avidos, Lagoa, Landim, Seide; CSIF Vale do Este; CSIF Cavalões, Gondifelos Louro e Outiz) Francisco Jorge; Vera Gomes



(P28) Plataforma Governança do Território

Data: 08/10/2014 Local: Universidade Lusíada

Presenças: 30 **Acesso:** Por convite

Destinatários: Entidades da Administração Pública e da sociedade civil

Participantes: Rosa Moreira (ULF); Ricardo Mendes (CMVNF); Francisca Magalhães (DOGU-CMVNF); António Batista (Perito Plano Estratégico); Entidades da Administração Pública: ACES — Agrupamento de Centros de Saúde de Vila Nova de Famalicão; Agrupamento de Escolas de Pedome; Autoridade Nacional de Proteção Civil; Centro de Emprego; Centro Hospitalar do Médio Ave; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; Instituto da Segurança Social; Entidades da Sociedade Civil: ADRAVE; ACIF — Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão; Associação de Moradores das Lameiras; Associação Têxtil e de Vestuário de Portugal; CESPU; ENGENHO; Escola Profissional CIOR; Famalicense Atlético Clube; Fundação Narciso Ferreira; CGTP; UGT; Vento Norte — Associação de Defesa do Ambiente e Ocupação dos Tempos Livres

(P29) Territorialização das Políticas

Data: 09/10/2014 Local: Casa do Território Presenças: 50 Acesso: Por convite

Destinatários: Presidentes de Junta de Freguesia e Executivos de Freguesia

Participantes: Leonel Rocha (CMVNF); António Maria Vieira Paisana (UM); Maria Sameiro Faria Brandão Soares Carvalho (UM); Quintino Pinto (Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso - CMVNF); Catarina Veiga (Divisão Balcão Único de Atendimento - CMVNF); Representantes das Juntas de Freguesia: Bairro; Cruz; Delães; Gavião; Joane; Landim; Mogege; Oliveira São Mateus; Pedome; Pousada de Saramagos; Requião; Vale São Martinho; Vermoim; Vilarinho das Cambas; UF Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures; UF Avidos e Lagoa; UF Calendário e Famalicão; UF Carreira e Bente; UF Esmeriz e Cabeçudos; UF Gondifelos, Cavalões e Outiz; UF Mouquim, Lemenhe e Jesufrei; UF Ruivães e Novais; UF Seide (São Miguel e São Paio), UF Vale São Cosme, Telhado e Portela; Nine

(P30) Made INternacional – Oficina de Exportação

Data: 10/10/2014 Local: Casa do Território

Presenças: 50 **Acesso:** Livre

Destinatários: Empresas

Participantes: Sérgio Castro (Oporto Brasil); Fernanda Garcia (IBD); Joelson Dias (ex-ministro Tribunal Superior Eleitoral); Durval Carvalho de Barros (Consulado Geral do Brasil no Porto); Adão Azevedo e Susana Azevedo (Comeip Moldes e Cortantes); António Duque (Businessynergy); António Pedro Montenegro; Arlindo da Silva Ferreira; Bruno Costa (Inor Ibérica S.A.); Carlos Correia e Carlos Domingues (A Elétrica, Lda); Carlos Costa; Carlos Manuel Ferreira Araújo e Maria Manuela Araújo da Costa (Californiainternacional); Diogo Silva; António Queirós e Flora Eusébio (EIROSTEC, Lda); Fernando Domingues dos Santos (FDS Portugal, Lda); João Filipe Araújo (Araújo e Mesquita); João Paulo Lopes (Camponesa); Jorge Mendes; Jorge Miguel de Assis Caldeira Cruz Corais; Júlio Santos; Miguel Pratinha (Vieira de Castro); Nuno Almeida (Nhclima); Nuno André Silva (Pankir); Nuno Miguel Fonseca Coelho Abreu; Rui Manuel Sá Queiroz; Sara Teixeira + 1; Silvana Andrade (VRC); Paulo Silva e Paula Pereira (Famalicão Digital); Frederico Ferreira (Comifrio); Fernando Roldão (GrupoMar); Maria da Graça; António da Silva Ferreira (Aveoutiz); Eduardo Forte (Contabilista); Gonçalo Costa (CSW); Paula Dourado (ADRAVE); António Lemos; Lia Lemos; Vera Novais (Novais e Estela confeções, Lda); André Oliveira; Miguel Matos (APAMM); Artur Lopes (Arqueuro); Válter Xavier (AMOB); Sandra Gonçalves (Povo Famalicense); Augusto Lima

(P31) Famalicão Visão 25 "Emissão Nacional"

Famalicão Visão'25 no Cidadania 2.0

Data: 27/09/2014 **Local:** Teatro Rivoli, Porto

Destinatários: Responsáveis e representantes de organizações públicas e privadas; População em geral

Participantes: Francisco Jorge; Edgar Ferreira; Cristiana Carmo; Andreia Mafra



Famalicão Visão'25 na RTP

Data: 09/10/2014 e 10/10/2014 Local: Programas "Portugal em Direto" e "Jornal da Tarde"

Destinatários: População em geral

(P32) Participações Recebidas

Participantes: José Gomes Pereira; António Cândido Oliveira; Jorge Barbosa (Presidente Asgon); Fábio Cunha (Mandatário do Desporto e Juventude); Amândio Oliveira Carvalho; Juventude Social Democrata de Vila Nova de Famalicão

(P33) Apresentação do Relatório do Programa "Famalicão Visão'25 - 25 Ideias de Futuro" e Recolha de Contributos

Comissão Politica do Bloco de Esquerda

Data: 26/11/2014 Local: Paços do Concelho

Presentes: José Luís Araújo, Coordenador Concelhio; Paulo Costa, Deputado Municipal; Joaquim

Cântara, membro da Coordenadora Concelhia.

Comissão Politica do Centro Democrático Social

Data: 27/11/2014 Local: Paços do Concelho

Presentes: Kenny Costa, Coordenador Concelhio

Comissão Politica do Partido Social Democrata

Data: 27/11/2014 Local: Paços do Concelho

Presentes: Vítor Moreira, Presidente da Comissão Política Concelhia; Vítor Feio, Vice-presidente da Comissão Política Concelhia; José Leite, Vice-presidente da Comissão Política Concelhia; Álvaro Oliveira, Líder do grupo de Deputados da Assembleia Municipal; António Meireles, Deputado Municipal

Associações, Juntas de Freguesia de Deputados Municipais

Data: 4/12/2014 Local: Biblioteca Municipal

Presentes: Abílio Salgado (ARCA); Abraão Costa (PASEC); Adélia (ACIP); Alberto Sousa (APPACDM-Braga); Anabela Gomes (Gindança); António Carvalho (APPACDM-Braga); António Oliveira (Junta de Freguesia de Joane); Avelino Simões (Casa do Povo de Ruivães); Bruna Carvalho (PASEC); Bruno Martins (Teatro Didascália); Bruno Silva (Fundação Castro Alves); Carlos Barbosa e Maria Moreira (APPACDM-Braga); Jorge Faria, Carla Nogueira e Sandra Simões (Associação de Moradores das Lameiras); Ezequiel Brandão (Orfeão Famalicense); Fábio Faria (Orquestra Pentágono); Fernando Silvestre (Atlético Voleibol Clube); Graça Pinto (Orfeão Famalicense); Manuel Oliveira Faria (Grupo Recreativo de Vale S. Martinho); Helena Correia (Recreio do João); Hernâni Alves (Associação Cultural Recreativa de Avidos); Joaquim Rodrigues (Junta de Freguesia de Gavião); Joaquim Vieira (Lions Clube); Joaquim Vilarinho (Associação Dadora de Sangue); José Fernando (Associação Recreativa de Mogege); José Miguel Azevedo (Clube de Cultura e Desporto de Ribeirão); José Silva (Ecos Culturais do Louro); Laura Araújo (Novo Rumo-Associação de Professores); Lauriana Maciel (Associação Social de Gondifelos); Luís Ribeiro (Creche e Jardim de Infância Dª Elzira Cupertino de Miranda); Manuel Ribeiro e Manuel Ribeiro (União de Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz); Mariana Marques (Yupi); Mário Martins (Gerações e AFPAD); Neusa Fangueiro (Fértil - Associação Cultural); Paulo Coelho (Assembleia Municipal); Paulo Silva (União de Freguesia de Avidos e Lagoa); Pedro Faia (Grupo Desportivo Natação); Sandra Rocha (Cineclube de Joane); Tânia Castro (Grupo Zés Pereiras "Os Divertidos"); Tomás Sousa (Junta de Freguesia de Seide)

RELATÓRIO "FAMALICÃO VISÃO'25 – 25 IDEIAS DE FUTURO" DISPONÍVEL: http://www.vilanovadefamalicao.org/ famalicao visao 25



FAMALICÃO MARCA

FAMALICÃO VISÃO'25

FICHA TÉCNICA

FAMALICÃO

VISÃO'25

Município de Vila Nova de Famalicão, dezembro de 2014

Direção: Paulo Alexandre Matos Cunha - Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Executivo Municipal: Ricardo Mendes, José Manuel Santos, Leonel Rocha, Sofia Machado Fernandes, Pedro Sena, Mário Passos

Equipa Técnica: Francisco Jorge (coordenação geral), António Batista (coordenação da metodologia), Andreia Mafra

Comissão de Acompanhamento: António Batista (Consultor - Rizoma), Carlos Martins (Diretor da Opium), Cristina Parente (Professora e investigadora, Instituto de Sociologia, Universidade do Porto I Consultora A3S) e José Mendes (Vice-Reitor da Universidade do Minho).

Grupo de Missão: André Vieira de Castro, José Agostinho, Vitor Manuel Moreira

Colaboração: Daniel Faria

Equipa Inter-departamental: Álvaro Santos, Ana Pinto, Ana Eduarda, Ana Silva, António Sousa Alves, Augusto Lima, Carla Andrade, Carmo Gonçalves, Catarina Carvalho, Catarina Veiga, Céu Castro, Clara Lemos, Cláudia Costa, Daniel Faria, Diana Pereira, Duarte Nuno, Emília Nóvoa, Fátima Almeida, Graça Cardoso, Isabel Fernandes, Isaque Pinto, João Machado, Joana Amorim, José Gomes, José Manuel Oliveira, Liliana Couto, Manuela Araújo, Manuela Marinho, Margarida Ribeiro, Maria João Silva, Maria José Coutinho, Mário Monteiro, Marta Guedes, Miguel Fernandes, Nelson Pereira, Sandra Ferreira, Sérgio Lopes, Susana Forte, Teresa Aguiar, Vânia Marçal, Vera Gomes, Vitor Manuel Moreira

Revisão: José Agostinho, Raquel Barbosa, Cristiana Carmo

Design: Andreia Mafra, Raquel Bragança

Fotos: Andreia Mafra, António Freitas, Edgar Ferreira, Francisco Jorge, Raquel Bragança



